

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS**

**FREDERICO CASTRO DE CARVALHO**

**OS NÚCLEOS DE ESTUDOS AGROECOLÓGICOS DO INSTITUTO  
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO  
SANTO: POLÍTICA PÚBLICA, *PRÁXIS* E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Campos dos Goytacazes - RJ

2023

FREDERICO CASTRO DE CARVALHO

**OS NÚCLEOS DE ESTUDOS AGROECOLÓGICOS DO INSTITUTO  
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO  
SANTO: POLÍTICA PÚBLICA, *PRÁXIS* E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Tese apresentada ao Centro de Ciências do Homem  
da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy  
Ribeiro, como requisito parcial para obtenção do  
título de doutor em Políticas Sociais.

Orientador: Professor Dr. Rodrigo da Costa Caetano

Campos dos Goytacazes-RJ  
2023

## Resumo

CARVALHO, Frederico Castro de. **OS NÚCLEOS DE ESTUDOS AGROECOLÓGICOS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO: POLÍTICA PÚBLICA, PRÁXIS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.** 2023. Tese. Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro UENF, Campos dos Goytacazes-RJ, 2023.

O processo de institucionalização da agroecologia e da produção orgânica no Brasil tem como marco referencial a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), de 2012. Essa política está no contexto dos avanços relativos às políticas públicas voltadas à agricultura familiar, a emergência da questão ambiental, e da crescente demanda do mercado por produtos orgânicos. Na esteira da Pnapo estão os Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapos), que fomentaram o apoio e/ou criação de Núcleos de Estudos Agroecológicos e Produção Orgânica (NEA's), compreendidos enquanto espaços de referência à sustentabilidade multidimensional (re)produzindo os conhecimentos da agroecologia. Atualmente existem centenas de NEA's instalados em instituições de ensino público por todos os estados brasileiros, e o objetivo deste trabalho foi analisar os NEA's do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) enquanto fomentadores de políticas sociais nos territórios. O percurso metodológico para a realização do objetivo proposto parte principalmente de uma abordagem qualitativa, recorrendo a procedimentos de observação empírica como entrevistas narrativas, aplicação de questionários estruturadas, além de se ancorar em vivências, revisão de literatura, análises de relatórios, análises de conteúdo, e na teoria das representações sociais, dentre outros. A pesquisa demonstrou que os NEA's convergem para questões que dão suporte à construção de uma educação plural nos *campi*, voltada à sustentabilidade, bem como para um projeto inovador no processo de ensino, pesquisa e extensão; que as representações sociais sobre a agroecologia dos coordenadores de NEA's da rede IFES estão em movimento de ciência, para ciência-movimento-prática, para uma visão que denominamos de integrada, envolvendo uma dimensão ética. Constatamos que o perfil dos coordenadores locais, o contexto dos *campi*, o apoio governamental por meio de políticas públicas e o estabelecimento de redes, são fatores preponderantes para o desenvolvimento de um NEA capaz de (re)produzir políticas sociais nos territórios.

**Palavras-chave:** políticas sociais, neoinstitucionalismo, territorialidades e questão ambiental.

## Abstract

CARVALHO, Frederico Castro de. **THE AGRO-ECOLOGICAL STUDIES CENTERS OF THE FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY OF ESPÍRITO SANTO: PUBLIC POLICY, PRAXIS AND SOCIAL REPRESENTATIONS.** 2023. Thesis. Postgraduate Program in Social Policies of the Human Sciences Center of the Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro UENF, Campos dos Goytacazes-RJ, 2023.

The institutionalization process of agroecology and organic production in Brazil is based on the 2012 National Policy on Agroecology and Organic Production (Pnapo). This policy is in the context of advances in public policies aimed at family farming, the emergence of the environmental issue, and the growing market demand for organic products. In the wake of Pnapo are the National Plans for Agroecology and Organic Production (Planapos), which fostered the support and/or creation of Centers for Agroecological Studies and Organic Production (NEA's), understood as spaces of reference to multidimensional sustainability (re) producing agroecology knowledge. There are currently hundreds of NEA's installed in public education institutions throughout all Brazilian states, and the objective of this work was to analyze the NEA's of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Espírito Santo (IFES) as promoters of social policies in the territories. The methodological route to achieve the proposed objective is based mainly on a qualitative approach, resorting to empirical observation procedures such as narrative interviews, application of structured questionnaires, in addition to being anchored in experiences, literature review, analysis of reports, analysis of content, and in the theory of social representations, among others. The research showed that the NEA's converge to issues that support the construction of a plural education on campuses, focused on sustainability, as well as for an innovative project in the teaching, research and extension process; that the social representations about agroecology of NEA's coordinators of the IFES network are moving from science, to science-movement-practice, to a vision that we call integrated, involving an ethical dimension. We found that the profile of local coordinators, the context of the campuses, government support through public policies and the establishment of networks are preponderant factors for the development of an NEA capable of (re)producing social policies in the territories.

**Keywords:** social policies, neoinstitutionalism, territorialities and environmental issue.

**FREDERICO CASTRO DE CARVALHO**

**OS NÚCLEOS DE ESTUDOS AGROECOLÓGICOS DO INSTITUTO  
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO  
SANTO: POLÍTICA PÚBLICA, *PRÁXIS* E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Tese apresentada ao Centro de Ciências do Homem  
da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy  
Ribeiro, como requisito parcial para obtenção do  
título de doutor em Políticas Sociais.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Maria do Socorro Bezerra de Lima

Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Fábio Cunha Coelho

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Prof. Dr. Paulo Marcelo de Souza

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Prof. Dr. Rodrigo da Costa Caetano (orientador)

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta pesquisa a minha família, aos meus amigos e a todos professores educadores ambientais do Espírito Santo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela graça da vida e a nossa mãe terra por sustentá-la.

Deus é o caminho e eu agradeço pelo senhor ter nele colocado o professor Rodrigo, que muito me ensinou durante a caminhada. Deus é o caminho e eu agradeço pelo senhor ter nele colocado Thaís Paula, que muito me apoiou durante a caminhada. Deus é amor e pôs Maia e Davi no caminho, sempre caminharemos juntos.

Agradeço ao Pai por ter colocado no nosso caminho pais dedicados, um irmão maravilhoso e toda uma família muito amorosa, que tornam a caminhada mais leve e agradável.

Nessa caminhada fomos acolhidos e apoiados em muitos lugares, nossos agradecimentos ao IFES, especialmente os *campi* Venda Nova do Imigrante, St. Teresa, Ibatiba, Centro-Serrano, Itapina e Nova Venécia; a UENF Darcy Ribeiro, especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e a galera do Laboratório de Estudos da Ação Antrópica; a Universidad Intercultural Maya de Quintana Roo - México, todos seus membros; e aos lares de agricultoras e agricultores visitados.

Agradecemos também aos colegas de trabalho que foram sujeitos desta pesquisa, pelo apoio, paciência e compreensão.

Agradecemos ao IFES por fornecer-nos licença capacitação remunerada para realizarmos esta pesquisa.

A todos, gratidão!

*O que vale na vida não é o ponto de partida e sim  
a caminhada.*

*Caminhando e semeando, no fim terás o que  
colher.*

Cora Coralina (ano desconhecido)



## LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABA** – Associação Brasileira de Agroecologia
- ACA** – Articulação Capixaba de Agroecologia
- ANA** – Articulação Nacional de Agroecologia
- APTA** - Associação de Programas em Tecnologias Alternativas
- APSAD** - Associação de Produtores Santamarienses em Defesa da Vida
- CCA-UFES** – Centro de Ciências Agrária da UFES
- CEIERS** - Centros Estaduais Integrados de Educação Rural
- CEBs** - Comunidades de Base Eclesial
- Ceffas** – Centros Familiares de Formação em Alternância
- CPOrg** - Conselho Estadual de Produção Orgânica
- CNPO** - Cadastro Nacional de Agricultores Orgânicos
- CNAPO** – Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
- CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CNE** – Conselho Nacional de Educação
- CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- CUT** - Central Única dos Trabalhadores
- EA** – Educação Ambiental
- EA C**– Educação Ambiental
- EBAA** – Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
- EFA** – Escola Família Agrícola
- EMATER** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMCAPA**- Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária
- ENA** - Encontro Nacional de Agroecologia
- FAEAB** - Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos
- FAO** – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
- FASE** - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
- FEAB** - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
- IFES** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
- IFOAM** - Federação Internacional de Movimentos da Agricultura Orgânica
- IJSN** – Instituto Jones dos Santos Neves
- INCAPER** - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

**MEPES** – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo

**MAPA** - Ministério da Agricultura e Pecuária

**MPA** – Movimento dos Pequenos Agricultores

**MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**NEA's** – Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica

**OCS** – Organização de Controle Social

**ONG** – Organização não governamental

**PAA** - Programa de Aquisição de Alimentos

**PDI** - Plano de Desenvolvimento Institucional

**PEAPO** – Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica

**PLANAPO** – Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica

**PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar

**PNAPO** – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

**PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**PLEAPO** – Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica

**PRONERA** - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

**PT** - Partido dos Trabalhadores

**PTA** - Projeto de Tecnologias Alternativas

**RACEFFAES** - Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo

**R-NEA** – Rede de Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica

**RV** – Revolução Verde

**SG/PR** – Secretaria Geral da Presidência da República

**UENF** – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

**UFES** – Universidade Federal do Espírito Santo

**UFRRJ** – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**UFV** – Universidade Federal de Viçosa

**UIMQRoo** – Universidad Intercultural Maya de Quintana Roo

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1:</b> Fases da entrevista narrativa.....	35
<b>QUADRO 2:</b> Entrevista narrativa.....	35
<b>QUADRO 3:</b> Questionário estruturado.....	37
<b>QUADRO 4:</b> Dados amostrais.....	38
<b>QUADRO 5:</b> Processo sintético de elaboração da Pnapo.....	55
<b>QUADRO 6:</b> Ata Cnapo.....	64
<b>QUADRO 7:</b> Ata Cnapo.....	65
<b>QUADRO 8:</b> Ata Cnapo.....	67
<b>QUADRO 9:</b> Ata Cnapo.....	69
<b>QUADRO 10:</b> Ata Cnapo.....	70
<b>QUADRO 11:</b> Ata Cnapo.....	71
<b>QUADRO 12:</b> Ata Cnapo.....	72
<b>QUADRO 13:</b> Ata Cnapo.....	73
<b>QUADRO 14:</b> Ata Cnapo.....	73
<b>QUADRO 15:</b> Ata Cnapo.....	75
<b>QUADRO 16:</b> Natureza dos NEA´s da rede IFES.....	85
<b>QUADRO 17:</b> Resumo da expansão do pensamento agroecológico no ES.....	86
<b>QUADRO 18:</b> Resumo da expansão do pensamento agroecológico no IFES.....	92
<b>QUADRO 19:</b> Universo do senso comum e do científico.....	135
<b>QUADRO 20:</b> Estrutura teórico-metodológica para estudar Representações Sociais.....	137
<b>QUADRO 21:</b> Síntese das tensões entorno dos NEA´s.....	149

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1:</b> N° de sujeitos pesquisados por <i>campus</i> .....	38
<b>TABELA 2:</b> Análises de conteúdo.....	76
<b>TABELA 3:</b> Relação NEA´s Editais CNPq.....	124
<b>TABELA 4:</b> Estrutura das RS.....	158
<b>TABELA 5:</b> Conteúdos das RS.....	159
<b>TABELA 6:</b> Estrutura e Conteúdos das RS.....	161
<b>TABELA 7:</b> Visão institucional do NEA´s.....	163
<b>TABELA 8:</b> Percepção dos servidores sobre os NEA´s.....	165
<b>TABELA 9:</b> Percepção dos servidores sobre as ações dos NEA´s.....	165
<b>TABELA 10:</b> Conhecimento da existência dos NEA´s.....	166

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1:</b> Logomarca da Associação Universo Orgânico.....	116
<b>FIGURA 2:</b> Esquema - Desafios ambientais.....	123
<b>FIGURA 3:</b> Esquema - Diagrama de Venn .....	132
<b>MAPA 1:</b> Rede de ensino IFES.....	87
<b>MAPA 2:</b> Agricultura familiar no ES.....	89
<b>MAPA 3:</b> Municípios com NEA´s com enfoque agroecológico da rede IFES.....	94
<b>FOTO 1:</b> NEA <i>campus</i> Santa Teresa.....	96
<b>FOTO 2:</b> NEA <i>campus</i> Santa Teresa.....	96
<b>FOTO 3:</b> NEA <i>campus</i> Santa Teresa.....	96
<b>FOTO 4:</b> NEA <i>campus</i> Santa Teresa.....	96
<b>FOTO 5:</b> NEA <i>campus</i> Santa Teresa.....	99
<b>FOTO 6:</b> NEA <i>campus</i> Ibatiba.....	102
<b>FOTO 7:</b> NEA <i>campus</i> Ibatiba.....	102
<b>FOTO 8:</b> NEA <i>campus</i> Ibatiba.....	102
<b>FOTO 9:</b> NEA <i>campus</i> Ibatiba.....	102
<b>FOTO 10:</b> NEA <i>campus</i> Ibatiba.....	104
<b>FOTO 11:</b> NEA <i>campus</i> Itapina.....	107
<b>FOTO 12:</b> NEA <i>campus</i> Itapina.....	108
<b>FOTO 13:</b> NEA <i>campus</i> Itapina.....	108
<b>FOTO 14:</b> NEA <i>campus</i> Itapina.....	108
<b>FOTO 15:</b> NEA <i>campus</i> SMJ.....	112
<b>FOTO 16:</b> NEA <i>campus</i> SMJ.....	113
<b>FOTO 17:</b> NEA <i>campus</i> Nova Venécia.....	116
<b>FOTO 18:</b> NEA <i>campus</i> Nova Venécia.....	117
<b>FOTO 19:</b> NEA <i>campus</i> Nova Venécia.....	117
<b>FOTO 20:</b> NEA <i>campus</i> Nova Venécia.....	118

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>30</b>
<b>CAPÍTULO 1 – A POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (PNAPO): UMA HISTÓRIA DE (RE)EXISTÊNCIA .....</b>	<b>40</b>
<b>1.1 O QUE É AGROECOLOGIA?.....</b>	<b>41</b>
<b>1.2 PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DA PNAPO .....</b>	<b>47</b>
1.2.1 RESISTÊNCIA E LUTA: DA AGRICULTURA ALTERNATIVA À AGROECOLOGIA (1970- 1980).....	48
1.2.2 DA CONSOLIDAÇÃO DA CATEGORIA AGRICULTOR(A) FAMILIAR À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA E DA AGROECOLOGIA (1990-2000) .....	50
1.2.3 DO “BOOM” AGROECOLÓGICO AO FIM DOS CONSELHOS NACIONAIS: NOVA FASE DE (RE)EXISTÊNCIA? (2010-2020) .....	53
<b>CAPÍTULO 2 - A COMISSÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (CNAPO): ARENA DECISÓRIA DOS PLANAIOS .....</b>	<b>58</b>
<b>2.1 OS CONSELHOS PARTICIPATIVOS E A CNAPO .....</b>	<b>58</b>
<b>2.2 MEMÓRIAS DAS REUNIÕES DA CNAPO .....</b>	<b>62</b>
<b>2.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ATAS DA CNAPO .....</b>	<b>76</b>
<b>CAPÍTULO 3 – OS NÚCLEOS DE ESTUDOS EM AGROECOLOGIA E A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO.....</b>	<b>82</b>
<b>3.1 A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO (IFES).....</b>	<b>82</b>
3.1.1 O CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR ESPÍRITO-SANTENSE A PARTIR DE UM ENFOQUE NA AGROECOLOGIA.....	88
<b>3.2 Os NÚCLEOS DE ESTUDOS EM AGROECOLOGIA (NEA ´S) DA REDE IFES.....</b>	<b>93</b>
3.2.1 O NEA <i>CAMPUS</i> SANTA TERESA E O SEU CONTEXTO .....	95
3.2.2 O NEA <i>CAMPUS</i> IBATIBA E O SEU CONTEXTO.....	101
3.2.3 O NEA <i>CAMPUS</i> ITAPINA E SEU CONTEXTO.....	105
3.2.4 O NEA <i>CAMPUS</i> CENTRO-SERRANO E O SEU CONTEXTO .....	110
3.2.5 O NEA <i>CAMPUS</i> NOVA VENÉCIA E SEU CONTEXTO.....	115
3.2.6 Os NEA ´S <i>CAMPI</i> ALEGRE, VENDA NOVA DO IMIGRANTE, BARRA DE SÃO FRANCISCO E COLATINA .....	120

3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PRODUÇÕES DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS REFERENTES AOS NEA'S DA REDE IFES .....	122
<b>CAPÍTULO 4 - AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS COORDENADORES DOS NEA'S DO IFES SOBRE A AGROECOLOGIA .....</b>	<b>130</b>
4.1 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS (TRS) .....	131
4.1.1 ABORDAGENS DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS (TRS).....	136
4.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS COORDENADORES DOS NEA'S DO IFES SOBRE A AGROECOLOGIA .....	139
4.2.1 A TRAJETÓRIA DOS COORDENADORES DOS NEA'S DO IFES NA AGROECOLOGIA....	139
4.2.2 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA AGROECOLOGIA (RE)PRODUZIDAS PELOS COORDENADORES DE NEA'S DA REDE IFES .....	142
4.2.3 A PRESSÃO À INFERÊNCIA.....	148
4.2.4 AS PRÁXIS AGROECOLÓGICAS DOS NEA'S DO IFES .....	153
4.2.5 CONTEÚDOS E ESTRUTURA DAS RS SOBRE A AGROECOLOGIA E OS NEA'S .....	157
4.3 EM BUSCA DA ALTERIDADE .....	162
4.3.1 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	163
4.3.2 UMA ANÁLISE INTEGRADA A PARTIR DE UM ENFOQUE NEOINSTITUCIONAL.....	166
4.4 A DIMENSÃO POLÍTICA NOS NEA'S DA REDE DE ENSINO IFES.....	168
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>173</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>179</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>198</b>

## INTRODUÇÃO

*Existe um ditado antigo que reza: Solo sadio — Planta sadia — Homem sadio. Não existe planta sadia sem solo sadio. Em solos decadentes, doentes, somente podem crescer plantas doentes. E plantas doentes somente fornecem alimentos de valor biologicamente incompletos e inferiores. E o homem que se nutre destes alimentos pode ser gordo, mas não consegue manter sua saúde.*

(Ana Maria Primavesi)

Essa tese é fruto das nossas reflexões sobre os Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA's), espaços (re)produzidos para serem referência à sustentabilidade em instituições brasileiras de ensino. Questionamentos acerca da capacidade destes núcleos de (re)produzirem Políticas Sociais (PS) nos territórios e as Representações Sociais (RS) dos coordenadores dos NEA's dos *campi* do Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) sobre a agroecologia. Visto que a agroecologia se apresenta à sociedade enquanto uma ciência capaz de mitigar e/ou sanar diversos desafios socioambientais contemporâneos.

A escolha pela temática advém de alguns desafios encontrados ao longo da vida, e a chamada CTI/MAPA/CNPq nº02, de 2016, para implementação e/ou apoio aos NEA's foi uma referência neste processo, mesmo tendo concorrido no referido Edital e não logrado aprovação. Nosso primeiro contato com os NEA's foi em 2015 através do professor Lusinério Prezotti, coordenador do NEA Arandu do IFES *campus* Santa Teresa, naquela oportunidade tentávamos construir um minhocário no IFES *campus* Venda Nova do Imigrante, onde atuamos como professor de Geografia, desde 2010. A proposta estava no contexto das hortas escolares (re)produzidas nas aulas de Geografia, desde 2014, utilizadas como espaço de ensino-aprendizagem.

Assim, para investigar durante nossa trajetória junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro UENF, escolhemos os NEA's como objeto de pesquisa. Por isso, retomamos contato com o professor Lusinério Prezotti, no segundo semestre de 2018, que nos convidou para conhecer o NEA Arandu, e a partir de observações empíricas iniciamos a proposta deste trabalho.

Esta tese apresenta uma estrutura que privilegia a sequência objeto-contexto-análise do fenômeno estudado. Ao final da pesquisa apresentamos como funcionam os NEA's; como a



agroecologia está sendo representada nos *campi* da rede de ensino do IFES; quais são as tensões e desafios surgidos a partir da criação desses núcleos nos IFES, e se há a (re)produção de políticas sociais nos territórios a partir destes núcleos de estudo.

Tanto política social quanto agroecologia, invenções científicas do século XX demandadas pela sociedade, convergem para o campo científico da interdisciplinaridade<sup>1</sup> e se dedicam a estudar situações-problema atreladas a temas transversais como a educação, a questão alimentar e a saúde humana, por exemplo. E, ambas ciências podem afluir por meio de projetos socioambientais integrados, empregando agendas articuladas com questões sociais, econômicas e ambientais. Neste sentido, propusemos como objetivo geral deste trabalho: analisar as *práxis*<sup>2</sup> dos NEA's do IFES enquanto fomentadoras de políticas sociais nos territórios.

Para contemplar o objetivo geral, foram elaborados os seguintes objetivos específicos; 1) compreender o que é a agroecologia e o processo histórico que culminou na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo); 2) identificar os grupos envolvidos no processo de gestão da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), e seus interesses, a partir de um enfoque nos NEA's; 3) investigar as ações dos NEA's no contexto da questão ambiental no IFES; 4) examinar as RS dos coordenadores dos NEA's da rede IFES sobre a agroecologia; 5) identificar tensões articuladas a partir das ações dos NEA's.

Primeira política nacional de agroecologia e produção orgânica no mundo, a Pnapo faz do Brasil uma referência mundial nesta temática. E, as análises deste tipo de estratégia adotada e a compreensão do papel das instituições promotoras, dentre outros aspectos sistematizadores, são conhecimentos úteis à sociedade. O apoio e/ou criação de NEA's foi uma ação articulada a

---

<sup>1</sup> A interdisciplinaridade trata de determinado grau de interação entre as disciplinas, reflete as múltiplas relações à construção do conhecimento. Ivani Fazenda, aponta que a questão surgiu na Europa nos anos de 1960, período marcado por reivindicações estudantis para um ensino articulado as grandes questões de ordem social, ambiental e econômica da época. Assim, pode-se compreender a interdisciplinaridade enquanto resposta a essa demanda. No Brasil, exerce influência na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), desde os anos de 1970, culminando em significativa presença na LDB Nº 9.394/96 e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). (FAZENDA, 1994). Segundo o Murray Gell-Man (1996), “embora seja uma característica necessária de nossa civilização, a especialização necessita ser complementada pela integração do pensamento por meio da interdisciplinaridade” (p. 22). Gell-Man foi ganhador do prêmio Nobel de física (1969), com a descoberta da partícula sub-atômica quark, ver a obra O quark e o jaguar: aventuras no simples e no complexo.

<sup>2</sup> O conceito de *práxis* à educação está associado ao processo pelo qual uma teoria é executada ou praticada, se convertendo em parte da experiência vivida. Portanto a *práxis* possui um caráter dialético entre a teoria e prática, assim, reflexiona como conceitos abstratos ligam-se com a realidade vivida. Paulo Freire, uma das principais referências nesta temática, discutindo os saberes necessários à prática educativa, indica que “A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blablablá e a prática, ativismo” (FREIRE, 1996, p. 29). A filosofia marxista remete a *práxis* à transformação material da realidade, nesta linha o conceito passa por processos de desconstrução e reconstrução.

partir da criação da Pnapo sob influência dos diversos grupos componentes da Comissão Nacional e Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).

Desde suas origens no século XX, os grupos de estudos das então denominadas, agriculturas alternativas, que vieram a compor a Cnapo, estiveram principalmente vinculados, de alguma maneira, a instituições de ensino e aos cursos da área de agropecuária. E, na contemporaneidade a legitimação destes grupos via políticas públicas<sup>3</sup> aponta para o espraiamento e incorporação da questão ambiental pela sociedade, instituições de Estado, governos e ramos científicos.

Segundo Carvalho (2006), há uma construção social contemporânea da preocupação e do cuidado para com o meio ambiente e a natureza, tomados como valor instituinte de uma cultura ambiental na sociedade. E, que as experiências comunicativas engendram a estruturação social de formas de ação moral e do horizonte das práticas culturais de uma determinada época e de um determinado grupo social.

A questão ambiental está posta no século XXI enquanto um desafio contemporâneo que pode ser percebido no cotidiano dos habitantes do planeta terra, ela está inserida na lógica mundial do modelo tecnicista “[...] que se sobrepõe à multiplicidade de recursos naturais e humanos” (SANTOS, 1991, p. 6), e que prioriza a dimensão econômico nos territórios. A inserção da dimensão ambiental nos territórios seja por meio de novos conteúdos curriculares, do aumento da área de produção e comércio de produtos orgânicos, são alguns aspectos, aqui levantados, em diferentes escalas para apontar a ampliação de uma conscientização que envolve essa dimensão dentro da percepção e identidade psicossocial.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o mercado dos produtos orgânicos apresentou um crescimento médio anual no mundo<sup>4</sup> superior a 11%, desde o início dos anos 2000 até o presente, e neste período o volume mundial de vendas de produtos orgânicos no varejo saltou de € 15 bilhões, em 2000, para aproximadamente € 100 bilhões, na atualidade.

---

<sup>3</sup> Tomamos como base para esse trabalho o conceito de Políticas Públicas (P.P.) como o “Estado em ação” (GOBERT, MULLER, 1987), ou seja, dentro da esfera de ação de um Governo, que por sua vez pode utilizar a estrutura do Estado para sua implantação. De tal maneira as P.P. são “o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade” (HOFLING, 2011, p. 31), ou seja, elas têm como por objetivo atender demandas sociais.

<sup>4</sup> De 2000 a 2017, a área agricultável mundial destinada a cultivos orgânicos aumentou 365%, quase 10% ao ano (a.a.). Em termos absolutos, a agricultura orgânica saltou de 15 milhões de hectares de terras para 69,8 milhões de hectares nesse período. Deste total, 51% da área agrícola destinada à produção orgânica se encontra na Oceania, seguida pela Europa (21%), América Latina (11%), Ásia (9%), América do Norte (5%) e África (3%). Embora o acréscimo de áreas nesse período seja expressivo, verifica-se que o percentual em relação ao total da extensão das terras agrícolas disponíveis nas regiões ainda é pequeno: em 2017, somente 1,4% da área agricultável do mundo é destinada a cultivos orgânicos. (IPEA, 2020).

No Brasil, a produção e o consumo dos produtos orgânicos também aumentaram, mas em um ritmo mais lento, e a demanda foi impulsionada não apenas pelo mercado externo, mas também pelo mercado doméstico. E no país, o papel das compras institucionais para a alimentação escolar e os serviços de alimentação de alguns órgãos governamentais foi relevante para possibilitar a valorização da produção orgânica, especialmente da agricultura familiar. (IPEA, 2020).

Segundo o IPEA (2020), apesar da produção orgânica no Brasil enfrentar inúmeros desafios, a consolidação da área de produção de alimentos orgânicos, certificados ou não, é evidenciada quando se calcula que a área agrícola ocupada pela produção orgânica no Brasil, em 2017, ultrapassou 1,13 milhão de hectares, e em quantidade de estabelecimentos agropecuários declarados orgânicos e certificados atingiu a quantidade 68.716. (IPEA, 2020).

Este enorme mercado, em expansão, é demandante de uma série de elementos para seu bom funcionamento. Neste trabalho destacaremos o elemento conhecimento, por meio de investigação acerca dos processos de formação humana voltada à agroecologia. Uma vez que o modelo ensino-aprendizagem tradicionalmente (re)produzido nos estabelecimentos de ensino pelo Brasil pode ser compreendido enquanto um desafio que ocasiona, dentre outras consequências, a escassez de mão-de-obra no setor dos produtos orgânicos, impactando a cadeia produtiva de alimentos desta natureza.

Pesquisa realizada a partir dos currículos dos cursos do IFES *campus* Santa Teresa, por Jesus (2019), evidencia este aspecto quando a autora revela que historicamente o ensino naquele estabelecimento foi voltado à agricultura convencional, exclusivamente, por todo o século XX. Os resultados demonstraram que os currículos do Curso Técnico em Agropecuária do IFES *campus* Santa Teresa sofreram influências direta da Revolução Verde (RV), refletidos nas seis primeiras décadas de formação discente, não sendo ofertadas disciplinas com abordagem direta as temáticas ambientais em seus currículos, prevalecendo um viés exclusivamente produtivista. (JESUS, 2019).

Entretanto, observou-se que a partir do século XXI, esse panorama foi alterado atingindo seu auge em 2016, com 28% das disciplinas da matriz curricular fazendo referências diretas à temática ambiental. (JESUS, 2019). Tal mudança dialoga com questões socioambientais próprias do contexto da rede de ensino IFES, estudo de Bombardi (2017) indica o Espírito Santo (ES) como uns dos maiores consumidores de agrotóxicos do país, com destaque para a região serrana do estado, predominando ali a olericultura e a cafeicultura convencionais.

Estudos do Programa de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, do Ministério da Saúde, que analisou dados da intoxicação entre agricultora(e)s de todo o país entre os anos de 2007 e 2014, revelaram a gravidade do uso de agrotóxicos no Espírito Santo. Enquanto a média nacional é de 6,23 casos para cada 100 mil habitantes, o Espírito Santo alcançou 15,8. O total de intoxicações registradas no estado saltou de 111 em 2007 para 497 em 2014, ou seja, mais do que quadruplicou em sete anos. (BRASIL, 2014).

A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) aponta a liderança brasileira no consumo mundial de agrotóxicos, desde 2015, de tal maneira que se observa um panorama repleto de desafios socioambientais dentro dos territórios que conectam de maneira incindível seres humanos e natureza. E, por serem sistêmicos<sup>5</sup>, esses desafios podem ser abordados por qualquer parte, o sistema alimentar, por exemplo, pode ser analisado desde as sementes, que por sua vez desencadeiam um tipo específico de fluxo, até as cadeias de comércio, questões geopolíticas ou a partir da relação dos tipos de sistemas agrícolas e seus respectivos impactos no clima global.

Assim entendemos que conciliar questões como o crescimento populacional, a conservação da natureza e o abastecimento alimentar, seja um desafio transdisciplinar<sup>6</sup> para as populações dos territórios, demandando soluções que articulam diversos setores da sociedade, como instituições de ensino e de produtora(e)s agrícolas. E, a FAO<sup>7</sup> (2014) afirma que o crescimento agrícola pode ser realizado de forma sustentável, enfrentando questões sistêmicas que ameaçam os territórios, as economias nacionais e a economia-mundo. Porto-Gonçalves (2013) aponta que o desafio ambiental<sup>8</sup> está no centro das contradições do sistema-mundo

---

<sup>5</sup> O pensamento Sistêmico surge no início do século XX entre as ciências biológicas, enfatizando a visão dos organismos vivos como totalidades integradas, trazendo à tona uma nova forma de pensar o mundo. “Um sistema passou a significar uma totalidade integrada, cujas propriedades essenciais surgem das relações entre suas partes, e “pensamento sistêmico” passou a indicar a compreensão de um fenômeno dentro do contexto de um todo maior. Essa é, de fato, a raiz da palavra “sistema”, que deriva do grego syn+histanai (“colocar junto”). Compreender as coisas sistemicamente significa, literalmente, coloca-las em um contexto, estabelecer a natureza de suas relações” (CAPRA; LUISI, 2014, p. 93).

<sup>6</sup> Transdisciplinar é um termo, popularizado por Jean Piaget, que aponta para a “comunicação” entre as ciências, uma interação entre disciplinas que dialogasse sobre um tema, e desse diálogo brotaria novos saberes e/ou comportamentos.

<sup>7</sup> A produção de alimentos, no século XXI, tem potencial para articular agendas governamentais sustentáveis entorno de situações problema como a fome, o desmatamento, o desemprego e o aquecimento global, por exemplo. “[...] Espera-se que a pressão sobre os recursos naturais seja mitigada por iniciativas ambientais e de conservação, incluindo-se o apoio às práticas de cultivo sustentável, a conversão de terras cultiváveis naturais e deterioradas em pasto, e a integração da produção agrícola com os sistemas pecuários” (FAO, 2014, p. 4).

<sup>8</sup> “Quando se fala de desafios ambientais uma longa lista nos é apresentada – efeito estufa, perda de biodiversidade, buraco na camada de ozônio, poluição industrial das águas, da terra e do ar, desmatamento, perda de solos por erosão, lixo urbano, lixo tóxico...” (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 61).

moderno-colonial<sup>9</sup>, “afinal, a ideia de progresso e, sua versão mais atual, desenvolvimento é, rigorosamente, sinônimo de dominação da natureza!” (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 61).

Ao longo do século XX, a questão ambiental conquistou espaço nas discussões relativas aos modelos nacionais de desenvolvimento e, gradualmente, a racionalidade empregada ao conceito de desenvolvimento<sup>10</sup> passou a ser compreendida de maneira mais abrangente. A contaminação radioativa nas cidades de Hiroshima e Nagasaki (1945), a contaminação por mercúrio na baía japonesa de Minamata (1951), o vazamento radioativo na cidade russa de Kyshtym (1957), e o vazamento na usina nuclear de Three Mile Island (1979), nos Estados Unidos, dentre outros, são exemplos de acontecimentos deste período que demonstraram as consequências dos impactos ambientais sobre a espécie humana, evidenciando a necessidade da inclusão da dimensão ambiental nos modelos de desenvolvimento dos territórios.

No contexto dos grandes impactos ambientais de meados do século XX foram publicadas obras que aprofundaram a compreensão da relação entre a sociedade e a natureza, como *A Ética da Terra* de Aldo Leopold, em 1949, *Hipótese de Gaia* de James Lovelock e Lynn Margulis, em 1960 e *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson, em 1962, que empregaram caráter científico a esta relação e contribuíram para o surgimento do movimento ambientalista. Anteriormente, trabalhos como *Walden: a vida nos bosques* de Henry Thoreau, em 1854, já apontava os impactos da industrialização na natureza e na sociedade, assim, a construção dos conhecimentos frutos desta relação passou por longo processo de acumulação; *Ecologia Básica* de Eugene Odum, em 1971 e *Ecologia Profunda* de Arne Naess, em 1974, tornaram-se marcos históricos à emancipação científica da Ecologia<sup>11</sup>.

Paralelo aos avanços no campo científico, as discussões em torno da questão ecológica motivaram diálogos entre agentes privados e governamentais. O Clube de Roma, responsável

---

<sup>9</sup> Porto-Gonçalves (2013) afirma estarmos “diante de um sistema-mundo moderno-colonial, que é um mundo cuja interdependência está organizada com base num sistema de relações hierárquicas de poder — moderno-colonial”. A teoria da Economia-Mundo refere-se às ideias de Fernand Braudel sobre o capitalismo e as economias-mundo e relaciona-as às de Immanuel Wallerstein sobre a economia-mundo capitalista.

<sup>10</sup> O conceito de desenvolvimento teve origem na Biologia, empregado como processo de evolução dos seres vivos para o alcance de suas potencialidades genéticas; porém, este conceito se incorpora nas teorias e práticas sociais, por meio da economia, da sociologia, da antropologia, da ciência política, dentre outras disciplinas. Ao longo de seu percurso histórico, o termo proporcionou algumas concepções diferentes de sociedade, como sociedades do crescimento, sociedades do bem estar social e sociedades sustentáveis (SANTOS *et al*, 2012).

<sup>11</sup> A palavra ecologia foi proposta pelo biólogo Ernest Haeckel, em 1869: “A Ecologia define-se usualmente como o estudo das relações dos organismos, ou grupos de organismos com seu ambiente, ou a ciências das inter-relações que ligam os organismos vivos ao seu ambiente” (ODUM, 2001, p. 4).

pela produção do relatório denominado Limites do Crescimento<sup>12</sup>, e a Conferência da Organização da Nações Unidas (ONU) sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972 na Suécia, evento que contou com a participação de 113 países, foram exemplos de movimentos em nível global acerca dos desafios ambientais, e um indicativo da entrada desta temática em agendas de políticas públicas.

Na interrelação da conferência de Estocolmo (1972), iniciou-se a construção de propostas teóricas para modelos de desenvolvimento que observassem a realidade em sua multidimensionalidade. Segundo Binsztok (2011), Ygnacy Sachs propôs o conceito de Ecodesenvolvimento, apresentando as cinco dimensões do desenvolvimento, a seguir, a partir de uma abordagem holística: social, ambiental, econômica, espacial e cultural. Também em virtude dos desafios ambientais, da demanda por modelos de desenvolvimento mais integrados à sociedade-natureza, ganhou espaço no debate o conceito de Sustentabilidade de Lester Brown *et al.*, em 1981, e de Desenvolvimento Sustentável segundo o relatório da comissão Brundtland, em 1987.

O relatório da comissão se concentrou num tema fundamental: muitas das atuais tendências de desenvolvimento resultam em um número cada vez maior de pessoas pobres e vulneráveis, que causam sérios danos ao meio ambiente. Essa constatação ampliou a visão conjunta para um novo tipo de desenvolvimento, denominado desenvolvimento sustentável - uma proposta que procura encontrar um modelo de crescimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades (BINSZTOK, 2011, p. 319).

A inserção, processual, do pensamento ecológico nas agendas dos modelos de desenvolvimento nacionais ocorreu, também, devido aos questionamentos da sociedade civil. Desde o fim dos anos de 1960, na Europa e América, já se intensificavam as críticas aos modelos de desenvolvimento com viés exclusivamente produtivista. Neste período, no mundo ocidental, eclodiu uma movimentação social denominada contracultura, crítica aos aspectos do modelo capitalista de produção e consumo, evidenciando elementos de uma crise sistêmica.

Na América Latina, anos de 1960, os modelos nacionais de desenvolvimento foram orientados para um processo de modernização caracterizado por avanços técnicos sem mudanças profundas nas estruturas sociais, assemelhando-se ao que Barrington Moore Jr. denominou modernização conservadora, em 1975, após analisar os modelos nacionais de

---

<sup>12</sup> O relatório de Meadows *et al.* (1972), elaborado no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, a partir de um modelo matemático analisando cinco variáveis, a seguir: o estoque de capital industrial, o crescimento populacional, a oferta de alimentos, a oferta de recursos naturais não-renováveis e a poluição, apontou conexão direta entre as variáveis e o resultado da análise deu título à pesquisa Limites do crescimento, que desempenhou importante papel na formação de uma nova consciência ecológica (UFRJ, 1993).

desenvolvimento adotados por alguns países como Alemanha e Japão, e ao que foi chamado, no Brasil, de modernização dolorosa<sup>13</sup>, segundo Graziano (1982).

Retomemos rapidamente os argumentos centrais da teoria da modernização. A mudança social, segundo esta teoria, diz respeito ao processo, mediante o qual sociedades agrícolas tradicionais — de estrutura social pouco complexa e praticamente inalterada no tempo, na qual predominam a família extensa e relações primárias entre as pessoas — se transformam em sociedades urbano-industriais, de estrutura social diversificada e complexa, na qual predominam a família nuclear e relações secundárias, mediadas por instituições. As sociedades "modernas" — segue o argumento — são sistematicamente submetidas a inovações e mudanças que expressam os processos gerais de urbanização, de aumento da mobilidade social e dos níveis educacionais; a substituição de valores religiosos e conservadores por valores laicos e de aceitação da inovação permanente; a substituição do poder oligárquico por sistemas políticos fundados na circulação das elites e na intermediação de instituições e burocracias (DRAIBE; RIESCO, 2011, p. 228).

O processo de modernização, estruturado com os Estados, para porções do espaço rural latino-americano foi de desenvolvimento do modelo da Revolução Verde (RV). A RV foi um complexo processo de institucionalização de um modelo de produção agrícola, articulado com diversas instituições públicas e privadas, e de mecanismo de poder, nacionais e internacionais. Iniciado na década de 1960, este processo orientou a pesquisa e o desenvolvimento dos modernos sistemas de produção agrícola para a incorporação de pacotes tecnológicos de suposta aplicação universal, que visavam a maximização dos rendimentos dos cultivos em distintas situações ecológicas. (CAPORAL, 2007).

Grandes conglomerados agroindustriais das mais diversas matrizes passaram a se organizar em diversos países latino-americanos, seja para o mercado interno, seja, principalmente, para abastecer o mercado internacional. Cada vez mais presente no processo de gerenciamento da produção, as agroindústrias controlavam os preços da produção, mas também passaram a influenciar o que os agricultores deviam plantar e a forma como se devia plantar, através dos pacotes tecnológicos da RV.

Este processo de artificialização teve como consequências, além do controle da organização da produção, da mudança da base tecnológica, da concentração de capital, da intensificação do processo produtivo e de trabalho, ainda a construção da ideia de que alimento

---

<sup>13</sup> Essa "modernização", ocorreu sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, "efeitos perversos": a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu à taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida de parte da população trabalhadora do campo. Por isso, os autores gostam de usar a expressão "modernização conservadora" ou "dolorosa" (PALMEIRA, 1989). Para Zigmunt Bauman (2000), a modernidade "começa quando o espaço e o tempo são separados da prática da vida e entre si, e assim podem ser teorizados com categorias distintas, [...]" (p. 16), é um des-envolvimento da sociedade-natureza, ao mesmo tempo mais e menos conectados.

seguro e confiável só é possível se estiver sob o controle dos agentes da modernização: as agroindústrias e as agências governamentais.

A RV, segundo Caporal e Costabeber (2007), em seu intento persistente de controlar e modificar os processos biológicos na agricultura, marca uma maior homogeneização do processo de produção agrícola em torno de um conjunto compartilhado de práticas agronômicas e de insumos industriais genéricos” (COSTABEBER; CAPORAL, 2007, p. 18).

Assim, seguiu-se o aprofundamento dos processos de dominação da natureza pelo ser humano. O projeto de modernização foi caracterizado pela padronização e controle dos sistemas naturais, compreendidos como sistemas produtivos. A incorporação de novas técnicas e maquinários aumentou o volume da produtividade agrícola e deu continuidade aos processos nacionais de exportação de matéria-prima, já seculares.

No caso brasileiro, o melhoramento genético e o lançamento de variedades híbridas ficaram a cargo, principalmente, do capital público, com a constituição da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Portanto, na divisão de atribuições da Revolução Verde, o capital privado das empresas multinacionais foi investido em máquinas e implementos agrícolas, agrotóxicos e fertilizantes químicos, produtos que demandam retorno de curto e médio prazos, ao passo que, ao capital público, sobretudo a Embrapa, órgãos estaduais de pesquisa agropecuária (Oepas) e universidades, coube o papel de investir em melhoramento genético, com demanda de capital mais substancial na área técnica e na formação de recursos humanos altamente especializados (SAMBUICHI *et al.*, 2017, p. 9).

O relativo sucesso do modelo da RV nos quesitos produção e produtividade, reduziu a diversidade socioambiental as monoculturas e continuou a reproduzir as desigualdades distributivas na propriedade e na renda, bem como gerou êxodo rural, desemprego nos campos e nas cidades, marginalização urbana e exclusão (SCHNEIDER; ESCHER, 2011). Tais impactos acarretaram na emergência de um movimento de crítica ao paradigma produtivista que irá coincidir com um crescente domínio das grandes corporações sobre o setor agrícola e a produção de alimentos (SCHNEIDER; GRISA, 2015).

No Brasil, a ocorrência de padronização dos diversos domínios de natureza desencadeou, segundo Sauer e Leite (2012), o esvaziamento do campo e a expansão da monocultura concentrada em poucas espécies, como a soja, o milho e a cana-de-açúcar. Neste projeto, as instituições de ensino superior foram fundamentais à estruturação da RV no Brasil. Os cursos da área das ciências agrárias formaram sucessivas levadas de profissionais habilitados nesta base tecnológica. Ocorreu intensa transferência de tecnologias dos países capitalistas ricos, destacadamente dos EUA.

Em 1964, no princípio do convênio USAID-ESALQ, foi feito um estudo minucioso da situação agrícola do estado de São Paulo pelos técnicos da



Universidade Estadual de Ohio. [...] os estadunidenses traçaram as seguintes diretrizes gerais do intercâmbio: desenvolvimento de um projeto piloto para o estado de São Paulo; treinamento de supervisores do fomento; revisão dos currículos da escola, especialmente do recém-inaugurado curso superior em economia doméstica (1966); e análise e atenção ao curso de sociologia rural e extensão (USP, 1965). [...] após a liberação de verbas, foi instalado um escritório dos representantes dos Estados Unidos no campus de Piracicaba. Ambas as instituições traçaram um plano para além dos muros da “Luiz de Queiroz” e passaram a intercambiar com várias áreas da educação, pesquisa e produção agrícola. Assim, foram estabelecidos contatos com os profissionais dos vários institutos de pesquisa, como o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), instituições escolares como o caso da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (hoje UFV), as diversas divisões da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, fazendas, empresas e indústrias (MOLINA, 2016, p. 325).

Todavia, a aceitação de transferência de tecnologia não ocorreu sem a existência de contestação nas instituições brasileiras de ensino, emergindo um movimento contracultural diretamente ligado à resistência de adesão ao modelo de ensino voltado à agricultura convencional.

Visando a [*sic*] implantar esse sistema educacional capitalista dos EUA no Brasil, grande parte do trabalho de cada membro do grupo da OSU-USAID foi direcionado para três áreas: pesquisa, ensino e extensão. No entanto, conforme relataram os estadunidenses em documentos, a introdução desse sistema tinha uma espécie de resistência “cultural” por parte dos brasileiros, seja “consciente ou inconsciente”. Segundo os estrangeiros, para corrigir esse bloqueio, seria necessário insistir em um trabalho “árido” de toda a equipe dos Estados Unidos em São Paulo visando “quebrar barreiras imaginárias e reais” que eram preocupantes, pois cresciam entre os “diversos segmentos da equipe de profissionais”. Os técnicos estrangeiros chegaram a lamentar-se de forma preconceituosa, afirmando que os professores da ESALQ/USP pareciam não corresponder aos investimentos “pagos com verbas públicas” para transformar a agricultura do país (USAID/ESALQ, 1964, p. 34-35 *apud*<sup>14</sup> MOLINA, 2016, p. 324).

A oposição de alguns dos professores e estudantes, principalmente em departamentos de agronomia, ao ensino-aprendizagem da agricultura convencional, constitui-se em integrante do rizoma<sup>15</sup> (DELEUZE; GUATTARI, 2000) das agriculturas alternativas brasileiras,

---

<sup>14</sup> USAID/Esalq. **Relatório semestral entre a United States Agency for International Development** – Ohio State University e a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo. Documento USP sob matrícula n. 65.1.8788.1.0, caixa 2868. Piracicaba, 1964.

<sup>15</sup> O rizoma é uma estrutura vegetal, um tipo de caule que une sucessivos brotos, normalmente horizontal e subterrâneo. Pode ser facilmente confundida com um tipo de raiz, caso o observador seja leigo no assunto. Muitas espécies populares como o gengibre, a bananeira e a cana-de-açúcar possuem esse tipo de estrutura, e suas características promoveram um uso filosófico na obra *Mil platôs*. “Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e... e... e...” Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser” (DELEUZE e GUATTARI, capa do livro, 2000).

caracterizadas pelo caráter técnico-agrícola, algumas décadas após, convergiria na emancipação de um ramo científico, a agroecologia. Assim, paralelo e em resistência à experiência de modernização da RV que emergiu o paradigma agroecológico.

Em seu processo de institucionalização, pesquisas realizadas na América Latina, EUA e Europa apresentaram as bases, princípios, conceitos e metodologias da ciência. Constituiu-se em saber acadêmico sistematizado, que com práticas sociais e movimentos políticos que vem conseguindo, ao longo do século XXI, conquistar espaço em agendas políticas na América Latina e outras partes do mundo, propondo um modelo alternativo de desenvolvimento, com enfoque na sustentabilidade multidimensional.

Atento a este amplo processo de ressignificação da questão ambiental, o Governo Federal do Brasil lançou a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), com a edição do decreto 7.794, de 20 de agosto de 2012. Este foi um importante passo à ampliação e efetivação de ações de promoção do desenvolvimento da agroecologia e a produção orgânica no país, impulsionado pelas crescentes preocupações e demandas, da sociedade em geral, a respeito da necessidade de se produzir alimentos saudáveis conservando os recursos naturais (BRASIL, 2012).

O Brasil é o primeiro país a criar uma política com esse porte, com a abrangência vinculada principalmente à agricultura familiar. Essa política já tem servido de referência para outros países que buscam combater a pobreza no campo e promover um desenvolvimento rural sustentável (FAO, 2014, *apud*<sup>16</sup> SAMBUICHI, *et al.*, 2017, p. 12).

Como instâncias gestoras da Pnapo, foram criados os conselhos de agroecologia e produção orgânica: a Comissão Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), imbuída de elaborar e executar proposta de planos e programas, e articular instâncias do Poder Executivo federal e dos estados e municípios; e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) com a prerrogativa de promover a participação da sociedade, constituir subcomissões temáticas junto a setores governamentais e da sociedade, propor diretrizes, objetivos, instrumentos e prioridades para planos e programas, e acompanhar e monitorar o desenvolvimento destes (BRASIL, 2012).

Fruto desta construção participativa, envolvendo diferentes órgãos de governo e de movimentos da sociedade civil, foram criados os Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapos) para ampliar e efetivar ações para orientar o desenvolvimento rural

---

<sup>16</sup> FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Políticas agroambientales en América Latina y el Caribe:** análisis de casos de Brasil, Chile, Colombia, México y Nicaragua. Santiago: FAO, 2014.

sustentável no Brasil. O Planapo é o principal instrumento de execução da Pnapo, e busca integrar e qualificar as diferentes políticas e programas dos dez ministérios parceiros na sua execução. (BRASIL, 2013).

Para promover as ações e atingir seus respectivos objetivos e metas estabelecidos nos Planapos (2013-2015; 2016-2019), os integrantes da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) organizaram as ações a partir de quatro eixos estratégicos: i) Produção; ii) Uso e Conservação de Recursos Naturais; iii) Conhecimento; e iv) Comercialização e Consumo, dando origem as suas respectivas Subcomissões Temáticas (ST), sendo que foram acrescidos os eixos: v) Terra e Território e vi) Sociobiodiversidade, no segundo plano.

A partir da ST Conhecimento, da CNAPO, foram propostas estratégias voltadas à articulação da agroecologia em instituições de ensino no Brasil. E, análogo ao modelo de desenvolvimento rural da RV, o modelo agroecológico buscou nas instituições de ensino do Estado<sup>17</sup> estruturas para a construção da experiência da “modernização agroecológica brasileira”.

Uma das ações articuladas pela estrutura de gestão do Planapo foi o fomento para criação e apoio aos Núcleos de Estudos Agroecológicos e Produção Orgânica (NEA's). Para Hass *et al.*, (2019), os NEA's são centros de referência para o desenvolvimento rural sustentável, fundamentado nos princípios, conhecimentos e práticas da agroecologia, da produção orgânica e de base agroecológica, por meio de ações que integrem atividades de ensino, pesquisa e extensão, em sua área de influência.

A maioria dos projetos de Núcleos está nas universidades (56%), seguidos pelos Institutos Federais (26%) e centros de pesquisa (15%). Isso está relacionado com a dinâmica histórica desenvolvida pelos grupos de professores e pesquisadores em universidades. Esse processo é mais recente nos Institutos e Centros de Pesquisa (SILVA *et al.*, 2017, p. 263).

Objeto de pesquisa do presente trabalho, os NEA's foram investigados *in loco* no estado do Espírito Santo (ES), na região sudeste do Brasil, vinculados ao Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), criados, entre 2010 e 2020, a saber: *campus* Santa Teresa, *campus* Ibatiba, *campus* Itapina, *campus* Nova Venécia e *campus* Centro-serrano.

---

<sup>17</sup> Para se adotar uma compreensão sintética compatível com os objetivos deste texto, é possível se considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes — como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente — que possibilitam a ação do Governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) e se propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (HOFLING, 2001, p. 31).

Os NEA's, dentre outros instrumentos dos Planapos, despontaram como inovação às políticas públicas atreladas à agroecologia e à produção orgânica brasileira, cientes de sua existência pretérita enquanto experiência em diversas instituições de ensino. Abaixo, o trecho de uma entrevista concedida pelo ex-secretário geral da Presidência da República, Selvino Heck, em 2013, à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) por ocasião de debate do Planapo I, evidencia o aspecto dos instrumentos estarem validados em experiências.

Todo o processo de construção, seja da Política Nacional ou do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, vem das experiências concretas que os movimentos sociais e organizações da sociedade civil têm da agroecologia e produção orgânica. [...] Porque no Brasil nós temos a experiência de nas últimas décadas da construção de políticas de baixo para cima, as experiências concretas que fazem com que os governos depois assumam políticas, planos e projetos (HECK, 2013, *in*: ANA, 2013).

Assim, a partir de políticas públicas, os núcleos ganharam escala em instituições de ensino, pesquisa e extensão pelo território brasileiro, favorecendo e urgindo análises/sistematizações destes espaços de (re)produção de conhecimentos. Assim, optamos por investigar os NEA's enquanto espaços institucionais capazes, ou não, de (re)produzirem políticas sociais nos territórios.

Embora seja possível mapear algumas ricas definições do que seja Política Social, como Fleury (1999), que define que “es el resultado de la relación histórica entre Estado y sociedad cuanto a las desigualdades generadas por el capitalismo y consiste en un patrón de ciudadanía, dependiente de las condiciones concretas de cada sociedad” (p. 4), de maneira geral os autores consideram que ela seja um ramo<sup>18</sup> das políticas públicas e que não apresente uma definição universal, pois “[...] é um termo que, embora amplamente usado não possui definição precisa. O significado que lhe é dado em contextos particulares é em grande medida matéria de conveniência ou convenção” (MARSHALL, 1965, *apud*<sup>19</sup> SOUKI, 2006, p. 2).

Desde T. H. Marshall<sup>20</sup>, diversos autores afirmam que política social é um conceito impreciso; tal imprecisão conceitual se dá a partir das conveniências de cada realidade histórica,

<sup>18</sup> Para Vianna (2002) Política Social está atrelada a Política Pública, e seria categorizada a partir do enfoque social, “um conceito que a literatura especializada não define precisamente. Política Social é entendida como modalidade de política pública e, pois, como ação de governo com objetivos específicos” (p. 1). A partir da compreensão destes objetivos específicos, de sua natureza, é que se poderia categorizar uma política pública enquanto Política Social.

<sup>19</sup> MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

<sup>20</sup> “Os três elementos da cidadania romperam, por assim dizer, toda relação. [...] podemos designar o período formativo de cada um a um século distinto - os direitos civis, no século XVIII; os políticos, no XIX; e os sociais no século XX. Como é natural, estes períodos deverão ser tratados com uma razoável elasticidade, e há certo solapamento evidente, sobretudo entre os dois últimos” (MARSHALL, 1967, p. 65, *apud* Souki, 2006, p. 43). Os avanços democráticos na Inglaterra, ao longo da história, tornaram-se referência para as discussões em torno da

das ações de um modelo de gestão territorial e seus objetivos. Tradicionalmente vincula-se política social a contextos de situação-problema envolvendo a construção, espacial e temporal, de uma cidadania que agregue: saúde, educação, alimentação, seguridade social, etc.

Compreendendo que as políticas sociais existam sempre dentro de um contexto, com seus múltiplos determinantes, e que podem ser ou não ser promovidas por políticas públicas, será adotado, como sul o conceito de Fleury (1999):

Como un campo de la política, la política social se trata, en última instancia, de las reglas y mecanismos que permiten el ejercicio, manutención o cambio, concentración o distribución del poder. La complejidad del campo de las políticas sociales es fruto de los diferentes y, muchas veces, contradictorios factores que determinan su configuración y dinámica (p. 6).

As construções legislativas ligadas a questão ambiental, no Brasil, se espraiaram por várias áreas da sociedade como na educação e nas instituições de ensino, vide o caso da Educação Ambiental (EA) que galgou institucionalização nas redes de ensino público brasileiro através da Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9.975/99. Para compreender as regras e mecanismos de gestão de poder da teia de relações dos NEA's nos diferentes *campi* da rede IFES, em seus distintos contextos, intentou-se destacar nos capítulos deste trabalho a história das instituições e dos sujeitos articuladores de uma cadeia de ações e conceitos que constroem o objeto desta pesquisa.

Estudos da natureza da presente pesquisa contribuem para observar se e/ou como a emergência da questão ambiental em instituições de ensino coopera para pensar a relação sociedade e natureza. Se e/ou como as *práxis* dos NEA's contribuem para uma visão crítica e holística na instituição acerca de diversas questões relacionadas ao processo ensino-aprendizagem nos seus territórios como o uso e/ou consumo de agrotóxicos, o comércio de alimentos orgânicos e a diversidade socioambiental, dentre outras aspectos.

---

conquista de direitos que se coadunaram formando o conceito de cidadania. A partir do trabalho de Marshall Citizenship, na Inglaterra nos anos 1960, surgem diversos estudos comparativos, apontando as várias realidades nacionais. Assim, as Políticas Sociais podem ser compreendidas como sistêmicas, inseridas em um contexto, espaço de articulação de mecanismo para situações-problemas específicos atuais nos territórios. Na modernidade enquanto experiência, do que/como fazer agora, os desafios ambientais ganharam incontestável destaque na contemporaneidade, demandando soluções do Estado e sociedade, pois depreendeu-se que as políticas sociais envolvem a questão ambiental, a partir de uma visão ontológica.

## METODOLOGIA

De maneira geral, o trabalho possui caráter exploratório e analítico; sua abordagem é principalmente qualitativa e lançará mão da observação direta “das atividades do grupo pesquisado e das entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo” (GIL, 2008, p. 53), na procura pelo aprofundamento de uma realidade específica. E, em virtude de sermos servidores da mesma instituição dos sujeitos desta pesquisa, e compreendermos o contexto institucional, bem como por participarmos de eventos e comissões em conjunto com parte dos investigados, a presente pesquisa se aproxima de uma observação participante, “quando o observador pertence à mesma comunidade ou grupo que investiga” (GIL, 2008, p. 103).

De tal modo, os NEA's do IFES serão analisados utilizando diversos procedimentos, a partir de um enfoque na política social. Fleury (1999; 2014), analisando o conceito de política social enquanto destinada a proporcionar respostas às demandas que têm origem no processo de reprodução dos indivíduos, afirma ser uma construção bastante complexa porque envolve “um processo histórico de constituição de atores políticos e sua dinâmica relacional nas disputas pelo poder” (p. 3). Vianna (2002), afirma que se deve considerar em uma análise de política social a importância dos atores/sujeitos sociais e de sua capacidade de negociar politicamente suas posições na agenda pública.

Os dois primeiros capítulos deste trabalho observam os aspectos básicos às análises em políticas sociais: o aspecto histórico da PS, seus atores e as suas práticas. O capítulo 1, A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo): uma história de (re)existência, decorre da intencionalidade em compreender o que seja agroecologia e o processo que culmina na Pnapo. Segundo Vianna (2002), na investigação em políticas sociais o primeiro aspecto observado é a dimensão histórica, que se pode entender e praticar política social, dependendo, conforme mencionado, da natureza do Estado e dos processos decisórios em vigor.

A pesquisa foi iniciada a partir de uma revisão bibliográfica em relatórios do governo federal sobre as políticas públicas voltadas à agroecologia e produção orgânica, artigos científicos e livros acerca da agroecologia brasileira e internacional, além da realização de disciplinas, cursos, acompanhamento de palestras, reuniões, participação na comissão estadual (Espírito Santo) de agroecologia e produção orgânica, dentre outras atividades relacionadas diretamente com a temática estudada. Inicialmente a busca foi pelo aprofundamento na

temática; esta busca conceitual é contínua e, como a transição agroecológica, seu estado é permanente.

Assim, seguimos para um balanço (levantamento exploratório) de trabalhos de pós-graduação *stricto sensu* na base Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>). A pesquisa foi realizada durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2020, utilizando-se dos seguintes termos na busca textual: “agroecologia” AND “política”, com recorte de 2015 a 2019. A análise deste material proporcionou uma melhor compreensão da dimensão política da agroecologia brasileira, da sua história, bem como das instituições, organizações e sujeitos envolvidos nesse processo.

O capítulo 2, A Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo): arena decisória dos Planapos, decorre da intencionalidade em identificar os sujeitos e seus interesses durante a prática de gestão dos planos nacionais de agroecologia e produção orgânica, no Brasil, a partir de um enfoque nos NEA's. Na esteira deste processo ocorreram as análises das memórias, conforme as atas, das reuniões da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), ocorridas entre 2012 e 2018, tratando da elaboração e acompanhamento do Planapo I (2013-2015) e do Planapo II (2016-2019), propiciando investigar as discussões atreladas aos NEA's, na busca pelas intencionalidades, durante seu processo de estruturação prática e teórica.

Para analisar o material originado destas reuniões entre os representantes das instituições componentes do conselho, optou-se pela técnica de análises de conteúdo de Bardin (2016). Tal escolha advém do anseio em desvendar o código linguístico de um grupo restrito, a partir de sua comunicação registrada. A análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo da mensagem, e sua intenção é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, inferência esta que recorre a indicadores. (BARDIN, 2016).

Atento às condições de produção do texto e inferências, segundo Bardin (2016), o objeto da análise de conteúdo é a palavra prática da língua realizada por emissores identificáveis, seus significados e as ideias expressas. Trata-se de um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção destas mensagens. (BARDIN, 2016).

Segundo a autora, o *corpus* é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. O método de Bardin (2016) orienta as etapas: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados e interpretação. Na pré-análise

realiza-se a escolha dos documentos e a leitura flutuante deste material. A leitura flutuante propicia conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações, seguidas pelo tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

Seguindo o método de Bardin (2016) na fase de exploração do material, no processo de codificação realizaram-se os recortes de texto, caracterizando as unidades de contexto que servem de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e correspondem ao segmento da mensagem, cujas as dimensões (superiores a unidade de registro), são ótimas para que se possa compreender melhor a unidade de registro.

A unidade de registro é a palavra cerne da análise; para Bourdieu (1992), “[...] o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (p. 15).

No processo de escolha da unidade de registro optou-se por núcleo, pois, devido ao tema deste trabalho serem os NEA’s, a palavra no singular pôde captar ampla abrangência de seu sentido, ocorrendo em momento posterior a exclusão das menções a unidade registro escolhida em acepções alheias aos NEA’s. Bardin (2016) afirma que em entrevistas abertas e semiestruturadas o tema é geralmente utilizado como unidades de registro para estudar motivações de opiniões, atitudes, valores, crenças, tendências etc... podem ser, e são utilizadas frequentemente, como unidade de registro base.

A partir da análise das memórias das reuniões da Cnapo e da aplicação das técnicas de análises de conteúdo foram propostas categorias de análises à unidade de registro núcleo diretamente associada aos NEA’s. As categorias foram propostas a partir do sentido do discurso e do uso repetido de palavras. Assim, as palavras foram utilizadas enquanto indicadores, devido ao recorrente uso nas reuniões, por representantes de diferentes instituições.

No capítulo 3, Os Núcleos de Estudos em Agroecologia e a emergência da questão ambiental no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, pretendeu-se traçar as características básicas do objeto da pesquisa, principalmente a partir da análise de documentos bibliográficos, com destaque para os relatórios técnicos institucionais. Portanto, a partir de uma observação indireta, constituída pela análise de fontes secundárias, cedidas e/ou publicadas por membros dos NEA’s. Este capítulo visou abarcar, principalmente, o seguinte objetivo específico da presente pesquisa, a saber; investigar as ações dos NEA’s no contexto da questão ambiental no IFES.

Após contato com coordenadores e/ou ex-coordenadores de todos os núcleos, os materiais bibliográficos produzidos compostos por relatórios técnicos parciais e finais,



obrigatórios, apresentados junto as Diretorias de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão (DPPGE) dos *campi* e ao CNPq, foram gentilmente socializados via e-mail durante o período do segundo semestre de 2021 e primeiro semestre de 2022. Os relatórios técnicos analisados abarcam os membros das equipes e suas respectivas formações, os parceiros dos projetos e suas funções, as atividades propostas, as ações de ensino/pesquisa e extensão detalhadas com a identificação das estratégias, descrição do público participante, bem como de cursos ofertados, número de participantes, participação em eventos e dados resultantes das pesquisas desenvolvidas por integrantes dos núcleos.

Além dos relatórios, diversos artigos científicos foram localizados após busca na internet, no segundo semestre de 2021 e primeiro semestre de 2022. No que diz respeito aos resultados de pesquisas e o desenvolvimento das trajetórias dos núcleos, pode-se destacar os materiais publicados no site da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), disponíveis em Cadernos de Agroecologia - ABA Agroecologia ([aba-agroecologia.org.br](http://aba-agroecologia.org.br)).

Também contribuíram para construção do perfil dos NEA's da rede IFES os materiais de divulgação dos núcleos no *site* da própria instituição (<https://ifes.edu.br/campi>), assim como para a escrita do capítulo 3, além das fontes citadas, o procedimento da participação como ouvinte, desde 2019, de comissões, cursos e eventos cujo os membros dos NEA's da rede IFES estiveram narrando suas trajetórias e resultados de pesquisas, foram orientadoras, e como por exemplo pode-se mencionar os encontros anuais da Rede de Educadores Ambientais (R-EA) do IFES. Após a escrita de um texto preliminar apresentando o perfil de cada NEA da rede IFES, a partir das fontes e procedimentos já citados.

No capítulo 4, As representações sociais dos coordenadores dos NEA's do IFES sobre a agroecologia, que apresentou uma dimensão principalmente qualitativa, optamos pela utilização do referencial teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais (TRS), orientadas pelos pressupostos de Moscovici (1978, 1979, 2009), e como apoio os trabalhos de Jodelet (1993, 2005, 2017), Sá (1998), Marková (2017) e Siqueira (2020).

Segundo Moscovici (1978; 1979; 2009), as representações sociais são processos de organização de imagens e linguagens em torno de um objeto social, e são compostas de figuras e expressões socializadas. Para Moscovici (1979), se trata de “uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e comunicação entre indivíduos” (p. 26), e são “produzidas, engendradas, socialmente” (p. 76), ou seja, produzem territorialidades que por meio delas os indivíduos se relacionam no seu cotidiano.

A coleta de dados foi dividida e realizada por meio de duas técnicas: a realização de entrevistas narrativas e a aplicação de questionários estruturados. Os sujeitos da pesquisa foram

os servidores do IFES, com destaque para os coordenadores e ex-coordenadores de NEA's. Para a obtenção dos dados realizamos entrevistas narrativas junto aos coordenadores e ex-coordenadores de NEA's, para saber sobre as suas representações sociais acerca da agroecologia. Os questionários estruturados foram aplicados de maneira aleatória e proporcional ao número de servidores dos *campi* para investigar as suas percepções no que diz respeito as ações desenvolvidas pelos NEA's.

As entrevistas narrativas e os questionários estruturados foram, respectivamente, coletadas, aplicados e recolhidos durante os meses de maio, junho e julho de 2022, nos seguintes *campi* da rede de ensino do IFES: Santa Teresa, Ibatiba, Santa Maria de Jetibá, Itapina e Nova Venécia. Complementarmente foram consideradas técnicas de observação em dias de campo e reuniões presenciais e virtuais, pelas quais se teve acesso às ações do grupo produtor da RS da agroecologia nos *campi* da rede IFES.

Para Jovchelovitch e Bauer (2002), a entrevista narrativa funciona simultaneamente enquanto uma técnica específica de coleta de dados e como um método de geração de dados. Segundo os autores citados “a técnica recebe seu nome da palavra latina *narrare*, relatar, contar uma história” (p. 93).

De acordo com Jovchelovitch e Bauer (2002), as entrevistas narrativas são formas de contar histórias, e como tal possuem duas dimensões: a cronológica, referente à narrativa como uma sequência de episódios, e a não cronológica, que implica a construção de um todo a partir de sucessivos acontecimentos, ou a configuração de um "enredo". O enredo é crucial para a constituição de uma estrutura de narrativa, pois é através dele que as unidades individuais (ou pequenas histórias dentro de uma história maior) adquirem sentido na narrativa. Por isso a narrativa não é apenas uma listagem de acontecimentos, mas uma tentativa de ligá-los, tanto no tempo, como no sentido. (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002).

Narrações são ricas de colocações indexadas, a) porque elas se referem a experiência pessoal, e b) porque elas tendem a ser detalhadas com um enfoque nos acontecimentos e ações. A estrutura de uma narração é semelhante a estrutura da orientação para a ação: um contexto e dado; os acontecimentos são sequenciais e terminam em um determinado ponto; a narração inclui um tipo de avaliação do resultado (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 92).

No quadro 1, a seguir, é possível observar as 4 fases da entrevista narrativa segundo Jovchelovitch e Bauer (2002, p. 97);

**Quadro 1 – Fases da Entrevista Narrativa**

Fases	Regras
Preparação	Exploração do campo Formulação de questões exmanentes
1. Iniciação	Formulação do tópico inicial para narração Emprego de auxílios visuais
2. Narração central	Não interromper Somente encorajamento não verbal para continuar a narração Esperar para os sinais de finalização (“coda”)
3. Fase de perguntas	Somente “Que aconteceu então?” Não dar opiniões ou fazer perguntas sobre atitudes Não discutir sobre contradições Não fazer perguntas do tipo “por quê?” Ir de perguntas exmanentes para imanentes
4. Fala conclusiva	Parar de gravar São permitidas perguntas do tipo “por quê?” Fazer anotações imediatamente depois da entrevista

(JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 97)

Segundo Jovchelovitch e Bauer (2002) a entrevista narrativa é composta de: uma iniciação, uma narração central e uma fase de perguntas. Na iniciação apresenta-se a proposta de pesquisa ao entrevistado, evidenciando os objetivos e também os referenciais orientadores. Na narração central, a ideia central é narrar sobre suas práticas relacionadas a agroecologia nos NEA´s do IFES, ou seja, sua experiência com agroecologia. Continuar a ser à vontade para detalhar e narrar os acontecimentos que detalham sua experiência enquanto docente enfatizando também sua trajetória de vida e acadêmica. E na fase de perguntas, após ouvir e ter certeza que a narrativa se finalizou, caso seja necessário pedir mais detalhes sobre alguns acontecimentos que não foram detalhados, buscando traduzir questões a fim de uma maior explicitação.

Na Entrevista Narrativa (EN) elegemos os eixos analíticos a serem aprofundados com foco nas dimensões e processos (re)produtores de representações sociais. No quadro 2, a seguir apresentamos a EN utilizada nesta pesquisa;

### **Quadro 2 – Entrevista Narrativa**

- Primeiro contato com a agroecologia - Quando a agroecologia surgiu na sua vida? Quando a agroecologia surgiu na sua vida, na vida da/o...? Quando e como você tomou conhecimento dos NEA´s? (Foco nos aspectos conceituais) - Informação / Objetivação.
- Pedir ao entrevistado que ela/ele dê uma definição sobre o que é a agroecologia. E o que acha da agroecologia a partir de sua prática. Como ele/ela vê as possibilidades e os limites

da agroecologia no IFES e na sociedade como um todo. (Foco nas representações) - Imagem / Objetivação/Ancoragem.

- Da vinculação da agroecologia com o cotidiano do entrevistado - Há resistências/tensões decorrentes das ações atreladas a agroecologia dentro e/ou fora do *campus*? Como a agroecologia está relacionada ao seu cotidiano profissional e pessoal? Você já encontrou alguma dificuldade no desenvolvimento de ações relacionadas à agroecologia, caso tenha encontrado, quais foram as estratégias para superá-las? (Foco nas ações) - Atitude / Ancoragem.
- Quais as principais *práxis* articuladas pelo NEA do seu *campus*? Quais as principais mudanças sociais na comunidade escolar podem ser atreladas a existência do NEA? (Foco na *práxis*) - Informação/Atitude/Imagem / Objetivação/Ancoragem.

Elaboração: Carvalho, F., 2022.

No *campus* Santa Maria de Jetibá realizamos a entrevista narrativa no dia 5 de maio de 2022, com duração de 30 minutos; No *campus* Ibatiba realizamos a entrevista narrativa no dia 23 de junho de 2022, com duração de 32 minutos; No *campus* Santa Teresa realizamos a entrevista narrativa no dia 8 de julho de 2022, com duração de 47 minutos. No *campus* Itapina realizamos duas as entrevistas narrativas no dia 28 de julho de 2022, uma com duração de 33 minutos junto ao coordenador do NEA, e outra, de 45 minutos, com a coordenadora da Rede de NEA's do IFES. No *campus* Nova Venécia realizamos entrevista narrativa no dia 1 de julho de 2022, com duração de 32 minutos.

Suplementando nossa investigação, buscamos outros sujeitos que contribuíram na compreensão do objeto estudado também por meio de entrevistas, com distintos roteiros. Assim, entrevistamos, em fevereiro de 2021, por meio do aplicativo WhatsApp o ex-coordenador do NEASES, do IFES *campus* Alegre, o professor Wallace Luís de Lima, doutor em agronomia pela UFRRJ e atuante com trabalhos em agroecologia na Rede IFES (roteiro em Apêndice).

Nessa pesquisa, enquanto complemento, tivemos a oportunidade de realizarmos EN junto à ex-presidente da ABA, a professora do departamento de solos da UFV Irene Maria Cardoso, por meio do aplicativo WhatsApp em junho de 2021 (roteiro em Apêndice). Doutora em Ciências Ambientais - pela Universidade de Wageningen (Holanda), a professora foi representante da ABA na CNAPO, é membro da Casa ECOA - NEA da UFV, e é na atualidade uma das principais personagens da agroecologia brasileira.

Como adição nesta investigação realizamos uma EN presencial junto ao ex-diretor da UIMQRoo, o professor do departamento do departamento de agroecologia da UIMQRoo Francisco Rosado-May, em novembro de 2022 (roteiro em Apêndice). O professor é PhD em

Biologia pela Universidade da Califórnia Santa Cruz (EUA), e é na atualidade uma das principais personagens da agroecologia mexicana.

Nas investigações do campo das representações sociais é importante se ater às relações com o outro, não só o papel do outro, mas sua interpretação social. Pois o sujeito não é apenas produtor de representações sociais de objetos sociais, ele também é produto. Assim a alteridade tem seu papel na análise das representações sociais. Jodelet (2017), entende a *alteridade* como produto e processo psicossocial.

Neste sentido foi elaborado um questionário estruturado para investigar qual a visão dos servidores, que não foram membros dos NEA's, acerca desses núcleos. O questionário é “uma técnica de coleta de dados através de uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito, sem a presença do entrevistador.” (FERRÃO & FERRÃO, 2012, p. 105), e aqueles denominados de estruturados se desenvolvem a partir de um roteiro básico de perguntas.

Em cada *campus* pesquisado foram recolhidos entre 9 e 16 questionários estruturados, (ver quadro 3, a seguir), obedecendo uma lógica de proporcionalidade ao número total de servidores por unidade escolar. A razão foi de investigar aproximadamente 10% dos servidores de cada *campus*, de maneira aleatorizada. Foi a forma encontrada para compreender como os NEA's são percebidos pelos membros das comunidades escolares da rede IFES.

### Quadro 3 - Questionário estruturado

Tema do questionário: Núcleos de Estudos Agroecológicos (NEA's)

1. Você é servidor(a) deste *campus* desde qual ano?
2. Você já fez parte de algum NEA? ( ) sim ( ) não
3. No seu *campus* tem algum NEA? ( )sim ( ) não
4. Caso sua última resposta tenha sido sim (na questão 3), qual sua opinião sobre o NEA do seu *campus*?
5. Você poderia comentar brevemente alguma(s) ação(ões) desenvolvida(s) pelo NEA do seu *campus*?

Elaboração: Carvalho, F., 2022.

Os questionários foram aplicados durante os meses de maio, junho e julho de 2022, sendo validados em total de sessenta e um (61). No *campus* Santa Maria de Jetibá recolhemos os questionários no dia 4 de julho; No *campus* Ibatiba recolhemos no dia 23 de junho de 2022; No *campus* Santa Teresa recolhemos os questionários no dia 7 de julho de 2022; No *campus*

Itapina recolhemos os questionários no dia 28 de julho de 2022. No *campus* Nova Venécia recolhemos os questionários no dia 1 de julho de 2022.

Na tabela 1, a seguir, consta o número de participantes da pesquisa, distribuídos por *campus* e tipo de participação;

<b>Tabela 1 – Número de sujeitos pesquisados por <i>campus</i></b>				
<i>Campus</i> (n° servidores)	EN	Questionários	Total de investigados	
St. Teresa (165)	1	16	17	
Ibatiba (80)	1	12	13	
St. Maria Jetibá (55)	1	9	10	
Itapina (170)	2	13	15	
Nova Venécia (95)	1	11	12	
Total nos <i>campi</i> (565)	6 entrevistados	61 questionários	67 servidores	

Fonte: Relatórios de Gestão do IFES. Organização: Carvalho, F., 2022.

O tamanho da amostra, que aqui diz respeito ao número total de questionários estruturados recolhidos, foi estipulada pela fórmula de Slovin. A formula é descrita como, conforme o quadro 4, a seguir:

<b>Quadro 4 – Dados amostrais</b>	
<p>Tamanho da amostra = <math>N / (1 + N * e^2)^{21}</math>            N = tamanho da população.            e = margem de erro.</p>	
Tamanho da população investigada = 565	Margem de erro da investigação ≤ 10%
Tamanho da amostra para ser investigada = 61	Tamanho da amostra investigada = 61
Grau de confiança = 90 %	

Elaboração: Carvalho, F., 2022.

Na análise das EN, gravadas com autorização dos sujeitos -ver em apêndices -, foi utilizada a já mencionada técnica de Análise Conteúdo Bardin (2016), sendo, portanto, este

<sup>21</sup> **Tamanho da população** – O número total de pessoas cuja opinião ou comportamento sua amostra representará. **Margem de erro (%)** – A variação (medida como porcentagem) que as respostas da população podem ter com relação à amostra.

**Tamanho da amostra** – O tamanho da amostra é o número de respostas completas recebidas em uma pesquisa. Isso é chamado de "amostra" porque representa apenas a parte do grupo (ou população-alvo) que apresenta opiniões ou comportamentos relevantes, na qual os respondentes são escolhidos totalmente por acaso entre a população como um todo.

material o *corpus* apreciado para posterior categorização. Quanto aos dados alcançados através dos questionários estruturados, com uso autorizado pelos sujeitos (ver Apêndice)-; as questões 1, 2 e 3 foram submetidas à análise quantitativa por meio de técnicas básicas de estatística, a questão 4 foi submetida à análise quantitativa e qualitativa, e a questão 5 foi submetida a análise qualitativa.

O capítulo 1 deste trabalho trata do conceito de agroecologia e sua historicidade, apresenta sua contextualização no Brasil em três períodos históricos: Da Agricultura Alternativa à Agroecologia (1970-1980); Da consolidação da categoria Agricultor(a) Familiar à institucionalização da Produção Orgânica e da Agroecologia (1990-2000); Do “boom” agroecológico ao fim dos Conselhos Nacionais (2010-2020). O capítulo é principalmente bibliográfico, nele apresentamos a origem da agroecologia e seu desenvolvimento de ciência no século XX, à vertente ciência, movimento e prática no século XXI.

O capítulo 2 trata da análise documental da arena decisória, especialmente a partir da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) para promoção dos NEA's enquanto política pública; o foco do capítulo está nos atores sociais, suas intencionalidades e os possíveis conflitos, quando do planejamento para apoio e/ou implantação dos núcleos, via editais. O capítulo é principalmente analítico, nele compreendemos a estruturação teórico-conceitual articulada pelas instituições integrantes da comissão para os núcleos.

O capítulo 3 trata de revelar o processo de institucionalização da questão ambiental/agroecológica no IFES. Observamos os NEA's em diferentes contextos (*campi*), e em seguida apresentamos algumas ações mais representativas dos núcleos investigados. O capítulo é bibliográfico e analítico, nele indicamos a institucionalização da questão ambiental no IFES, bem como dos núcleos e suas territorialidades.

O capítulo 4 é principalmente analítico, nele revelamos as representações sociais sobre a agroecologia dos sujeitos investigados e verificamos os possíveis movimentos dessas RS (re)produzidas, bem como das tensões geradas. A expectativa analítica foi de dar sequência e aprofundamento na pesquisa junto aos coordenadores de núcleos com o enfoque agroecológico, bem como nas suas *práxis*, também junto a coordenação da rede de núcleos de estudos da questão ambiental, e demais servidores dos *campi* investigados.

## CAPÍTULO 1 – A POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (PNAPO): UMA HISTÓRIA DE (RE)EXISTÊNCIA

*Esta ação sobre o mundo, que, sendo mundo do homem, não é apenas natureza, porque é cultura e história, se acha submetida aos condicionamentos de seus próprios resultados.*

(PAULO FREIRE)

A emergência da questão ambiental na dinâmica social e econômica da maioria dos países do mundo, na atualidade, possibilita abstrair esta temática enquanto mais uma ideologia<sup>22</sup> do século XXI, capaz de articular configurações políticas de diversas naturezas e escalas. A institucionalização da questão ambiental, em que pese os descompassos espaço-temporais, avançou em diversos territórios e um reflexo deste processo foi a abertura à agroecologia e produção orgânica na América Latina.

Estudos de La Red PP-AL<sup>23</sup> (2017) realizados na Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Cuba, Nicarágua e México apontam alguns avanços em matéria de políticas públicas agroecológicas nestes países, com destaque àquelas relacionadas ao acesso a: créditos à produção, construção de mercados de compras, extensão rural e valorização dos saberes dos territórios, com proeminência para políticas nos níveis provincial e municipal.

Sólo Brasil y Nicaragua benefician de la creación de una política pública específica nominalmente focalizada en la agroecología y producción orgánica. Eso no quiere decir que, en otros países, como lo muestran los estudios de caso, no haya una serie de instrumentos aislados o de políticas sectoriales que contribuyen para una transición agroecológica, en particular en los ministerios de medio ambiente, agricultura y desarrollo social (PP-AL, 2017, p. 198).

Ainda de acordo com o material de La Red PP-AL, tanto a existência de uma política a nível federal, quanto o apoio à (re)produção do conhecimento agroecológico, a partir de instituições de ensino, tendo como proposta a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, constituem diferencial no território<sup>24</sup> brasileiro. A seguir, intentamos demonstrar os

<sup>22</sup> Para Mignolo (2005; 2017) as cinco ideologias da modernidade são: o cristianismo, o liberalismo, o marxismo, o conservadorismo e o colonialismo. Dialógicos com o autor citado, Quijano (1992, Souza-Santos (2000) e outros compõem o denominado movimento decolonial, e seu conjunto de ideias estão conectadas à emergência do paradigma agroecológico, com destaque para a América Latina.

<sup>23</sup> La Red PP-AL es un dispositivo de investigación colaborativa creado en el año 2012, por iniciativa y apoyo del CIRAD. Esta red analiza y acompaña las dinámicas de las políticas públicas para el desarrollo rural en América Latina y el Caribe. Reúne 110 investigadores, docentes y doctorandos de más de treinta equipos y laboratorios de 10 países de América Latina. La red PP-AL tiene un triple mandato de investigación, formación-enseñanza superior de apoyo a formulación y evaluación de políticas públicas de desarrollo rural. (PP-AL, 2017).

<sup>24</sup> Dentro da Geografia há consenso entre os principais autores quanto à precedência do espaço geográfico sobre o território: “É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). “Desde a origem, o



processos históricos que culminaram nesta estruturação de política nacional, e que se originou da luta e resistência de diferentes movimentos sociais, tendo brotado a partir de uma perspectiva contra-hegemônica.

### 1.1 O QUE É AGROECOLOGIA?

Após levantamento bibliográfico sobre o tema, foi possível observar concepções diferenciadas em torno da compreensão do que seja a agroecologia. Há concordância entre os autores pesquisados de que a agroecologia seja uma ciência, com origem nos anos 1970 e 1980. Todavia, nos anos 2000, da maior integração entre as comunidades acadêmicas e redes de produtores historicamente ligados às práticas das agriculturas alternativas de base ecológica, emergiu uma concepção ampliada do que seja agroecologia, convivendo na atualidade autores que compreendem a agroecologia como uma ciência e, outros, que a compreendem enquanto ciência, movimento e prática.

A concepção científica da agroecologia tem suas bases e seus princípios construídos por diversos autores, os agrônomos Miguel Altieri e Stephen Gliessman podem ser apontados como representantes sócios fundadores da nova ciência. A partir de trabalhos colaborativos desenvolvidos nos anos de 1970 e 1980, nos EUA, México e Chile, surgiram as bases e princípios científicos da agroecologia. Segundo Sevilla-Guzmán (2015) em entrevista concedida a Hernandez e Almeida (2015, p. 282 e 283), nos anos de 1970, na origem científica da agroecologia,

Había muchos norteamericanos que trabajaban en Latinoamérica, había gente como Gliessman y todos estos que habían trabajado mucho en Latinoamérica, y eran como si fueran latinoamericanos. Aunque realmente casi todos provenían de universidades de Estados Unidos, porque allí se daban clases en castellano también y tenían este tipo de inquietudes. [...] Todo esto que estaba funcionando de esa forma quisimos darle una dimensión más institucional, entonces yo recuerdo que Miguel Altieri organizó una reunión en Chile, financiada por la FAO, para tratar de definir algo que él estaba intentando hacer que era definir la agroecología. Para eso convocó a una serie de gente de distintos países que estaban haciendo cosas de ese tipo [...].

A ciência da agroecologia é definida por Altieri (2002, p. 452) como “[...] a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos para desenhar agroecossistemas sustentáveis”. Além

---

território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra*, *territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo - especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva apropriação” (HAESBAERT, 2004, p. 20).

disso, Altieri (2012) coloca a necessidade da integração de quatro (4) ciências, a seguir, para uma abordagem complexa dos agroecossistemas: ecologia, agronomia, economia e sociologia.

Na origem da “nova ciência” os agroecossistemas foram compreendidos como o objeto científico. Hecht (2002) os considera como ecossistemas agrícolas com vistas a otimizar a captura da energia solar e transferi-la às pessoas na forma de alimentos ou fibras, e que os seres humanos são um componente ativo na organização dos recursos do sistema. Segundo Sevilla-Guzmán (2006), no primeiro manual sistemático de Miguel Altieri, em 1977, foram indicados os princípios científicos da agroecologia.

Seu conhecimento haveria de ser gerado mediante a orquestração das visões de diferentes disciplinas para, mediante a análise de todo tipo de processos da atividade agrária, em seu sentido mais amplo, compreender o funcionamento dos ciclos minerais, das transformações de energia, dos processos biológicos e das relações socioeconômicas, como um todo (SEVILLA-GUZMÁN, 2006, p. 103).

Inicialmente, fruto da interdisciplinaridade agronomia-ecologia, Caporal e Costabeber (2007) afirmam que a tradição científica da agroecologia vem dos estudos camponeses, do populismo agrário russo, e que a partir dos anos 1980 começaria a se conformar como perspectiva teórica alternativa ao pensamento ecotecnocrático da sustentabilidade e dialógica com o pensamento ecossocial da sustentabilidade.

Sustentados no “neonarodnismo ecológico” ou “neopopulismo ecológico”, seus autores recuperam, a partir de uma análise científica, a necessidade de conservação da biodiversidade ecológica e cultural, assim como o enfoque sistêmico para a abordagem dos processos relativos ao fluxo de energia e de materiais nos sistemas econômicos. [...] ainda que faça uma crítica radical à ciência e tecnologias modernas, não nega a ciência, mas propugna por uma “modernidade alternativa”, afastando-se da ideia de progresso a qualquer custo e do entusiasmo cego com respeito às tecnologias ditas modernas. No processo de conformação deste novo paradigma, encontramos ainda categorias chaves, para um modelo alternativo de desenvolvimento, buscadas em Chayanov [...] (CAPORAL; COSTABEBER, 2007, p. 87).

Alexander Chayanov estudou a lógica interna de funcionamento das propriedades camponesas, sua inserção “diferenciada” no sistema capitalista, sendo uma classe social vivente de particular racionalidade econômica, devido ao aspecto dual de serem unidades ao mesmo tempo de consumo e de produção. (LEWER, 2016).

Para Caporal e Azevedo (2013), a agroecologia é uma ciência que busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar e holística.

As bases epistemológicas da agroecologia mostram que:

- a) os sistemas biológicos e sociais têm potencial agrícola;
- b) este potencial foi captado pelos agricultores tradicionais através de um processo de tentativa, erro, aprendizado seletivo e cultural;
- c) os sistemas sociais e biológicos coevoluíram de tal maneira que a sustentação de cada um depende estruturalmente do outro;
- d) a natureza do potencial dos sistemas social e biológico pode ser melhor compreendida dado o nosso presente estado do conhecimento formal, social e biológico, estudando-se como as culturas tradicionais captaram este potencial;
- e) o conhecimento formal, social e biológico, o conhecimento obtido do estudo dos sistemas agrários convencionais, o conhecimento de alguns insumos desenvolvidos pelas ciências agrárias convencionais e a experiência com instituições e tecnologias agrícolas ocidentais podem se unir para melhorar tanto os agroecossistemas tradicionais como os modernos;
- f) desenvolvimento agrícola, através da Agroecologia, manterá mais opções culturais e biológicas para o futuro e produzirá menor deterioração cultural, biológica e ambiental que os enfoques das ciências convencionais por si sós. (CAPORAL; AZEVEDO, 2013, p. 95).

Excetuando alguns aspectos em torno da construção de uma base de princípios mais ou menos abrangentes quanto aos aspectos socioculturais, estes teóricos da agroecologia apresentam uma ciência com amplo arcabouço teórico-metodológico para a construção de sistemas agrícolas mais sustentáveis, e propõem recursos científicos para modelos de (re)desenhos dos agroecossistemas. Gliessman (2005) distingue três (3) fases, a seguir, para uma transição agroecológica, um percurso metodológico que indica, em sua essência, um processo permanente: 1º redução no uso de insumos – aumentar a eficiência de uso dos insumos – uso racional dos recursos; 2º substituição de insumos e práticas convencionais – adoção das práticas agroecológicas; 3º redesenhar os agroecossistemas – funcionar através do conjunto de processos ecológicos (GLIESSMAN, 2001).

Em harmonia com as bases e princípios estabelecidos pela ciência agroecológica, nos anos 2000, foi incorporada por diversos autores a compreensão da agroecologia, também, como prática e movimento. Segundo Alexander Wetzel (2009), a agroecologia se manifesta como ciência-movimento-prática; a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), desde 2018, abalizou esta visão da agroecologia enquanto ciência, movimento e prática. Todavia, ressaltamos que desde o VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia (2013) esse conceito “ampliado” de agroecologia foi a tônica nas publicações.

A emergência da agroecologia “movimento” foi fruto da sinergia gerada entre diversos grupos de produtores, pesquisadores, movimentos sociais do campo, povos tradicionais, grupos de consumidores, dentre outros. Assim, insurgiu o movimento agroecológico brasileiro nos anos 1990. No Brasil, a criação da Articulação Nacional da Agroecologia (ANA), em 2002, e da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), em 2004, foram cruciais à aglutinação de um grupo tão diverso de atores, e na construção de agendas políticas.

O movimento agroecológico possui lógica política, atua especialmente com propostas voltadas à agricultura familiar e aos povos tradicionais, articula mecanismos como leis, programas, projetos e planos de governo, dentre outros instrumentos de disputa de poder.

A emergência da agroecologia “prática” é decorrente da convergência de grande quantidade de técnicas como compostagens, caldas, adubações verdes, uso de micro-organismos eficientes, por exemplo, diversas agriculturas de base ecológica e as práticas culturais agrícolas de povos tradicionais do campo, das florestas e das águas, em torno de suas cosmo percepções. Segundo Sevilla-Guzmán, em entrevista concedida, em 2015, para Hernandez e Almeida (2015, p. 285), “[...] la agroecología surge en Latinoamérica y surge como consecuencia de que los pueblos indígenas y los campesinos se vinculan en un determinado momento intentando articular su parcialidad sociocultural diferenciada para enfrentarse a algo a lo que los oprimía [...]”.

A denominação de agricultura de base ecológica surgiu recentemente, na segunda metade do século XX, para traduzir a variedade de manifestações do que vinha sendo tratado como agriculturas alternativas. Entre elas, podemos citar a Agricultura Natural (Fukuoka), a Agricultura Orgânica (Howard, Balfour, Rodale), a Agricultura Biológica (Muller, Aubert, Chaboussou), a Agricultura Regenerativa (Pretty), a Agricultura Biodinâmica (Steiner), a Agricultura de Baixos Insumos Externos (ILEIA-Holanda) e a Permacultura (Mollison), entre outras. (EMBRAPA, 2006).

Capra e Luisi (2014) apontam que em anos recentes, “a palavra agroecologia tem sido cada vez mais utilizada como termo unificador, referindo-se tanto à base científica como à prática de uma agricultura alicerçada em princípios ecológicos” (p. 537). As práticas das agriculturas de base ecológica, acima citadas, fazem parte do vasto arcabouço da *práxis* agroecológica, estabelecendo relação com as dimensões da agroecologia, propostas por Sevilla-Guzmán (2006). À luz da evolução do pensamento agroecológico, Sevilla-Guzmán (2006) propôs três dimensões da agroecologia: a ecológica e técnico-agronômica, a socioeconômica e cultural e a dimensão sociopolítica.

A dimensão ecológica e técnico-agronômica se relaciona com a estrutura e função dos ecossistemas, vinculadas aos fluxos de matéria, energia e cadeia trófica. Cada ecossistema é considerado em suas relações internas com o seu entorno. Ademais, sempre devem ser consideradas as inter-relações a partir de uma perspectiva sistêmica, com base nos recursos humanos e naturais em interação. (SEVILLA-GUZMÁN, 2006).

A dimensão socioeconômica e cultural da agroecologia se refere ao maior nível de participação social, por isso " [...] debe incorporar la perspectiva histórica y el conocimiento local; es decir, lo endógeno específicamente generado a lo largo del proceso histórico que nos lleva a repensar los estilos de desarrollo rural" (p. 211). Deve-se, portanto, incorporar técnicas de resistência, ao modelo de modernização da RV, que são recriadas por camponeses e populações tradicionais. Evidentemente, neste caso, não se pode desconsiderar o conhecimento exterior produzido em centros de pesquisa e outros lugares onde o chamado conhecimento científico é produzido; o que deve ocorrer é uma assimilação do conhecimento científico ao tradicional sem agredir a identidade local. (SEVILLA-GUZMÁN, 2006).

A dimensão sociopolítica pretende articular experiências e projetos políticos a fim de diminuir as desigualdades sociais. Sevilla-Guzmán (2006) destaca que as intervenções agroecológicas incapazes de diminuir desigualdades dos grupos envolvidos não se enquadram nos princípios da agroecologia, "ya que para ésta los sistemas de estratificación social desequilibrados constituyen una enfermedad ecosistémica" (p. 208).

Para Giraldo e Rosset (2018), a agroecologia é composta de dimensões materiais e imateriais, e constitui uma importante estratégia do campesinato na manutenção do seu modo de vida e trabalho. A agroecologia está para além de métodos sustentáveis de produção. Por mais que estes métodos sejam importantes na busca pela superação do modelo do agronegócio, é preciso notar que a agroecologia emerge como um paradigma mais amplo, pois ela apresenta uma concepção ontológica e busca restabelecer a conexão entre a sociedade e a natureza através do processo de alimentação (COCA *et al.*, 2020).

Caporal e Costabeber (2007) também compreendem a multidimensionalidade da agroecologia, todavia, a partir das dimensões da sustentabilidade: ecológica, econômica e social (primeiro nível), cultural e político (segundo nível) e ético (terceiro nível): "Desde a Agroecologia, a sustentabilidade deve ser vista, estudada e proposta como sendo uma busca permanente de novos pontos de equilíbrio entre diferentes dimensões que podem ser conflitivas entre si em realidades concretas". (CAPORAL; COSTABEBER, 2007, p. 111).

Há convergência conceitual entre os autores acerca da multidimensionalidade da agroecologia, de tal maneira que para Caporal e Costabeber (2009) se trata de uma ciência do

campo da complexidade, com princípios, conceitos e metodologias, a partir de uma abordagem holística e enfoque sistêmico, para (re)desenhos de agroecossistemas, e que está passando por revisão do seu objeto científico.

Os “etnoecossistemas” (GLIESSMAN, 2001) são exemplos deste processo de transição teórica-conceitual, compreendemos que seja uma ampliação do objeto científico. Ela expressa identidade territorial, inclui a dimensão humana e evidencia a multidimensionalidade da sustentabilidade.

Autores como Cardoso *et al.* (2017) e Souza (2017), mais recentemente, afirmam que o objeto da agroecologia se expandiu do agroecossistema para todo o sistema agroalimentar, envolvendo a produção vegetal e animal, o processamento e a comercialização dos alimentos, envolvendo novas áreas do conhecimento como a saúde e as ciências humanas, por exemplo. Associamos a ampliação da compreensão da agroecologia-ciência à agroecologia-ciência, movimento e prática, além do papel ativo do “movimento agroecológico” ao longo da história, e também a mudança do objeto científico dos agroecossistemas para o sistema agroalimentar.

Caporal e Costabeber (2007) e Caporal (2016) alertam que a agroecologia não pode ser compreendida como uma panaceia, um remédio para todos os males;

[...] a não compreensão da Agroecologia como uma ciência leva a que muitos utilizem frases como: “existe mercado para a Agroecologia”, “a Agroecologia agora é uma política pública” ou ainda, “vamos fazer uma feira de Agroecologia”. Todas estas frases mostram um enorme equívoco gnosiológico (CAPORAL, 2016, p. 3).

Não obstante dos desígnios de definição e/ou apontamentos de correntes mais ou menos assertivas, de maneira geral, pode-se perceber a agroecologia compreendida como instrumento popular, científico e político para (re)construção de territorialidades a partir da racionalidade da sustentabilidade ecossocial<sup>25</sup>.

Para Francisco Rosado-May<sup>26</sup> cabe mais um ponto de discussão, uma diferenciação espacial sobre o conceito de agroecologia. Para Rosado-May (2022), como na América Latina estão muito presentes os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, e na Europa não, aqui podemos falar em “resgate dos saberes da agricultura tradicional”, de “interculturalidade” e de um encontro entre esses conhecimentos tradicionais e os conhecimentos acadêmicos; enquanto que na Europa esses saberes tradicionais se perderam e a ideia de agricultura tradicional está

<sup>25</sup> Essa perspectiva, segundo Caporal e Costabeber (2007) é uma convergência, dentro do movimento ambientalista, dos discursos culturalistas e ecossocialista. É crítica do neoliberalismo; assim, é antagônica à corrente ambientalista ecotecnocrática.

<sup>26</sup> O professor Phd. Francisco Rosado-May, nosso entrevistado, é Maya e uma referência na formação universitária de agroecólogos Mayas, a partir de um enfoque intercultural na península de Yucatán, México, desde 2007.

vinculada à agricultura convencional, sendo portanto sinônimos. De tal jeito que na América Latina a agroecologia está interrelacionada com a agricultura tradicional, podendo ser apontada enquanto um enfoque. (ROSADO-MAY, 2022).

## 1.2 PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DA PNAPO

A agroecologia — ciência, movimento e prática — em sua dimensão política, através de atuação na proposição de políticas públicas, desenvolveu as condições necessárias ao longo dos anos, para disputar agendas políticas nos níveis municipal, estadual e federal, competindo ao Estado brasileiro assumir seu papel no apoio e no fortalecimento de um modelo de agricultura ambiental e socialmente sustentável. (MOURA, 2016).

A inserção do enfoque agroecológico nas agendas de políticas públicas setoriais no Brasil concorre com o projeto hegemônico de desenvolvimento rural difundido desde os anos de 1960 pelo Estado brasileiro, processo denominado, como já dito, RV. O público-alvo da agroecologia enquanto uma política pública é a agricultura familiar; sua racionalidade e suas características culturais, ambientais, sociais e econômicas são os elementos estruturadores da *práxis* e da teoria agroecológica. (PEREZ-CASSARINO, 2012).

A história da Pnapo está contida na história das políticas públicas agrícolas brasileiras, com destaque àquelas voltadas à agricultura familiar. Faz parte de um conjunto de políticas estruturais e setoriais, iniciadas no período da redemocratização brasileira, procedentes da colaboração da sociedade civil a partir dos conselhos participativos. Após longo processo envolvendo atores e interesses diversos a Pnapo foi instituída pelo Decreto nº 7.794, em 20 de agosto de 2012, com o objetivo de “integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica”.

As diretrizes da Pnapo são, resumidamente: promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional; promoção do uso sustentável dos recursos naturais; conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados; promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção; distribuição e consumo de alimentos; valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade; ampliação da participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica e contribuição na redução das desigualdades de gênero. (BRASIL, 2012).

Sambuich *et al.* (2017) afirmam que, com a Pnapo, a agroecologia e a produção orgânica começaram a fazer parte oficialmente do projeto de desenvolvimento do Estado brasileiro, passando a conviver em paralelo com as políticas de fomento à agricultura convencional, travando disputas por recursos, nas diversas arenas decisórias.

Embora tenha uma história relativamente curta, se tivermos como base sua instituição em 2012, por meio do Decreto n° 7.794, a Pnapo possui uma longa trajetória, de tal maneira que poderia nos levar distantes no tempo, todavia, os autores desta temática costumam traçar um recorte temporal que dialoga com o início do processo histórico de articulação da RV, assim, tomaremos esta trilha.

### 1.2.1 RESISTÊNCIA E LUTA: DA AGRICULTURA ALTERNATIVA À AGROECOLOGIA (1970-1980)

Na investigação das raízes e motivações para afirmação do pensamento agroecológico enquanto temática política, desde o surgimento do termo agroecologia citado pelo agrônomo russo Basil Bensin, em 1928, encontram-se importantes marcos referenciais no pensamento ambientalista nas décadas de 60, 70, 80 e 90 do século XX, tendo, neste contexto do “pensamento alternativo”, a agricultura orgânica tomado papel preponderante nas discussões no tocante ao campo agrônômico. Todavia, diversas outras agriculturas alternativas contribuíram para a construção da agenda política agroecológica. (WEZEL *et al.*, 2009).

Segundo Costa (2017), nos anos 1960 estavam em evidência em diversos países os movimentos de contracultura e de contestação ao padrão tecnológico agrícola hegemônico, notadamente na Europa e EUA. Cita como exemplo tipologias e autorias de referência por país: na França, em que as iniciativas eram orientadas segundo os princípios da Agricultura Biológica — Aubert, 1977; na Alemanha, era mais expressiva a corrente da Agricultura Biodinâmica — Steiner 1980; Koepf, 1983; nos EUA e Inglaterra, predominava a corrente da Agricultura orgânica — Howard, 2007; Rodale, 1983; no Japão se identificava a escola da Agricultura Natural — Okada, 1984; Fukuoka, 1985. (COSTA, 2017).

As denominadas Agriculturas Alternativas contribuíram significativamente para o avanço da ecologia na agricultura, todavia, pelo menos não de início, não contestaram o padrão dominante no que diz respeito aos aspectos sociais, por exemplo. O caso de Albert Howard e suas pesquisas na Índia ilustra este aspecto. “Em todo o mundo o nosso mais importante capital está sofrendo uma rapinagem. A restauração, assim como a manutenção da fertilidade do solo, torna-se um problema universal” (HOWARD, 2007, p. 321, *apud*<sup>27</sup> VANDERLINDE, 2008, p. 159). O processo de compostagem, como é conhecido no Brasil, recebeu uma larga atenção na sua obra. Howard denominou processo Indore, que tem este nome por originar-se do Estado de Indore, na Índia. E é deste processo, método ou técnica que derivou uma das teses basilares discutidas no seu testamento. Foi durante os estudos com as formas de compostagem que

---

<sup>27</sup> HOWARD, A. *Un testamento agrícola*. 1940, p. 321.



Howard observou que a base da saúde e da resistência às enfermidades estava relacionada à fertilidade do solo. (VANDERLINDE, 2008).

No Brasil, desde o fim dos anos de 1960, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da igreja Católica, o debate histórico do que viria a ser a agroecologia aconteceu em diversos espaços, todavia, naquele período não se utilizava o termo. Essa articulação entre algumas comunidades de pequenos agricultores com setores progressistas de igrejas cristãs fortaleceu e criou uma oposição mais efetiva padrão da RV à construção sistemática de uma agricultura alternativa. (LUZZI, 2007).

Para Grisa e Schneider (2014), neste período, o referencial de políticas públicas, no Brasil, foi de caráter agrícola e agrário, majoritariamente, quando o ajuste entre o setor da agricultura (“referencial setorial”) e a industrialização da economia do País (“referencial global”) passou a ser realizado por um conjunto de ações e políticas públicas, voltadas às grandes propriedades (“referencial de política pública”), em detrimento dos pequenos agricultores.

Apenas entre as décadas de 1960 e 1980 cerca de 13 milhões de pessoas abandonaram o campo no Brasil, fruto de alterações no uso do solo, do padrão tecnológico, da políticas agrícolas e agrárias, que alimentaram a concentração fundiária, a redução das ocupações rurais, inviabilizando em larga medida as pequenas escalas de produção (COSTA, 2017, p. 14).

Frente a este quadro, no Brasil, na década de 1970, publicações de trabalhos da então denominada Agricultura Alternativa, como o Manifesto Ecológico Brasileiro, de José Lutezemberg (1976), Pragas, Praguicidas e a Crise Ambiental: Problemas e Soluções, de Adilson Dias Paschoal (1979) e Manejo Ecológico do Solo: A Agricultura em Regiões Tropicais, de Ana Maria Primavesi (1979), incluem o Brasil no rol dos países que propuseram e contribuíram ao desenvolvimento da agroecologia. (COSTA, 2017).

Segundo Lutezemberg (1976), as atividades antrópicas são parte integrante do funcionamento da ecosfera e que o que se convencionou chamar de progresso não é outra coisa que um incremento na rapina dos recursos naturais, sendo a sociedade moderna infinitamente mais destruidora do que algumas sociedades antigas, que desapareceram justamente porque fabricaram desertos, principalmente a partir das monoculturas. (AUGUSTO, 2010).

Na década de 1980, no contexto do relatório Brundtland Nosso futuro comum, orientando para uma visão holística dos problemas da sociedade, os países desenvolvidos, sob pressão dos mercados de consumo, passam a regular em diversas áreas, atentos à questão ambiental. Na agricultura, o uso de venenos passa ser duramente criticado por parte da sociedade; segundo Costa (2017), a obra Plantas Doentes pelo Uso de Agrotóxicos: A teoria da

Trofobiose, de Francis Chaboussou (1985), foi fundamental nesta discussão e para o Movimento da Agricultura Alternativa brasileira.

No fim dos anos de 1980 o conceito científico de agroecologia emerge. Um marco referencial importante neste sentido foi o livro *Agroecologia: bases científicas* de Miguel Altieri, de 1989. Nesta obra é apresentada uma evolução da ideia da agricultura alternativa, provocando mudanças significativas nas bases conceituais e metodológicas, modelos de extensão, princípios e estratégias para o (re)desenho de sistemas agrícolas sustentáveis.

Sobre este período, Luzzi (2007) destaca os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAAs), nos anos de 1980 em 1981, 1984 e 1987, como fundamentais à articulação entre grupos de pesquisa da área. Nos EBAAAs destacaram-se as participações de estudiosos de instituições de ensino, pesquisa e extensão rural, membros de ONGs, representantes de instituições públicas e privadas, lideranças de movimentos sociais, agricultores, bem como profissionais e estudantes das ciências agrárias, especialmente de agronomia.

O período de 1970-1980, gênese da agroecologia brasileira, foi marcado pela resistência do então Movimento da Agricultura Alternativa (MAA) ao modelo da “modernização conservadora”, pela luta da(o)s pequena(o)s agricultora(e)s por direitos sociais, e pela construção coletiva das agriculturas alternativas por pequenos agricultore(a)s, técnicos, extensionistas, professores e grupos de estudantis, dentre outros. No Brasil, o conceito de agroecologia ainda não era amplamente utilizado o que veio a ocorrer apenas nos anos de 1990, destacou-se neste processo de “popularização” dos princípios científicos agroecológicos a ONG AS-PTA, dentre outras instituições (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

#### 1.2.2 DA CONSOLIDAÇÃO DA CATEGORIA AGRICULTOR(A) FAMILIAR À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA E DA AGROECOLOGIA (1990-2000)

Historicamente, a agricultura familiar ou os “pequenos agricultores” — como eram denominados até a década de 1980 — estiveram às margens das ações do Estado brasileiro, não raro incrementando sua fragilidade diante das opções de desenvolvimento perseguidas no País. Iniciando uma nova trajetória para a categoria social, a Constituição de 1988 incitou novos espaços de participação social e reconheceu direitos; a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, desencadeou a emergência de outras políticas diferenciadas de desenvolvimento rural sustentável; com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, institucionaliza-se a agricultura familiar, sua

estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas para este grupo social. (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Neste contexto dos anos de 1990, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92) trouxe os desafios do Tratado da Terra aos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), com destaque para os denominados países desenvolvidos. A Cúpula da Terra teve a participação de 175 países e constituiu-se em avanço da conscientização ambiental e ecológica para inclusão de questões desta seara na agenda política dos países integrantes (UFRJ, 1993). No Brasil, nesta década, devido aos conselhos nacionais, estaduais e municipais, demandas populares como alimentos orgânicos entraram na agenda dos governos.

Nesta conjuntura, a Comunidade Econômica Europeia, na época, o maior mercado importador de produtos orgânicos, implantou regulamentos técnicos para produção destes produtos, como a norma nº 2092/1991, pressionando mercados abastecedores a se enquadrarem em padrões internacionais de produção. Em 1999, no Brasil, foi publicada a Instrução Normativa (IN) nº 007/1999 do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), fruto da discussão entre a sociedade civil e o poder executivo. Essa IN dispõe sobre as normas e os procedimentos para a produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e a certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal no Brasil.

Neste período, pressões do mercado de orgânicos, nacional e internacional, favoreceram o surgimento de espaços para interação de temas relacionados à agroecologia no campo tecnocientífico, no Brasil. Os primeiros foram os seminários estaduais e internacionais de agroecologia, realizados no Rio Grande do Sul, desde 1999. Depois vieram, a partir de 2003, os congressos brasileiros de agroecologia (CBAs). No segundo CBA, foi criada a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), espaço de discussão e articulação do conhecimento agroecológico no meio acadêmico-científico, que faz parte da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). (LUZZI, 2007).

O processo de institucionalização da agroecologia e produção orgânica, à luz das políticas públicas, foi iniciado no Brasil a partir daquelas consideradas como de caráter regulatório, segundo classificação de Lowi (1972). Um passo importante na regulamentação da agricultura orgânica no país foi a publicação da Lei nº 10.831/2003, que definiu e estabeleceu condições obrigatórias à produção e a comercialização de produtos da agricultura orgânica. A lei foi aprovada após tramitar no Congresso Nacional desde 1996, contando na fase final do processo, a partir de 2002, com a participação de representantes do setor, membros de organizações públicas e privadas. A regulamentação da lei deu-se por meio do Decreto no

6.323, de 27 de dezembro de 2007, formulado com a participação da sociedade civil (MOURA, 2016).

A agroecologia foi incorporada à realidade brasileira, a partir da década de 1990, por intermédio de pequenas ONGs ligadas aos movimentos sociais do campo, as quais foram as suas principais disseminadoras. Nesse período, assim como na década seguinte, o apoio estatal às experiências agroecológicas desenvolvidas por essas ONGs se deu por meio do Subprograma Projetos Demonstrativos, implementado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) no âmbito do Programa Piloto para a Proteção no Brasil das Florestas Tropicais (PPG75), com apoio da instituição Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável. No final da década de 1990, e com maior força no início dos anos 2000, a agroecologia foi incorporada à luta dos movimentos sociais populares do campo, em especial pelo Movimento Via Campesina, como estratégia política de luta pelo desenvolvimento, fundamentado pela teoria basilar de um novo paradigma, mais justo, solidário e sustentável (SAMBUICHI *et al.*, 2017, p. 17).

Em 2000 a Embrapa criou um grupo de trabalho (GT), coordenado pela Embrapa Agrobiologia, para identificar demandas de pesquisa sobre agricultura orgânica no Brasil. Como resultado do trabalho, foi apresentado um documento referencial que relacionava oportunidades, desafios e estratégias no âmbito da Embrapa. Esse documento contribuiu também para consolidar a agricultura orgânica como um tema prioritário na instituição. Foi incluído como linha temática em 2002, no lançamento do Edital da Embrapa nº 1/2002. (EMBRAPA, 2006).

Em 2006, a Embrapa lançou o seu Marco Referencial em Agroecologia, uma publicação elaborada a partir de discussões com organizações da sociedade ligadas ao movimento agroecológico. O objetivo era institucionalizar o tema dentro da empresa e incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa voltadas à agroecologia, que veio a culminar com o projeto em rede de transição agroecológica e outros projetos afins. (EMBRAPA, 2006).

A partir do ano 2000, entidades, profissionais e movimentos sociais envolvidos nos processos anteriores se articularam para dar visibilidade pública ao conjunto de experiências voltadas à promoção da agroecologia no país. Esta articulação resultou na realização dos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs), com o propósito de afirmar a agroecologia como modelo tecnológico alternativo, estimular a cooperação entre setores ligados à agroecologia e à agricultura familiar e formular propostas de políticas públicas com enfoque agroecológico para entregar aos candidatos a presidente das eleições de 2002. Como resultado desses encontros, foi formada, em 2002, a ANA, congregando diferentes segmentos ligados ao movimento agroecológico, como movimentos sociais, comunidades de base, ONGs, pesquisadores e técnicos. Em 2004, pesquisadores ligados ao movimento agroecológico fundaram a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), que passou a ser o seu “braço” acadêmico-científico, responsável pela organização de congressos e publicações para divulgação do conhecimento (SAMBUICHI *et al.*, 2017, p. 17).

Segundo Sambuichi *et al.*, (2017), foi criada no Mapa a Coordenação de Agroecologia (Coagre), em 2006, que passou a ser responsável pela execução do Pró-Orgânico. O objetivo foi desenvolver uma política de fomento à produção orgânica que incorporasse princípios agroecológicos, como o apoio à agricultura familiar e o estímulo aos circuitos curtos de comercialização. Como resultado, as normas de controle para garantia de qualidade da produção orgânica no Brasil, regulamentadas por meio do Decreto n° 6.323, de 2007, trouxeram novos mecanismos para facilitar a regularização da produção dos agricultores familiares. Além da certificação por auditoria, geralmente muito onerosa à agricultura familiar, a lei regulamentou os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) e a venda direta sem certificação via Organização de Controle Social (OCS).

A criação da Articulação Nacional da Agroecologia (ANA) e da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), no denominado período da institucionalização da agroecologia (1990-2000), foram fundamentais para os avanços das pautas agroecológicas na dimensão política da agroecologia brasileira. No período de 1990-2000 foi possível observar o fortalecimento da agroecologia por meio de sua institucionalização em diversos espaços. A inserção da agroecologia, nos Governos (2002-2016), em instituições de ensino, pesquisa e extensão, abriu espaço nos campos agrônomo e acadêmico para que agentes interessados conseguissem recursos à luz de um enfoque agroecológico nas diferentes arenas decisórias.

A escolha científica da agroecologia para abarcar as agriculturas alternativas nos anos de 1970 e 1980, permaneceu circulando entre grupos acadêmicos. Nos anos de 1990 e 2000, a gradativa aproximação agroecologia/movimentos sociais do campo, historicamente relacionados ao Partido dos Trabalhadores (PT), favoreceu a entrada da temática na agenda dos Governos, de 2002 a 2014. Promulgada em 2012, a Pnapo abarca tanto a lógica da agroecologia, quanto da lógica de mercado da agricultura orgânica.

### 1.2.3 DO “BOOM” AGROECOLÓGICO AO FIM DOS CONSELHOS NACIONAIS: NOVA FASE DE (RE)EXISTÊNCIA? (2010-2020)

No contexto da conferência Rio+20, a instituição da Pnapo, em 2012, é o marco conceitual da agroecologia e da agricultura orgânica no Brasil, conforme definido no 2º artigo do Decreto 7.794:

- II - sistema orgânico de produção - aquele estabelecido pelo art. 1º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, e outros que atendam aos princípios nela estabelecidos; e
- III - produção de base agroecológica - aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social,

abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003, e sua regulamentação;

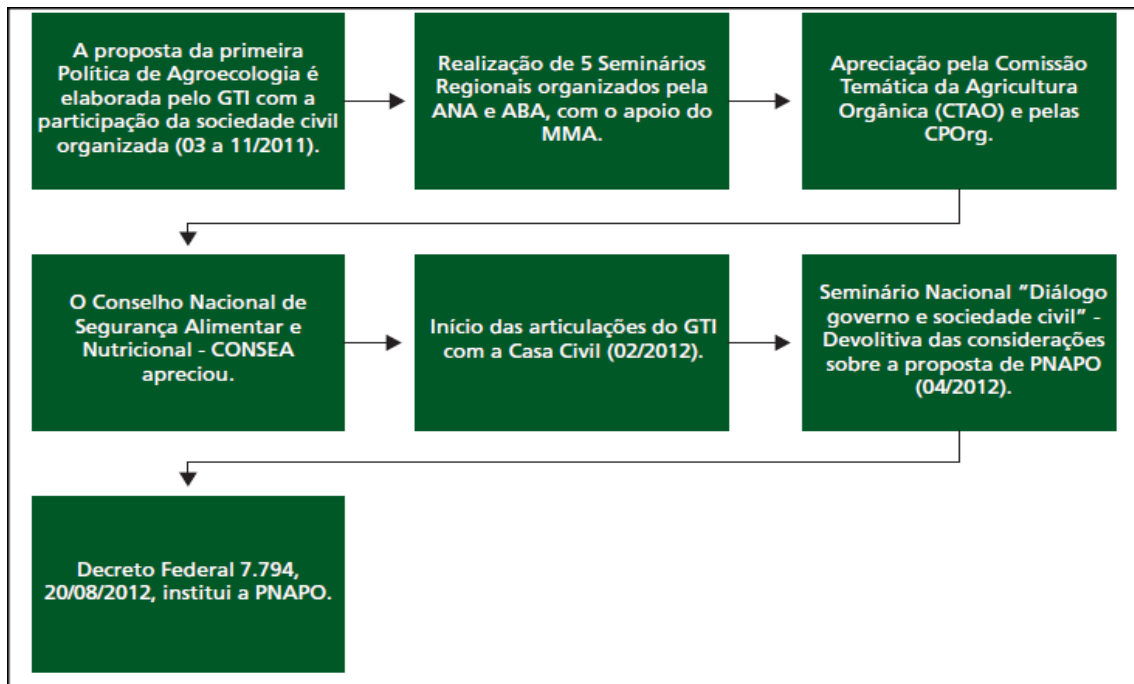
A janela de oportunidades à Pnapo está intimamente ligada a um conjunto de outras políticas públicas, marcadamente intersetoriais, com destaque àquelas ligadas à agricultura familiar. Um conjunto de políticas públicas que trouxe centralidade para o ator social, aglutinador, agricultor familiar, surgiu como instrumentos para construção de um novo modelo de desenvolvimento rural no país. Nos planos agroecológicos e de produção orgânica no Brasil é possível observar, a partir da análise dos conteúdos mínimos, o avanço da pauta nas arenas decisórias, apresentando caráter político redistributivo, segundo a classificação de Lowi (1972)<sup>28</sup>, uma vez que passou a disputar recursos, notadamente com o complexo agroindustrial, nas arenas decisórias.

Para Grisa e Schneider (2014) a Pnapo foi criada em uma geração de políticas para a agricultura familiar, cujo referencial é a construção de mercados para segurança alimentar e sustentabilidade ambiental. A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) que tem como uma das diretrizes a “promoção do abastecimento e da estruturação de sistemas descentralizados, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos” (BRASIL, 2010), é exemplo, dentre outros, de políticas públicas, deste contexto, cujos princípios são dialógicos com a Pnapo, acentuando a característica multidimensional da agroecologia.

Instituída em 20 de agosto de 2012 pela presidente da República, Dilma Rousseff, por meio do Decreto Federal nº 7.794, a Pnapo é uma política pública que possui uma das mais amplas participações em sua elaboração, ver quadro 5, a seguir.

---

<sup>28</sup> *Apud* Klaus Frey (1997, p. 223), que afirma que “A concepção da “policy arena” foi originalmente introduzida no debate científico por Lowi (1972)”. A obra “LOWI, Theodore J. Four Systems of Policy, Politics and Choice. In: Public Administration Review, v.32, n. 4, p. 298-310, 1992” se mantém enquanto referência para tipologias de políticas públicas.

**Quadro 5:** Processo sintético de elaboração da Pnapo.

Fonte: (TROVATTO *et al.*, 2017, s/p).

Observamos que a construção da Pnapo faz parte de um processo de ampliação dos sistemas de participação popular, bem como de uma articulação entre agendas políticas dialógicas, destacando a relação entre a agricultura familiar, a soberania alimentar e nutricional, a agroecologia e a produção orgânica no Brasil. Destacamos que seu processo de institucionalização contou com uma participação decisiva dos movimentos sociais femininos relacionadas à agricultura familiar e à agroecologia.

A criação da política de agroecologia foi enfaticamente defendida pelas mulheres dos movimentos sociais do campo durante a Marcha das Margaridas em 2011, quando a presidente Dilma Rousseff assumiu publicamente o compromisso de levar à frente esta agenda (MONTEIRO; LONDRES, 2017, p. 77).

Portanto, a Pnapo uniu esse amplo grupo social ligado ao movimento agroecológico e os grupos de produtores orgânicos, mais conectados aos *standards* mercadológicos. Como citado anteriormente, entende-se por produção de base agroecológica aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social (BRASIL, 2012). No que se refere ao sistema orgânico de produção agropecuária, o Art. 1º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, o define como:

Todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais,

a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003).

Como prática agrícola, a agricultura orgânica sofre influência de fatores mercadológicos, e tem, por exemplo, preocupações com o gosto do consumidor. Este fato, entretanto, determina a necessidade de um abastecimento contínuo e a concentração do mercado em alguns produtos. Esta pressão de mercado, muitas vezes, acaba direcionando a alguns exemplos de práticas monoculturais de produção orgânica. Estas práticas privilegiam fatores econômicos e desconsideram as questões ecológicas e sociais, negligenciando o princípio agroecológico, expondo, desta forma, ao risco à sustentabilidade do sistema. (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

Com a reforma administrativa operada pelo governo federal (2018-2022) pela Lei 13.844, que tem como origem a MP 870/2019 e o Decreto nº 9.759/2019, as instâncias estruturantes da execução da Pnapo foram extintas: a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo) e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), espaços responsáveis, respectivamente, pela gestão e controle social da política, o que inviabilizou a execução do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo III, 2019-2021), paralisando diversas iniciativas pelo país, embora os resultados obtidos indicassem necessidade de continuidade das ações iniciadas para possibilitar que os objetivos fossem atingidos (SAMBUICHI, 2017).

Assim, impõe-se a seguinte questão: qual o destino da agroecologia e da produção orgânica no Brasil?

Enfraquecida em nível federal, entre 2019 e 2022, a agroecologia teve neste período nos níveis estadual e municipal alternativas à composição de agendas governamentais. As Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica (Peapo) apontam para uma institucionalização, progressiva, em várias escalas. Alguns estados são considerados, conforme Guéneau *et al.* (2019) “pioneiros” (RS, PR, MG e SE), na medida em que os projetos de leis estabeleceram as Peapos a partir do final dos anos 2000. Em outros estados, a institucionalização jurídica é mais recente (BA, DF, MA, SP, AM, ES, PA e RJ).

Outra alternativa, também no campo das políticas públicas, foi a inserção da pauta em escala municipal, na busca de recursos e serviços que viabilizem o modelo de agricultura sustentável. Observamos, como por exemplo, que as ações da Articulação Capixaba de



Agroecologia (ACA) nas eleições municipais de 2020, promoveram rodadas de debates com candidatos ao legislativo e executivo, articulando propostas de políticas sustentáveis para os territórios.

Muitas ações foram articuladas em nível federal na década de 2010 pró agroecologia e a produção orgânica no Brasil, culminando que a World Future Council<sup>29</sup> (2018) considerasse a Pnapo a segunda melhor política do mundo nesta área, entre mais de 50 países, ficando atrás apenas da política de agroecologia do estado indiano de Sikkin, que busca ter 100% da produção orgânica. Observa-se que a inclinação dos governos em elaborar programas sobre a temática agroecológica e da produção orgânica passa tanto por pressões externas — de organismos internacionais e de nações — quanto internas — movimentos institucionais e de consumidores.

O presente período é caracterizado pelo aprofundamento na institucionalização da agroecologia e produção orgânica no Brasil, mesmo com a interrupção temporária da estrutura de governança da Pnapo. Além dos atores históricos das fases anteriores, somaram-se grupos de consumidores atentos à alimentação saudável. O efervescente mercado dos orgânicos, nacional e internacional, têm pressionado os governos a adotarem as boas práticas agrícolas sustentáveis e, neste processo, a agroecologia e a agricultura orgânica têm se colocado como alternativas viáveis de desenvolvimento. Com o retorno do Partido dos Trabalhadores (PT) à gestão do governo (2023-2026), pode ser aberta uma nova janela de oportunidade política para o movimento agroecológico brasileiro.

---

<sup>29</sup> Nesse sentido, uma premiação como a *Future Policy Award*, coorganizada em 2018 pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em parceria com o World Future Council (WFC) e o IFOAM-Organics International, celebra políticas com abordagem agroecológica pelo mundo, sendo almejada por países que querem construir uma imagem internacional de respeito a garantias de direitos e produção saudável de alimentos. No total, 51 políticas de 25 países foram selecionadas pela premiação, reconhecendo-se sistemas alimentares e agrícolas sustentáveis como fundamento para alcançar o desenvolvimento sustentável e a resiliência climática. (FAO, 2018).

## CAPÍTULO 2 - A COMISSÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (CNAPO): ARENA DECISÓRIA DOS PLANAPOS

*Os interesses e aspirações do seu povo jamais foram levados em interesse, porque só se tinha atenção e zelo no atendimento dos interesses da feitoria exportadora.*

(DARCY RIBEIRO)

A partir da compreensão de Soja (1993) acerca da modernidade enquanto experiência, “forma reativa, um movimento social conjuntural, mobilizada para enfrentar a desafiadora questão do fazer agora” (p. 39), pode-se afirmar que proposta brasileira de modernização do espaço rural, organizada pelo Estado no século XX, não envolveu todos os setores do campo, não resolveu, por exemplo, a questão da fome, sobretudo aquela endêmica (CASTRO<sup>30</sup>, 1956), e, dado o caráter intensivo do capital em tal modelo de desenvolvimento da agricultura, muitas regiões e parte dos agricultores — sobretudo os camponeses e agricultores familiares — foram alijados deste modelo de modernização tecnológica.

No cenário de avanço da RV, em meados da década de 1970, movimentos desarticulados de professores, estudantes, organizações e técnicos passaram a problematizar e buscar caminhos alternativos para (re)organizar, formas de agricultura que garantissem produção à pequena agricultura, qualidade para os alimentos, produção sem utilização de insumos químicos, substituição de tecnologia de altos *input* por tecnologias de baixo *input* e renda para os produtores, em diversos territórios.

Na contemporaneidade, a articulação destes grupos culminou na participação da elaboração da Pnapo, dos Planapos e sua estrutura de gestão, a Cnapo. Ao analisar a Cnapo foi possível observar que os sujeitos articuladores dialogam em suas histórias de vida com o processo histórico de construção das agriculturas alternativas frente ao modelo da RV, decorre ainda uma significativa ampliação e legitimação na perspectiva de ação destes grupos e sujeitos.

### 2.1 OS CONSELHOS PARTICIPATIVOS E A CNAPO

A Constituição Federal de 1988, denominada cidadã, criou a demanda por mecanismos legais e institucionais de controle social das políticas públicas no Brasil, sua organização e

---

<sup>30</sup> Em *A Geografia da Fome*, de 1956, Josué de Castro interpreta a fome como um fenômeno socioeconômico, a partir de uma perspectiva política; seu contexto de análise foi o território nacional, com destaque à região semiárida do Brasil. Segundo Castro (1984) as causas sociais da fome são sempre correlativas, essa deficiência alimentar, causada primordialmente por fatores político-sociais, veio afetar indiretamente essas estruturas políticas, sempre intimamente ligadas às subestruturas econômico-sociais. (CASTRO, 1984).

funcionamento foram cognominados conselhos. Os conselhos, órgãos de composição paritária, tornaram-se espaços de tomadas de decisões com a participação social na construção e monitoramento de políticas públicas, seus programas e planos.

O Artigo 206 da Constituição brasileira de 1988, no âmbito da educação, propiciou a existência da figura dos conselhos participativos no Brasil, “Inciso VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei”; este modelo de gestão se difundiu para outras áreas e níveis de governo. Silva (2018) discutiu acerca do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), criado em 2006, observado enquanto organismo institucional básico à participação social nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil.

Ele surgiu no contexto de proliferação da figura dos conselhos gestores de política pública pós - Constituição de 1988, enquanto instrumentos inovadores para a promoção da democracia participativa na estrutura de poder decisório da administração pública brasileira. Ademais, dada sua função de promover um debate mais aberto para apontar deliberações coletivas no plano das políticas de desenvolvimento rural, espaços dessa natureza podem ser caracterizados como instituições de deliberação participativa (SILVA, 2017, p. 592).

Também faz parte deste processo de expansão da figura dos Conselhos Participativos o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), recriado em 2003, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil, e a instituição da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), envolvendo diversos ministérios, com o papel de elaborar e coordenar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). (SAMBUICHI *et al.*, 2017).

Esta política, visando assegurar o direito humano à alimentação adequada, instituiu como uma das suas diretrizes a “promoção do abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos” (Brasil, 2010, art. 3º, inciso 2). O modo de gestão da PNSAN viria também, posteriormente, a servir de modelo para a elaboração da Pnapo. (SAMBUICHI *et al.*, 2017, p. 18).

Na investigação das memórias das reuniões da Cnapo, a manifestação do ministro do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), na primeira reunião da comissão, em 2012, destacou “a construção de espaços de diálogo entre governo e sociedade, como o CONSEA que está intimamente relacionado ao debate desta comissão, constitui um espaço formal para discussão, apoio e fomento à temática”. A manifestação indica que tanto a Pnapo, quanto sua estrutura de governança, foram inspiradas na PNSAN e suas instâncias gestoras. (ATA CNAPO, 2012).

A Cnapo é formada por representantes, titulares e suplentes, de quatorze órgãos ou instituições do governo e quatorze organizações da sociedade civil,

totalizando 56 membros, e possui, no conjunto de suas atribuições, a promoção da participação da sociedade civil e a discussão de questões relacionadas à agroecologia e à produção orgânica, no plano e nas diferentes esferas administrativas. As discussões no âmbito das reuniões da Cnapo são orientadas tanto por subcomissões temáticas – por exemplo, sementes, agrobiodiversidade etc. – como também por discussões conjuntas nas quais são debatidas prioridades do Planapo e os encaminhamentos realizados no âmbito das subcomissões. As organizações da sociedade civil foram nomeadas pela portaria no 331 da Secretaria-Geral da Presidência da República, de 9 de novembro de 2012 (BRASIL, 2012, *apud*<sup>31</sup> SAMBUICHI, *et al.* 2017, p. 13).

Para Moura (2016), devido ao papel histórico que o MMA já desempenhava na agenda ecológica, a ex-presidenta Dilma Rousseff designou-o para estabelecer um diálogo com a sociedade civil pela parte do governo brasileiro, em articulação com outros ministérios, para construção de uma política pública à agroecologia e aos sistemas orgânicos de produção. Assim, foi constituído um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelo MMA, no qual também participaram os seguintes Ministérios e autarquias: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério da Fazenda (MF), Conab, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Embrapa. Posteriormente a Secretaria Geral da República passou a integrar o grupo. (MOURA, 2016).

Segundo Moura (2016), a primeira iniciativa do GTI foi identificar metas e iniciativas dos diferentes ministérios do plano plurianual PPA 2012/2015 relacionados ao enfoque agroecológico e à produção orgânica, consolidando o documento denominado Plano Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção. Em outubro de 2011, o GTI apresentou uma primeira minuta do plano. Essa minuta foi exibida à ANA e às comissões de agricultura orgânica para considerações e opiniões. (MOURA, 2016).

A ANA buscou uma participação ativa na interlocução com o GTI na construção das propostas. Propôs ao MMA ampliar o diálogo com a realização de cinco seminários regionais de consultas às organizações da sociedade civil e um seminário nacional. Os seminários regionais tinham como objetivo debater e produzir subsídios à formulação da política nacional, a partir de suas respectivas realidades e experiências em diferentes contextos socioambientais de promoção da Agroecologia. Já o seminário nacional tinha como intuito a apresentação da síntese das discussões e propostas aos gestores dos Ministérios envolvidos. A proposta foi escolhida e aprovada pelo MMA, que viabilizou o processo por meio do PDA como uma das últimas atividades desse programa que, no passado, como mostrado, foi um importante, senão único programa que possibilitou ao Estado apoiar as experiências brasileiras

---

<sup>31</sup> BRASIL. Secretaria Geral. **Portaria no 331, de 9 de novembro de 2012. Designa representantes da CNAPO.** Diário Oficial, Brasília, nº 218, 2012, p. 1.

em Agroecologia. Contrariamente, é nesse contexto de surgimento da Pnapo que é extinto o PDA, então ancorado no MMA, principal programa de Apoio às iniciativas agroecológicas e referências de políticas públicas segundo relatado nos depoimentos colhidos para esta tese (MOURA, 2016, p. 76).

Inicialmente pensada em nível de plano, a temática agroecologia/produção orgânica mostrou certa complexidade, e a elaboração de uma política nacional foi a proposta elaborada pelo GTI, articulado com a sociedade. Na estrutura de gestão da política, a Cnapo teve em sua composição 3 tipos de representações, a saber:

Representantes governamentais (titular e suplente), a seguir: Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Ministério da Saúde – MS, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Ministério da Educação (MEC), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Ciência, Tecnologia e Informação (MCTI), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). (BRASIL, 2013).

Representantes da sociedade civil titulares, a seguir: Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – Fetraf Brasil, Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Associação Brasileira de Agroecologia – ABA, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – Unicafes, Rede Ecovida de Agroecologia, Articulação Semiárido Brasileiro – ASA, Câmara Temática de Agricultura Orgânica – CTAO, Subcomissão Temática de Produção Orgânica – STPOrg, Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil – MMC, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Rede Cerrado Álvaro Alves Carrara Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – Asbraer, Associação Brasileira de Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista (Abrabio). (BRASIL, 2013).

Representantes da sociedade civil suplentes, a seguir: Rede de Ater das ONGs da região Nordeste, Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia, Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), Fórum Brasileiro de Sistemas Participativos de Garantia e Organizações de Controle Social (FBSPG), Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), Câmara Temática de Agricultura Orgânica (CTAO), Subcomissão Temática de Produção Orgânica (STPOrg), Movimento Interestadual

das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Rede Cerrado Jorge Zimmermann Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) Associação Brasileira de Orgânicos (Brasilbio). (BRASIL, 2013).

## 2.2 MEMÓRIAS DAS REUNIÕES DA CNAPO

A Cnapo se reuniu pela primeira vez em 20 de novembro de 2012 e pela última vez em 8 de agosto de 2018. O Decreto Nº 9.784, de 07 de maio de 2019 determinou a extinção do Art. 6º ao Art. 11º da Pnapo, especificamente aqueles relacionados aos órgãos de gestão, neste ínterim ocorreram vinte e uma (21) reuniões. O *corpus* desta parte da pesquisa terá como principal material as memórias das Atas das reuniões da comissão, disponíveis em [www.agroecologia.org.br](http://www.agroecologia.org.br)

Na leitura flutuante, segundo Bardin (2016), observou-se que as três primeiras reuniões da Cnapo tiveram como objetivo a elaboração do plano Brasil agroecológico (PLANAPO I, 2013-2015), ocorrendo seu lançamento na quarta reunião. Na sequência, da quinta até a nona, as reuniões tiveram como objetivo monitorar e avaliar o Planapo I, e a partir da décima reunião iniciou-se a elaboração da proposta para o segundo plano (PLANAPO II, 2016-2018). O lançamento do segundo plano ocorreu entre a décima quarta e da décima quinta reunião, e na sequência até a vigésima primeira ocorreu seu monitoramento e avaliação.

Emergiram sete categorias de análise, que representam o cerne dos discursos manifestados entorno dos NEA's pelos representantes das instituições durante as reuniões da comissão: recursos; avaliação; redes; ensino, pesquisa e extensão; sistematização de experiências; território; ATER. Nesta seção, entremado ao texto, aparece uma série composta por dez (10) quadros de análises de conteúdo, contendo trechos de manifestações de representantes de instituições membros da Cnapo, durante suas reuniões. Assim, intenta-se ilustrar a emergência das categorias, posteriormente sintetizadas na tabela 1 da seção 2.3.

A 1ª reunião da comissão ocorreu no Palácio do Planalto. Seu contexto foi de estabelecer conteúdo, objetivos, e método de construção do Planapo; organização para o funcionamento da Cnapo e a construção de um cronograma de reuniões. O registro da manifestação do então ministro Pepe Vargas, a seguir, indica elementos posteriormente convertidos em diretrizes e eixos para os planos agroecológicos e de produção de orgânicos, vide as subcomissões temáticas. (ATA CNAPO, 2012).

A criação da comissão significa constituir um espaço formal para discussão, apoio e fomento a temática. Reconhece-se a importância de dar um passo adiante, ganhar escala, apesar de já existir iniciativas tanto da sociedade civil quanto políticas públicas na área. Enfatizou que o grande desafio é

ultrapassar os gargalos citados pelos membros da sociedade civil a partir da articulação, produção do conhecimento e constituição de políticas públicas adequadas (ATA CNAPO, 2012).

A 2ª reunião ocorreu nos dias 28/02 e 01/03 de 2013, no auditório do anexo I — Palácio do Planalto. Seu contexto foi discutir a versão preliminar do Planapo; promover o diálogo entre as instâncias governamentais e não governamentais relacionadas à agroecologia e produção orgânica, em âmbito nacional, estadual e distrital, para a implementação do Plano Brasil agroecológico. Ocorreu a criação dos eixos temáticos do Planapo I, a seguir: produção; uso e conservação dos recursos naturais; conhecimento; comercialização e consumo. (ATA CNAPO, 2013).

Nesta reunião foram definidas as instituições responsáveis por cada Subcomissão Temática (ST), sendo a ST de Conhecimento articulada por um grupo composto por sete ministérios e quatro instituições da sociedade civil, a seguir: coordenação — MDA e Embrapa; representantes do Governo como MEC, MCTI, Mapa, SG, MMA, MPESCA; representantes da Sociedade civil: ANA, STPorg, Pastoral da Juventude Rural e ABA. Atrelada ao eixo conhecimento surgiu a proposta de apoio e/ou criação de NEA's. Os NEA's aparecem nas manifestações institucionais a partir da 4ª reunião da Cnapo, em que abrolham citados enquanto instrumento acionados via editais CNPq. (ATA CNAPO, 2013).

A 3ª reunião ocorreu nos dias 11/04 e 12/04 de 2013, no auditório do anexo I – Palácio do Planalto, e o contexto foi discutir a versão final do Planapo. Ao final da terceira reunião, ilações indicaram a compreensão de que o plano possuía as estruturas capazes de atingir as metas propostas, anunciando a proximidade do lançamento. Nas manifestações de instituições de governo, nas três primeiras reuniões da comissão, foi possível observar inferências dialógicas com os NEA's em manifestações de representantes de instituições do Estado em: “uma proposta de educação diferenciada para juventude”, “formação de jovens de nível médio”, “formação alternativa” e “proposta diferenciada de educação”; e em manifestações de representantes da sociedade civil em: “gestão do conhecimento”, “produção do conhecimento agroecológico”, “saberes locais”, “experiências territoriais” e “capital social”. (ATA CNAPO, 2013).

Na 4ª reunião, realizada dia 18/10/13 no Palácio do Planalto, ocorreu o lançamento do Planapo I (2013; 2015), com 22 representantes de instituições do Estado e 17 representantes de instituições da sociedade civil. No plano, o eixo conhecimento foi contemplado com os objetivos e metas, a seguir:

Objetivo 1: Ampliar a capacidade de geração e socialização de conhecimento

Meta 1: Universalizar a assistência técnica e extensão rural com enfoque agroecológico

Meta 2: Promover formação e qualificação profissional com enfoque agroecológico e sistemas orgânicos de produção para 32.000 beneficiários

Meta 3: Fortalecer e ampliar processos de construção e socialização de conhecimentos

Objetivo 2: Estimular a autonomia da juventude rural

Meta 1: Inclusão sócio-produtiva de pelo menos 15.000 jovens rurais com enfoque agroecológico e produção orgânica

(BRASIL, PLANAPO I, 2013).

Os NEA's possuem conexão direta com os objetivos e metas listados; ressaltamos que os núcleos não foram os únicos instrumentos criados a partir da ST de Conhecimento da Cnapo, incumbindo a outras instituições ações, teoricamente, associadas e articuladas. Na Ata da quarta reunião, lançamento do Plano Brasil agroecológico, no registro da manifestação do então ministro do Coordenador de Agroecologia do Mapa, Rogério Dias, abaixo, foi destacada a importância estratégica de envolver instituições de ensino na formação de profissionais que atuarão na sociedade com a visão agroecológica, e que esta proposta também colabora com a concretização do Plano.

Tal iniciativa é fruto de ampla discussão entre o governo, num GT formado pelo MDA, MMA e MEC, com a participação em vários fóruns de educação em agroecologia que já acontecem pelo Brasil, como os encontros da Associação Brasileira de Agroecologia – ABA. Destacou também que o número de núcleos com abordagem agroecológica tem crescido, e querem ampliar para todos os cursos de ciências agrárias, expandindo esta proposta do CETEC para o MEC como um todo. Contam com os membros da CNAPO para estimular a participação das organizações no edital (ATA CNAPO, 2013).

No quadro 6<sup>32</sup>, a seguir, observamos em manifestação do representante do MDA que o número de iniciativas e frentes de ações propostas pela Cnapo contrasta com a quantidade de recursos disponibilizados para a execução do Planapo I; evidenciamos isso nesse quadro e ressaltamos que foi algo recorrente em outros as reuniões da comissão.

### Quadro 6

**Unidades de registro:** núcleo.      **Unidades de Contexto:**

**MDA:** [...] O panorama sobre os sete editais lançados anteriormente, que já foram mais de 500 projetos aprovados, contemplando a formação de agentes em ATER e extensionistas, com o

<sup>32</sup> O conteúdo do quadro 6 ao quadro 15 é *ipsis litteris* conforme as Atas da Cnapo.



investimento de R\$70 milhões. Destacou também que este Edital e suas linhas temáticas foram bastante discutidos, contando com 75 possibilidades, sendo 70 para núcleos e 5 para redes de núcleos.

**ABA:** [...] tal iniciativa tem garantido a pesquisa e a extensão em agroecologia dentro das universidades, o que representa um grande avanço. No caso da Universidade Federal de Viçosa, este edital tem apoiado o estreitamento de laços entre núcleos, visando à criação de um curso de formação em agroecologia. Além disso, foi colocado que, para além dos recursos, este apoio tem dado reconhecimento e legitimidade para que os núcleos de agroecologia saiam da marginalidade em que muitos casos se encontram.

Fonte: conforme Ata da quarta reunião.

A manifestação da ABA dá indício da reverberação dos NEA's na "ponta", dentro do ambiente das instituições de ensino, na busca pelo reconhecimento acadêmico. Assim, é possível abstrair as instituições de ensino, também, enquanto arenas decisórias<sup>33</sup>, territórios onde os NEA's são instrumentos símbolos de legitimação científica e política. Sua estruturação em espaços dominados pelo paradigma científico *baconiano*, a partir da compreensão de ciência ligada à ideia de dominação da natureza, incide em disputa no campo social acadêmico. Um campo pode ser definido como:

[...] uma rede ou configuração de relações objetivas entre os cargos. Esses cargos são objetivamente definidos na sua existência e nas determinações que impõem aos seus ocupantes, sejam eles agentes ou instituições, pela sua situação atual e potencial na estrutura de distribuição dos as diferentes espécies de poder (ou capital) - cuja posse implica acesso aos ganhos específicos que estão em jogo no Campo - e, aliás, por suas relações objetivas com outras posições (dominação, subordinação, homologia etc.). (BOURDIEU, 1992, p. 64).

A 5ª reunião ocorreu em 6/12/2013, no auditório do anexo I no Palácio do Planalto, com 31 representantes do governo e 20 da sociedade civil. O contexto desta reunião foi em torno das primeiras impressões da execução do Planapo I, bem como aperfeiçoamento em estratégias desenhadas pelas subcomissões temáticas.

No quadro 7, a seguir, é possível contemplar a emergência de parte das categorias pensadas e suas tramas. (ATA CNAPO, 2013).

### Quadro 7

**Unidades de registro:** núcleo.

**Unidades de Contexto:**

<sup>33</sup> São espaços de gestão e monitoramento, orientados para elevar a eficiência de uma política, e constituem um determinado arranjo institucional. "Por arranjos institucionais, entende-se o conjunto de regras, organizações e processos que definem a forma particular como se coordenam atores e interesses em uma política pública específica" (GOMIDE; PIRES, 2012, p. 3).

**ABA:** [...] A consideração do grupo se deve à construção do conhecimento agroecológico, que deve romper a distância entre pesquisa, extensão e ensino, com investimento nos núcleos de agroecologia e suas sistematizações de experiências, em articulação com os órgãos de governo. Além disso, colocou que as Chamadas de ATER devem ser qualificadas, e que as instituições proponentes devem se reunir com o grupo com o objetivo de criar redes de aprendizagem. Destacou que o Fórum de Agroecologia da Embrapa deve ter relação permanente com a CNAPO, a fim de articular-se com o conjunto do Planapo e dissolver resistências.

Fonte: conforme Ata da quinta reunião.

Os editais lançados pelo CNPq vincularam o apoio e/ou criação de NEA's a oferta de cursos de formação em agroecologia e produção orgânica para agricultora(e)s familiares na área de influência dos estabelecimentos de ensino, e a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e extensão foi compreendida como condição *sine qua non* à (re)produção dos conhecimentos agroecológicos nas instituições de ensino.

Em *Extensão ou Comunicação?* (1977), sobre o sistema de extensão rural (re)produzido na América Latina, Paulo Freire critica a substituição de “[...] uma forma de conhecimento por outro” (p. 27), e a concepção teórica dos NEA's vai de encontro com essa proposta, assumindo uma “corrente freireana” da “práxis da ação reflexão” (p. 28), o que demanda “não um esforço de extensão, mas de conscientização” (p. 35), constituindo redes solidárias de conhecimento. No cotidiano universitário tal proposta se materializaria na (re)produção do conhecimento agroecológico a partir de uma relação de horizontalidade universidade-comunidade.

Repetimos que o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações. (FREIRE, 1977, p. 36).

A 6ª reunião ocorreu no dia 14/12/2013, no auditório do anexo I do Palácio do Planalto, com 41 representantes do governo e 40 representantes da sociedade civil. O contexto foi de lançamento do Programa Ecoforte, balanço Planapo (Resultados 2013 e Perspectivas 2014), PLOA 2015, ano Internacional da Agricultura Familiar, III Encontro Nacional de Agroecologia – ENA, Campanha Brasil Orgânico e Sustentável e Semana dos Alimentos Orgânicos. (ATA CNAPO, 2013).

Na análise da ST de Conhecimento, na sexta reunião da comissão, foi apontado pela presidente da ABA, Irene Maria Cardoso, que quem trabalha com agroecologia, no Brasil, “está inserido em um ambiente institucional hostil. São pequenos grupos, mas que, se ficarem isolados, terão dificuldades para crescer. É preciso criar redes e que se articulem entre si”. Nesta reunião ocorreu a avaliação intermediária do Planapo I. A unidade de registro núcleo, associada

à ideia de NEA's, aparece em “avaliados positivamente”, tanto em manifestações de instituições do governo, quanto em manifestações de instituições da sociedade civil. (ATA CNAPO, 2013).

### Quadro 8

**Unidades de registro:** núcleo.

**Unidade contexto:**

**ST de Conhecimento Relatoria: ABA**

Como o conjunto de iniciativas é grande, optou-se por priorizar algumas iniciativas para um relato mais detalhado e ser mais sucintos sobre as demais; As iniciativas priorizadas foram: Edital ATER Agroecologia (Dater/MDA); Pronatec (MEC); iniciativas da Embrapa e os Núcleos de Agroecologia, que articulam iniciativas de diversos ministérios (MEC, MDA, MAPA, MCTI, MPA – todos presentes); Aspectos positivos: bom nível de execução das iniciativas previstas no Planapo; bom nível de articulação entre diferentes órgãos executores, particularmente no caso dos Núcleos de Agroecologia; Reeditar as redes de ATER; Criar redes de sistematização de experiências dos Núcleos de Agroecologia; Promover intercâmbios entre os Núcleos, entre as redes, entre as entidades que estão executando os editais de ATER. Além de ser uma forma de monitorar a própria política e aprimorar os instrumentos, promove o aprendizado, ou seja, a troca de experiências e a formação. Não basta pensar na capacitação clássica, mas investir na horizontalização. Isso significa pensar em novos dispositivos e alocar recursos [...].

Fonte: conforme Ata da sexta reunião.

Além de uma avaliação positiva dos NEA's, percebe-se que a compreensão da ST Conhecimento é que a construção do conhecimento agroecológico se faz a partir da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, e propõe o que Souza (2017) *et al.*<sup>34</sup> denominam troca de saberes, uma renovação no modelo de ensino-aprendizagem sustentado, em relações de horizontalidade entre escola-comunidade. Essa proposta metodológica nos remete ao que Haesbaert (2007), discutindo a questão espacial na contemporaneidade, entende que as discontinuidades espaciais (re)produzem territórios organizados mais em rede do que em termos de áreas contínuas, que podem ser denominados “territórios-rede”. De tal maneira que esse conhecimento demanda uma lógica nova para os tradicionais ambientes acadêmicos brasileiros.

[...] muitos de nós [...] encarregam-se de desfazer a confusão deste novo e, retomando seus fios, tecer sua própria rede, ou melhor, seu(s) próprio(s) território(s)-rede(s) -que implicam, sem dúvida, assim, a vivência de uma multiterritorialidade, pois todo território-rede resulta da conjugação, em uma

<sup>34</sup> A indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão (E-P-E) é a característica marcante da atuação dos Núcleos de Estudo em Agroecologia (NEAs) e suas redes. A trajetória de criação e fortalecimento destes núcleos e as principais metodologias utilizadas por eles na construção do conhecimento agroecológico. A participação ativa dos agricultores neste processo e a relação positiva com políticas de fortalecimento da agricultura familiar são apontadas como fortalezas dos NEAs. Por outro lado, maior apoio às redes de núcleos e à estrutura para atividades externas às instituições de ensino ainda são desafios a serem superados para a continuidade desta construção coletiva. (SAMBUICHI *et al.* 2017).

escala diferente, de territórios-zona, descontínuos (HAESBAERT, 2007, p. 37).

Na 7ª reunião, dia 30/05/2014, nos relatos da ST de Conhecimento, o contexto foi para articulação de redes de construção do conhecimento agroecológico e a unidade de registro núcleo como manifestação direta ao apontarem o Edital 81/2013 do CNPq para a criação de 70 NEA's em Institutos Federais. Percebemos na análise que se almejava que esses núcleos se tornassem instrumentos e referências para promoção da agroecologia. Nesta reunião, segundo um membro do grupo da ST Conhecimento sobre os NEA's, "articula órgãos e promove sinergia com efeitos positivos na ponta e deve seguir e influenciar outros editais". (ATA CNAPO, 2013).

Na 8ª reunião, 08/08/2014, ocorreu manifestação da ST de Conhecimento propondo ações para construção do conhecimento agroecológico, citando diretamente aos NEA's através da continuidade das discussões do Edital 81/2013. Após a oitava reunião ocorreu a reeleição da presidenta Dilma Rousseff, estendendo-se a janela de oportunidade política para a Cnapo. (ATA CNAPO, 2014).

A 9ª reunião, em 20/11/2014, foi no auditório do anexo I do Palácio do Planalto, e o contexto da reunião foi, de maneira geral, o balanço do Planapo I, com Representantes: 41 do governo; 40 da sociedade civil. Nesta reunião, a última de 2014, o contexto político nacional foi debatido e a preocupação com a continuidade da política foi evidenciada na manifestação do representante da ABA, Paulo Petersen;

[...] O cenário político mudou em relação aos períodos que elegeram o PT em outros períodos. A derrubada da PNPS foi um sinal de que a estratégia mudou. O cerne é prejudicar a governabilidade no próximo período, em articulação com a grande mídia. Nesse contexto, como levar a agenda da agroecologia e da produção orgânica à frente? (ATA CNAPO, 2014).

Mesmo em meio as tensões políticas, de maneira geral, no balanço do Planapo I, os NEA's foram avaliados como instrumento "exitoso" e "prioridade" do eixo conhecimento, tanto pelas instituições do governo quanto das instituições da sociedade civil. Nas memórias das reuniões de dezembro de 2013 a dezembro de 2014, foi possível observar que a ST Conhecimento teve o foco na construção do conhecimento agroecológico, especialmente, através dos NEA's, em instituições de ensino (sob forte influência da ABA), a partir da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, na relação com saberes locais; todavia ressalvamos que os núcleos não foram estratégias exclusivas de institucionalização da agroecologia na estrutura do Estado, como por exemplo, esse processo ocorreu na Embrapa,

nas unidades de referência, através da pesquisa e da inovação, a partir da relação com os saberes dos territórios.

Nas memórias da 10ª Reunião, ocorrida em 16, 17 e 18 de março de 2015, no Palácio do Planalto, o contexto da reunião foi a continuidade da construção do Plano Plurianual 2016-2019; o Fórum Interconselhos; e a perspectiva de elaboração do segundo Planapo e PL 7735. (ATA CNAPO, 2015).

### Quadro 9

**Unidade de registro:** núcleo

**Unidade de contexto:**

**MAPA:** [...] No âmbito do Mapa, o Plano Safra é a política agrícola para o próximo período, 2015-2016, a maior parte focada em crédito para custeio e investimento. A Coordenação de Agroecologia, por exemplo, trabalha com 43 iniciativas, como o apoio a Bancos Comunitários de Sementes e aos Núcleos de Agroecologia nas instituições de ensino. É importante que sejam mantidas pelo menos aquelas mais estruturantes, porque é uma forma de o governo se comprometer com a continuidade dessas iniciativas.

**ABA:** A proposta da ST é que sejam desenvolvidas novas formas de acesso aos recursos do Plano de Inovação, inclusive levantando a hipótese de uma sugestão antiga, que o MDA executou no passado, o chamado “Pronaf Pesquisa” e que talvez pudesse ser chamado hoje de “Pronaf Inovação”, financiamento para redes de inovação nos territórios, articulando com as Chamadas de ATER, com os núcleos de agroecologia, com as universidades e com a própria Embrapa, que poderá se beneficiar mais com esta forma de acesso aos recursos do que quando o recurso está em seu próprio orçamento. Esse é o depoimento dos próprios colegas da Embrapa envolvidos com o tema. Isso foi debatido na ST, mas é preciso encaminhar, de acordo com a tempestividade para a discussão do Plano Safra.

Fonte: conforme Ata da décima reunião.

Na manifestação da ABA, na 10ª reunião, percebemos tanto uma tentativa de ampliação do leque para captação de recursos, via editais, para os NEA’s, quanto a tentativa de consolidação deste “instrumento” em outras instituições do Estado, como na Embrapa e Oepas (Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária). A manifestação do Mapa aponta a necessidade de consolidação de estruturas nos territórios capazes de articular a (re)produção da agroecologia e da produção orgânica (ATA CNAPO, 2015). Na avaliação da Pnapo (2017), de Souza *et al.* (2017), é clara a relevância a este aspecto:

Fomentar os NEA’s passa necessariamente por viabilizar estruturas para atividades externas às instituições de ensino e estações experimentais. Não se trata apenas de promover extensão, mas de fomentar mecanismos de pesquisa e formação nos agroecossistemas da agricultura familiar, bem como sobre seus contextos e formas de organização. A agroecologia demanda processos de experimentação dentro e fora das instituições, envolvimento social por parte das populações rurais, interação social como variável para construir conhecimentos. Garantir estruturas para atividades externas é promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Entre as demandas,

encontram-se principalmente aquelas destinadas ao transporte (propiciar a aquisição e manutenção de veículos, por exemplo) e à construção de estrutura física (SOUZA *et al.*, 2017, p. 425).

Na 11ª Reunião Plenária da Cnapo, nos dias 08 e 09 de julho de 2015, o contexto foi a discussão da questão da necessidade de estruturação para assegurar o Planapo II. Em manifestação da ASA foi apontado que “as instituições têm sofrido dificuldades em relação à capacidade do ministério de assegurar pessoal para a gestão e operacionalização desses projetos”. Desafortunadamente, não foram localizados os registros da décima segunda reunião da Cnapo. (ATA CNAPO, 2015).

A 13ª Reunião Plenária da Cnapo ocorreu dia 10 de dezembro de 2015, no Palácio do Planalto, e seu contexto foi: a situação do Planapo 2; a perspectiva da agroecologia e da produção orgânica no PPA 2016-2019; e o Pronara. (ATA CNAPO, 2015).

### Quadro 10

**Unidades de registro:** núcleo. **Unidade de contexto:**

**SG/PR:** [...] Era possível avançarmos em algumas iniciativas do Planapo que fortalecessem as experiências em curso, criando condições para que em um momento mais favorável pudéssemos avançar na construção do horizonte que acabei de mencionar. E foi assim que nos debruçamos, por exemplo, na construção das Chamadas de ATER Agroecologia, do Programa Ecoforte, do Pronara, do Programa de Sementes, dos editais dos Núcleos de Agroecologia, dentre diversas outras iniciativas. Foi muito frutífero o diálogo junto aos representantes dos diferentes ministérios aqui na CNAPO. Houve um efetivo empenho em se buscar essa intersetorialidade. O fato de a CNAPO estar sediada na SG-PR facilitou, e muito, esse diálogo intersetorial e interministerial.

Fonte: conforme Ata da décima terceira reunião.

Na 13ª Reunião ressaltou-se, mais uma vez, que o horizonte na construção da Pnapo, desde sua gênese, foi dar escala à agroecologia e à produção orgânica, o que foi evidenciado na fala de Rogério Neuwald da SG/PR “é preciso que nos debruçemos sobre os obstáculos existentes em relação à ampliação da escala dessas experiências agroecológicas existentes no Brasil inteiro”. (ATA CNAPO, 2015).

Nas reuniões de 2015, de maneira geral, ocorreu tanto o monitoramento do primeiro plano, quanto o planejamento para o segundo plano. As 13ª e 14ª reuniões precederam tanto o lançamento do Planapo II quanto o processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. Assim, embora planejado no governo Dilma Rousseff, a execução do Planapo II ocorreu no período do governo Michel Temer. O Planapo II (2016-2019) foi acrescido de mais dois (2) eixos temáticos, a seguir: Terra e Território; Sociobiodiversidade.

A 14ª Reunião da Cnapo ocorreu no Palácio do Planalto, em Brasília (DF), em 07 de abril de 2016. O contexto foi de discussão do Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Ecoforte. (ATA CNAPO, 2016).

### Quadro 11

**Unidade de registro:** núcleo.      **Unidade de contexto:**

**MAPA:** O acordo é que os órgãos de Governo, parceiros do Ecoforte, deveriam direcionar recursos para ações nos territórios, [...] posso mapear dentro dos territórios que estão hoje apoiados, nas redes do Ecoforte, onde é que tem instituições de ensino que ainda não têm núcleos de agroecologia, e a gente tentar direcionar, por exemplo, nos editais do CNPq, que tenha uma maneira de dar preferência às instituições que estão nesses territórios, para que se possa ter mais uma base de suporte. [...] A maior preocupação dos coordenadores dos núcleos, é que estariam perdendo os bolsistas, porque o recurso de bolsas era fundamental, para manter a equipe de trabalho nestes núcleos, que muitas vezes estão sendo sustentados pelos bolsistas, que trabalham no dia a dia ali. [...] Isso veio em um processo, e a gente tem que ver esse ano, que a gente tem que melhorar essa conversa em torno de como é que a gente faz para estruturar, porque entendo que a iniciativa dos núcleos talvez tenha sido a grande iniciativa de articulação que a gente teve dentro do Planapo.

**ABA (ST de Conhecimento):** A necessidade de construir uma proposta de formação em rede e horizontalizada em agroecologia no Brasil, construir diretrizes para essa proposta de formação em rede e em massa no Brasil, envolvendo tanto a educação formal, quanto a educação informal. Então, nós precisamos começar a pensar nessas diretrizes, para isso a gente precisa identificar quais são as nossas ações de formação, além dos gargalos nesse processo de formação. O projeto de sistematização das experiências dos núcleos de agroecologia que a ABA – Associação Brasileira de Agroecologia, está fazendo em parceria com o MDA, a partir de projetos via CNPq. [...] precisamos começar a pensar em instrumentos onde a gente possa identificar, registrar e armazenar, ao mesmo tempo socializar todas essas informações [...] sobre o Planapo, a gente precisa primeiro entender porque tantas iniciativas foram cortadas, uns 60% no mínimo foram cortadas.

Fonte: conforme Ata da décima quarta reunião.

Foi destacado pela ABA, na décima quarta reunião, a necessidade de sistematização das experiências<sup>35</sup> acumuladas nos NEA's. A associação apontou ainda que as propostas que foram cortadas, algumas, foram reincorporadas por alguns NEA's indicando resiliência e autonomia conquistadas por alguns núcleos perante dificuldades reflexos dos aspectos governamentais. (ATA CNAPO, 2016).

<sup>35</sup> Segundo Holliday (2007) sistematização quer dizer principalmente classificar, ordenar ou catalogar dados e informações — “organizá-los em sistema”. Esta é a definição mais difundida; contudo, no campo da Educação Popular e no trabalho em processos sociais, utilizamos o termo num sentido mais amplo. Referindo-se não só a compilar e ordenar dados e informações, mas também a obter aprendizagens críticas a partir das nossas experiências. Como tal, não dizemos apenas “sistematização”, mas sim “sistematização de experiências” (SE). As experiências são processos históricos e sociais dinâmicos: estão em permanente mudança e movimento. (HOLLIDAY, 2007).

Da 15ª à 21ª reunião, o contexto da comissão foi, de maneira geral, monitoramento e avaliação do segundo plano. A 15ª reunião plenária da Cnapo ocorreu no dia 21/09/2016, quando foi possível observar a institucionalização dos NEA's, à medida em que passam a ser citados regularmente nas manifestações das instituições de Governo. (ATA CNAPO, 2016).

### Quadro 12

**Unidade de registro:** núcleo.      **Unidade de contexto:**

**MCTIC:** Não considera que o tema esteja diminuindo de importância no governo, informando que no MCTI há recursos financeiros e orçamentários já destinados para suas iniciativas, como o apoio as redes de núcleos de agroecologia, que devem, inclusive, ser ampliados. Acredita que a agroecologia trata do futuro da alimentação e da soberania e segurança alimentar e nutricional, e do próprio desenvolvimento sócio econômico do país.

**Mapa:** Então pensamos uma coleção de tecnologias e apesar de estarmos produzindo alguns catálogos em papel, que iremos enviar para os Núcleos de Agroecologia nas universidades e institutos, escritórios de Emater, Organizações que trabalham com agricultores, etc. [...] Para fomentarmos esse processo de produção de novas fichas, nessa última Chamada de Núcleos de Agroecologia, incluímos uma cláusula de que cada um dos Núcleos apoiados tem a responsabilidade de gerar pelo menos duas fichas durante o período do contrato. O que a gente quer é que sejam fichas com tecnologias regionalizadas, atendendo às necessidades de cada uma das regiões em que os Núcleos estão inseridos.

**SG/PR:** Tanto o MDA quanto a Segov-PR temos isso como prioritário, mas estamos em stand-by, aguardando uma posição do secretário novo da SDT e o que vai acontecer com a SDT, para que possamos ter um caminho. Já fizemos algumas discussões com a área técnica e um dos caminhos que a gente acha que pode ser é uma articulação não só com os Colegiados Territoriais, mas com os núcleos de agroecologia, que têm um potencial grande para trabalhar nisso e a sociedade civil, que tem um papel protagonista porque ação no território sem a sociedade civil a gente sabe que não acontece.

Fonte: conforme Ata da décima quinta reunião.

Foi possível observar, nas manifestações, a compreensão do grupo da ST Conhecimento do NEA enquanto instrumento capaz de articular tanto a produção de material de ATER com as comunidades locais, quanto a socialização dos conhecimentos em seus respectivos territórios e mobilização popular voltada à agenda dos sistemas agroalimentares sustentáveis. (ATA CNAPO, 2016).

A 16ª Reunião Ordinária da Cnapo ocorreu dia 23/11/2016, e o contexto da reunião foi de disputa por recursos para a execução do Planapo II, e o lançamento do edital do Programa Ecoforte. (ATA CNAPO, 2016).



### Quadro 13

**Unidade de registro:** núcleo. **Unidade de contexto:**

**SEAD:** Sobre a questão dos Núcleos de Agroecologia, houve um ajuste na questão de valores dos NEA's e CNPq e o instrumento com o CNPq foi assinado na semana passada, já deve estar publicado. Foi uma questão interna, mas já fizemos o ajuste e já foi resolvido.

**ANA:** Nós estamos na última plenária da CNAPO e tínhamos expectativas, isso é importante deixar registrado. Nós tínhamos a expectativa do lançamento do edital dos núcleos de agroecologia há meses, e isso vem sendo protelado. Isso também gera impacto no próprio sucesso da política de agroecologia, uma vez que estamos terminando o primeiro ano do segundo Planapo com várias coisas que imaginávamos, inclusive foi dito pelo próprio governo em outros governos, que já teria havido avanços esse ano, e nós vamos finalizar o ano sem identificar esses avanços, e isso compromete a política de agroecologia.

Fonte: conforme Ata da décima sexta reunião.

Na 16ª Reunião Ordinária da Cnapo, em 2016, as discussões atreladas aos NEA's seguiram tendo como tema mais debatido a busca por recursos. Notamos que, desde 2013, há nos registros realce desta discussão e proeminência na busca por recursos, via Editais CNPq. Foi explicitado em manifestação do representante da ANA, na última reunião de 2016, que “nós tínhamos a expectativa de realização de vários Editais que não foram lançados, ainda” (ATA CNAPO, 2016).

A 17ª Reunião plenária ocorreu dia 19 de abril de 2017, também em Brasília/DF. Nesta, a pauta foi a origem dos recursos para Planapo II e o CBA X. Foi possível observar anseio em relação à expansão dos NEA's, em outras instituições, como a Embrapa, e consolidação de uma rede de NEA's das instituições de ensino. (ATA CNAPO, 2017).

### Quadro 14

**Unidade de registro:** núcleo. **Unidade de contexto:**

**ABA:** [...] relacionado aos núcleos de agroecologia, [...] nós queremos chamar a atenção para a necessidade de ampliação dos editais dos núcleos de agroecologia, sobretudo os editais que contemplem os núcleos de agroecologia da EMBRAPA, das OEPAS e das redes de núcleos de agroecologia.[...] Vale ressaltar só um dado que é bem importante dizer, que nesse último edital dos núcleos de agroecologia foram apresentados quatrocentos e setenta projetos e isso é algo a se comemorar e para se dizer que tem um processo ainda em curso, existe uma demanda apresentada e nós precisamos criar as condições para que essa demanda seja atendida e aqui nós não estamos contando com os núcleos da EMBRAPA, das OEPAS e nem das redes de núcleos de agroecologia.

**ASA:** Nós resgatamos um pouco do que era porque está meio desmobilizado essa daqui, mas atualmente nós temos UNICAFES, CPORG, ASA, Rede ATER Nordeste, ABA pela Sociedade Civil, e se alguém lembrar de alguma outra organização que participa nós não lembramos, além

do INCRA, EMBRAPA, SEAD, MEC e Ministério da Saúde pelo governo, porém, não temos certeza se são apenas esses. E desta forma, nós estamos sugerindo dois novos convidados para a ST de Conhecimento, um é a Representação das redes de núcleo de agroecologia e a Representação da educação no campo.

Fonte: conforme Ata da décima sétima reunião.

Na manifestação da ABA, durante a 17ª reunião, indicou-se que para espriar a perspectiva de construção da agroecologia é preciso garantir as condições e criá-las lançando editais voltados para EMBRAPA, OEPAS, UF's e IF's, para formação de uma rede de núcleos de estudos agroecológicos e produção orgânica. A Rede de NEA's (R-NEA) foi mais uma inovação desencadeada pela Pnapo, tal perspectiva está ancorada em experiências como o projeto Sistematização de experiências, construção e socialização de conhecimentos. Nesta experiência viu-se o protagonismo dos núcleos e rede de núcleos de estudos em agroecologia das universidades públicas brasileiras a partir de um Edital por demanda número 401840/2014 MDA/CNPq, articulador de 5 seminários, um em cada região do Brasil para apoiar/criar/expandir e dar identidade aos NEA's e R-NEA's por meio de diferentes metodologias, o seminário da região sudeste ocorreu em Sete Lagoas (MG). (ATA CNAPO, 2017).

No Seminário Sudeste, exercitou a matriz na sistematização da experiência do R-NEA Comboio Agroecológico do Sudeste. Neste seminário, as diferentes metodologias, métodos e técnicas mais exercitadas desde a criação dos núcleos foram apontadas a partir do diálogo com membros de vários núcleos. Entre elas, destacam-se os círculos de cultura, as instalações artístico-pedagógicas, a facilitação gráfica, os intercâmbios agroecológicos, as caravanas agroecológicas e culturais e técnicas do diagnóstico rápido participativo (VERDEJO, 2006 *apud*<sup>36</sup> SOUZA *et al.*, 2017, p. 416).

Em A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: Uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável, Souza *et al.* (2017) aponta que os avanços promovidos pelas chamadas de fomento a NEA's são frutos das demandas da sociedade por investimentos em ações que promovam a agroecologia e a produção orgânica. Esses avanços apontam, por sua vez, novos desafios para viabilizar a continuidade e ampliação dos resultados obtidos pelos NEA's a partir das chamadas, e que a articulação em redes, os R-NEA's, se apresenta enquanto desafio, fundamental à circulação dos conhecimentos, bases e princípios da agroecologia.

Entre as ações promovidas pelos R-NEA's, as caravanas agroecológicas, bem como o processo de sistematização, principalmente a partir dos seminários regionais, promovido pela ABA, são importantes experiências que conferem

---

<sup>36</sup> VERDEJO, M. **Expósito diagnóstico rural participativo**: guia prático DRP. Brasília: MDA; Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

visibilidade e criam identidades entre os NEA's. (SOUZA *et al.*, 2017, p. 424 e 425).

Ainda durante a 17ª Reunião, a manifestação da ASA na tentativa de indicar representantes dos R-NEA's para Cnapo indica aumento do protagonismo dos NEA's dentro do debate na arena decisória, tanto no que se diz respeito a questão da (re)produção do conhecimento agroecológico nas bases, quanto do engajamento dos coordenadores e membros de núcleos nos *campus*. (ATA CNAPO, 2017).

A 18ª reunião plenária ocorreu dia 03/08/2017, no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto. O contexto foi de balanço da Planapo II. Foi possível perceber os NEA's "ganhando território na arena decisória", articulados em outras STs da Cnapo, despontando como referência maior da ST de Conhecimento. (ATA CNAPO, 2017).

### Quadro 15

**Unidade de registro:** núcleo.      **Unidade de contexto:**

**ST insumos:** Apresentação das fichas agroecológicas. E, as fichas agroecológicas, elas têm um componente importante dessa capacidade do agricultor de realizar isso, de fazer, de aprender nesse sentido. Então, ela tem uma conotação muito importante nessa socialização do conhecimento sobre a questão dos bioinsumos, e os núcleos de agroecologia estão bastante relacionados a isso, nesse desenvolvimento do conhecimento nessas áreas. Finalmente, teremos um aspecto relacionado à nutrição animal.

**ASA:** [...] Com relação à questão dos núcleos de agroecologia, existe um consenso também dentro da ST de Conhecimento de que esse foi um dos grandes avanços do primeiro plano nacional, que é uma ação que deve ser continuada e, aí, foram feitas algumas reflexões que estão listadas ali com relação ao número de projetos que atualmente espera-se com essa nova chamada que está em avaliação, que ele atenda até 100 projetos e, de certa forma, uma limitação que existe ainda é a questão dos recursos reduzidos. [...]sistematizar também experiências de agroecologia em que se tenha esse viés de formação em Ater e como se dá essas experiências em relação à questão dos núcleos de agroecologia. Então, foi feito um encaminhamento de apresentar uma proposta à coordenação de formação da Sead para apoiar a sistematização de experiências de ater em agroecologia, contando com a participação dos núcleos e de outros atores envolvidos.

Fonte: conforme Ata da décima oitava reunião.

No encontro seguinte, 19ª Reunião em 28/11/2017, na Cecad, ocorreu no contexto do balanço do plano, relatoria do CBA X e PLOA 2018, e nas 20ª e 21ª Reuniões ordinárias da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO, respectivamente nas datas 24/04/2018 e 20/08/2018, na Enap (Escola Nacional de Administração Pública), adveio à avaliação do Planapo II, destacando a dificuldade de execução de iniciativas devido aos cortes

nos recursos originalmente reservados à temática durante a gestão, Michel Temer, no governo federal

De maneira geral, as memórias das reuniões revelaram que os NEA's: precedem o plano Brasil Agroecológicos; sua existência nas universidades federais remonta aos grupos estudantis de agricultura alternativa dos anos 1970 e 1980; sua expansão para os IF's está associada aos Planapos; são opção para formação científica nas instituições de ensino; derivam suas ações da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; foram construídos e apoiados com um papel fundamental da ABA.

### 2.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ATAS DA CNAPO

Na terceira fase das análises de conteúdo de Bardin (2016), explicar a categoria e quantificá-la, foi realizada contagem simples nas unidades de registro núcleo, sendo validados, apenas, os registros dialógicos com a ideia de NEA. Na análise da unidade de registro observou-se a frequência de um grupo de palavras, consideradas indicadores, que contribuíram para dar melhor compreensão às categorias, às ideias correlatas. Também foram admitidas as co-ocorrências: ocorrências simultâneas de duas ou mais categorias relacionadas à unidade de registro, na mesma unidade de contexto.

A tabela 2, a seguir, é uma tentativa de síntese das 21 reuniões da Cnapo, à luz dos NEA's. Nela é possível ler, dentre outras coisas, a quantidade de vezes em que a unidade de registro núcleo foi utilizada abordando diretamente os NEA's, os nomes das instituições que o fizeram e a quantidade de vezes. As categorias emergiram a partir da compreensão do cerne das manifestações registradas. Tendo como cerne seu próprio título, o volume diz respeito à quantidade de vezes em que aquela categoria tenha sido parte ou totalidade da essência do registro. Os indicadores emergiram da observação das ideias correlatas, ou seja, de palavras ou de conjunto de palavras que deram sentido às categorias durante o discurso, em seus registros.

<b>Tabela 2 - Análises de Conteúdo das memórias das reuniões da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo)</b>					
O que	Memórias escritas da Cnapo	Quantidade de reuniões	21		
Quem	(14) instituições de Governo e Estado - (14) instituições da sociedade civil				
Quando	De 2013 a 2018	Onde	Brasília-DF		
Unid. Reg.	Núcleo	Nº de registros	65	Registros válidos	60
	Categorias	Volume	Indicadores		

Núcleos de Estudos Agroecológicos e/ou de Produção Orgânica	Recursos	23	sem/falta/poucos recursos; editais; dificuldade de acesso; bolsista; confuso.
	Avaliação	11	avaliação positiva; exitosa; avanço; estruturante; prioridade; potencial.
	Redes	10	redes de núcleos; intercâmbio; criar; fortalecer.
	Ensino-Pesquisa-Extensão	9	ensino, pesquisa e extensão, indissociabilidade. formação profissional; juventude; conhecimento.
	ATER	11	produção de materiais; formação para agricultora(e)s.
	Território	7	saberes locais; ação; inovação, agricultora(e)s, legitimidade; reconhecimento; gestão.
	Sistematização de experiências	6	Sistematização de experiências; processo.

Organização: CARVALHO, F.C., 2021. Fonte: Atas da Cnapo, 2013 - 2018.

As Atas revelaram que, embora a comissão tenha tido significativo número de participantes, houve pouca divergência na proposta de estruturação dos NEA's, uma vez que eles foram inspirados em experiências de grupos estudantis, de maneira que nem todos participaram igualmente da discussão acerca dos tipos de caminhos pensados aos NEA's; algumas instituições participaram mais ativamente para o apoio e a criação dos núcleos.

As instituições do Governo e Estado que abordaram diretamente os NEA's nas 21 reuniões da Cnapo foram: Mapa (10)<sup>37</sup>; MDA (7); SG/PR (5); MCTI (2); SEAD (2); Embrapa (2); Incra (1); em relatórios de Subcomissões Temáticas (2). E entre as instituições da sociedade civil que abordaram diretamente os NEA's nas 21 reuniões da Cnapo foram: ABA (12); ANA (6); ASA (4); Ecovida (2); (5) registros em relatórios de ST de Conhecimento.

Os destaques entre as instituições do Governo na Cnapo, voltadas para apoiar os Planapos, de maneira geral, foram o extinto MDA e a SG/PR, cabendo a articulação à SG/PR, sendo a Cnapo o único conselho participativo criado pela gestão da ex-presidenta Dilma

<sup>37</sup> Entre parênteses está a quantidade de vezes em que cada instituição utilizou a unidade de registro núcleo em seus pronunciamentos.

Rousseff, e ao MDA, fornecendo e captando recursos de outros ministérios, a execução das ações propostas. Entre as Instituições da Sociedade Civil o destaque foi a ABA, articulando pesquisadores que desenvolvem pesquisas desde muitos anos, que, junto às demandas do mercado interno e externo de produtos orgânicos, contribuem com a estruturação científica da agroecologia em instituições de ensino no Brasil.

As análises de conteúdo apontaram que a categoria Recursos, com aproximadamente 30% do volume de menções associadas aos NEA's, representa as dificuldades em alocação de capital nas instituições de ensino para os núcleos, havendo muita resistência às propostas da Pnapo, em Brasília, segundo membros da Cnapo, com registro em Ata. Os indicadores, vide tabela 1, são claros na construção imagética da presente categoria, na qual tais limitações inviabilizaram diversas ações de núcleos e no extremo levaram ao fechamento de alguns.

Em entrevista narrativa a nós concedida, Irene Maria Cardoso, então representante da ABA na Cnapo, contou a estratégia do grupo “nós tivemos que comer pelas beiradas”, visto que os recursos públicos administrados por diferentes governos são tradicionalmente alocados na agricultura convencional, principalmente nas grandes propriedades rurais e empresas multinacionais do setor. De maneira que o grupo da Cnapo disputou recursos com grupos já consolidados junto à estrutura estatal brasileira. (CARDOSO, 2021).

Na categoria Avaliação, com quase 14,5% das menções, foi ponto comum a compreensão dos NEA's como instrumento exitoso e referência da ST de Conhecimento, avaliados positivamente, vide indicadores, corroborando as avaliações de Sambuichi *et al.* (2017). Na avaliação de Sambuichi *et al.* (2017) foi apontado um desequilíbrio interno entre os “agroecologistas” e os “produtores orgânicos”, tendo o plano sido “influenciado” excessivamente pela visão ampliada da agroecologia em detrimento da produção orgânica, vide o desequilíbrio entre as alas, na composição da comissão.

A categoria ATER, também com quase 14,5%, poderia indicar a presença da Embrapa e da Oepas neste processo; todavia seu conteúdo revelou expectativa de membros da ST de Conhecimento de que os NEA's fizessem assistência técnica e extensão rural no entorno das universidades e dos institutos federais, ação que os membros dos núcleos ou não podem ou não conseguem realizar continuamente devido às questões burocráticas e práticas do cotidiano escolar. Casos como cursos de formação para agricultora(e)s, dentre outros exemplos de ensino-pesquisa-extensão, realizados por NEA's dialogam umbilicalmente com ATER, todavia ressalvamos não configurar objetivo dos núcleos em instituições públicas de ensino superior no Brasil fazê-lo, de maneira geral, visto que não é atribuição prevista em estatuto vigente da rede de UF's e IF's.

Após análise dos editais lançados pelo CNPq para apoiar e/ou criar NEA's, concluímos que as demais categorias são as que mais contribuíram à elaboração conceitual dos editais, a saber: redes, com entorno de 13%; ensino-pesquisa-extensão, com pouco mais de 11,5%; território, ligeiramente acima de 9%; e sistematização de experiências, um pouco acima de 7%. Os Editais de 2013 e 2014, a seguir, para apoio e/ou criação de NEA's, evidenciam as categorias reveladas;

A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que integrem atividades de pesquisa, educação e extensão para a construção e socialização de conhecimentos e práticas relacionados à Agroecologia e aos Sistemas Orgânicos de Produção, compreendendo a implantação ou manutenção de um Núcleo de Estudo em Agroecologia ou de um Núcleo de Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura, ou implantação de um Centro Vocacional Tecnológico ou, ainda, a criação de uma Rede de Núcleos de Estudo em Agroecologia (BRASIL, 2013).

A presente Chamada tem por objetivo geral selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que integrem atividades de extensão, pesquisa, ensino e fomento a processos de inovação tecnológica e metodológica visando a construção e socialização de conhecimentos e práticas relacionados à agroecologia, bem como à promoção dos sistemas orgânicos de produção e de base agroecológica. (BRASIL, 2014).

Os Editais citados (CNPq, 2013; CNPq, 2014), bem como outros para apoio e/ou criação de NEA's, evidenciam, expressamente, o conceito de território, tanto na escala local, em nível de *campus*, como as Unidades Demonstrativas (UD's) e Salas Verdes, quanto na escala regional, no entorno dos *campus*, em nível de comunidades, como a partir de cursos de formação.

A análise do material apontou os NEA's como a principal estratégia da ST Conhecimento para institucionalizar a agroecologia em órgãos do Estado ligados ao ensino, a pesquisa e extensão, com destaque para as universidades e institutos federais. Isto possibilita interpretar que o grupo da Cnapo compreendeu a capacidade de mudança social que instituições exercem sobre a sociedade.

Neste sentido de compreender melhor o papel de estruturas do Estado na sociedade e na capacidade de exercer mudança social, Martins (2016) aponta que a corrente teórica do neoinstitucionalismo<sup>38</sup> argumenta que as instituições afetam o comportamento dos atores sociais; elas produzem estabilidade superior quando a política é centrada em indivíduos, tendo os seguintes pressupostos: (i) as instituições produzem regras de funcionamento; (ii) a ideia diz respeito a como as instituições influenciam e modificam o comportamento dos indivíduos e

---

<sup>38</sup> Segundo Hall e Taylor (2003) os indivíduos têm a possibilidade de, racionalmente, modificarem as "regras" institucionais, que eles fazem cálculos e verificam qual a melhor opção de abordagem para determinada questão.

como as instituições se modificam; (iii) o (velho) institucionalismo assevera que as instituições determinam o comportamento dos indivíduos. (MARTINS, 2016).

Embora seja possível observar um processo de institucionalização da agroecologia e produção orgânica em instituições de ensino, pesquisa e extensão, principalmente por meio dos NEA's, a partir da análise conteúdo das Atas, observou-se uma baixa frequência participativa de representantes do MEC no debate. Segundo Moura (2016) nas primeiras oficinas, para articular a agroecologia institucionalmente, que aconteceram com a realização nos dias 2 e 3 de fevereiro de 2012, em Brasília, “o início do processo sistemático de participação da sociedade na formulação da Pnapo” (p. 28) com: Contag, MST, MPA, MMC, CNS, Rede Cerrado, ASA, Rede Ecovida, ABA, Unicafe, Fase, ANC, AS-PTA, ANA, MMA, Mapa, MDA, MDS, Incra e Conab, o MEC esteve ausente.

Além das avaliações positivas, bem como de uma ferrenha disputa por recursos, deduzimos dos registros da Cnapo que os NEA's, teoricamente, articulam e (re)produzem o conhecimento agroecológico a partir da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, criam e fazem parte de redes solidárias, institucionais ou não, atuam dentro e também fora dos muros dos seus estabelecimentos de ensino, nos territórios, e que durante seu curso demandam uma espécie de retroalimentação, a partir dos processos de sistematização de experiências.

De acordo com Behring (2006), é “reconhecido que a existência de políticas sociais é um fenômeno associado à constituição da sociedade burguesa, ou seja, do específico modo capitalista de produzir e reproduzir-se” (p. 1). Na contemporaneidade a questão ambiental emerge na sociedade burguesa enquanto direito e enquanto materialidade social que determina lugares modernos ou não, nas diferentes escalas de análise. Para sua materialização em instituições de ensino é fundamental a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e extensão, que tece o “fio de Ariadne” dos NEA's.

Embora a perspectiva do moderno/ecológico esteja materializada em diversas formas no cotidiano da sociedade ocidental, no Brasil, o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016, deu início a um processo de enfraquecimento da estrutura de gestão da Cnapo, 2016 – 2018, até o total desmonte na atual gestão do governo federal 2019 – 2022, por meio de Decreto, dificultando, assim, a continuidade na (re)produção do conhecimento agroecológico em instituições de ensino, através dos NEA's, o que dentre outras consequências impacta na geração de profissionais para atender o crescente mercado de produtos orgânicos, interno e externo.



Mesmo assim, em algumas instituições de ensino, pesquisa e extensão o processo de institucionalização da questão ambiental pode ser percebido, por exemplo, pela continuidade no espraiamento dos NEA's, caso da rede IFES, o que indica gradativa compreensão da discussão ambiental como parte inexorável do processo ensino-aprendizagem, apontando para uma mudança de percepção da instituição e seus sujeitos da relação entre meio ambiente e sociedade.

### **CAPÍTULO 3 – OS NÚCLEOS DE ESTUDOS EM AGROECOLOGIA E A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO**

*Aquilo que chamei de “monoculturas da mente” atravessa todas as gerações de tecnologias para o controle das sementes.*

(VANDANA SHIVA)

Face à resistência de alguns grupos desarticulados no tempo e espaço, ocorreu no Brasil e na América Latina, de maneira geral, uma profunda revolução cultural a partir da articulação do moderno complexo agroindustrial no século XX. As instituições do Estado se adaptaram às novas funções estabelecidas; universidades, empresas de extensão rural e centros de pesquisa se adaptaram as exigências do modelo da RV, reprogramando suas racionalidades.

No Espírito Santo, as escolas agrícolas federais de Santa Teresa, Itapina e Alegre construíram suas identidades em meio a sociedade espírito-santense, reproduzindo para (a)os estudantes, desde suas origens, o modelo ensino-aprendizagem da/para RV, por todo o século XX. No século XXI, a questão ambiental encontrou espaço na rede de ensino do IFES, concorrendo para emergência do paradigma agroecológico na instituição, onde a diversidade de identidades e contextos de cada *campus* proporcionou níveis descompassados de (des)envolvimento desta temática.

O terceiro capítulo trata dos NEA's da rede de ensino do IFES, instituídos inicialmente por meio do apoio dos Editais do CNPq, entre 2010 e 2020. Delineamos primeiramente sua historicidade geral da questão ambiental no IFES e apresentamos a respectiva contextualização local/regional para a partir daí buscarmos perceber como os NEA's caminharam com relação às *práxis* para a institucionalização da agroecologia nos *campi* investigados.

Em uma conjuntura que entrelaçou políticas públicas e o próprio interesse institucional em aflorar a questão ambiental, os NEA's trouxeram para os *campi* um enfoque na agroecologia. Eles lançaram luz sobre essa temática a partir de diferentes perspectivas, mas com similaridades em vários aspectos como no desenvolvimento de parcerias com grupos de agricultores familiares de comunidades do entorno das unidades de ensino.

#### **3.1 A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO (IFES)**

Nomeado Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) em 2008, a instituição tem mais de 110 anos de história, reúne escolas tradicionais como o atual *campus* Vitória, que tem origem na Escola de Aprendizes e Artífices do Espírito Santo, fundada em 1910; o *campus* Santa Teresa, antiga Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa, cujas bases foram implantadas em 1941, com a criação da Escola Prática de Agricultura; o *campus* de Alegre, originado a partir da Escola Agrotécnica de Alegre, fundada em 1953; e o *campus* Itapina, que tem origem na antiga Escola Agrotécnica Federal de Colatina (1979) e na Escola de Iniciação Agrícola de Colatina (1956); atualmente possui *campus* em vinte e um (21), dos setenta e oito (78), municípios do estado. (IFES, 2015).

Em 29 de dezembro do ano de 2008, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei n.º 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no país. Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional, científica e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (IFES, 2014, p. 14).

No Espírito Santo, o Centro Federal de Educação Tecnológica - Cefetes e as Escolas Agrotécnicas de Alegre - EAFA, Colatina - EAFC e Santa Teresa - EAFST se integraram em uma estrutura única: o Instituto Federal do Espírito Santo - IFES. Dessa forma, as Unidades de Ensino do Cefetes (Vitória, Colatina, Serra, Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Cariacica, Aracruz, Linhares e Nova Venécia) e as Escolas Agrotécnicas de Alegre, Santa Teresa e Colatina (Itapina) passaram a ser os *campi* do Instituto. Desde a criação do IFES, em 29 de dezembro de 2008, foram implementados mais nove *campi*, a saber: Vila Velha (2010), Guarapari (2010), Ibatiba (2010), Venda Nova do Imigrante (2010), Piúma, (2011), Montanha (2014), Barra de São Francisco (2014), Viana (2014), Centro de Referência em Formação e em Educação à Distância (2014) e *campus* Centro-Serrano (2014). (IFES, 2015).

De maneira geral, no IFES o modelo tecnocrático de ensino reproduzido nas antigas “escolas técnicas” passou ao largo da questão ambiental pelo século XX. Desde os anos de 1960, nas Escolas Agrotécnicas Federais o modelo de ensino, pesquisa e extensão esteve articulado a lógica da RV, e assim permaneceu por todo o século XX, como padrão, criando uma forte tradição no processo ensino-aprendizagem dos cursos agrícolas, predominando uma visão produtivista. A “onda” da sustentabilidade entrou na instituição no século XXI, e sua institucionalização foi acelerada, vide o caso da agroecologia ofertada pela primeira vez como disciplina no curso Técnico em Agropecuária no *campus* Santa Teresa, em 2008, e oito (8) anos

depois oferecida como curso de Pós-Graduação *strictu-sensu*, no *campus* Alegre, o primeiro do estado do ES.

No IFES o processo de institucionalização da questão ambiental brotou timidamente no primeiro PDI (2009-2013), embora tenha sido destacado pelo então Reitor Dênio Ribeiro na apresentação deste, que o foco da rede estava no “[...] atendimento às demandas na área da educação tecnológica e da pesquisa, visando ao aprimoramento de sua função social e à contribuição com o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua” (p. 15), a questão ambiental não constou nas diretrizes daquele plano, mas concentrada na responsabilidade social da instituição, a seguir. Cabe destacar que foi no PDI (2009-2013) que surgiu a primeira Especialização *lato-sensu* em Agroecologia do Estado no *campus* Alegre.

A criação dos institutos federais afirma a educação profissional como uma política pública a partir das seguintes características: manutenção com recursos de origem pública, comprometimento com o social fundamentalmente no enfoque da igualdade, na diversidade e a articulação com outras políticas como as de trabalho, renda, *desenvolvimento local e ambiental* (IFES, 2009, p.56, grifos nossos).

As diretrizes institucionais são a base de qualquer planejamento estratégico e têm como elementos principais a missão, a visão e os valores perseguidos pela instituição, e no PDI (2014-2018) a questão ambiental emergiu na missão, a seguir: promover educação profissional pública de excelência, integrando ensino, pesquisa e extensão, para a construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável. E também nos valores, a seguir: comprometimento; cooperação; ética; excelência; inclusão; responsabilidade social; sustentabilidade; transparência (IFES, 2014), demonstrando gradativo (des)envolvimento da questão ambiental na instituição.

No PDI (2019-2024) a expansão da questão ambiental pôde ser constatada no grande número de referências diretas feitas a sustentabilidade e a Educação Ambiental Crítica (EAC), listadas dentre as principais políticas definidas para o período, destacando o desenvolvimento do ensino na instituição da “criação e implementação da Política de Educação Ambiental” (p. 72).

Ao se incluir a Educação Ambiental (EA) no planejamento institucional, deve-se ter especial atenção para não reduzir esse campo, tão complexo e sensível, a uma vertente biologicista, unilateralmente considerada. Isso, pelo fato que, dessa forma, acaba-se por não enfrentar as questões de fundo que estão no epicentro da EA, tais como: a relação dialética sociedade-natureza, as desigualdades, a injustiça e a exclusão social ou o consumismo desenfreado. A importância da escola no processo de formação da cidadania socioambiental recai no fato de que essa instituição não se constitui como o único, mas como um *locus* privilegiado do território para a consolidação da democracia como valor em que a participação é o paradigma dessa prática social. Nesse

contexto, a defesa da qualidade ambiental é valor inseparável da dimensão da cidadania, com destaque para vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais, que por sua vez, estabelecem a organização e a participação da coletividade. É nessa confluência complexa que a EA crítica, emancipatória e transformadora poderá ser geradora/indutora de uma cidadania socioambiental. Desse modo, a EA constitui-se como eixo estratégico e articulador entre a democratização dos conhecimentos científicos historicamente produzidos e democratização das relações de poder postas no âmbito da gestão do espaço público como direito (IFES, 2019, p. 72).

O PDI-IFES (2019-2024) propõe, de maneira geral, conceber a questão ambiental no IFES, em:

1. Uma vertente crítica e emancipatória, aos planejamentos de ensino, estabelecer plano de metas para garantir a EA no espaço institucional.
2. Instituir mecanismos que garantam o diálogo entre Ensino, Pesquisa e Extensão, possibilitando planejamento integrado para adoção da EA como elemento articulador das ações institucionais.
3. Criar/destinar espaço institucional, para ancorar as ações sustentáveis através da EA.

Detectamos que programa institucional, denominado “Rede de Educadores Ambientais do IFES”, com objetivo de articular a EA na instituição, divulgar ações, projetos e programas de EA desenvolvidos, precede os núcleos de estudos em agroecologia, e notadamente estes foram incorporados pela R-EA IFES, e comparecendo com representatividade nos Encontros da R-EA do IFES.

A seguir, no quadro 16 destacamos os núcleos atrelados à questão ambiental na rede IFES;

<b>Quadro 16 - Natureza dos núcleos atrelados à questão ambiental na rede IFES</b>	
<p><b>Núcleos de Estudos em Agroecologia, <i>campus</i>:</b></p> <p>Santa Teresa, Ibatiba, Itapina, Colatina, Nova Venécia, Santa Maria de Jetibá, Venda Nova do Imigrante e Barra de São Francisco.</p>	<p><b>Núcleos de Estudos em Agroecologia criados via Editais do CNPq, <i>campus</i>:</b></p> <p>Alegre, Santa Teresa, Ibatiba, Itapina, Colatina, Santa Maria de Jetibá (Centro-serrano).</p>
<p><b>Núcleos de Estudos da temática ambiental, <i>campus</i>:</b></p> <p>Alegre, Piúma, Aracruz, Vitória, Linhares, Cariacica, Viana, Vila Velha, São Mateus e Guarapari.</p>	<p><b>Núcleos que estudam Agroecologia criados sem o apoio dos Editais do CNPq, <i>campus</i>:</b></p> <p>Nova Venécia, Venda Nova do Imigrante e B. S. Francisco.</p>

Fonte: IFES. Organização: Carvalho, F. C., 2022.

Assim, percebemos que a agroecologia emergiu no IFES dialogando tanto com políticas externas, notadamente uma política pública em específico - Planapo, vide os Editais do CNPq para criação e/ou manutenção de NEA's, quanto com políticas internas, vide a política institucional de EA da rede de ensino, e que essa incorporou os NEA's de tal maneira que, na década de 2010, no IFES a R-NEA reuniu o grupo de servidores irradiadores da questão ambiental em seus respectivos *campus*.

O quadro 17, a seguir, intenta demonstrar de maneira condensada a expansão da questão ambiental no IFES, com enfoque no pensamento agroecológico;

<b>Quadro 17 - Resumo da expansão do pensamento agroecológico no IFES</b>		
Período	Institucional	Contexto
Anos 2000	Disciplina Optativa de Agroecologia de <i>Campus</i> Santa Teresa.	Formação e expansão da rede IFES
Anos 2010	Cursos de Especialização e Mestrado em Agroecologia <i>campus</i> Alegre. NEA's <i>campus</i> : Santa Teresa, Ibatiba, Alegre, Santa Maria de Jetibá, Itapina e Nova Venécia. Articulação da R-NEA IFES; Encontros multi <i>campi</i> .	Expansão de <i>campi</i> do IFES e sua oferta de cursos. Lançamento de editais para criação de Nea's. Criação de Nea's. Criação da rede de educação ambiental do IFES.
Anos 2020	Curso Técnico em Agroecologia <i>Campus</i> St. Teresa. Nea's <i>campus</i> : Venda Nova do Imigrante e B. S. Francisco.	Expansão de Nea's, entrada dos Nea's na rede de educação ambiental do IFES. Expansão de NEA's sem apoio via editais.

Fonte: IFES. Organização: Carvalho, F.C., 2021.

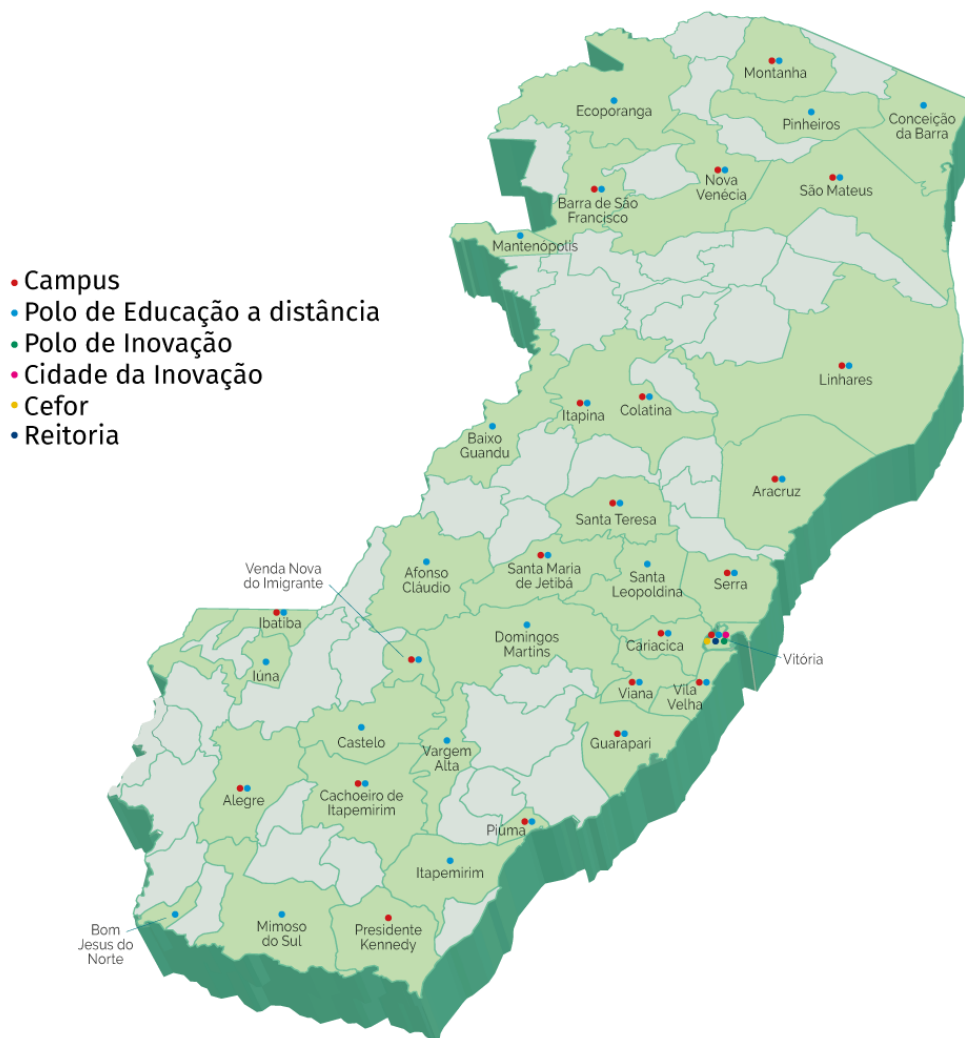
A análise dos PDI's apontou que a emergência da questão ambiental no IFES está associada a alguns fatores, tais como:

1. A estruturação de legislação federal acerca da EA, a seguir: A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental (PNEA), e a Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Levando o PDI (2019-2024) a "criar grupos de estudos, pesquisas e centros interdisciplinares de Educação Ambiental" (p. 13).
2. Segundo Carvalho e Caetano (2021) o processo de expansão e interiorização das instituições de ensino superior promovido entre 2002 e 2018, principalmente por meio do espraiamento da rede dos Institutos Federais (IF's), pode ter influenciado positivamente esse processo de expansão da questão ambiental a partir da renovação dos quadros de professores/pesquisadores com outros paradigmas e projetos.

3. As crises sistêmicas na relação sociedade-natureza e seus impactos nos territórios.
4. A crescente demanda do mercado por produtos orgânicos, bem como por profissionais capazes de produzi-los.

No mapa 1, a seguir, observamos as unidades escolares da rede IFES, onde excetuando aquele mais jovens da rede, a saber: Presidente Kennedy, os demais *campi* possuem algum tipo de grupo atrelado a questão ambiental. Destacamos ainda a capilaridade da instituição no estado capixaba, onde mais de 70 dos 78 municípios possuem pelo menos um *campus* e/ou polo EAD em seu próprio território e/ou no município vizinho.

**Mapa 1 – Rede de ensino IFES**



Fonte: IFES, 2021, s/p.

Os NEA's despontaram na instituição como agentes potencialmente capazes de (des)envolverem ações e representações atinentes a seara ambiental na escala local – em nível

dos *campi* e comunidades -, e na escala estadual, enquanto rede junto aos fóruns inter-institucionais que debatem esta questão, com destaque à participação na CPorg-ES. Assim, por meio desse espraiamento e capilaridade logrados pelo IFES no território espírito-santense, os NEA´s raiaram balizados pela instituição albergadora.

O contexto geral local/regional dos IFES que “abrigam” os NEA´s estudados/analísados caracteriza-se pela presença da agricultura familiar, o que representa o potencial para a interação dos NEA´s no desenvolvimento junto às comunidades presentes nos territórios onde foram instaladas as unidades de ensino da rede.

### 3.1.1 O CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR ESPÍRITO-SANTENSE A PARTIR DE UM ENFOQUE NA AGROECOLOGIA

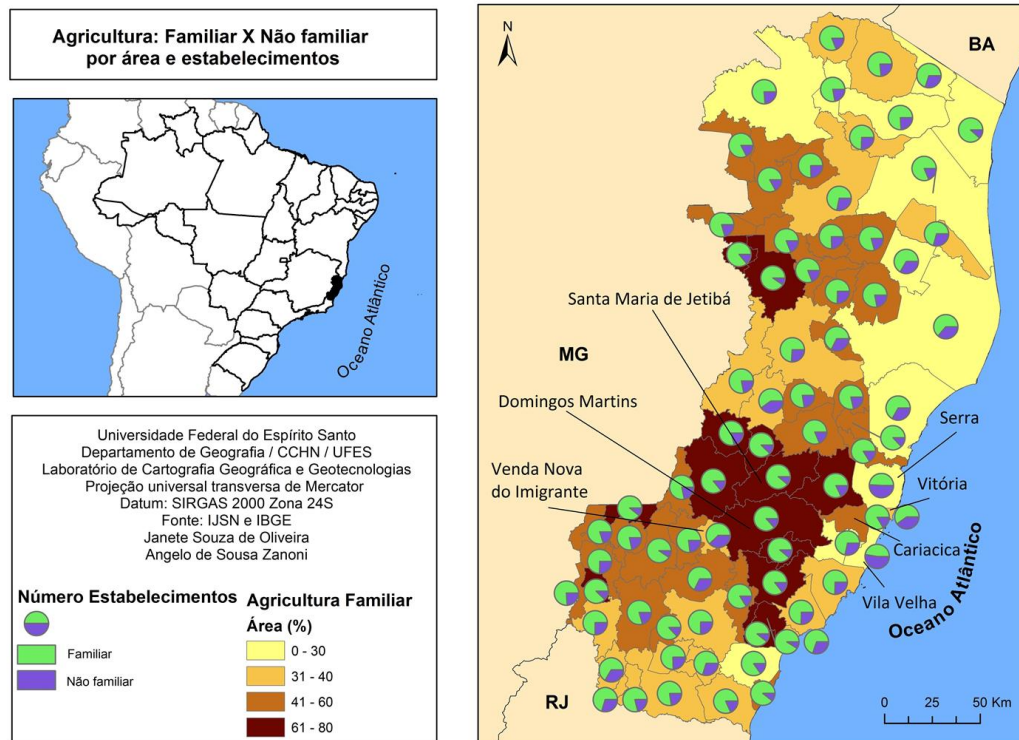
O Estado do Espírito Santo possui como característica de uso e ocupação do solo no espaço rural a forte presença da agricultura familiar (ver mapa 2, a seguir), e o destaque a esta categoria social repousa na compreensão científica de que “abstrair seu conhecimento ecológico [...] permite desenvolver as novas tecnologias que procura a agroecologia” (SEVILLA-GUZMAN; MOLINA, 2013, p. 72), ou seja, as comunidades rurais carregam em seus *habitus* cultural potencial à (re)produção do conhecimento agroecológico e da produção orgânica.

Como visto no capítulo 1 desta tese, agroecologia e a produção orgânica não nasceram da academia em isolado, mas da própria agricultura validada através das trajetórias dos grupos de agricultores de base familiar, intergeracional. Realça o fato de que segundo Cadastro Nacional de Agricultores Orgânicos (CNPO), em 2021, mais de 78% dos produtores cadastrados foram classificados como agricultores familiares.

Segundo o Incaper (2020), a agricultura familiar é a atividade predominante no setor agrícola do Espírito Santo e está presente em 75% das propriedades rurais do Estado, ocupando apenas 33% do território agrícola. E além de ofertar a maior diversidade de alimentos à sociedade capixaba, é a principal abastecedora do mercado interno.



**Mapa 2 – A agricultura familiar no Espírito Santo<sup>39</sup>**



Fonte: IJSN, 2015, s/p.

Evidenciamos ainda que 40% dos NEA's analisados com profundidade nesta tese estão em municípios em que a agricultura familiar abrange entre 61 e 80% do território do município, 20% dos NEA's analisados estão em municípios em que a agricultura familiar abrange entre 41 e 60% do território do município, e os outros 40% dos NEA's estão em municípios em que a agricultura familiar abrange entre 31 e 40% do território do município. Complementamos que em todos os municípios com *campi* da rede IFES e albergadores de um NEA na vertente agroecológica, a maioria dos estabelecimentos rurais foram reconhecidos como da agricultura familiar.

A trajetória do grupo dos agricultores familiares no Espírito Santo, segundo Santos e Gregório (2016), foi marcada por difíceis condições de vida, o que motivou, durante os anos de 1960, um grupo de padres católicos a criarem a Associazione degli Amici dello Stato Brasiliano dello Espírito Santo (AES), em 1966. Esta associação promoveu intercâmbio entre o Brasil e a

<sup>39</sup> Do total de NEA's investigados três (3) estão localizados em municípios mais da metade da área rural está ocupada pela agricultura familiar, e dois (2) estão em municípios que mais de 1/3 da área rural está ocupada pela agricultura familiar, esses números favorecem as ações dos NEA's visto que agricultura familiar foi escolhida enquanto público da política pública por nós estudada. Ressalvamos que a associada a essa forte vertente da agricultura familiar no ES, o predomínio de relevo montanhoso, florestas densas e rios caudalosos, contribuíram para o desenvolvimento de um conhecimentos empíricos nos territórios que, teoricamente, são objeto de interesse dos NEA's para suas atividades junto ao seu público-alvo, os estudantes.

Itália e, a partir da articulação de técnicos e acadêmicos italianos e estagiários brasileiros, deu-se a criação de outra instituição importante para o desenvolvimento de um modelo de ensino (Pedagogia da Alternância) voltado para esta categoria social no estado, o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), em 1968. (SANTOS; GREGÓRIO, 2016).

A economia capixaba enfrentava sérios problemas devido a crises na agricultura e êxodo rural intenso. Além das dificuldades encontradas na agricultura, os camponeses também sofriam com o abandono da educação no meio rural. Nesse sentido, a proposta educacional do Mepes vinha como resposta às duras condições enfrentadas no campo pelos agricultores e ao descaso em relação à educação dos jovens camponeses (SANTOS; GREGÓRIO, 2016, p. 90).

Na década de 1960 iniciaram políticas sociais favoráveis à (re)produção da vida camponesa no Espírito Santo, que em certa medida fizeram frente ao processo da RV. Segundo Fomentini e Souza (2016), Rodrigues (2017) e Siqueira (2020), o movimento agroecológico no estado do Espírito Santo, do mesmo modo como em âmbito nacional, tem suas origens na rede de agricultura alternativa, datada de meados dos anos 1970. A discussão sobre o movimento da agricultura alternativa, potencializada pelo avanço dos agrotóxicos, começou a ganhar força através da Associação Estadual de Engenheiros Agrônomos, que posteriormente foi fortalecido com a vinda do Projeto Tecnologias Alternativas (PTA). As ações foram principalmente no enfrentamento ao pacote tecnológico da RV, especificamente aos agrotóxicos (RODRIGUES, 2017).

As Igrejas Luteranas e Católicas propiciaram um ambiente de ampla discussão entre os agricultores locais, os quais estavam submetidos aos efeitos perversos do pacote tecnológico. Paralelamente a estas discussões, em âmbito nacional, como mencionado anteriormente, estava ocorrendo os debates em torno da “agricultura alternativa”, promovidos pelos Encontros Brasileiro de Agricultura Alternativa, os EBAAAs. Além disso, o Projeto Tecnologias Alternativas - PTA, estava sendo gestado a partir do apoio da FASE (RODRIGUES, 2017, p. 163,).

Segundo Siqueira (2017), foi na década de 1980 que um conjunto mais representativo de agentes nos territórios foram capazes de articular ações à agricultura orgânica.

Pode-se considerar a década de 1980 como marco para o início da agricultura orgânica no Espírito Santo. A participação da sociedade civil e algumas ações governamentais foram instrumentos importantes para que a discussão e realização de ações hoje caracterizadas como de agricultura orgânica conquistassem seu espaço no Estado (SIQUEIRA, 2017, p. 23).

Neste período de avanço da modernização conservadora nos mais diferentes espaços do território capixaba, contestado por alguns grupos de produtores e técnicos, ocorreu resistência entre alguns professores e estudantes do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Espírito Santo (CCA-UFES), tendo no grupo estudantil Kapi'xawa o maior expoente

acadêmico neste debate das Agriculturas Alternativas, formando levadas de profissionais que na contemporaneidade contribuem na articulação da agroecologia e a produção orgânica no estado.

Data de criação: 1987 Região de atuação: Sul do ES, município de Alegre. Natureza jurídica: Organização não governamental, sem fins lucrativos. Como atua historicamente: realizam parcerias em trabalhos participativos de extensão com agricultores, através de mutirões nas atividades de plantio, cercamento de nascentes, manejo, colheita. Associação com atores da malha de fundação: Associação de Programa em Tecnologias Alternativas (APTA), Escola Família Agrícola (EFA); Associações de agricultores [...] (GOUVEIA, 2017, p. 22).

Ainda na década de 1980, com a extinta EMCAPA criou-se um centro de estudos que vem desde então pesquisando o processo de produção agroecológica, realizando avaliação de solo e melhorias em diversas lavouras a partir do não uso de insumos químicos. A Fazenda Experimental Mendes da Fonseca, em Domingos Martins, é considerada um dos centros de pesquisas mais antigos do Brasil nessa área (FOMENTINI; SOUZA, 2016).

Desta complexa trajetória com múltiplos agentes resultou que, depois de cinco décadas, a agroecologia e a produção de orgânicos galgaram a ocupar, segundo o Incaper (2014), 9.500 hectares do território capixaba, com presença na maioria dos municípios, sendo os principais produtores: Boa Esperança; Cariacica; Cachoeiro de Itapemirim; Ibitirama, Domingos Martins; Iconha; Iúna; Jaguaré; Laranja da Terra; Mantenópolis; Montanha; Muqui; Nova Venécia; Santa Leopoldina; Santa Teresa; Santa Maria de Jetibá; São Mateus, Venda Nova do Imigrante, Rio Bananal e Dorcas do Rio Preto. Juntos, estes produtores (certificados e em transição) colheram mais de 12.800.000 Kg de alimentos por mês. Os produtos mais cultivados são frutas e olerícolas, e a comercialização destes alimentos ocorre principalmente em feiras livres, com destaque para a região metropolitana de Vitória. (INCAPER, 2014)<sup>40</sup>.

Segundo a Seag-ES (2020) as feiras orgânicas e agroecológicas da região metropolitana fazem parte do Programa de Fortalecimento da Agricultura Orgânica da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag) e são realizadas em parceria com diversas instituições. Semanalmente, comercializam toneladas de hortaliças, frutas e legumes frescos. O número de feiras orgânicas na Grande Vitória, de 2014 para 2020, foi de 8 para 26, espalhadas pelos municípios de Cariacica, Serra, Vila Velha e Vitória.

Sobre o desenvolvimento das práticas agroecológicas no território capixaba, segundo Scarim *et al.* (2005), obteve-se três grandes áreas de concentração de atividades relacionadas à agroecologia: as regiões Serrana do estado e a do Caparaó, com cultivos voltados à olericultura, fortemente marcada pela influência das imigrações italiana e alemã; e a região ao norte do Rio

---

<sup>40</sup> Últimos dados encontrados acerca da produção orgânica no Espírito Santo e correspondentes ao contexto da maioria dos NEA's estudados.

Doce, onde predominam as práticas orgânicas voltadas para o cultivo do café, fruticultura e também a presença de comunidades tradicionais quilombolas com sua agricultura peculiar, entre outros.

<b>Quadro 18 - Resumo da expansão do pensamento agroecológico no Espírito Santo</b>		
Período	Institucional	Contexto
Anos 1960/1970	AES, EFA's, Mepes, Raceffaes	Ditadura Militar: Implementação dos pacotes da revolução verde, a partir de instituições públicas e privadas. Exclusão e/ou resistência dos pequenos agricultores neste processo. Grupos humanos, diversos e dispersos, iniciam estratégias alternativas ao novo modelo.
Anos 1980	Fazenda Experimental - EMCAPA - D. Martins Kapi'xawa - CCA-UFES <i>campus</i> Alegre CEIERS Centros de Integrados - Boa Esperança, Vila Pavão e Águia Branca PTA/Fase - Estadual Hortão - Cachoeiro do Itapemirim APSAD - Santa Maria de Jetibá	Surgimento dos primeiros grupos de agricultura alternativa no estado, "início" do processo de institucionalização em diferentes espaços. Primeiros intercâmbios, organização e participação em eventos, Fomentini e Souza (2016) e Siqueira (2020) chamam a atenção neste ponto para os EBAA's. A nível local, destacamos a realização dos encontros estaduais de tecnologias alternativas pela Fase/PTA com grupos de pequenos agricultores.
Anos 1990	MPA; APTA; Emater; Chão Vivo - certificadora de produtos orgânicos - St. M. Jetibá	Redemocratização: fortalecimento e organização de movimentos da agricultura familiar e acesso a recursos por meio de políticas públicas. Surgem as primeiras feiras da agricultura familiar na região metropolitana de Vitória.
Anos 2000	Incaper; Encontros Estaduais de Agroecologia V CBA-Guarapari (2007)	Expansão dos produtores certificados orgânicos no estado. As feiras da agricultura familiar se popularizam nas principais cidades do estado. Criação da rede estadual de educação ambiental.
Anos 2010	ACA; Cporg-ES; PEAPO-ES; NEA's e R-NEA's IFES	Institucionalização a nível de Lei Estadual da Agroecologia e da Produção de Orgânicos. Expansão das feiras da agricultura familiar na região metropolitana de Vitória.
Anos 2020	PLEAPO-ES	Disputa por recursos nas arenas decisórias para PLEAPO. Consolidação da Agroecologia e produção de orgânicos em diversos espaços como: bairros (através das feiras) e instituições de ensino-pesquisa-extensão como o IFES e nos próprios agroecossistemas, vide a expansão de propriedades certificadas, e da demanda do mercado, dentre outros.

Organização: Carvalho, F. C., 2021.

O quadro 18, acima, não tem o objetivo de esgotar as trajetórias de experiências de cunho agroecológico e/ou de produção orgânica articuladas por atores e instituições no ES, mas de indicar, de maneira condensada, que há um processo de institucionalização da agroecologia e da produção orgânica em curso no estado do ES, desde um enfoque no IFES. De todo modo, instituições como a OCS Universo Orgânico de Nova Venécia, fundada em 2010, indicam que há um processo em curso com grande diversidade de agentes e experiências.

No município de Nova Venécia, existe um histórico do desenvolvimento da agricultura de base ecológica, contando com experiências iniciadas há mais de 20 anos. Esta potencialidade favoreceu a criação da Escola Permanente de Agroecologia em 2010, vinculada à Paróquia São Marcos, de Nova Venécia, o que favoreceu a interação entre as diversas experiências, fortalecendo-as e dando maior visibilidade, além de provocar mudanças no modo de produção de outras famílias de agricultores de Nova Venécia (CRISTO *et al.*, 2013, p. 2).

A diversidade de atores sociais e organizações existentes no espaço agrário capixaba que representam a expansão do pensamento agroecológico, contrasta com um território historicamente marcado pelo processo de concentração fundiária, pela consolidação do padrão monocultor e por inúmeros conflitos agrários, fatos que exercem grande pressão nos territórios, assim, coexistindo no espaço territorialidades conflitantes. Mais do que perdendo ou destruindo territórios, ou melhor, processos de territorialização (para enfatizar a ação, a dinâmica), na maior parte das vezes ocorre uma intensificação e complexificação de processos de (re)territorialização muito mais múltiplos, "multiterritoriais" (HAESBAERT, 2004).

Assim, percebemos que nem a realidade local/regional onde estão as unidades da rede IFES estão inseridos é homogênea, tampouco os próprios *campi*, com seus diferentes cursos, contextos territoriais, e, em maior ou menor medida, tradição no ensino tecnocrático.

### **3.2 Os NÚCLEOS DE ESTUDOS EM AGROECOLOGIA (NEA'S) DA REDE IFES**

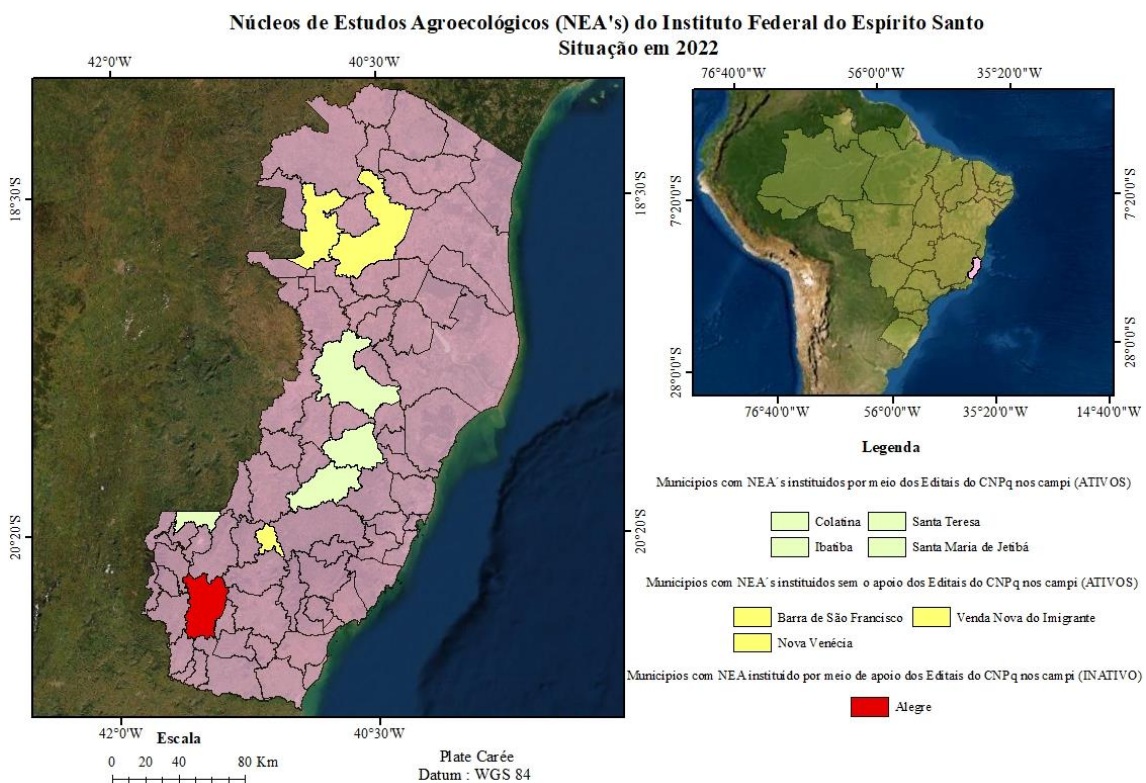
O primeiro NEA da rede IFES foi em Santa Teresa, criado a partir de uma Carta Convite do MAPA, em 2010, cujo eixo principal foi a implantação de unidades demonstrativas agroecológicas adaptadas ao contexto da agricultura familiar da região serrana do estado (PREZOTTI *et al.*, 2012). O segundo NEA da rede IFES foi em Ibatiba, criado via Edital do CNPq, em 2013, ele trabalha com associações de agricultores familiares e experimentos de pesquisa para avaliar o desenvolvimento rural sustentável na região do Caparaó (ALVAREZ *et al.*, 2014).

Os dois NEA's mais antigos do IFES estão nos seguintes contextos:

- a. Santa Teresa, escola fundada em 1947, possui um NEA desde 2010, ou seja, é um *campus* com uma tradição nos processos de ensino, pesquisa e extensão.
- b. Ibatiba, escola fundada em 2010, possui um NEA desde 2013, ou seja, é um *campus* jovem, construindo sua identidade no ensino, pesquisa e extensão.

Dialogam com o caso *a.* os *campi* Itapina (1957), Alegre (1955) e Colatina (1993), e dialogam com o caso *b.* os *campi* Nova Venécia (2008), Venda Nova do Imigrante (2010), Centro-serrano (2015) e Barra de São Francisco (2016). No mapa 3 NEA's do IFES situação em 2022, a seguir, destacamos os municípios espírito-santenses que receberam NEA's na rede IFES, por meio de políticas públicas ou não, na década de 2010.

**Mapa 3 – NEA's do IFES situação em 2022**



Autor: Zanetti, 2022, s/p.

No mapa 3, acima, em ordem latitudinal crescente temos em amarelo e ao norte os municípios de Nova Venécia e Barra de São Francisco; de verde claro e ao centro Colatina, Santa Teresa e Santa Maria de Jetibá; também de verde claro e a oeste, na divisa com Minas Gerais, está Ibatiba; e ao sul em amarelo Venda Nova do Imigrante e em vermelho Alegre. A seguir apresentaremos os NEA's, e avultaremos algumas ações que percebemos como destaque(s) de cada núcleo, resultando ao final num portfólio com os principais resultados

alcançados pelo grupo de núcleos. Neste mapa, com os oito (8) municípios com os NEA's criados desde de 2010, ressaltamos o fato que o município de Colatina possui 2 *campi*, a saber; o *campus* Itapina – com o NEA Watu - e o *campus* Colatina – com o NEA Tabocas.

A apresentação dos núcleos foi elaborada de forma concisa e avultando aspectos mais emblemáticos, principalmente aqueles destacados pelos próprios coordenadores nos relatórios e artigos analisados, bem como nas EN concedidas. Contém as trajetórias, compilados de ações e contextos dos NEA's ativos, instituídos entre 2010 e 2020, com ou sem apoio do Editais do CNPq.

### 3.2.1 O NEA *CAMPUS* SANTA TERESA E O SEU CONTEXTO

A mudança na matriz curricular do curso Técnico em Agropecuária, com a inserção da disciplina de agroecologia, em 2008, em alguma medida institucionaliza a questão ambiental multidimensional atrelada ao ensino, à pesquisa e à extensão, voltada à produção agropecuária no *campus* Santa Teresa. E, para auxiliar tal processo, em 2010, foi implantado no *campus* de Santa Teresa o Núcleo de Desenvolvimento Agroecológico (NDA). (PREZOTTI *et al.*, 2012).

No mês de maio de 2010 o *campus* Santa Teresa do Instituto Federal do Espírito Santo atendendo ao EDITAL/CONVITE do MAPA/MEC/MCTI, encaminhou projeto de criação de um Núcleo de Desenvolvimento Agroecológico (NDA), ao qual estaria vinculado um Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA\_ST). O objetivo geral do projeto era a estruturação de um espaço de congregação, validação e irradiação de saberes agroecológicos no IFES - Campus Santa Teresa, com foco em experiências adaptadas ao contexto da agricultura familiar da região central-serrana do Espírito Santo. O projeto foi aprovado e desde setembro de 2010 as ações propostas vêm sendo desenvolvidas (RELATÓRIO NEA SANTA TERESA Edital n° 46 MCTI/MEC/MAPA/CNPq, 2012).

As ações do NEA-ST, denominado Arandu, em 2012, em princípio foram focadas na estruturação das Unidades Demonstrativas (UD's) agroecológicas, que em conjunto compunham o então denominado Núcleo de Desenvolvimento Agrário (NDA), e na formação teórica dos seus componentes. A partir dessa infraestrutura inicial e do acúmulo de conhecimento por parte dos membros do núcleo, direcionaram-se as ações no sentido de despertar na comunidade interna (discentes e servidores) o interesse pela agroecologia e pelos sistemas alternativos de produção. (RELATÓRIO NEA SANTA TERESA Edital n° 46 MCTI/MEC/MAPA/CNPq, 2012).

Para a (re)produção desses saberes alternativos àqueles da agropecuária convencional, seis hectares da área total do *campus* foram destinados ao ensino, pesquisa e extensão agroecológicas, em 2010. Predominando ali a influência e/ou domínio da ciência agroecológica

e de seu grupo representante local, legitimado institucionalmente, erigindo na unidade escolar uma incipiente territorialização agroecológica.

Neste território, “fundamentalmente um espaço definido pelas relações de poder” (SOUZA, 2012, p. 78), de 6 hectares estão dispostas a maior parte das UD’s do *campus* St. Teresa. Essa UD’s funcionam como atributos materiais do território, sendo utilizadas como laboratórios para aulas, pesquisas da comunidade acadêmica, dinamizadoras de extensão com cursos de formação para o público externos, dentre outras funções. Na sequência de fotos, a seguir, apontamos parte do processo de institucionalização da agroecologia por meio da identificação oficial do setor e parte das UD’s.



Foto 1: Identificação institucional



Foto 2: Área reservada ao o ensino de agroecologia



Foto 3: Preparo de caldas e biofertilizantes  
Autoria: Carvalho, F. C., 2022.



Foto 4: Cultivo de leguminosas para adubação

Segundo os relatórios analisados as UD’s do IFES Santa Teresa são: cultivo de olerícolas orgânicas na horta em mandala; produção de insumos orgânicos (composto, vermicomposto e biofertilizante), multiplicação de sementes de leguminosas para adubação verde; banco de sementes crioulas; plantas medicinais; agrofloresta; e barreiras verdes. Adjuntas aos prédios principais do *campus*, onde estão os pavilhões de aula, constam as



estruturas da UD de meliponicultura e de uma sala destinada especificamente ao NEA, sendo o principal espaço para as reuniões e discussões das territorialidades agroecológicas dentro e fora do *campus* Santa Teresa.

Para Haesbaert, (2007), “a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais [...]”, (p. 22). Nas palavras de Souza (2012) as territorialidades são “relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial” (p. 99). Pode-se dizer que elas correspondem às estruturas de ideias, padrões de comportamento e atitudes, tecidas por grupos por meio de repetição, de ação e reação, (re)produzindo controle em determinado território, permite a construção de identidades e satisfaz a demandas específicas nas mais diversas escalas.

A construção de novas territorialidades no *campus* Santa Teresa, suas estratégias para apropriação e as formas de (re)produção socioespaciais podem ser percebidas por meio da leitura e da análise de diversos relatórios e pesquisas/artigos científicos produzidos pelos membros do Arandu. Dentre outras estratégias, mediadas por relações sociais junto a uma rede tecida com parceiros da comunidade externa, foi articulada em 2015 uma feira da agricultura familiar com alimentos orgânicos no *campus*, semanalmente.

A feira teve início por meio de uma parceria entre o Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) ARANDU e a Associação Santa Teresa de Agroecologia – Astral. A criação da associação é um dos frutos gerados pela interação do núcleo ARANDU com o Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais do município (STR-ST), onde existia um grupo de agricultores com interesse em produzir alimentos agroecológicos. Criada em 2015, é a única associação agroecológica de Santa Teresa e antes da feira, seus associados comercializavam seus produtos principalmente por meio de venda direta e nos programas do governo PNAE e PAA (FRIZZERA, 2018, p. 2).

A participação dos estudantes do núcleo Arandu foi fundamental para a execução da feira no *campus*, a divulgação e a realização da montagem das barracas para os produtores, pois a maioria dos agricultores não tinha experiência como feirante, competindo aos discentes o protagonismo na organização do espaço. Esta interação proporcionou um estreitamento na relação entre membros do NEA e os produtores da Astral. (FRIZZERA *et al.*, 2018).

Outra ação articulada pelo NEA foi a recepção de grupos de escolas dos ensinos fundamental, médio e superior para conhecer o setor de agroecologia do *campus*, onde os membros estudantes do Arandu apresentam as UD's aos visitantes. E, um determinado grupo de agricultores familiares visitantes às UD's do IFES *campus* Santa Teresa veio a se organizar e a dar origem à uma Organização de Controle Social (OCS), denominada Associação Santa Teresa de Agroecologia (ASTRAL).

Após a ASTRAL conquistar espaço para comércio direto de alimentos no *campus* do IFES, ela alcançou autonomia e reconhecimento junto à sociedade teresense suficientes para se territorializar também na zona urbana da sede do município, também por meio de uma feira semanal. As feiras orgânicas, articuladas pelo Arandu e seus parceiros, fomentam uma dinâmica socioespacial que mira a abordagem das PS assumida neste trabalho, pois promovem a alimentação e saúde humana, preservação do meio ambiente e trabalho, de maneira concreta; e simbolicamente agenciam a discussão da questão da produção familiar agroecológica no *campus*.

Outra decorrência que pôde ser aferida junto ao Arandu são as trajetórias dos egressos que, majoritariamente, deram sequência às atividades, em maior ou menor medida, ligadas à agroecologia em outros espaços de estudos e trabalho. A investigação apontou que o conjunto de metodologias adotadas pelo servidor coordenador, caracterizadas por forte estímulo à participação dos estudantes em situações práticas, foi corresponsável por esse movimento.

Uma consequência das ações do Arandu ao longo dos anos foi a ampliação da territorialidade da instituição IFES no setor da agroecologia e da agricultura orgânica no município de Santa Teresa e no estado do Espírito Santo, o que pode ser medido, como por exemplo, pela participação de sua coordenadoria na Cporg-ES, tendo sido voz ativa nas reuniões para a elaboração da PEAPO-ES, em 2020.

Nos relatórios exigidos pelos Editais do CNPq, voltados à construção/apoio/manutenção de NEA's, foram catalogadas dezenas de atividades acumuladas ao longo dos anos pelo Arandu. Dentre essas atividades catalogadas, percebemos que o realce na escrita foi voltado aos minicursos ofertados pelos membros do núcleo à comunidade externa, com destaque para grupos escolares e de agricultora(e)s familiares, sobre caldas, biofertilizantes, vermicompostagem, horticultura orgânica, dentre outros temas dialógicos com a agroecologia.

O NEA Arandu está no contexto de um *campus* da rede IFES localizado em uma zona rural e com origem em uma antiga escola prática de agricultura. Na Foto 5, a seguir, mostramos a entrada principal do *campus* St. Teresa.



Foto 5: Portaria principal do IFES *campus* St. Teresa.  
Autoria: Carvalho, F. C., 2022.

A Escola Prática de Agricultura de Santa Teresa foi criada durante a interventoria de João Punaro Bley, no contexto do Estado Novo (1937-1945) comandado pelo presidente Getúlio Vargas. E uma personagem menos conhecida, mas que teve papel fundamental na concepção da escola: foi do então secretário estadual de agricultura Enrico Ruschi. (IFES, 2022).

O projeto idealizado por Enrico Ruschi foi vitorioso e foram adquiridas as terras da antiga fazenda da família Pagani e sua usina hidrelétrica, situadas no distrito de São João de Petrópolis, município de Santa Teresa, para a instalação de uma escola de agropecuária. À área inicial foram incorporadas pequenas propriedades adquiridas; ao final a área somava 626 hectares, tornando-se o maior estabelecimento rural da região. Nesse período destacou-se o início das Semanas do Lavrador, evento de caráter extensionista que marcaria a memória de estudantes, professores e comunidade do entorno da escola, bem como a formação da

associação estudantil (1956), que comercializou o excedente de produção da instituição até 2006. (IFES, 2022).

O IFES *campus* Santa Teresa, desde os anos de 1940, construiu tradição no território teresense, tornando-se referência no ensino técnico em agropecuária no Espírito Santo, no Sul da Bahia e no Leste de Minas Gerais. Atualmente, oferta os seguintes cursos: 04 (quatro) em nível médio integrado ao técnico (Agropecuária, Agroindústria, Informática e Meio Ambiente); 03 (três) em nível superior (Agronomia, Biologia e Análise e desenvolvimento de sistemas); 01 (uma) em nível de pós-graduação Educação e Gestão Ambiental e iniciando em 2022 o curso técnico subsequente de Agroecologia. (IFES, 2022).

O território do atual município de Santa Teresa está localizado na parte central da região serrana do Espírito Santo e originalmente coberto pelo bioma Mata Atlântica, e é proveniente do então município de Cachoeiro de Santa Leopoldina, atualmente Santa Leopoldina. Segundo o IBGE, a área territorial do município é de 683,032 km<sup>2</sup>, com população estimada em 23.853 pessoas [2021], o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,714 [2010] e o PIB per capita é de 19.963,23 R\$ [2019], está contido na mesorregião Central Espírito-santense e na microrregião Santa Teresa. (IBGE, 2022).

Em 1874, oito famílias de imigrantes italianos estabelecidos, primitivamente, no núcleo colonial Conde D'Eu, hoje sede do município de Ibirapu, fundaram Santa Teresa, a primeira cidade de colonização italiana do Brasil. Lançado o marco pioneiro, a fertilidade do solo e as condições climáticas de região serrana, elas formaram o contexto do povoamento, seguido por sucessivas levas de imigrantes italianos, alemães, suíços e poloneses. A 26 de junho de 1875, fazia-se, mediante sorteio, a distribuição dos lotes aos respectivos colonos, e a povoação se formou com o surgimento de numerosas barracas às margens do rio Timbuí. A partir de então, a sede improvisada do núcleo Senador Prado passou a denominar-se Santa Teresa do Timbuí, levada a condição de município em 1956. (IBGE, 1959).

Aproximadamente 20% da economia do município provém do setor primário e 46% da população está ocupada em atividades agropecuárias, com destaque para a agricultura familiar. O município tem um total de 1.833 estabelecimentos rurais, sendo estabelecimentos da Agricultura não Familiar 366 (19,97%), e estabelecimentos da Agricultura Familiar 1.467 (80,03%). (INCAPER, 2020).

Segundo o Incaper (2020), Santa Teresa conta com uma Organização de Controle Social (OCS), ASTRAL, que articula a agroecologia no território do município. A organização conta com oito estabelecimentos participantes, e seus principais alimentos produzidos são folhosas

em geral, abobrinha, beterraba, cenoura, repolho, pepino, brócolis, chuchu, feijão, mandioca, abacate, banana, limão, mexerica, café e aguardente de cana de açúcar.

### 3.2.2 O NEA *CAMPUS* IBATIBA E O SEU CONTEXTO

O Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) foi implantado no IFES *campus* Ibatiba em dezembro de 2013. O apoio financeiro para a implantação do NEA veio da aprovação de uma proposta de trabalho submetida à chamada pública do MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq nº 81/2013, que tinha como objetivo promover a integração das atividades de pesquisa, educação e extensão para a construção e socialização de conhecimentos e práticas relacionadas à agroecologia e aos sistemas orgânicos de produção, complementando as atividades já desenvolvidas pelos integrantes do Grupo e Pesquisa e Prática em Educação Ambiental e Agroecologia (GPPEA) através do espaço “Sala Verde “Caparaó”<sup>41</sup>. (ALVAREZ *et al.*, 2014, p. 1 - 2).

As ações empenhadas pelo NEA se desenvolvem por meio de atividades que possuem como pano de fundo um diálogo reflexivo e contextualizado sobre a realidade do meio rural. Entre essas atividades, destacam-se o experimento com a batata yacon (*Smallanthus sonchifolius*), a qualificação profissional de agricultores familiares com base na Agroecologia, o resgate da utilização das plantas medicinais pela população, a divulgação do NEA na internet, o fomento da Tecnologia Social de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), e o trabalho de extensão agroecológica na Escola Família Agrícola de Brejetuba. Nesse sentido, busca-se um espaço de discussão participativo com as comunidades e associações de produtores do município de Ibatiba e região, fomentando a troca de experiência entre agricultores familiares, estudantes, pesquisadores e técnicos (ALVAREZ *et al.*, 2014, p. 2).

As UD's do NEA Ibatiba, denominado Grupo Puri, em 2016, estão algumas na sede do *campus*, pois sua localização urbana lhe inflige limitação espacial, com estruturas a saber: sistema de captação de água da chuva, sistema de energia solar, estufa para (re)produção de mudas, composteira e estação meteorológica. No entanto, tal obstáculo é superado por meio de parcerias com:

[...] agricultores e agricultoras familiares ligados à Associação Comunitária Ecológica Rural Familiar de Ibatiba- Coletor Boa Vista ACERFI-CB; Associação de Produtores(as) Rurais de Santa Maria (APROSAM);

<sup>41</sup> As salas verdes estão vinculadas a uma instituição pública ou privada, e funcionam como um espaço de articulação e desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental de abrangência local e regional, com envolvimento de segmentos da sociedade; a proposta é do MMA. O *campus* Ibatiba possui uma sala verde desde 2014, e atualmente funciona como principal sala de reuniões do Grupo Puri. Segundo Xavier (2020), a maioria das ações desenvolvidas ao longo dos anos de 2014 a 2017 pela Sala Verde Caparaó são categorizadas, conforme proposto por Layrargues e Lima, como pragmáticas, embora este espaço disseminador também tenha proposto atividades de cunho conservacionista e críticas. Conclui-se que a relação entre as ações desenvolvidas pela Sala Verde Caparaó e as macrotendências em Educação Ambiental são reflexo da estrutura prática do Projeto Político Pedagógico, interligando a natureza das ações com seu inicial propósito.

Associação Comunitária dos Agricultores(as) Familiares da Comunidade do Perdido e; a Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Comunidade dos Rodrigues e adjacências (ALVAREZ *et al*, 2014, p. 2).

A sequência de fotos, a seguir, destaca esse aspecto das parcerias no território, avultando a técnica de coleta de EM<sup>42</sup>, bem como sua pulverização em substituição ao uso de fungicidas e bactericidas na lavoura da uva, transmitida a grupos de agricultores da região do Caparaó por meio de cursos de capacitação articulados pelo Grupo Puri.



Foto 6: Coleta dos EM da Mata Atlântica



Foto 7: Garrafa com EM extraído para uso



Foto 8: Pulverização com EM pôr agricultor.  
Autoria: Carvalho, F. C. 2022.



Foto 9: Produção de uva orgânica.

Ações como o oferecimento de capacitação em agroecologia para agricultora(e)s familiares auxiliaram o processo de estruturação de territorialidades em rede junto a sujeitos e tecnologias sociais capazes de compor um portfólio dialógico com o perfil dos cursos da unidade e capaz de auxiliar no processo ensino-aprendizagem. Neste sentido, da criação das

<sup>42</sup> Micro-organismos eficientes; são fungos e bactérias que vivem naturalmente nos solos férteis e em plantas.

estratégias de participação/articulação dessas territorialidades em rede, o relatório final do edital 2016/1 afirma que:

A criação da Rede de Referência de Agroecologia do Caparaó no espaço institucional do Ifes - Campus Ibatiba prevê a participação de grupos e organizações sociais como instituição, além de seus representantes e associados de forma individual, de forma a potencializar essa ação articuladora e agregar os atores envolvidos com agroecologia, para desenvolver ações em conjunto e ajudarem-se mutuamente (IFES-IBATIBA, 2016, s/p).

A participação dos estudantes do NEA nessas atividades, em algumas ocasiões classes inteiras de estudantes dos Cursos Técnicos e Superior, lhes propicia participar de avaliações de situações reais em agroecossistemas e a pensar soluções multidimensionais sustentáveis. Segundo o IFES – Ibatiba (2016a), as atividades realizadas, em consonância com o edital 2016/1 para manutenção no NEA, promoveram uma reflexão sobre os caminhos da sustentabilidade e o quanto o modelo vigente de desenvolvimento é insustentável, havendo uma necessidade urgente de rever esse modelo de produção preponderante.

Segundo relatório IFES-Ibatiba (2016b), alcançou-se um avanço muito significativo com a institucionalização do NEA no *campus* Ibatiba com sua inserção no organograma da instituição de forma que suas ações se tornassem contínuas. Com esse núcleo a agroecologia alcançou visibilidade em nível de *campus*, bem como, em nível de instituição.

A ampliação de parcerias com instituições representativas da sociedade civil e órgãos governamentais na esfera municipal e estadual tem garantido o envolvimento do Grupo Puri nas principais ações direcionadas ao fortalecimento da agroecologia no município e no Estado, como, por exemplo, passando a fazer parte da Comissão de Produção Orgânica - CPorg, do Espírito Santo, participando como titular nas discussões da agroecologia e da produção orgânica no ES e no município de Ibatiba.

O Grupo Puri está no contexto de um *campus* “novo” da rede de ensino IFES, a Foto 10, a seguir, apresenta uma unidade escolar urbana e atenta aos desafios ambientais do século XXI como a questão energética.



Foto 10: Mini usina de energia solar no pátio do *campus* Ibatiba.  
 Autoria: Carvalho, F. C., 2022.

O *campus* Ibatiba foi criado em novembro de 2010. Sua construção está no contexto da expansão da rede de ensino federal, desencadeada nas duas primeiras décadas do século XXI, com o intuito de estender a rede pública de educação técnica e tecnológica profissionalizante para o sul do estado do Espírito Santo. Contava inicialmente com o Cursos Técnicos Integrados com o Ensino Médio de Meio Ambiente, nos turnos matutino e vespertino; e o Curso Técnico Concomitante/Subsequente em Meio Ambiente, no turno noturno; o Curso Técnico em Florestas teve seu primeiro processo seletivo em 2013. (IFES, 2022).

Por ano são desenvolvidas diversas pesquisas no campus, além de possuir Programas como o Núcleo de Estudos em Agroecologia e produção orgânica e a Sala Verde, que aproximam a população da instituição através do contato com os agricultores da região (IFES, 2022, s/p).

A citação anterior, retirada da página principal do site do *campus* Ibatiba, aponta para a representatividade da questão ambiental na unidade do IFES de Ibatiba, assim como para o próprio perfil dos cursos nitidamente conectados à dimensão ambiental, desde sua origem. Ao longo dos anos o *campus* foi crescendo, sendo criados os cursos de Graduação em Engenharia Ambiental e de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação Ambiental e Sustentabilidade, trazendo especialização para Ibatiba e região (IFES, 2022).



O território do atual município de Ibatiba localiza-se na porção nordeste da Serra do Caparaó e originalmente era coberto pelo bioma Mata Atlântica, e pertencia ao município de Iúna. A área territorial do município é de 240, 278 km<sup>2</sup>, a população foi estimada em 26.762 pessoas [2021], com PIB per capita de 11.849,32 R\$[2019], e o IDHM de 0,647 [2010], localiza-se na mesorregião Sul Espírito-santense e na microrregião Alegre. (IBGE, 2022).

Ibatiba, que significa *pomar* ou *fruta doce*, na língua tupi, e toda a região da Serra do Caparaó era território dos índios Puris e Botocudos, até a primeira metade do século XIX. O processo de colonização começou na segunda metade do século XIX, quando agricultores mineiros e fluminenses migraram para a região do Rio Pardo e lá se estabeleceram com suas famílias e seus escravos. (INCAPER, 2020).

No final do século XIX, o Sr. Manoel da Silveira fez uma doação de terras à Igreja Nossa Senhora do Rosário, dando origem ao povoado de Vila do Rosário (atual município de Ibatiba), pertencente ao município de Rio Pardo (atual município de Iúna/ES). Aos primeiros colonizadores seguiram imigrantes provenientes do Líbano, que se estabeleceram na região por volta de 1908. Em divisão administrativa, referente ao ano de 1933, figura no município de Rio Pardo o distrito de Rosário, elevado à categoria de município com a denominação de Ibatiba, pela Lei Estadual n.º 3.430, 07-11-1981, desmembrado de Iúna. (IBGE, 1959).

Ibatiba está coberta por resquícios da Mata Atlântica, devastada em função da implantação da lavoura cafeeira, sobretudo nas encostas, causando a degradação do solo. O uso de adubos minerais e orgânicos tornou-se cada vez mais constante e mais volumoso, ocasionando desequilíbrio das condições naturais, diminuindo com isso a resistência natural das plantas às pragas e doenças, aumentando o uso de defensivos agrícolas, com consequente aumento do custo de produção e diminuição da margem de lucro do produtor. A estrutura fundiária de Ibatiba retrata o predomínio das pequenas propriedades no município, a base da agricultura é familiar, presente em 70,30% dos estabelecimentos rurais. (INCAPER, 2020).

Percebemos que embora Ibatiba tenha significativa presença da agricultura familiar, a predominância massiva da agricultura convencional se configura enquanto um desafio para o Grupo Puri.

### 3.2.3 O NEA *CAMPUS* ITAPINA E SEU CONTEXTO

O Núcleo de Estudos Agrocológicos (NEA) do IFES *campus* Itapina foi criado a partir da aprovação de um projeto via edital CNPq n° 1/2016. Após análise dos materiais produzidos pelo núcleo, como relatórios e artigos/pesquisas, foi possível constatar que, assim como os NEA's Arandu e Grupo Puri, o denominado Watu, em 2018, buscou parcerias com os

agricultores familiares do entorno da unidade escolar para articular ações de ensino, pesquisa e extensão agroecológicas.

O Núcleo nasce a partir da necessidade de demanda sócio educacional específica no que tange ao fortalecimento de um diálogo em rede realizado pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo visando, ao mesmo tempo, estimular os estudantes e servidores do *campus* Itapina a utilizarem alternativas metodológicas condizentes com o contexto socioambiental contemporâneo, aproximando o ensino, a pesquisa e, prioritariamente, a extensão. (IFES, 2022, s/p).

No portfólio de territorialidades do Watu, podemos destacar o projeto Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA)<sup>43</sup>, composto por (co)produtores, servidores do campus, e produtores, agricultora(e)s familiares, com entregas de cestas com produtos agrícolas, semanalmente. Organiza, assim, uma proposta de oferecer aos produtores e produtoras rurais a possibilidade de uma venda segura e economicamente viável, bem como alimentos saudáveis e seguros para os parceiros consumidores (ALCANTARA *et al.*, 2020).

Outra estratégia que merece destaque, no fiar da rede do NEA Itapina, foi a experiência do grupo Watu durante as tentativas de aquisição de alimentos para o *campus* por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), garantindo o direito humano à alimentação durante a estada escolar. Isto ocorre pois, desde 2009, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) determina que,

Trinta por cento (30%) do total de recursos repassados pelo FNDE devem ser destinados à compra de alimentos, preferencialmente orgânicos, produzidos pela agricultura familiar local, regional ou nacional, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas (BRASIL, Lei nº 11.947/2009).

Da análise do processo de implementação da estratégia citada, uma pesquisa realizada pela equipe do Watu concluiu que,

A participação de profissionais de assistência técnica e extensão rural em todas as etapas envolvidas na implementação do Programa dentro das instituições contribuem positivamente no acesso dos agricultores ao Programa, na diversificação de produtos, na qualidade da alimentação escolar e no desenvolvimento local. O campus Itapina se apresenta com potencial em explorar outros agricultores familiares locais, podendo acessar também produtos orgânicos. (NETO *et al.*, 2020, s/p).

Outra ação do Watu que podemos destacar diz respeito ao projeto de reflorestamento de uma área degradada na área do próprio *campus*, ali espécies nativas são plantadas pelos

---

<sup>43</sup> É um modelo que se surgiu no Japão na década de 1970, cujo um grupo de consumidores financia a produção de um grupo de agricultores, sendo hoje um movimento recente e crescente no Brasil. (ALCANTARA *et al.*, 2020).

estudantes, servidores e membros do núcleo. E os membros do núcleo são responsáveis pela manutenção desta área, conforme a Foto 11, a seguir, realizando atividades como a irrigação e a poda, por exemplo. Segundo o IFES – Itapina (2022), o NEAA pode ser ampliado para se tornar um programa estruturante para o desenvolvimento de técnicas de manejo e processos formativos no território, bem como um lugar para práticas de ensino, pesquisas e extensão em Sustentabilidade e Agroecologia.



Foto 11: Área de reflorestamento no *campus* Itapina  
Autoria: Vieras, R., 2022.

Em Itapina, a disciplina Noções Básicas de Agroecologia e a manutenção de bolsistas (remunerados ou voluntários), como por exemplo, segundo relatório de programa de extensão (IFES, 2020), para “participação na execução de atividade de manejo, irrigação e cuidado com o reflorestamento na área do *campus*” (p. 3), podem ser apontadas como exemplos do momento de estruturação interna do Watu.

Como exemplos do momento estruturação externa temos os casos da CSA e da PNAE, que representam bem as táticas para fora dos “muros” da escola, adotadas para tecer suas territorialidades em rede. E, ao mesmo tempo os casos citados apontam também para apropriação simbólica da temática pelo grupo representante/membros do NEA local, para dentro dos “muros”.

A análise dos materiais do NEA “Watu” revelou também a existência pretérita do Núcleo de Educação Ambiental (NEA). A letra A, de agroecologia, foi incorporada após aprovação no edital do CNPq n° 1/2016, o que corrobora a ideia de uma consonância da instituição IFES, por meio de seus servidores, com a questão ambiental. A sequência de fotos, a seguir, apresenta uma etapa do processo de institucionalização local da agroecologia, a

conquista de uma sala, bem como sua identificação formal, foi uma conquista dos agentes locais resultado da luta de diversos sujeitos em diferentes momentos da história do *campus*.



Foto 12: Identificação da sala do NEA  
Autoria: Carvalho, F. C., 2022.



Foto 13: Espaço de estudo e planejamento

O NEA Watu está em um contexto similar ao do NEA Arandu, de além de ser uma unidade escolar rural, ser tradicional e referência regional no ensino de práticas agropecuárias, a Foto 13, a seguir, mostra parte da escola com o Rio Doce (Watu) ao fundo.



Foto 14: Vista parcial do *campus* Itapina.  
Autoria: IFES Itapina, 2022.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES *campus* Itapina foi oficializado em 28 de abril de 1956 na gestão do governador Francisco Lacerda de

Aguiar e do Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira a partir de um acordo celebrado entre o Governo da União e o Estado do Espírito Santo datado de 15 de novembro de 1949, na gestão do então Governador do Estado Carlos Fernando Monteiro Lindemberg, no qual lançou-se o projeto de construção de uma Escola de Iniciação Agrícola na margem esquerda do Rio Doce no Município de Colatina, onde seria ofertado o Curso de Iniciação Agrícola com duração de dois anos. (IFES, 2022).

No fim do ano de 2008, a então Escola Agrotécnica Federal de Colatina — EAFCOL — atravessou mais um período de mudanças. Através da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no DOU no dia 30/12/08, o Governo Federal Instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O *campus* Itapina faz parte de uma rede de instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. (IFES, 2022).

Atualmente o *campus* Itapina oferta regulamente os cursos técnicos integrados ao ensino médio em Agropecuária, Alimentos e Zootecnia, e os cursos superiores em Agronomia, Licenciatura em Ciências Agrícolas, Pedagogia e Zootecnia. A unidade escolar, com 316 hectares, às margens do rio Doce e da BR-252, desde meados do século XX, atrai estudantes interessados em cursos agrícolas de todo o Espírito Santo, o leste de Minas Gerais e o sul da Bahia. Assim, como os *campi* Agrícolas de Santa Teresa e Alegre, o *campus* Itapina funciona em regime de internato (IFES, 2022).

Cabe salientar que o curso de licenciatura em Pedagogia ofertado no Instituto Federal de Educação do Espírito Santo (IFES) – *campus* Itapina tem duração de 4 anos e meio, em que um semestre é dedicado exclusivamente à formação voltada para especificidades camponesas e este é o único no Brasil que possui em sua matriz curricular a disciplina de Noções Básicas em Agroecologia. (SILVA *et al.*, 2020, p.2).

O *campus* Itapina está na margem esquerda do rio Doce, no município de Colatina, um dos mais importantes do interior capixaba. Originalmente coberto pelo bioma Mata Atlântica, o território colatinense possui uma área territorial de 1.398,219 km<sup>2</sup>, uma população estimada em 124.283 de pessoas [2021], IDHM de 0,746 [2010], e um PIB *per capita* de R\$ 29.750,90 [2019]; está na mesorregião Noroeste Espírito-Santense e na microrregião Colatina. (IBGE, 2022).

Durante longo tempo o rio Doce, constituindo o limite natural entre a zona povoada e a região desconhecida ao norte do Espírito Santo, apresentou-se como a única via de acesso às terras que hoje formam o município de Colatina. Em 1857, Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite, com 48 colonos, iniciou na margem esquerda do rio Doce, entre os rios Pancas e São João, um núcleo colonizador. Conflitos com populações indígenas das tribos dos botocudos levou a colônia à decadência e, posteriormente, a seu completo aniquilamento. Só em 1888 novos imigrantes italianos chegaram à região; desta vez, entretanto, o local foi assolado pela malária e os poucos sobreviventes emigraram para colônias ao sul, malogrando-se, então, mais essa tentativa. (IBGE, 1959).

O povoamento do território colatinense só se efetivou realmente na última década do século XIX, com a expansão da colônia de Santa Leopoldina, quando o movimento colonizador tomou a direção do norte. O núcleo Antônio Prado, iniciado na região serrana do Canaã, constituído, em sua maior parte, de imigrantes italianos que se dedicavam à cafeicultura, estendeu-se pelo vale de Santa Maria do Rio Doce. A Inspetoria Especial de Terras e Colonização da Província cuidava da demarcação e distribuição dos lotes devolutos na região, com área padrão de 30 hectares. (IBGE, 1959).

A colonização do Noroeste Capixaba e o crescente desenvolvimento do Estado trouxeram grande dinamismo para a economia do município, que, favorecida pela sua posição geográfica e pela construção da ferrovia Vitória x Minas (1905), tornou-se um importante polo regional de produção e de distribuição de mercadorias e serviços, sendo referência comercial para os municípios da região, assumindo um caráter de centralidade que se verifica até os dias atuais, com área de influência de cerca de 200 km de raio. Atualmente apenas 12% da população do município está ocupada em atividades agropecuárias, com participação de 2% no PIB. (INCAPER, 2020).

#### 3.2.4 O NEA *CAMPUS* CENTRO-SERRANO E O SEU CONTEXTO

Assim como as outras experiências apresentadas de NEA's da rede IFES, o núcleo *campus* Centro-Serrano, ou ainda Caramuru, tem origem em um movimento de um grupo de servidores para estruturar a agroecologia no território a partir de estratégias intra-campus. Segundo Petri *et al.* (2020), de um projeto interdisciplinar de implantação de uma horta-piloto, foi que posteriormente veio a culminar na implantação do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) no *campus*.

A experiência da horta-piloto, em 2016, trouxe uma série de dificuldades e de aprendizados, como o pisoteamento da horta inicial por gado de vizinhos, modificações no

terreno e compactação do solo e inexistência de sistema de irrigação, o que permitiu o crescimento de poucas leguminosas mais resistentes que foram plantadas para adubação verde. A partir disso, através da mediação do coordenador do NEA do IFES *campus* Santa Teresa, iniciaram-se conversas com servidores de outros *campi* (Colatina e Itapina). (PETRI *et al.*, 2020).

Através da mediação do professor Lusinério Prezotti, coordenador do NEA do Ifes *campus* Santa Teresa, iniciamos conversas com colegas de outros *campi* (Colatina e Itapina) que desejavam levantar recursos para implantar um Núcleo de Estudos em Agroecologia e elaboramos um projeto em conjunto para concorrer ao Edital do CNPq 21/2016. O NEA “Intercampi” foi inaugurado em maio de 2018 com a realização de uma mesa-redonda no *campus* Centro-Serrano com especialistas e agricultores da região (PETRI *et al.*, 2020, p. 4).

As UD’s tiveram implantação iniciada em 2019, no “laboratório de Agroecologia e Meio Ambiente” (PETRI; FONSECA, 2020, p. 2), em um área de 2.000 m<sup>2</sup> como lugar para experimentação e aprendizagem de formas alternativas de cultivo e para atividades pedagógicas relacionadas à disciplina de agroecologia, visto que foi iniciado o curso Técnico em Agricultura no *campus* em 2019, com a disciplina de agroecologia incluída na matriz curricular, desde a origem do curso. A implantação contou com a participação de agricultores orgânicos do município de SMJ, em parceria com o NEA do *campus* (PETRI *et al.*, 2020).

A inserção da Agroecologia no *campus* Centro-Serrano, culminando com a criação de um NEA, é importante para fortalecer o debate sobre um novo paradigma de produção agrícola na região. Sendo um *campus* novo, no qual a matriz das ciências agrárias não se encontra engessada, as possibilidades de articulações e remodelações curriculares são ainda maiores, possibilitando novos projetos político-pedagógicos e maior integração nas atividades de ensino, pesquisa e extensão para uma agricultura de base sustentável. [...] Sua atuação na formação dos camponeses da região está em processo inicial, e a implantação do NEA visa contribuir com um projeto alternativo para a agricultura no município (PETRI *et al.*, 2020, p. 5).

Segundo o Projeto Pedagógico do curso Técnico em Agricultura do IFES – SMJ (2018), o uso inadequado de agrotóxico, o processo agroecológico característico da região, o assessoramento à agricultura familiar, as necessidades da agroindústria familiar, a escassez hídrica numa região de importantes bacias hidrográficas e a sustentabilidade ambiental são temas prioritários e devem ser trabalhados por meio de programas que busquem a interdisciplinaridade, promovendo a integração das disciplinas, fornecendo ao educando uma visão sistêmica e integrada aos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

De tal modo, segundo Petri e Fonseca (2020), no IFES – SMJ há a emergência de um modelo de formação que Souza (2017) denominou contra-hegemônico<sup>44</sup>, a partir de estudos sobre o ensino, pesquisa e extensão agroecológicos. Dialógico com esse entendimento o *campus* SMJ reservou uma área interna para a estrutura de UD's agroecológicas, apontada na foto 14, a seguir:



Foto 15: Área reservada para desenvolvimento de atividades relacionadas agroecologia.  
Autoria: Carvalho, F. C., 2022.

A imagem acima, apresentando a área destinada para o desenvolvimento das atividades do NEA local, denominado Jetibá no CBA 2019, em Aracajú SE, manifesta sua temporária inutilização decorrente de afastamento (licença capacitação) alcançado pelo(a) servidor(a) coordenador do núcleo de SMJ. Isso revela a vulnerabilidade dos núcleos que se mantêm, majoritariamente na rede IFES dependentes de um único servidor. De tal maneira o Jetibá se mantém sobretudo enquanto horizonte, o que por sua vez demonstra um desafio institucional

---

<sup>44</sup> Para Souza (2017) apesar do contexto de políticas neoliberais, em 1998, estabeleceu-se o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), fortemente influenciado pelos movimentos em relação à atenção de suas demandas de educação no meio rural. Neste ambiente de contradições, os movimentos sociais e grupos de pesquisadores/professores das universidades, institutos federais e organizações da sociedade civil fortaleceram ações práticas e políticas como resistência, emergindo uma lógica contra-hegemônica de Educação.



caso o IFES de fato tenha interesse em ser compreendido como uma instituição referência à sustentabilidade nos territórios.

O NEA Jetibá está em um contexto de ser uma unidade localizada em uma zona rural, mas de ser uma unidade recente, portanto, diferente dos *campi* Alegre, Santa Teresa e Itapina. A foto 15, a seguir, mostra parte da escola localizada na comunidade de Caramuru, SMJ.



Foto 16: Vista parcial do *campus* “caramuru”.  
Autoria: Carvalho, F. C., 2022.

O IFES *campus* Centro-Serrano está inserido na zona rural do município de Santa Maria de Jetibá, situada na região serrana do Estado do Espírito Santo, cuja atividade econômica tem como base a olericultura, cultivada em pequenas propriedades agrícolas familiares. O município foi colonizado por imigrantes da antiga Pomerânia (de *Pommern*, nordeste da Alemanha e oeste da Polônia, à época), que fundaram um dos núcleos mais populosos do povo pomerano em todo o mundo. (PETRI *et al.*, 2020, p.2).

Fundado em 2015, o *campus* faz parte do programa de expansão da rede federal de ensino, iniciada nos anos de 2010, e conta com a colaboração do Consórcio Intermunicipal para a implantação do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) – *Campus* Centro-Serrano, formado pelos municípios de Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina e Domingos Martins. Desde sua origem ofereceu cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego –

Pronatec, em parceria com a Secretaria de Ação Social do município de SMJ nos espaços das escolas municipais e estaduais e cursos na área de formação continuada para professores da educação básica. Atualmente oferece os cursos Técnicos Integrados ao ensino médio em Administração e Agricultura e Superior em Administração. (IFES, 2022).

O território do atual município de Santa Maria está localizado na parte central da região serrana do Espírito Santo, originalmente coberto pelo bioma Mata Atlântica, e é proveniente do então município de Cachoeiro de Santa Leopoldina, atualmente Santa Leopoldina. Sua população foi estimada em 41.588 pessoas [2021], com PIB *per capita* de R\$ 36.561,24 [2019], e IDHM de 0,671 [2010]. Está na mesorregião Central Espírito-santense e na microrregião Santa Teresa. (IBGE, 2022).

Em sua origem, o povoamento da região de Santa Maria de Jetibá foi decorrente do processo de colonização que se iniciou com a fundação da Colônia de Santa Leopoldina, situada às margens do rio Santa Maria da Vitória, entre a Cachoeira Grande e a Cachoeira José Cláudio, onde foi demarcada, em 1856, uma extensão de terra de quatro por quatro léguas, a abrigar os primeiros imigrantes europeus que chegaram ao Brasil. (PMSMJ, 2022).

Após sua chegada ao Brasil, no ano de 1873, a maioria dos Pomeranos se estabeleceu nas regiões ainda hoje denominadas de Luxemburgo e Jequitibá, na Colônia de Santa Leopoldina. Na década seguinte, parte desses imigrantes se dirigiu para a região onde atualmente é o município Santa Maria de Jetibá (SMJ). Eram, principalmente, Pomeranos, mas também havia imigrantes oriundos das regiões do Reno e de Hessen, na Alemanha, de Luxemburgo e da Holanda, que iniciavam, assim, uma segunda etapa do processo de imigração. (PMSMJ, 2022).

A comunidade pomerana do interior permanece, ainda hoje, com alguns costumes dos seus países de origem, sendo o mais conhecido a celebração dos casamentos, com várias cerimônias típicas se desenrolando durante três dias. Parte da comunidade ainda se comunica através da língua pomerana, precisando em certas ocasiões, da intermediação de intérprete, principalmente quando precisam vir à sede do município para fazer as suas compras ou utilizar-se de alguns serviços. (IBGE, 1959).

Aproximadamente 65,48% da população do município está ocupada em atividades agropecuárias (INCAPER, 2020). Segundo JACOBSON *et al.* (2009), SMJ é o maior produtor de hortaliças do estado, com destaque para o elevadíssimo consumo de agrotóxicos na agricultura local. Segundo Capucho e Jardim (2013), a olericultura representa a atividade mais bem distribuída no município, alcançando aproximadamente 80% das 3.000 propriedades familiares existentes, e são alarmantes os altos índices de suicídio na região, muito superiores

à média nacional. Em pesquisa realizada por Macente *et al.*, (2009), revela-se que 42,5% das tentativas de suicídio em SMJ, entre 2007 e 2014, foram com envenenamento por agrotóxico.

Ainda na olericultura, outro fator relevante é o desenvolvimento de lavouras orgânicas, sendo o município o maior polo estadual desta atividade, com 177 propriedades certificadas com o selo de produto orgânico, com destaque para o trabalho da certificadora santa-mariense, Chão Vivo (INCAPER, 2020).

O município, inclusive, foi o primeiro a implantar o programa de incentivo à transição da agricultura convencional à agricultura orgânica no estado, através das UTV(s) – Unidades-teste de validação (o programa está em processo de estagnação) e hoje conta com a maior associação de produtores orgânicos do ramo no Espírito Santo, a AMPARO FAMILIAR, com 90 famílias filiadas e também a Associação dos Produtores Santamarienses em Defesa da Vida – APSAD VIDA, no distrito de São Sebastião do Meio, com 49 famílias filiadas (PETRI *et al.*, 2020, p.2).

### 3.2.5 O NEA *CAMPUS* NOVA VENÉCIA E SEU CONTEXTO

Junto aos NEA´s *campus* V.N.I e B.S.F., o NEA *campus* Nova Venécia, criado em 2019, denominado Núcleo de Estudos Ambientais e Agroecologia (NEAA), está no contexto dos núcleos que surgiram após o Decreto Presidencial 9.784, de 2019, que extinguiu os artigos da PNAPO que possibilitavam o apoio a iniciativas institucionais com vistas a articular a agroecologia e a produção orgânica nos territórios. Demonstrando explicitamente que, para além de momento de resistência, a agroecologia e produção orgânica seguem seu processo de expansão no território nacional, vide as demandas do mercado, atreladas à macrotendência da questão ambiental.

No portfólio de territorialidades entrelaçadas junto à agroecologia e articuladas com o núcleo local, podemos destacar a parceria NEAA (*campus* Nova Venécia), Laboratório de Extensão em Desenvolvimento de Soluções (LEDS) – IFES *campus* Colatina - e o Banco do Nordeste, que juntos desenvolveram um projeto de construção de um *software* para gestão da comercialização e rastreamento da produção orgânica e agroecológica da Associação Veneciana de Agroecologia Universo Orgânico. Este produto foi desenvolvido com a expectativa de ser replicável para outras associações e cooperativas que comercializam produtos oriundos da agroecologia. (IFES, 2020).

O *software* representa um grande desafio, pois pretende aliar, além da gestão de entradas e saídas de produtos e fluxo de caixa, a rastreabilidade dos produtos e a alimentação de um banco de informações das propriedades agroecológicas, com vistas a facilitar o processo de

certificação da produção e acesso dos consumidores às informações sobre as unidades produtivas, além de desenvolver um aplicativo para facilitar as compras e entregas dos produtos em domicílio (*delivery*). (IFES, 2020).

O projeto de pesquisa e extensão tecnológica surgiu de uma necessidade percebida ainda no ano de 2018 e várias etapas aconteceram até a aprovação do projeto pelo Edital BNB-FUNDECI 01/2018 do Banco do Nordeste. O *software* foi desenvolvido pelo Laboratório de Extensão em Desenvolvimento de Soluções (LEDS) do *campus* Colatina, em parceria com o Núcleo de Estudos Ambientais e Agroecologia (NEAA) do *campus* Nova Venécia. (IFES, 2020).

E, em 2021, ocorreu no Horto Mercado Municipal, a inauguração de um espaço de comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos do município de Nova Venécia, fruto de um esforço de cooperação interinstitucional entre a Associação Veneciana de Agroecologia - Universo Orgânico, o Banco do Nordeste, o INCAPER, a Prefeitura Municipal de Nova Venécia e o IFES *campus* Nova Venécia, representado pelo NEAA. (IFES, 2021).

A sequência de fotos, a seguir, apresenta a logomarca da associação parceira, imagem 16, e seu espaço de comércio de produtos, com a logomarca plotada no primeiro andar do edifício, foto 17, e o espaço interno da loja, nas fotos 17 e 18.



Imagem 1: Logomarca da Associação Foto 17: Loja no Horto municipal de Nova Venécia



Foto 18: Interior da loja – produtos processados

Foto 19: Interior da loja – produtos *in natura*

Fonte: Imagem 1 – Universo Orgânico; Fotos 16, 17 e 18 – Pref. Municipal de Nova Venécia, 2022.

Desde a origem do Núcleo de Estudos Ambientais e Agroecologia (NEAA) do IFES *campus* Nova Venécia a Associação Universo Orgânico foi parceira de ações. Ações como a comunicação visual do novo espaço de comércio no horto municipal e o desenvolvimento da logomarca da referida associação, foram consequências de diversos movimentos dos membros dos NEAA em conjunto com a associação. A inauguração do novo espaço de comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos representa um marco em uma das missões institucionais mais desafiadoras aos *campi*: o incremento de arranjos produtivos locais por meio da extensão. (IFES, 2021).

Também podemos avultar a elaboração de um programa de marketing e propaganda vinculado ao mestrado de um(a) servidor(a) do IFES *campus* Nova Venécia, em agroecologia no IFES *campus* Alegre. A informatização da Loja Universo Orgânico, bem como de seus produtos, visando o desenvolvimento de ampla estratégia de rastreabilidade da produção, podem ser aqui apontadas como partes deste mesmo processo.

O *campus* está na franja urbana da sede do município, o NEAA está no contexto de uma unidade com cursos que não são da área agropecuária. A Foto 19, a seguir, mostra a fachada do prédio principal do IFES Nova Venécia.



Foto 20: Vista parcial do *campus* Nova Venécia.  
 Autoria: IFES, 2021.

Em fevereiro de 2008, a Prefeitura de Nova Venécia doou uma área de 56 mil metros quadrados ao Cefetes para a construção de uma unidade no município. Em 22 de setembro de 2008, entrou em funcionamento a unidade Nova Venécia, oferecendo 128 vagas, sendo 64 para o curso de Construção Civil e 64 para o de Mineração. (IFES, 2018).

Em dezembro de 2008, foi sancionada a Lei nº 11.892, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no país. A partir dessa data, a unidade passou a ser um dos *campi* do Instituto Federal do Espírito Santo. Em 2014, o *campus* iniciou as atividades do seu primeiro curso superior, licenciatura em Geografia, expandindo os cursos em 2017 para graduação em Engenharia Civil e em 2018 graduação em Geologia. (IFES, 2018).

Atualmente, recebe estudantes de todo o norte capixaba, e além das graduações acima citadas, conta com os cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Edificações, Mineração e Meio Ambiente; e das Pós-Graduações *strictu-sensu* em Gestão aplicada à Política, Gestão Ambiental, Geoprocessamento e Metodologias práticas para o Ensino Fundamental. (IFES, 2022).

O município de Nova Venécia é proveniente do município de São Mateus, está localizado no noroeste do estado, no médio Cricaré, originalmente florestado de Mata Atlântica. A área territorial do município é de 1.439,571 km<sup>2</sup>, com população estimada em 50.751 pessoas

[2021], o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,712 [2010], e o PIB per capita é de 20.090,18 R\$ [2019], está contido na mesorregião Noroeste Espírito-santense, na microrregião Nova Venécia. (IBGE,2022).

A primeira penetração no território que hoje é Nova Venécia efetuou-se em 1870, pelo Major Antônio Rodrigues da Cunha, Barão de Aimorés, nesta época, a região era quase que somente habitada por índios botocudos que aí formaram um bolsão de resistência ao invasor. Construíram também, uma barracão próximo à Cachoeira Grande, distante uns 25Km a montante da primeira cachoeira, que se destinou a receber os imigrantes italianos que chegaram a partir de 1890, fundando assim, o Núcleo Colonial de Nova Venécia, nome este em homenagem a Veneza, região de onde os imigrantes eram originários. Anteriormente, já haviam ali estabelecidos cearenses que abandonaram seu estado natal em consequência da grande seca de 1880. (IJSN, 1980).

Em 1893, serra dos Aimorés foi elevada à sede de distrito do município de São Mateus. No ano seguinte, a sede do distrito foi transferida para a Vila Aimoreslândia, que, mais tarde, passou a ser conhecida por Nova Venécia, em razão do número de italianos residentes, vindo de Veneza. Elevado à categoria de município com a denominação de Nova Venécia, pela Lei Estadual N.º 767, de 11/12/1953, desmembrado de São Mateus (IBGE, 2022).

Atualmente, os setores de serviços e extrativismo mineral, ligado ao mármore e ao granito, são os destaques da economia local. Todavia permanece a larga tradição agrícola do município, segundo o Incaper (2020) aproximadamente 1/3 da população do município está ocupada em atividades do setor agropecuário e gerando, aproximadamente, 10 % do PIB municipal.

Nova Venécia é o segundo maior produtor de orgânicos do Espírito Santo. A lista de itens produzidos inclui: hortaliças diversas, frutíferas, queijos, café, cereais com destaque para arroz, milho e feijão entre outros, com o resgate e preservação de espécies crioulas. Inclusive na produção de café conilon orgânico, é o maior produtor do Estado. Só em 2020 produziu e comercializou cerca de 400 toneladas de produtos (SARDINHA, 2022).

Pesquisa de Sardinha (2022) revelou o perfil dos produtores orgânicos, sendo 78% do sexo masculino e 22% do sexo feminino; 92% das famílias apresentam renda entre R\$ 1.001,00 a R\$ 5.000,00; as despesas mensais das famílias apresentam índice de 65% com gastos entre R\$ 1.001,00 a R\$ 5.000,00. Ficou evidenciado que as políticas públicas do município de Nova Venécia ainda não atendem às demandas dos produtores rurais.

No município, ligada à produção dos alimentos orgânicos destaca-se a Associação Veneciana de Agroecologia – Universo Orgânico, fundada em 2004, que surgiu da necessidade

de um grupo de produtores de orgânicos se organizarem. Atualmente são vinte e cinco (25) associados, que cultivam de forma orgânica os mais variados produtos. (SARDINHA, 2022).

Notamos que o movimento do NEAA junto com a Associação Universo Orgânico coaduna com os caminhos dos NEA's mais antigos da rede IFES, se aproximando de grupos com sujeitos que trazem em suas trajetórias de vida vínculos com as agriculturas alternativas.

### 3.2.6 OS NEA'S *CAMPI* ALEGRE, VENDA NOVA DO IMIGRANTE, BARRA DE SÃO FRANCISCO E COLATINA

Nossa opção por trazer brevemente os NEA's *campi* Alegre, Venda Nova do Imigrante Barra de São Francisco e Colatina, foi no intuito de demonstrar outros panoramas que em conjunto complementam o contexto da agroecologia e da questão ambiental no IFES.

Em Alegre, servidores do *campus* aprovaram via Edital do CNPq, em 2016, a criação do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Sul do Espírito Santo (NEASES); todavia o fim da oferta dos recursos financeiros desmotivou o grupo gestor, acarretando no encerramento das atividades do núcleo, em 2019. Foi apontado em diálogo com o ex-coordenador do núcleo que o fim dos recursos para bolsas para os estudantes foi determinante para essa tomada de decisão.

Todavia destacamos que, confirmando a tendência de institucionalização da questão ambiental, o referido *campus* oferta cursos de especialização e mestrado, ambos no campo da agroecologia, indicando outras estratégias articuladas pelos sujeitos locais em prol da institucionalização da agroecologia e da produção orgânica no *campus*.

O caso dos NEA's da rede IFES constitui exemplo de política pública que foi incorporada pela instituição receptora, e de tal modo que, mesmo em meio a intermitência de recursos para apoio e/ou criação de núcleos, estes continuaram em processo de expansão na rede de ensino, vide os casos dos *campi* VNI e BSF, instituídos sem apoio dos Editais do CNPq, em 2021.

Os NEA's *campi* VNI e BSF, respectivamente Núcleo de Educação Ambiental e Sustentabilidade (NEAAS) e Núcleo de Educação Ambiental e Agroecologia (NEAA), afirmam em seus documentos de cadastro junto a Diretoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão (DPPGE) de suas unidades objetivarem, de maneira geral: promover e desenvolver estudos, pesquisas e extensão de caráter interdisciplinar bem como integrar e potencializar ações e práticas já existentes, articuladas com diferentes setores da sociedade, buscando contribuir com a construção de sociedades comprometidas com a sustentabilidade socioambiental da comunidade onde se inserem.



Apresenta como metas incrementar a comunicação, o debate e a reflexão entre educadores, professores e estudantes esperando-se com isso contribuir com o desenvolvimento, responsável ambientalmente, da região em que se encontra Instituto Federal do Espírito Santo – campus Venda Nova do Imigrante - ES. Ao mesmo tempo, almejar potencializar a rede de Educadores Ambientais e fomentar a criação de outros Núcleos. (CADASTRO DE PROGRAMA DE EXTENSÃO, IFES-VNI, 2021, p. 3)

Destacamos a questão da aspiração dos NEA's em ser, assim como o Arandu, por exemplo, um espaço de referência a sustentabilidade aberto a projetos interdisciplinares e capaz de apoiar outros sujeitos a articularem novos espaços de discussão da questão ambiental na zona onde o *campus* está inserido. Tanto o NEAAS quanto o NEAA já realizaram suas primeiras reuniões, ocorrendo as distribuições de funções dos servidores e articulação das primeiras parcerias, dentre outras atividades como palestras *online* com membros de outros NEA's da rede IFES.

No IFES *campus* Colatina está o NEA Tabocas, ele é um fruto da proposta de um NEA *multicampi* SMJ-Itapina-Colatina, que teve início a partir da aproximação espontânea entre servidores das respectivas unidades da rede IFES, segundo Petri e Fonseca (2020). A aprovação da proposta elaborada por esses servidores no Edital 21/2016 deu início, respectivamente, aos núcleos Jequitibá, Watu e o Tabocas<sup>45</sup>, em 2018.

Precedia no *campus* Colatina um NEA (Núcleo de Educação Ambiental) sem Agroecologia no título, embora tenha ocorrido a aproximação com outros *campi* com uma “pegada agroecológica”, ali os sujeitos decidiram permanecer na “pegada da educação ambiental”. Suas atribuições e funcionamento foram estabelecidos no regimento interno da unidade, sua composição foi definida em de 15 de outubro de 2018, e em 1º de março de 2019, recebeu o nome de Tabocas através de indicação e votação popular. (IFES, 2022).

Criado em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Espírito Santo, é o órgão encarregado de integrar ações de educação ambiental no campus e disseminar técnicas de manejo dos recursos naturais de maneira sustentável para o Estado. Visa a recuperação de áreas em degradação ambiental por meio de técnicas adaptáveis às propriedades rurais, sobretudo da agricultura familiar (IFES, 2022, s/p).

Concluimos que as identidades dos sujeitos constituíram elemento estruturante na trama das RS, visto que os “jovens NEA's” da rede de ensino IFES possuíam autonomia suficiente para seu própria reconhecimento/titulação, tendo optado, por exemplo, o grupo do NEA Tabocas por uma identidade na EA e os NEA's *campi* SMJ e Itapina por incluírem agroecologia em sua identidade. Em que pese o contexto do *campus*, sua estrutura e oferta educacional,

---

<sup>45</sup> Tabocas é o nome do NEA do *campus* Colatina

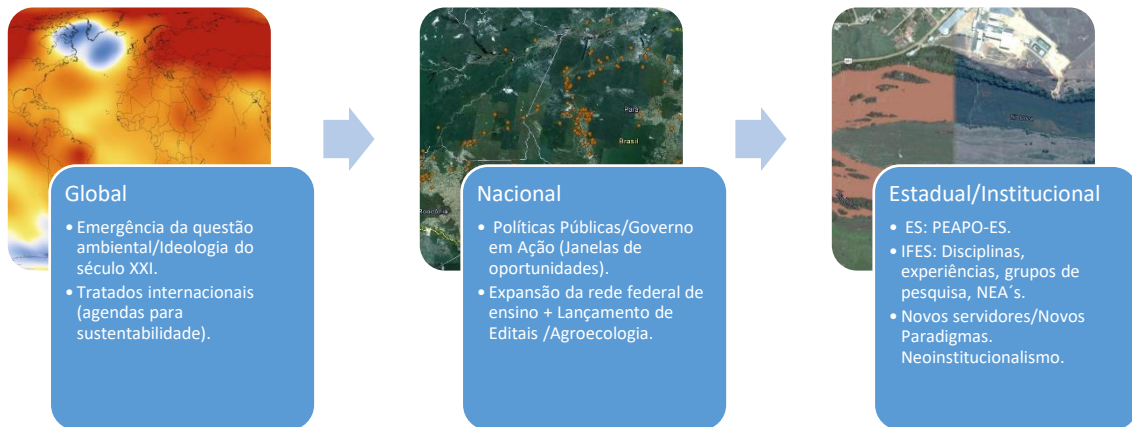
notamos que a escolha racional do servidor pode influenciar a instituição. E, as escolhas conscientes podem desencadear pressões dentro da instituição geradora de materialidades que contribuem para uma mudança na cultura institucional.

### **3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PRODUÇÕES DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS REFERENTES AOS NEA'S DA REDE IFES**

Os materiais analisados expressaram que as *práxis* decorrem da compreensão dos articuladores locais da indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão (E-P-E) enquanto instrumento metodológico da agroecologia, e que as redes tecidas compõem um importante legado, para além das coordenações. Algumas ações se mostraram capazes de se materializarem através da construção coletiva, contribuindo para legitimidade da agroecologia, bem como um conjunto de valores e princípios (re)produzidos e respeitados por uma fatia da comunidade acadêmica dentro dos *campi*.

O processo de institucionalização da agroecologia nos *campi* da rede de ensino do IFES pode ser compreendido enquanto dialógico com os desafios ambientais em escala global, nacional e Estadual, conforme o esquema 1, a seguir. O aquecimento global, o desmatamento da Amazônia, a contaminação do Rio Doce, e nos três níveis a fome, como exemplo, são problemáticas que no Brasil, nos primeiros anos do século XXI, levaram governos progressistas e historicamente ligados às comunidades tradicionais e aos movimentos sociais a lançarem políticas públicas enquanto respostas a essas demandas com vistas a contribuir para a sustentabilidade, articulando temas como agricultura, educação e meio ambiente.

## Esquema 1 – Desafios ambientais



Fonte: NASA, INPE, Google Maps. Organização: Carvalho, F. C., 2022.

Ao analisarmos os materiais produzidos pelos NEA's da rede IFES, observamos que em todos os *campi* já haviam ações, desarticuladas, de servidores e/ou institucionais no sentido de institucionalizar a agroecologia. Enquanto em outras Instituições de Ensino Superior os Editais para criação e/ou apoio de NEA's vieram para legitimar largos históricos de ações (dos grupos agroecológicos locais), no IFES a agroecologia, no limite, já “nasceu institucionalizada”, por meio de políticas públicas, disciplinas, cursos, capacitações, e dos próprios núcleos de estudos e suas estruturas.

Os materiais analisados demonstraram também que os *campi* mais contemplados pelos Editais do CNPq tanto articularam mais territorialidades quanto teceram redes mais amplas; assim, acumularam mais experiências, parceiros, estruturas, envolveram mais estudantes nesse processo e (re)produziram mais PS nos territórios das unidades de ensino.

Na tabela 3, a seguir, observamos os *campi* contemplados por Editais do CNPq e com NEA's ativos, o ano e a quantidade de vezes.

**Tabela 3** – Relação entre NEA's da rede IFES e aprovações de projetos nos Editais CNPq

<i>Campi/Edital- Ano</i>	2010 Carta Convite no 73/2010	2012 Chamada no 46/2012	2013 Chamada no 81/2013	2014 Chamada no 38/2014	2016 Chamada no 1/2016	2016 Chamada no 21/2016
Santa Teresa	X	X		X		
Ibatiba			X	X		X
Itapina					X	
SMJ					X	
Colatina					X	
Nova Venécia						
BSF						
VNI						

Organização: CARVALHO, F. C., 2022.

Os Editais do CNPq para apoio e/ou criação de NEA's distribuíram recursos em pagamentos de bolsas de estudo de em média - entre 2010 e 2018, e entre todos os núcleos investigados - 4 bolsas de aproximadamente 400,00 R\$ mensais por estudante, custeio e capital que somados disponibilizaram uma média de aproximadamente 20.000,00 R\$ por projeto/ano, segundo os relatórios dos NEA's da rede IFES analisados. Observados em conjunto, de acordo com o perfil profissional dos membros apresentados nos relatórios, esses recursos financeiros aos NEA's da rede IFES articularam todas as áreas do conhecimento em seus projetos.

Os poucos recursos financeiros disponibilizados via Editais do CNPq para algumas unidades da rede IFES desencadearam uma série de ações desenvolvidas com/pelo/a partir dos NEA's, como, por exemplo, formação de associações, capacitações, reflorestamentos, organização de espaços de/para comércio de produtos, participação e representação em arenas decisórias, dentre outras estratégias, confirmando a capacidade dos núcleos à (re)produção de políticas socioambientais nos territórios.

Percebemos que embora o público-alvo dos Pnapos tenha sido o grupo da agricultura familiar, a natureza holística da política demandou diversos eixos articulados, e dentre eles o eixo conhecimento. Em virtude disso, exigiu-se a existência de espaços irradiadores dos conhecimentos agroecológicos nos territórios, onde os grupos de estudantes foram agregados dentro do público alvo da política, por meio dos NEA's.

A aderência conceitual entre PS e agroecologia pode ocorrer por meio de várias entradas, sobretudo devido a ambas possuírem caráter interdisciplinar. Neste trabalho destacamos o aspecto educacional, apontando o papel do Estado, objetivando um ensino plural em instituições de ensino, a partir, também, dos saberes dos territórios. Isto conflui, assim, na formação dos estudantes das instituições de ensino com NEA's, o conhecimento científico convencional que se quer um saber universal, dentro do paradigma moderno, e um saber histórico e geográfico em bases agroecológicas, dentro de um paradigma emergente.

A abordagem científica adotada pelas instituições latino-americanas historicamente está ancorada no pensamento moderno europeu que, segundo Porto-Gonçalves (2002), coloca a si próprio como um saber superior e aos demais como inferiores. Este paradigma da ciência dualista, em estado contínuo de crise, moderna e *nortecêntrica* construiu nas instituições de ensino superior na América Latina larga tradição. Todavia, no século XX, de dentro destes mesmos espaços de ensino surgiram áreas do conhecimento concorrentes ao modelo hegemônico de ciência, e através de metodologias próprias propuseram reaproximar academia/comunidade, humanidade/natureza, sujeito/objeto.

Os NEA's materializam, em maior ou menor medida, esta abordagem científica, e aqueles analisados na rede IFES apresentaram potencial para se tornarem espaços de referência à agroecologia em seus territórios. Compreendemos que eles podem ser, ou são, espaços de reflexão (*loci* geradores de conhecimento) e de ação (*loci* de realização) que permitem a construção de uma *práxis* transformadora a partir da gestão ecológica dos recursos naturais, para desenvolver estratégias de convivência à modernidade capitalista (SEVILLA-GUZMÁN, 2017).

Los “locus” de realización; es decir, las Perspectivas teórico metodológicas de la Agroecología aparecen, diversificadas a efectos analíticos, en tres instancias: (i) una primera ecológica y agronómico productiva; (ii) una segunda perspectiva socioeconómica y cultural y; (iii) por último, una perspectiva sociopolítica y de emancipación social (SEVILLA-GUZMÁN, 2017, p. 13).

Através dessa concepção teórico-metodológica da agroecologia, na instância denominada Perspectiva Sociopolítica e Libertadora, segundo Sevilla-Guzmán (2017), a contribuição do pedagogo Paulo Freire tem uma importância central neste processo de construção da dinâmica de (re)produção do conhecimento agroecológico, ao introduzir uma dimensão política, a partir da conscientização do educando. Com efeito, Freire elaborou uma concepção epistemológica aproximando sujeito-objeto e reflexão-ação, um princípio essencial na pedagogia freiriana é que a alfabetização e a conscientização jamais se separam. O

aprendizado das técnicas de ler e escrever ou das técnicas de manejo agrícola, enfim, todo aprendizado deve encontrar-se intimamente associado à tomada de consciência da situação real vivida pelo educando (FREIRE, 2015).

A experiência da situação-problema proporciona o pensar nas dimensões *reflexão* e *ação*, que, relacionadas, estabelecem a *práxis*, posto que a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, constitui o cerne deste processo. Tal prática pedagógica, de buscar as soluções principalmente nos elementos locais, no contexto em que as respostas para os problemas chegam de fora dos territórios, amplia a percepção dos agentes participantes sobre os processos em que estão envolvidos. Para Mignolo (2017) estas são ações denominadas decoloniais, sustentadas por debates em torno das questões ambientais e educacionais, por exemplo, que são capazes de identificar e tocar em “uma série de nós histórico-estruturais específicos, em que podemos ver a estrutura hierárquica de cada um deles” (p. 9).

As *práxis* (des)envolvidas pelos NEA's dialogam com as três instancias pensadas por Sevilla-Guzmán (2017), e podem (re)produzir PS nos territórios em cada uma delas, a saber: na área técnico-agronômica, através das aulas de campo e cursos de capacitação focadas na transição agroecológica; na área econômico-cultural, através da tessitura de espaços de compras institucionais e de comércio de alimentos entre componentes da rede; na área sócio-política, através da articulação e apropriação agroecológica, que segundo Porto-Gonçalves (2006) “se dá por meio da cultura e da política” (p. 287), de/com grupos de agricultores familiares e estudantes, como, por exemplo, confirmam tal aspecto. Além disso, cada instância citada permite o (des)envolvimento de diferentes *práxis* e, a reboque, suas metodologias e aprendizagens nos *campi*.

[...] a política de criação de NEA's nas IES pode ser considerada uma importante catalisadora e promotora do estreitamento entre estas instituições e a maioria da sociedade rural – agricultores familiares camponeses, fazendo assim que o Estado possa cumprir seu papel no tocante à geração e disseminação de conhecimentos científicos e tecnológicos que possam gerar qualidade de vida e promover um desenvolvimento mais justo e com sustentabilidade (SILVA *et. al.*, 2017, p. 269).

Os NEA's analisados da rede IFES demonstraram significativa capacidade de resiliência institucional, permanecendo em sua maioria ativos, mesmo em contextos adversos, e, para além, em processo de expansão, vide os casos dos núcleos dos *campi* Nova Venécia, VNI e BSF. Eles emergiram como vozes dissonantes, ou contra-hegemônicas, sua estrutura científica é junta à opção decolonial (MIGNOLO, 2005), que desde a segunda metade do século XX é responsável pela revisão das formas epistemológicas tradicionais de interpretação das realidades.

Assim, os NEA's demonstraram potencial para serem espaços de referência que, ao mesmo tempo em que decoloniza o pensamento acadêmico a partir de suas *práxis* pedagógicas, promovem grupos sociais organizados, com enfoque em uma cidadania que inclui a dimensão ambiental. Vai-se, assim, ao encontro do conceito, que de maneira geral orienta o presente trabalho, de Política Social, de Fleury (1999), que “sea delimitado por las acciones públicas, gubernamentales o no, que están volcadas para dar respuestas a las demandas que tienen origen en el proceso de reproducción de los individuos” (p. 5).

No que diz respeito à questão educacional foi possível observar que a agroecologia demanda um esforço institucional para articular processos, nos quais os estudantes possam conhecer diversas etapas desta lógica, o que lhes confere segurança para participar durante sua vida profissional de projetos nesta temática. Deste modo, o que aparenta ser um processo de des-territorialização do ensino científico convencional é na verdade a transição à multiterritorialidade científica e cultural nos *campi* da rede IFES. Para Haesbaert (2004) a multiterritorialidade deve ser compreendida “enquanto ação ou processo, e implica assim a possibilidade de acessar ou conectar, num mesmo local e ao mesmo tempo, diversos territórios” (p. 343), e por conseguinte suas territorialidades, possibilitando aos discentes uma formação plural, concatenada com os modernos anseios da sociedade.

Foi possível observar, de acordo com os relatórios apresentados, com destaque para os NEA's Grupo Puri e Arandu, que a construção do conhecimento agroecológico no *campus* Ibatiba utilizou estratégias similares às do *campus* Santa Teresa, ocorrendo variações nas técnicas de abordagem das temáticas, prevalecendo as identidades locais. Por exemplo, enquanto em Ibatiba foram pensados para as reuniões do público interno do *campus* os momentos denominados “documentários com pipoca orgânica”, em St. Teresa esse momento de reuniões com o público interno do *campus* foi denominado “quintas agroecológicas”.

Os processos articulados pelos NEA's mais antigos do IFES caminharam de maneira similar com atividades como oficinas, palestras, cursos de formação e minicursos, participação e promoção de encontros, dentre outras ações adaptadas aos seus respectivos contextos. Os principais parceiros articulados em ambos os territórios foram grupos de agricultora(e)s familiares, EFA's e órgãos públicos. Desta relação decorreram dezenas de materiais acadêmicos produzidos, aulas de campo, visitas técnicas e outras experiências potencialmente produtoras das *práxis*.

Constatou-se capacidade de articulação entre núcleos de diferentes *campi*, indicando avanço para um nível superior de conectividade das redes tecidas por cada NEA, movimentando fluxos de informação entre sujeitos até então desconectados, indo de rede de referência local a

rede de referência regional. Vide o caso da articulação entre os NEA's *campi* Colatina e Nova Venécia para a criação de *software* para agricultores familiares, como por exemplo, e também o caso da participação do Arandu na criação de outros NEA's da rede IFES. Neste sentido, e apenas para ratificar, segundo relatório IFES-Ibatiba (2016b), a implantação do NEA no IFES *campus* Ibatiba teve importância significativa no processo de fortalecimento institucional da agroecologia na unidade e que seu processo de estruturação contou com o apoio fundamental do NEA-ST.

Da análise dos materiais produzidos pelos NEA's da rede, pôde-se constatar a institucionalização da agroecologia no IFES, a partir de estratégias de duplo sentido no espaço e no tempo. Seguiu-se a lógica que diz respeito à “como as instituições influenciam e modificam o comportamento dos indivíduos e se modificam” (MARTINS, 2016, p. 9), visto que o processo de expansão da rede federal de ensino, na década de 2010, ocorreu aceleradamente, em um contexto onde a questão ambiental emergiu com pujança e conquistou espaço para ser uma das componentes imagéticas e concretas do que seja considerado moderno, como por exemplo, no ensino de uma instituição na contemporaneidade.

Pôde-se constatar também que as estruturas-estruturantes, segundo Bourdieu (2021), principalmente aquelas presentes nos *campi*, como por exemplo as UD's ou as salas verdes, funcionam como símbolos que são, via de regra, (re)organizadas pelos NEA's, eles próprios símbolos e estruturas-estruturadas (passíveis de uma análise estrutural) da agroecologia nos *campus*. Na análise das trajetórias dos NEA's observamos estratégias de duplo sentido para estruturar a agroecologia nos territórios:

- a. estratégias de estruturação e convergência (internas), como hortas orgânicas, reuniões semanais e cursos de formação para o público interno, por exemplo;
- b. estratégias de estruturação e dispersão (externas), como as feiras de produtos orgânicos, compras institucionais e cursos de formação para o público externo, por exemplo.

A natureza metodológica da agroecologia aderente à indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, demanda recursos financeiros, principalmente para as trocas de saberes, com destaque para os deslocamentos dos estudantes até os espaços não-formais de aprendizagem. Assim, o fim da oferta de recursos além de limitar a capacidade dos núcleos põe em risco suas existências, vide o caso do NEASES.

Ratificando argumento já apresentado, os Editais do CNPq para apoio e/ou criação de NEA's legitimaram grupos estudantis de questões ambientais, em alguns casos, e conceberam esses grupos já legitimados em outros casos, como dos NEA's da rede IFES. Observamos, a partir da análise dos materiais, que tanto a disposição institucional para institucionalizar a



questão ambiental, seja por meio da EA e/ou da agroecologia, quanto à disposição dos servidores em fazê-lo, a partir de suas próprias identidades, foram fulcrais.

Constatamos a ampliação da perspectiva ambiental na rede de ensino IFES por meio dos NEA's e todo seu conjunto de *práxis* que corroboram, em intensidade variável entre os diferentes *campi*, com a institucionalização da questão ambiental nas unidades no IFES. Complementamos que, tanto a análise dos relatórios quanto nosso conhecimento empírico do regramento institucional confirmam que o(s) servidor(es) envolvido(s) com os NEA's não alcançam redução na quantidade de aulas semanais para participar das atividades do núcleo, e essas atividades tampouco lhes agregam rendimento complementar na folha de pagamento e/ou bolsa. Caso sejam docentes, o(s) servidor(es) se beneficiam dos NEA's apenas para composição do Plano Individual de Trabalho (PIT) com a ocupação de 4h de planejamento semanal.

Ademais de um legado de infraestrutura, com UD's, livros, computadores, laboratórios, salas, marcas e outros símbolos materializados, os recursos disponibilizados por meio de políticas públicas também foram responsáveis por custear bolsas para dezenas de estudantes na rede IFES – e identificamos que a maioria segue sua trajetória de vida ponderando a experiência na agroecologia para orientar suas escolhas profissionais; os recursos alocados também contribuíram para os deslocamentos para atividades, eventos e cursos. Os NEA's deixaram também um legado imaterial, visto que em alguns territórios – comunidade externa – do ES emergiu uma RS da agroecologia interrelacionada ao IFES, e na comunidade interna além de uma legitimação científica da agroecologia e seus interlocutores, uma incipiente mudança pedagógica através de metodologias mais atentas à participação/integração/extensão comunitária.

Finalmente inferimos que a emergência da questão ambiental no IFES conta, sobremaneira, com o envolvimento espontâneo dos servidores sujeitos interessados por alguma vertente da questão ambiental. De tal modo que, para avançarmos nessa pesquisa, investigamos, a seguir, as motivações desses sujeitos, por meio da TRS. Visto que se por um lado a Pnapo e a Cnapo revelaram agricultores como foco da política público e secundariamente os estudantes como público-alvo, por meio dos NEA's, nessa pesquisa constatamos a importância dos coordenadores e servidores membros das equipes dos núcleos em cada *campus*, nesse processo.

## CAPÍTULO 4 - AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS COORDENADORES DOS NEA'S DO IFES SOBRE A AGROECOLOGIA

*Cuidado com as mudanças! Porque as mudanças são o teu grande inimigo. Estas mudanças te combaterão, e te lançarão para trás e para fora do Caminho que trilhaste, fazendo com que caias profundamente nos pântanos viscosos da dúvida.*

(HELENA BLAVATSKY)

Neste capítulo discutiremos a Teoria das Representações Sociais (TRS) relacionada aos sujeitos desta pesquisa. A teoria é utilizada desde o século XX para dar suporte analítico aplicado a diferentes abordagens científicas e sujeitos. A TRS reflete o pensar, sentir e agir dos sujeitos sobre determinado objeto quando colocado em seu cotidiano (MOSCOVICI, 1978; 1979; 2009). Assim, o sujeito quando em contato com um novo conhecimento produzirá significações específicas, podendo acarretar em mudanças em seu *modus operandi*.

Nesta parte da pesquisa analisamos as RS dos sujeitos pesquisados, a saber; coordenadores e ex-coordenadores dos NEA's ativos e criados entre 2010 e 2020, da rede IFES, sobre a agroecologia. Segundo Fernandes e Molina (2017), existe uma tensão política, social e econômica em torno da agroecologia, gerada por sua forma produtiva perante a lógica da agricultura convencional mais integrada ao sistema capitalista de produção. Estivemos atentos a essa tensão na qual a agroecologia está submetida nesta etapa da investigação, no contexto dos NEA's da rede IFES.

Para compreendermos as representações sociais dos coordenadores e ex-coordenadores dos IFES em relação à agroecologia é importante analisar o modo de pensar, opinar e tomar atitudes que atravessam os educadores e suas relações com os variados objetos que dizem respeito à agroecologia. Articulado a isso, complementa uma análise investigando o aspecto da alteridade, a saber; como os NEA's são percebidos pelos demais servidores dos *campi*?

Nossa pesquisa confirma que a agroecologia é uma ciência tensionada antes mesmo de chegar no ambiente interno do IFES. A sua relação com o sistema convencional de produção agropecuária tem ocorrido de maneira conflituosa. Assim ao chegar no cotidiano dos IFES a agroecologia já chega alvo de apreensão, cabendo aos educadores elaborarem estratégias para trabalharem contextos específicos.

#### 4.1 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS (TRS)

O embrião do conceito das RS vem das ideias de Émile Durkheim, que se dedicou aos estudos do entendimento do comportamento coletivo, societário, e é considerado um dos fundadores da Sociologia. Durkheim criou uma rede de conceitos para estruturar seu pensamento, e dentre esses conceitos estão as representações coletivas e as representações individuais ou particulares. Segundo Durkheim (2001), a vida coletiva é feita essencialmente de representações que geram padrões de comportamentos que podem explicar os fenômenos sociais.

Em As regras do método sociológico, definindo fato social, o sociólogo afirma,

Eis portanto uma ordem de fatos que apresentam características muito especiais: consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõem a ele. Por conseguinte, eles não poderiam se confundir com os fenômenos orgânicos, já que consistem em representações e em ações; nem com os fenômenos psíquicos, os quais só têm existência na consciência individual e através dela. Esses fatos constituem, portanto, uma espécie nova, e é a eles que deve ser dada e reservada a qualificação de sociais (DURKHEIM, 2001, p. 4).

Os conceitos criados por Durkheim foram posteriormente explorados e discutidos por diferentes autores de distintas áreas do conhecimento, podemos citar Jean Piaget e Lev Vigotsky na pedagogia, como exemplos. Destacamos dentre os pensadores que em seus trabalhos dialogaram com os conceitos durkheimianos, o psicólogo social Serge Moscovici (1928 - 2014), principalmente por meio do desenvolvimento da TRS e sua estreita relação com o conceito de representações coletivas.

A TRS foi desenvolvida por Moscovici na tese *La psychanalyse: son image et son public*, em 1961. Nesta obra, Moscovici apontou que Durkheim tratava o conceito de representações de maneira genérica e em “su espíritu las representaciones sociales constituían una clase muy general de fenómenos psíquicos y sociales que comprendían lo que designamos como ciencia, ideología, mito, etcétera” (1979, p. 27), portanto carecendo de maior aprofundamento teórico-metodológico.

O Trabalho de Moscovici teve grande aceitação nas comunidades acadêmicas da psicologia e sociologia, dando significativa contribuição para o campo da psicologia social. De acordo com Marková (2017) a psicologia social é baseada na manipulação de variáveis e a TRS é constituída sobre um rico conjunto de pressuposições.

Segundo Lane (2006), o enfoque da Psicologia Social “[...] é estudar o comportamento de indivíduos no que ele é influenciado socialmente” (p. 7), e esta influência do território se faz

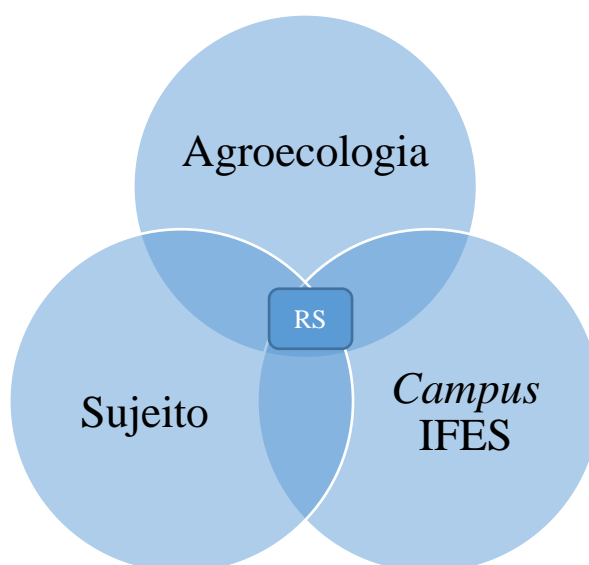
sentir desde o nascimento por meio da linguagem, na família, na escola, enfim envolve todo o contexto do sujeito. E a elaboração das representações sociais, por meio da linguagem, é o que permite a (re)produção e/ou revolução nas relações humanas.

As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano. A maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnados. Sabemos que as representações sociais correspondem, por um lado, a substância simbólica que entra na elaboração e, por outro, a prática que produz a dita substância, tal como a ciência ou os mitos correspondem a uma prática científica e mítica (MOSCOVICI, 1978, p. 42).

Para Moscovici (2009), enquanto as representações sociais tratam do universo consensual, do senso comum, as ciências são os meios pelos quais compreendemos o universo reificado. O senso comum é “a forma de compreensão que cria o substrato das imagens e sentidos, sem o qual nenhuma coletividade pode operar” (MOSCOVICI, 2009, p. 48), e para o autor, de maneira geral, as representações sociais emergem no prolongamento da ciência.

Assim, as representações sociais acontecem de forma interativa, em um contexto social e uma porção espacial, invariavelmente, e sua análise necessita, como apontado por Marková (2017); e Sá (1998), discutir a relação entre o sujeito, o outro - simulado na figura, a seguir, pelo conjunto *campus* IFES, e o objeto social, simulado no esquema 2, a seguir, pelo conjunto agroecologia.

**Esquema 2** - Diagrama de Venn – simplificado.



Organização: Carvalho, F. C.

Segundo Moscovici (1978; 1979; 2009) uma representação social é criada quando um objeto social novo entra em um universo pré-existente, assim sua finalidade é tornar familiar algo não-familiar, é fazer um objeto social em discussão passar de algo mais fluido, como uma opinião, para algo mais estável como uma imagem, um símbolo, ainda que em devir. Segundo Moscovici as representações sociais são “de algo ou de alguma coisa” (1978, p. 64), e que um sujeito a (re)constrói inter-relacionando aspectos psicológicos e sociológicos. Marková (2017), avalia que “o Eu e o(s) Outro(s) (ou o Ego-Alter) são mutuamente inter - dependentes em e pela interação” (p. 369).

Para Jodelet (1993) e Sá (1998), a emergência de uma representação social de um dado objeto social está associada às condições existentes em um determinado contexto socioespacial, e que a forma e a intensidade destas condições podem variar na construção das representações sociais entre os sujeitos dentro de um grupo e/ou entre diferentes grupos.

La codificación centrada en el grupo tiende a definir las modalidades de expresión del grupo con respecto a un objeto dado. Por ejemplo, el objeto es pensado en términos abstractos o concretos, el grupo tiene de él una imagen "real" o una imagen "ideal", etcétera. La codificación centrada en el contenido está orientada hacia la separación de los temas más frecuentes que se presentan a propósito de nuestro problema. También nos autoriza a definir el vocabulario que los expresa. (MOSCOVICI, p. 21, 1979).

Para Moscovici (1979), as representações sociais são compostas por “três dimensões; a informação, a atitude e a imagem ou campo” (p. 67). A informação diz respeito ao conhecimento que um determinado grupo possui em relação a determinado objeto social, no nosso caso a agroecologia. A atitude destaca a orientação global que o sujeito possui em relação ao objeto das representações sociais. A imagem ou campo remete-nos a ideia de modelo social, de um conteúdo concreto. A análise das três dimensões fornece-nos um panorama do conteúdo e sentido que o grupo dá as representações sociais do objeto social.

Para Moscovici (1979), “uma representação social elabora-se de acordo com dois processos: objetivação e ancoragem ou amarração” (p. 110). A objetivação, composta de uma esquematização, através da naturalização e classificação; e da ancoragem ou amarração composta de sistema de interpretação, significação e a função de integração. Para a formação, passagem, de um objeto social em uma representação social, Moscovici (1978, 1979, 2009) aponta que essa elaboração se sustenta nestes processos que pressionam os sujeitos à inferência.

Segundo Moscovici (1979), a objetivação “faz com que se torne real um esquema conceitual” (p. 110), neste processo cognitivo ocorre uma mudança de *status* por meio da naturalização e classificação emergindo “novo código” (p. 132) e “condutas individuais (p. 132), ou seja “objetivar é absorver um excesso de significações materializando-as” (p. 111). A

amarração ou ancoragem, é a análise da vida cotidiana, é o processo que “converte o objeto social num instrumento” (p. 173), ou ainda a transformação da ciência em um “saber útil” (p. 174).

A objetivação refere-se a maneira pela qual o novo objeto através do processo de comunicação é simplificado, imaginado e esquematizado. O objeto ao penetrar no corpo social por meio da comunicação e interação, generalizando-se coletivamente, passa de um esquema para a realidade do objeto, tornando-o naturalizado naquele grupo. A partir daí a representação é então constituída e assume um status óbvio e natural, posteriormente o objeto servirá de base para guiar julgamentos e comportamentos sobre ele. A ancoragem é a conclusão do processo de objetivação, é quando o novo objeto encontra seu lugar no sistema social, ele é assimilado a formas já conhecidas e categorias familiares, ao mesmo tempo comporá uma rede de significados já existentes (SIQUEIRA, 2020, p. 112 - 113).

É possível apontar o processo de objetivação mais conectado a classificações, categorizações, nomeações e estabelecimento das conexões que compõe o objeto social, enquanto que a ancoragem pode ser compreendida como a localização deste conteúdo na estrutura conceitual do sujeito, é um processo de acomodação de uma nova ideia, obviamente que estruturada a conceitos e imagens já familiarizadas.

De maneira geral podemos compreender que para Moscovici (1978; 1979; 2009), as representações sociais se caracterizam como sistemas de valores, ideias e práticas com a dupla função de convencionalizar o mundo e de serem prescritivas. E que os traços, sociais e intelectuais, das representações sociais formadas em sociedades onde a ciência está socialmente integrada, sofre a sua influência e se constituem em fonte de representações sociais articuladas com o senso comum, como um prolongamento.

Na obra de Serge Moscovici é possível observar uma visão crítica a ideia da ciência enquanto saber absoluto e neutro, e com a sistematização da TRS, ele realizou “uma reabilitação do senso comum” (ARRUDA, 1999, p. 131). De tal modo Moscovici foi expoente na aproximação científica com os conhecimentos populares, dialogou e contribuiu para uma “corrente” de autores críticos ao paradigma científico dominante, assim como Souza-Santos (1988) que contestando a racionalidade científica dominadora apontou que “por via de fronteiras ostensivas e ostensivamente policiadas, [...] se considera as formas de conhecimento não-científico [...] irracional” (p. 48), Chalmers (1993) que apontou que a “ciência não é necessariamente superior a outras áreas do conhecimento” (p. 181), e Pérez *et al.*, (2001), que afirmaram que a essência da orientação científica “[...] se encontra na mudança de um pensamento, atitude e ação, baseados nas “evidências” do senso comum, para um raciocínio em termos de hipótese [...]” (p. 138).

As representações sociais constroem-se mais frequentemente na esfera consensual, embora as duas esferas não sejam totalmente estanques; ver quadro 19, a seguir.

**Quadro 19 - Universos do senso comum e científico**

Universos consensuais Indivíduo, coletividade: <i>opus proprium</i> NÓS Sociedade = grupo de iguais, todos podem falar com a mesma competência	Universos reificados  <i>opus alienum</i> ELES Sociedade = sistema de papéis e classes diferentes → direito à palavra é desigual: <i>experts</i>
Universos consensuais Sociedade de "amadores", curiosos: conversação, cumplicidade, impressão de igualdade, de opção e afiliação aos grupos Conhecimento parece exigência de comunicação → alimentar e consolidar o grupo - resistência à intrusão	Universos reificados Sociedade de especialistas: especialidade → grau de participação normas dos grupos → propriedade do discurso e comportamento Unidade do grupo por prescrições globais, não por entendimentos recíprocos - divisão por áreas de competência
Representações sociais - senso comum, consciência coletiva - acessível a todos; variável	Ciência - retratar a realidade independente de nossa consciência - estilo e estrutura frios e abstratos

(ARRUDA, 2002, p. 130)

Analisando a TRS Arruda (1999), destaca que o universo consensual é aquele que se constitui principalmente na conversação informal, na vida cotidiana, enquanto o universo reificado se cristaliza no espaço científico, com seus cânones de linguagem e sua hierarquia interna. Assim ambas, portanto, apesar de terem propósitos diferentes, são eficazes e indispensáveis para a vida humana.

Marková (2017), discutindo históricas dicotomizações entre os saberes e seus processos de hierarquizações, aponta que essas diferenciações se referem à suposta superioridade do pensamento científico e à inferioridade do pensar cotidiano.

[...] Moscovici promoveu a perspectiva de um desenvolvimento contínuo do pensamento de senso comum para a ciência. Igualmente importante, o pensamento científico se difunde no pensamento cotidiano. Como é notório, a ideia da transformação do pensamento científico em senso comum tem sido vital no desenvolvimento da teoria (MARKOVÁ, 2017, p. 362).

Dialogando com o pensamento de Moscovici, Marková (2017), afirma que a TRS “pressupõe a transformação de um tipo de conhecimento em outro” (p.363), ou seja, conhecimento científico e o senso comum se relacionam e transformam um tipo de conhecimento em outro, e a ciência, ela própria, e seus espaços destacam-se como fontes de representações sociais. Logo podemos compreender que tanto os processos educacionais quanto os ambientes de ensino, respectivamente, como berços e territórios para o nascimento de representações sociais.

Para Lane (2006), a educação dos sujeitos em seus territórios, por ser institucionalizada pelo Estado, possuem:

[...] princípios, objetivos, conteúdos, direitos e deveres definidos pelo governo a fim de garantir que, em todos os seus níveis, ela reproduza conhecimentos e valores, necessários para a "transmissão harmoniosa da cultura, produzida por gerações anteriores, para as novas, garantindo o desenvolvimento de novos conhecimentos, necessários para o progresso do país" (LANE, 2006, p.46).

Desde de seu desenvolvimento nos anos de 1960, a TRS foi replicada em estudos por diversos autores de diferentes áreas do conhecimento. Segundo Sá (1998), a educação constitui uma das principais áreas temáticas nesta teoria e tem sido privilegiada desde os anos de 1990, no Brasil. Também na década de 1990, os trabalhos de Arruda apresentaram as representações sociais do campo da Ecologia e dos sujeitos integrantes do movimento ecologista brasileiro (SÁ, 1998).

Nesta década, Siqueira (2020) trouxe as RS do campo da agroecologia erigidas pelos sujeitos docentes das EFA's do norte do Espírito Santo. De tal modo, percebe-se que a TRS não apenas atravessa diferentes áreas do conhecimento, mas que também contribuiu para um processo de aproximação entre ciências, apresentando significativa aderência a interdisciplinaridade.

#### 4.1.1 Abordagens da Teoria das Representações Sociais (TRS)

Todas as abordagens<sup>46</sup> da TRS se amarram na conceituação de Representações Sociais (RS) de Serge Moscovici. Apresentam diferentes formas de investigar e produzir resultados,



não são excludentes, tampouco intentam serem precípuas e podem ser complementares. Para Arruda (1999), Moscovici adota uma perspectiva comunicativa “genética” na apreensão do conhecimento cotidiano mobilizado pelas pessoas em suas interações sociais. Neste trabalho seguiremos tendo como principal referencial teórico-metodológico os trabalhos de Serge Moscovici. Como apoio para condução desta pesquisa alguns materiais da abordagem denominada processual também foram considerados, tendo como referencial teórico-metodológico os trabalhos de Denise Jodelet e Leonardo Siqueira, dentre outros.

Segundo Siqueira (2020), a abordagem processual se constitui através de uma relação dialética entre indivíduo e sociedade, dentro do que compreendemos como fenômeno psicossocial, ela tem essa nomeação porque analisa as representações sociais a partir dos processos da dinâmica social. Os trabalhos na perspectiva processual procuram compreender a realidade social dos sujeitos em vez de avaliar ou descrevê-la, assim a representação social pode ser pensada como um processo.

Para Jodelet (2017), tal abordagem das representações sociais se trata de uma matéria concreta, diretamente observável, mesmo que a organização de seus elementos tenha sido objeto de reconstrução do pesquisador. A abordagem processual é constituída de dois processos que afetam na formação das representações sociais: por um lado, os processos cognitivos ou mentais, de caráter individual e, por outro, processos de interação de caráter social.

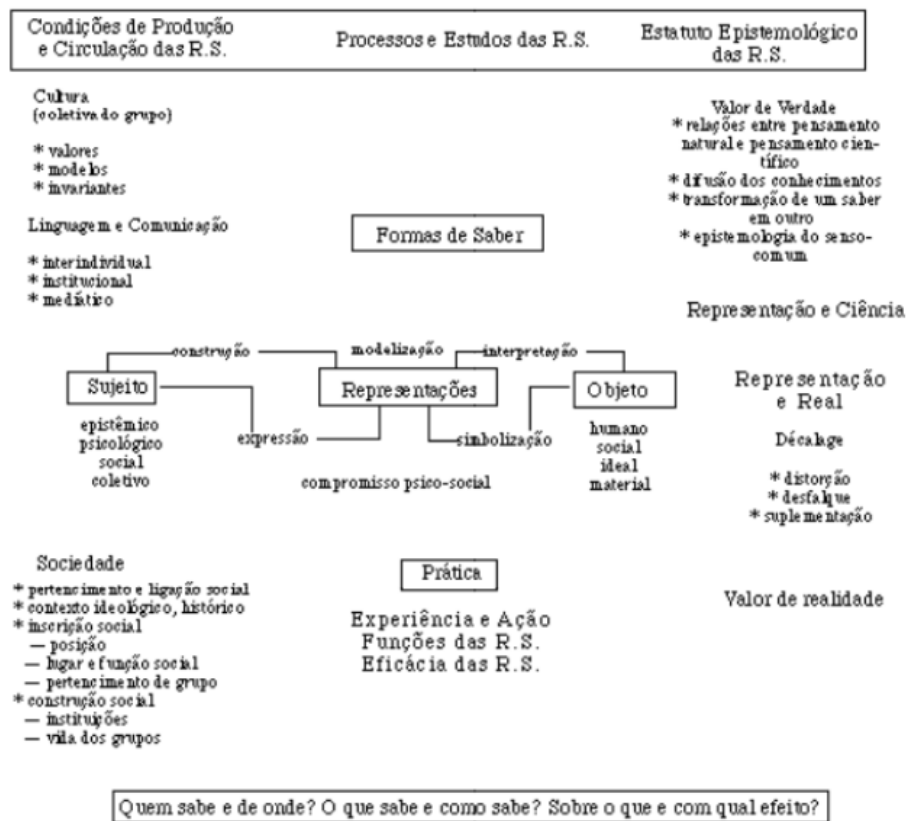
As instâncias e ligações institucionais, as redes de comunicação mediáticas ou informais intervêm em sua elaboração, abrindo a via dos processos de influência, às vezes de manipulação social — e veremos que se trata aí de fatores determinantes na construção representativa. Essas representações formam um sistema e dão lugar a “teorias” espontâneas, versões da realidade que encarnam as imagens ou condensam as palavras, ambas carregadas de significações — e veremos que se trata de estados que o estudo científico das representações sociais apreende (JODELET, 1993, p. 4).

Para Jodelet (1993), as representações sociais são abordadas simultaneamente como produto e processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e da elaboração psicológica e social da realidade, e esta estrutura possibilita diálogo e integração ou exclusão de um grupo social. No quadro 20, a seguir, a autora apresenta uma estrutura teórico-metodológica para análise de grupos produtores de representações sociais.

---

<sup>46</sup> Outras abordagens da TRS, além daquelas citadas neste texto, também podem ser encontradas na literatura científica, a saber: estrutural, liderada por Jean-Claude Abric se interessa pelo conteúdo das representações, ela se esforçou no desenvolvimento da teoria do núcleo central de uma representação; e a societal, liderada por Willem Doise, esta teve como característica a criação do Laboratório de Psicologia Social Experimental na Universidade de Genebra, que se propunha na realização de experimentos em Representações Sociais. (SÁ, 1998).

**Quadro 20** – Estrutura teórico-metodológica para análise das representações sociais



(JODELET, 2017, p. 11).

A principal colaboração captada para a presente pesquisa dos trabalhos de Jodelet foi o aspecto da análise do contexto de emergência das representações sociais, por ela denominada de condições de produção e circulação das representações sociais - uma parte da sociedade, sua cultura, linguagens e códigos - em um determinado lugar. No ademais percebe-se na própria obra de Serge Moscovici um destaque para o aspecto processual das representações sociais quando aponta que “os processos postos em jogo [...] têm por função destacar uma figura (1979, p. 65), ou ainda quando afirma que a representação social “é um processo” (1979, p. 57). Assim, atento a existência de várias possibilidades de percurso metodológico, a análise foi construída tendo os trabalhos de Moscovici (1978, 1979, 2009) como base, focados nas dimensões e processos de (re)produção das representações sociais.

Moscovici (1978, 1979, 2009), de maneira geral, considera em seus trabalhos a questão da cultura do grupo cujo o sujeito pesquisado está inserido, seus valores, a linguagem e comunicação ali articulados, possibilitando a realização de análises que articulam a sociedade e o território. Neste trabalho, para saber das (re)produções das representações sociais da agroecologia foram realizadas entrevistas narrativas e aplicados questionários estruturados, técnicas também utilizadas pelos autores anteriormente citados, neste tópico.

## 4.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS COORDENADORES DOS NEA'S DO IFES SOBRE A AGROECOLOGIA

Nesta seção seguirá a apreciação das entrevistas narrativas (JOVELOVITCH, 2002), por meio da técnica da análise de conteúdo de (BARDIN, 2016). Os trechos das entrevistas narrativas com as perguntas e o conteúdo das respectivas respostas dos coordenadores dos NEA's não sofreram alteração. Também não há identificação e sim um sistema de codificação por meio de numeração de 1 a 6, pois tal opção se deve à questão metodológica por conter um enfoque institucional.

Seguirão trechos com as citações conjuntas dos sujeitos entrevistados apresentando a percepção do grupo sobre o fenômeno (agroecologia) e o objeto (NEA's) pesquisados, para demonstrar linguagens, símbolos e demais elementos que compõem a estrutura e o conteúdo das RS (re)produzidas.

### 4.2.1 A TRAJETÓRIA DOS COORDENADORES DOS NEA'S DO IFES NA AGROECOLOGIA

Hodierno, o grupo de coordenadores de NEA's da rede de ensino IFES conta com uma formação acadêmica difusa e qualificada, composta de graduados em biologia, geografia, licenciatura em ciências agrária, engenharias e ciências sociais; sendo mais de 80% doutores. Por meio das entrevistas, bem como da análise dos currículos divulgados na plataforma da Capes, pôde-se observar que o grupo tem interesse pelos estudos relacionados a EA, questão agrária, uso e conservação dos recursos da natureza, além da agroecologia.

A partir de um enfoque pautado nas trajetórias individuais e nas representações sociais, intentou-se saber quando e como esses sujeitos conheceram a agroecologia e os NEA's.

Para isso questionamos:

- a. Quando foi seu primeiro contato com a agroecologia?
- b. Quando a agroecologia surgiu na vida da/o ....?

As duas perguntas foram feitas juntas no intento de reforçar o questionamento acerca dos primeiros contatos com o fenômeno pesquisado, e complementada com o nome do entrevistado, aqui a ideia foi aproximar mais o sujeito da agroecologia, visto que a dificuldade em identificar o início deste processo é elevada, como pode ser constatado na própria fala de um entrevistado, a seguir; “[...] a agroecologia começa a pingar na minha subjetividade de diversas maneiras e em diversos momentos, eu não saberia dizer que foi no dia tal, evento tal, foi um conjunto de fatores” (ENTREVISTADO n° 1, 2022).

Analisamos que um conjunto de fatores conduziu o grupo de sujeitos ao fenômeno, e que parte do grupo teve seu primeiro contato anterior a entrada no IFES e parte teve seu primeiro contato com a agroecologia no IFES. Constatou-se, também, que há uma linguagem própria do grupo, e que ele apresenta figuras comuns que, integradas, articulam a representação social da agroecologia na instituição.

O grupo que teve seu primeiro contato antes da entrada no IFES pode ser compreendido entre aqueles que tiveram contato durante a formação básica:

*Agroecologia foi ainda na graduação [...]. E desde essa época eu já comecei a me interessar, né? Pela temática. E esse período estava iniciando na UFRRJ a Fazendinha Agroecológica, ela é um dos centros entre agroecologia mais antigo do nosso país [...]. Me envolvi, desde essa época [...]. (ENTREVISTADO n° 2, 2022).*

E, aqueles que descobriram a agroecologia no mundo do trabalho em outros espaços:

*Eu sempre tive uma veia mais alternativa. Só que aí caí no mundo estudando. Fui para Petrolina-PE, continuei trabalhando com controle biológico na prática. Depois fui fazer meu doutorado, continuei com controle biológico, continuei na área de insetos, mas sempre dentro da minha área de controle biológico. Até eu chegar em Governador Valadares-MG, quando eu comecei a trabalhar como professor [...]. Eu conheci uma professora que me falou sobre agroecologia, mas eu não conhecia o conceito, nada. Aí, a gente fez um projeto com os princípios da agroecologia, eu participei deste projeto e gostei muito, foi de restauração de ambientes de APP com SAF [...]. (ENTREVISTADO n° 3, 2022).*

O grupo que teve seu primeiro contato com a agroecologia anterior a sua entrada na rede IFES foi ligeiramente superior. As EN revelaram que parte desse grupo teve contato com as agriculturas alternativas e/ou agroecologia em grupos de estudos da questão ambiental ainda em seus respectivos períodos acadêmicos.

O grupo que teve seu primeiro contato com a agroecologia no IFES foi ligeiramente menor, e pode ser bem representado pela seguinte fala:

*Não conhecia a agroecologia nessa época, eu vim da área da conservação da natureza, da biologia da conservação [...] A agroecologia surgiu na minha vida quando eu vi o que os agricultores faziam aqui [...] é um movimento de contra-corrente, não é agroecológico, é orgânico, mas é impressionante o trabalho dessas pessoas [...] a gente vê o pessoal batendo o agrotóxico sem proteção, jovens [...] é muito comum isso aqui, isso me chamou muito a atenção. Eu e outros professores percebemos que isso era muito comum aqui [...]. (ENTREVISTADO n° 4, 2022).*

Neste grupo as falas deram pistas para entendermos a incorporação da agroecologia pelos sujeitos. Moscovici (1979) busca em seu trabalho entender esse processo de penetração da ciência na sociedade, e como a sociedade transforma conhecimento científico.

Retomemos el problema de la penetración de la ciencia en la sociedad. el pasaje del plano de la ciencia al de las representaciones sociales, implica una discontinuidad, un salto desde un universo de pensamiento y de acción a otro, y no una continuidad una variación del más al menos. Se deplora esta ruptura porque en ella se ve una renuncia, un debilitamiento de la influencia de la lógica o la razón. Esta actitud noble, sin embargo, es muy unilateral y limitada. Desconoce que, por el contrario, la ruptura es la condición necesaria para que cada conocimiento físico, biológico, psicológico, etc., entre en el laboratorio de la sociedad. Allí todos esos conocimientos aparecen, dotados de un nuevo estatuto epistemológico en forma de representaciones sociales (MOSCOVICI, 1979, p. 17).

Como já apresentamos nesta tese, a agroecologia tem uma origem científica com Basil, Altieri e Gliessman, dentre outros acadêmicos, doravante ela também tem uma origem popular com os movimentos das agriculturas alternativas, em diversas partes do mundo. Assim, compreendemos, na nossa pesquisa, o desenvolvimento do fenômeno agroecológico como aberto e/ou diferente àquele demonstrado por Moscovici (1979), ocorrendo um fluxo circular de informações, visto que os profissionais da agroecologia apregoam sua indissociabilidade junto aos saberes populares, ou seja, também pode ser observada: a penetração da sociedade na ciência. A agroecologia é uma ciência articulada sobre outros princípios e metodologias e possui um processo de formação histórica *sui generis*.

c. Quando e como você tomou conhecimento dos NEA's?

A pergunta foi feita para saber quando o sujeito teve contato com o objeto pesquisado. De criação recente os NEA's estão em UF's e IF's, desde 2010, assim, no IFES os entrevistados se dividem em dois (2) grupos; aqueles que tiveram experiências com NEA's antes de se adentrarem na rede IFES e aqueles que tiveram esse primeiro contato na rede pesquisada.

O grupo que teve seu primeiro contato antes de entrar para rede IFES é minoritário e pode ser bem representado na seguinte fala:

*Na época, isso era ano de 2016, o golpe foi em 2016, a gente foi contemplado um ano antes, na época eu estava no IFF, eu estava no campus Itaperuna [...] fizemos um trabalho de formação muito interessante e frutífero no noroeste fluminense, com OCS, SPG [...] (ENTREVISTADO n° 5, 2022).*

O grupo que teve seu primeiro contato com os NEA's na própria rede IFES é majoritário e pode ser bem representado na seguinte fala:

*É imbricado isso aí... NEA e agroecologia para mim surgiram mais ou menos juntos [...] em 2018 a gente cria esse espaço, né? Institucionalmente [...] Mas sempre tem alguma coisa acontecendo no campus, sempre tem um professor mais sensível. E aí a partir dos trabalhos desse grupo de pesquisa da Professora T. surge o NEA, acho que aqui a EA chegou para somar ... agente traz na nossa identidade a agroecologia [...] (ENTREVISTADO n° 6, 2022).*

Assim, percebemos a importância dos Editais CNPq para apoio e/ou criação de NEA's na difusão da agroecologia entre os servidores da rede de ensino IFES. A análise da trajetória acadêmica dos coordenadores dos NEA's por um lado confirma o caráter interdisciplinar da agroecologia, o fato de seus princípios dialogarem com diversos campos do saber científico, e por outro lado, aponta a escassez de profissionais com essa formação básica na rede de ensino do IFES. Não há, até o presente momento, profissionais que cursaram agroecologia em suas formações básicas trabalhando na rede.

De tal maneira compreendemos que a ciência agroecológica está em uma fase, em seu processo de institucionalização na rede IFES, de transição. Sua consolidação poderá ter como indicadores a entrada de profissionais formados na área, por meio de Editais, bem como a formação de profissionais em agroecologia pela própria rede. Neste sentido os *campi* Alegre e Santa Teresa, respectivamente, por meio dos cursos ofertados de pós-graduação *stricto-senso* e técnico em Agroecologia<sup>47</sup>, demonstraram avanço.

Perante o grupo analisado, NEA e agroecologia se mostraram como informações relativamente recentes, a intensidade de atitudes está por óbvio atrelada às trajetórias dos sujeitos e nas condições socioespaciais de cada *campus*, sendo estes, territórios para articulações de territorialidades agroecológicas. A pesquisa revelou também que os Planapos I e II tiveram um papel histórico e fundamental na difusão da agroecologia no IFES, vide a quantidade de servidores que tiveram seus primeiros contatos com a ciência após o lançamento dos Editais CNPq para apoio e/ou criação de NEA's.

#### 4.2.2 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA AGROECOLOGIA (RE)PRODUZIDAS PELOS COORDENADORES DE NEA'S DA REDE IFES

Na busca de saber a RS da agroecologia elaborada pelos sujeitos desta pesquisa formulamos uma pergunta também complementada com o nome do entrevistado, no intuito de aproximar mais o sujeito do fenômeno pesquisado; “para você (nome do sujeito) o que é a agroecologia?”. A pergunta direta é inevitável neste tipo de pesquisa, mesmo que não seja a pergunta inicial e a única pergunta considerada para saber o que o sujeito pensa sobre o objeto social investigado.

---

<sup>47</sup> O IFES *campus* Alegre já ofertou cursos de especialização em agroecologia e atualmente oferta o mestrado profissional em agroecologia; O IFES *campus* St. Teresa atualmente oferece curso técnico subsequente em agroecologia. Ambos os *campi* são tradicionais escolas agrotécnicas e referências regionais ao ensino voltado à agronomia convencionais.

- a. Pedir ao entrevistado que ela/ele dê uma definição sobre o que é agroecologia.

O grupo investigado possui leitura e escrita na área do fenômeno pesquisado, participa de eventos acadêmicos na qualidade de ouvinte e de expositor. Assim é possuidor de repertório, e vivências, suficientes para apontar a agroecologia envolvendo tanto aspectos coletivos, como definições de autores referência na área<sup>48</sup>, como pessoais, fruto de suas próprias experiências, portanto uma conceituação que é psicossocial.

A primeira RS elaborada sobre a agroecologia pelos sujeitos é da agroecologia - ciência, o que pode ser bem representada na seguinte fala:

*Eu vejo a agroecologia como uma ciência [...] adota práticas agrícolas para produzir alimentos saudáveis e de maneira sustentável para o agricultor e para o meio ambiente [...] também precisamos compreender como funciona o ambiente, da ecologia, das funções e fluxos de matéria e energia [...] aí a agroecologia trazendo a capacidade dos sistemas de produzir [...] Fazendo também com que o agricultor tenha a sua renda, sua saúde e dos demais seres vivos do ambiente [...]. (ENTREVISTADO n° 2, 2022).*

Aqui a agroecologia é representada por meio de uma rede de conceitos, princípios e autores interligados ao termo conhecimento científico. É uma percepção convergente dentro da RS da agroecologia elaborada pelo grupo investigado, partindo as falas principalmente desta abordagem. Nessa RS da agroecologia, enquanto ciência, há uma ancoragem em um arcabouço consolidado e pré-existente que é o “universo acadêmico”, suas redes e estruturas, sendo uma estratégia de validação social.

A segunda RS elaborada acerca da agroecologia é complementar a primeira RS, e esse movimento ocorre, principalmente, em virtude de uma pressão a inferência, das experiências vividas pelos sujeitos em seus respectivos cotidianos. Assim, flui uma RS ampliada que dialoga com o conceito de agroecologia de Wezel *et al.*, (2009), enquanto ciência, movimento e prática.

Avaliamos que a difusão dessa RS da agroecologia exista em virtude da influência da ABA sobre a agroecologia brasileira e conseqüentemente sobre os NEA's. Foi possível constatar que nessa RS da agroecologia, os conteúdos Prática e Movimento estão menos consolidados que o conteúdo Ciência, visto que além de estarem menos presentes nas falas, surgiram nas falas enquanto complemento da primeira RS, isso pode ser percebido nas seguintes falas: “*não só ciência, mas também movimento e prática*”; “*ela é movimento social também*”; “*a agroecologia também é prática*”; e “*além disso a agroecologia é um conjunto de práticas*”.

---

<sup>48</sup> Ao longo das EN os sujeitos pesquisados citaram uma coincidente lista de autores que consideram referência para suas atividades, a saber: Altieri, Gliessman, Caporal, Costabeber e Freire. Outros autores como Wezel e Toledo, como por exemplo, foram citados por parte dos sujeitos pesquisados.

Corre em paralelo a RS da agroecologia, que além das daquelas anteriormente citadas envolve uma dimensão ética. Ela é complementar às outras RS, e seu movimento também ocorre, sobretudo, em virtude de uma pressão a inferência e na nossa investigação essa representação concorre mais consolidada que RS da agroecologia enquanto ciência, movimento e prática. Tal percepção, que extrapola o aspecto científico e é dotada de apelo ideológico, aponta a agroecologia como um complexo conjunto de processos e ações que transpassa toda sociedade, e se assenta sobre todo o sistema agroalimentar.

As seguintes falas representam bem esta maneira de perceber a agroecologia; “*eu coloco a agroecologia como outra epistemologia para se lidar com a vida*” (ENTREVISTADO n° 5, 2022), e “*realmente, a agroecologia pode ser uma outra forma, outra forma de enxergar, outra epistemologia*” (ENTREVISTADO n° 3, 2022).

Foi possível perceber a carga de subjetividades e Inter pessoalidade nas definições, que estão carregadas de uma conexão entre os sujeitos e o fenômeno. Isto pode ser percebido nas seguintes falas dos sujeitos:

*É um estilo de vida, não é um sistema de produção, é um ideal de vida diferenciado. É você olhar o mundo com um olhar totalmente diferenciado, realmente se sentindo parte dele e na responsabilidade. Quando você conhece a agroecologia você se senti responsável por garantir que esse planeta continue tendo condições de seguir e que outras pessoas, outras gerações consigam estar nesse planeta e existir nesse planeta. A agroecologia é isso, é você basear, é você adotar **certos princípios para a vida, para sua vida**, e isso envolve tudo: profissional, pessoal... É você adotar certos princípios que vão permitir que a gente continue tendo planeta para as gerações futuras e a próximas gerações existirem. É você deixar de ser egoísta e acabar com os recursos como se só sua geração fosse existir. [...] A agroecologia não é um modelo de agricultura, é **um ideal de vida** [...] (grifos nossos, ENTREVISTADO n° 3, 2022).*

*É a produção de um modo ecológico de vida, a agroecologia é **um modo de vida**, é uma dimensão produtiva que engloba além da produção, que engloba uma subjetividade, um modo de pensar a relação produtiva com o espaço, é um modo integrada, sensível de pensar a produção, não é apenas o lado agro [...] Um pouco o que Guatari fala “uma nova lógica”, vai além de um modo produtivo, é **um modo de vida** porque envolve uma nova lógica de lidar com o eco, com a casa, com o espaço [...] (grifos nossos, ENTREVISTADO n° 1, 2022).*

*Para mim a agroecologia é você cultivar a terra, porem de uma forma diferente do convencional, é cultivar a terra mas com cuidado essa terra, no sentido de que ela, a terra, nos alimenta, nos acolhe, nos dá tudo que a gente precisa [...] E a gente precisa cuidar dela também. E como que eu vou cuidar dela? Resposta: agroecologia. **Agroecologia é cultivar tendo esse cuidado com a terra** [...] (grifos nossos, ENTREVISTADO n° 6, 2022).*



Nas falas, observamos um enfoque existencial na definição do que seja agroecologia. Esta abordagem da agroecologia que extrapola a visão tradicional de ciência nos remete à questão levantada por Chalmers (1993), “o que é ciência afinal?”. A tradição do pensamento acadêmico supõe que exista uma única categoria “ciência” e implica que as áreas do conhecimento se encaixam ou não nessa categoria.

Não sei como se poderia estabelecer ou defender uma caracterização tão geral da ciência. Os filósofos não têm recursos que os habilitem a legislar a respeito dos critérios que precisam ser satisfeitos para que uma área do conhecimento seja considerada aceitável ou “científica”. Cada área do conhecimento pode ser analisada por aquilo que é. Ou seja, podemos investigar quais são seus objetivos – que podem ser diferentes daquilo que geralmente se consideram ser seus objetivos – ou representados como tais, e podemos investigar os meios usados para conseguir estes objetivos e o grau de sucesso conseguido. Não se segue disso que nenhuma área do conhecimento possa ser criticada. Podemos tentar qualquer área do conhecimento criticando seus objetivos, criticando a propriedade dos métodos usados para atingir esses objetivos, confrontando-a com meios alternativos e superiores de atingir os mesmos objetivos e assim por diante. Desse ponto de vista não precisamos de uma categoria geral “ciência”, em relação à qual alguma área do conhecimento pode ser aclamada como ciência ou difamada como não sendo ciência (CHALMERS, 1993, p. 197).

A partir das falas podemos pensar a agroecologia enquanto uma epistemologia do sul, que, segundo Souza-Santos (2010), emergiram no fim do século XX, principalmente para estudos da América Latina. Para Dantas (2014), a “essência do sul está na forma de sua existência e não fora dela” (p. 53). Segundo Souza-Santos (2010), a epistemologia geradora do paradigma dominante é incapaz de entender o mundo contemporâneo em sua abrangência e complexidade, por ser demasiado produtivista não contemplar em sua totalidade as demandas e expectativas de diversos grupos sociais. Nas palavras de Santos (2006), esse conjunto de alterações de transição paradigmática demanda uma epistemologia existencial.

Serge Moscovici (1979), as “ideas se transforman en objetos del sentido comum” (p. 75), em um processo de “la materializacion de los conceptos” (p.86). Assim, da análise das entrevistas, bem como por meio de revisão bibliográfica, depreendeu-se que a agroecologia fez um movimento de saída do senso comum, das agriculturas alternativas, movimentos sociais e demandas populares, para a ciência. E após passar por um processo de reificação nos gabinetes de universidades, com destaque para autores latino americanos<sup>49</sup>, retorna para a sociedade. Tanto a opção metodológica da agroecologia quanto o seu processo de formação histórica

---

<sup>49</sup> Na América Latina autores como Vitor Toledo (México), Miguel Altieri (Chile) e Clara Nicholls (Colômbia), dentre outros, desenvolveram a agroecologia considerando os saberes dos povos tradicionais. Como por exemplo, Vitor Toledo apresentou o conceito de etnoecologia que considera os conhecimentos dos povos indígenas e rurais sobre a natureza, com destaque à coevolução dos sistemas alimentares.

fizeram da RS da agroecologia uma via de mão dupla e fluxo circular, entre o senso comum e a ciência.

A RS elaborada pelos sujeitos entrevistados sobre a agroecologia se movimenta dentro de um espectro que compreende de ciência; ciência, movimento e prática; a ciência, movimento, prática e modo de vida ou de viver; sendo esta última a compreensão mais envolvida da agroecologia, ou Visão Integrada (VI) da agroecologia.

Comprendemos que essa VI da agroecologia vai ao encontro do que Thomas Kuhn denominou "revoluciones científicas".

La ciencia normal puede determinarse en parte por medio de la inspección directa de los paradigmas, proceso que frecuentemente resulta más sencillo con la ayuda de reglas y suposiciones, pero que no depende de la formulación de éstas. En realidad, La existencia de un paradigma ni siquiera debe implicar la existencia de algún conjunto completo de reglas (KUHN, 1971, p. 82).

De tal maneira expomos nossa compreensão de VI da agroecologia interrelacionada ao conceito de paradigma científico de Thomas Kuhn (1962), como alusão a um conjunto de suposições gerais e articuladas que proporcionam um marco referencial para as ciências.

Observamos durante a etapa de campo da tese que os sujeitos pesquisados compartilham os conceitos, princípios, valores e metodologias da agroecologia. E que mesmo com formações tão distintas, a agroecologia passa ser o marco referencial nos trabalhos do grupo investigado. Criou-se uma identificação desses sujeitos com a agroecologia, passando a ser/ter uma identidade agroecológica na instituição, por meio destes e através dos NEA's.

- b. Como ele/ela vê os limites e as possibilidades da agroecologia no IFES e na sociedade como um todo?

A questão é dupla e por um lado aborda aspectos concretos, na escala do *campus*, uma vez que os sujeitos narraram a partir de suas vivências no cotidiano do trabalho e, por outro, aborda aspectos imagéticos quando trata de possibilidade, de elucubrações, captando também os sentimentos do sujeito em relação ao fenômeno.

No que se diz respeito aos limites, internos e externos, as seguintes falas representam o grupo investigado:

*O limite que está arraigado aqui dentro é a cultura da agricultura convencional, e por mais que tenham pessoas novas entrando, elas ainda têm aquela cabeça da agricultura convencional. Nossa maior limitação tem sido esse abraçar a causa. [...] Então nosso limite tem sido esse número de adeptos que abracem a causa e não fiquem só como simpatizantes. Talvez esse curso técnico em agroecologia seja esse caminho para vencer essa limitação. E a limitação lá fora é a captação de recursos, tivemos um Edital maravilhoso*

*[...] para Nea´s mas foi em um período impossível, com muito trabalho e a gente sozinho para escrever o projeto, por isso não tivemos condições para concorrer. O desafio é captar recursos, buscar fontes alternativas de apoio, nosso maior limite externo tem sido esse governo que parou de apoiar os NEA´s [...]* (ENTREVISTADO n° 3, 2022).

*A limitação interna é a carga horária, quantidade de aulas [...] para fora eu penso que temos avanços, as feirinhas, no shopping você vê lá um agricultor, quem já imaginou isso? [...] eles já têm certa visibilidade” os agricultores familiares [...] informar como é feito o produto orgânico, isso é um caminho [...] O limitador é a própria agricultura patronal e a falta de informação que vira moda e acaba se tornando caro e isso é um limitador [...] mesmo assim acho que a gente está avançando [...]*. (ENTREVISTADO n° 6, 2022).

*A sociedade deseja comida saudável, os governos, meios de comunicação, grandes empresas talvez sejam os limites... a bancada agro [...] nossos políticos, ainda são muito fechados [...] pensando que para avançar tem que desmatar, que isso (**agroecologia**) é coisa de bicho grilo [...] mas é uma tendência mundial, não só brasileira [...] acho que o grande limite é o conservadorismo político [...]* (O termo em negrito foi por nós incluído, ENTREVISTADO n° 1, 2022).

*Estamos sobrecarregados de trabalho, são muitas turmas, é uma pena [...] deixamos para o ano que vem (**alusão a 2023**). Tem alunos sondando, perguntando cadê o Nea? cadê o Nea? (O termo em negrito foi por nós incluído) [...]*. (O termo em negrito foi por nós incluído, ENTREVISTADO n° 4, 2022).

*Limitação tem a rotatividade dos estudantes, nós estamos meio que sempre retornando para o zero novamente” A cultura com a equipe participante, tem essa rotatividade de estudante, tem sempre que conscientizar [...]. O fator limitante fora da escola é o receio de adotar determinada prática sem ter certeza se vai dar resultado [...] é limitante propor muitas práticas ao mesmo tempo.* (ENTREVISTADO n° 2, 2022).

Notamos, subliminarmente, que foi apontado como limitante externo todo um conjunto de crenças, comportamentos, valores e costumes, e que transpassa toda a sociedade, enquanto que internamente foi destacado que o NEA se torna um acréscimo de trabalho para o servidor, em decorrência das próprias opções institucionais.

No que se diz respeito às possibilidades, as seguintes falas representam bem o grupo investigado:

*A possibilidade é imensa, não tem como caminhar fora disso. Em termo de campus as possibilidades são gigantes, a gente pensa em fazer um polo de agroecologia aqui [...] temos uma possibilidade magnífica de expandir a agroecologia, de trazer para sala de aula, para o campo, a gente precisa sentar e discutir... pensar um campus sustentável... que se livre um pouco das amarras do mercado... [...] Para a sociedade é gigante... a sociedade acho que ela já está entendendo... veja as ferinhas de orgânicos, aqui em [...] estão cheias de gente... os caras (**agricultores orgânicos**) vendem tudo [...]*. (O termo em negrito foi por nós incluído, ENTREVISTADO n° 1, 2022).

[...] acredito que o modelo de agricultura da agroecologia seja plenamente viável, não só viável como necessária. (ENTREVISTADO n° 4, 2022).

Como possibilidade tem o locus do agricultor – pesquisa-ação-participante, a propriedade dele será esse espaço de experimentação, aqui tem casos interessantes...”. (ENTREVISTADO n° 2, 2022).

Percebemos uma crença na viabilidade de uma mudança social envolvendo o sistema educacional nesse processo. A análise das entrevistas narrativas apontou não apenas para uma tentativa de consolidação científica, como também para a emergência de uma epistemologia renovada e existencial, dialógica com uma série de autores como Boaventura de Sousa-Santos e Milton Santos. Um grupo de autores que por meio de seus trabalhos apontaram para uma crise do Paradigma Dominante (SOUSA-SANTOS, 1988), que versa mais sobre a forma, enquanto que o Paradigma Emergente versa mais sobre o conteúdo do conhecimento científico do que sobre a sua forma.

Para Sousa-santos (1988), o Paradigma Emergente difunde-se por meio de uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência. “o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico, tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente)” (1988, p. 58).

Percebemos significativa aderência entre os discursos proferidos pelos entrevistados e afirmação de Sousa-santos da existência de um paradigma emergente na sociedade. Observamos também que os sujeitos entrevistados, em intensidade variável, se apropriaram da agroecologia enquanto símbolo dentro da instituição, fato potencialmente promotor de tensões em seus respectivos cotidianos.

#### 4.2.3 A PRESSÃO À INFERÊNCIA

Para Moscovici (1978) a pressão à inferência está relacionada ao momento após a tomada de consciência dos sujeitos acerca do fenômeno e/ou objeto. Ocorre quando o sujeito pensa sobre a necessidade em se posicionar sobre o fenômeno e/ou objeto pesquisado. Nessa pesquisa compreendemos a pressão à inferência como uma defesa ou posicionamento da própria representação social frente a uma situação de estresse indagação, na qual o indivíduo se coloca por vezes enfaticamente ou de maneira contundente para marcar uma posição, fazendo ou não uso de elementos políticos de persuasão, convencimento e influência.

Segundo Souza-santos (1988), “a condição epistemológica da ciência repercute-se na condição existencial dos cientistas” (p.71), neste sentido de manter o foco nas ações do sujeito e saber da vinculação da agroecologia com o cotidiano do entrevistado, perguntamos:

- a. Há resistências/tensões decorrentes das ações atreladas a agroecologia dentro do campus e fora do campus?

As respostas se dividiram entre sim e não. As duas (2) falas seguintes representam bem a parte dos sujeitos que não perceberam resistências e/ou tensões frente ao desenvolvimento de ações atreladas a agroecologia em seus *campi*.

*Não, no campus eu percebo que são todos muito abertos para trabalhar questões alternativas, isso é tranquilo [...] na região, talvez sim, ... trabalhar a agroecologia perpassa também por compreender o que é possível, e o que não é [...]. (ENTREVISTADO n° 4, 2022).*

*Não, no campus não, a gente sempre contou com todo apoio [...] fora não tivemos resistência, mas dificuldades operacionais [...] as distâncias para deslocamento, por exemplo [...]. (ENTREVISTADO n° 2, 2022).*

É possível observar nas repostas que o IFES se apresenta enquanto espaço institucional propício para (re)produção dos saberes agroecológicos. Com destaque para os *campi* inaugurados no século XXI, nos quais os novos servidores se mostram mais “simpáticos” a questão ambiental.

As falas, a seguir, representam bem a parte dos sujeitos que perceberam resistências e/ou tensões frente ao desenvolvimento de ações atreladas a agroecologia em seus *campi*.

*Sim! Foram embates, nós representamos o NEA na câmara de vereadores, com relação ao uso de agrotóxicos na cidade, né? [...] na atual gestão federal ocorreu um afrouxamento nas regras para uso e cadastro de venenos no Brasil [...] a tensão basicamente é essa, quando a gente vai falar de agroecologia geralmente o argumento que se usa é que agroecologia não consegue alimentar o mundo, né? [...] Para sociedade é um projeto anti-hegemônico, né? A agroecologia na verdade não é uma perfumaria de hippie, ou dá classe média que comer produtos sem agrotóxico, para seu bem estar. Eu vejo a agroecologia como **estratégia de sobrevivência** mesmo. Há um encarecimento muito grande do agronegócio, que eu chamo, do uso do pacote da RV por agricultores familiares, isso tem levado a quebra de propriedades. Eu vejo a agroecologia como estratégia de sobrevivência mesmo, dos povos quilombolas, dos povos originários que estão aí com mais contato com a agricultura, agricultores da reforma agrária [...]. (negritos nossos, ENTREVISTADO n° 5, 2022).*

*Tem pontos de tensão? Tem sim! Nem todo mundo comunga dos princípios da agroecologia. Mas não vejo um embate no campus, vejo que são grupos específicos trabalhando com o que acredita [...] o grupo da agroecologia aqui eu vejo ganhando força, inclusive com alunos da agropecuária e agronomia, que estão aqui conosco [...]. (ENTREVISTADO n° 6, 2022).*

*Há uma tensão, porque é um espaço de teste, mas ao mesmo tempo se falhar o aluno não vai achar que é possível fazer dessa forma [...]. (ENTREVISTADO n° 4, 2022).*

*A questão velada do uso de agrotóxico dentro do campus, a gente tirava foto, eu tirava foto, falava para os alunos, e mandava para direção e o pessoal do setor ficava p...! eu abordava o servidor, as vezes até criava atrito com o servidor, porque eu dizia que ele não podia estar pulverizando ali e ele dizia que tinha ordem para pulverizar, então havia alguns atritos assim,... é... a gente sempre tinha promessas de mudanças, mas foram muito pequenas essas mudanças, e continua hoje, tem uma nova gestão e também prometeu um olhar diferenciado para essa parte de uma produção mais alternativa, mas isso não aconteceu. Temos o maior banco de sementes crioulas do estado do Espírito Santo, bater veneno na nossa cara é uma afronta [...]. (ENTREVISTADO n° 3, 2022).*

*Eu percebo também que as pesquisas voltadas para esse campo... eu não vou falar que é uma inibição, pelo contrário ela é aceita... mas eu percebo que há um limite estrutural, pela própria formação do cara... que tanto que ele viu de agroecologia na sua formação, **o cara tá aqui a 15, 20 anos trabalhando dentro de um modelo de ensino**, e mudar, ele também encontra dificuldade [...] há resistência nesse aspecto [...]. (Grifo nosso. ENTREVISTADO n° 1, 2022).*

Mais abundantes, as falas dos sujeitos que enxergam tensões e/ou resistências para (re)produção dos saberes agroecológicos nos *campi* apontam aspectos relacionados aos resultados dos trabalhos atrelados a agroecologia no seu dia-a-dia. Neste sentido a agroecologia e seus sujeitos precisam provar-se, as falas demonstram que a tensão reside “na necessidade de provar que funciona” e na questão dos agrotóxicos e sua cadeia de impactos socioambientais.

Também é possível observar as tensões por meio falas dos entrevistados a partir dos estereótipos e desinformações que envolvem a agroecologia. Este aspecto está bem representado e sintetizado no quadro 21, a seguir:

<b>Quadro 21</b> – Síntese das tensões/resistências e desinformações entorno da agroecologia e dos NEA
<p>“Falta tempo, estou com a carga horária no máximo!”            “Falta gente para abraçar o NEA!”            “Falta recurso para o NEA!”            “Falta apoio, as pessoas se dizem simpáticas, mas mudar é difícil!”            “A agroecologia confronta o agronegócio!”            “Falta apoio do governo para a agroecologia!”</p>
<p>“As pessoas falam que os produtos orgânicos são muito caros!”            “As pessoas falam que agroecologia não alimenta o mundo!”            “As pessoas falam que agroecologia é coisa de hippie!”            “As pessoas falam que agroecologia é perfumaria!”</p>

Fonte: Falas de coordenadores de NEA’s da rede IFES. Org.: Carvalho, F. C.

Pôde-se captar, por meio das entrevistas, que a tensão presente na agroecologia ocorre de diversas formas e intensidades, e assim destacamos:

- Contestação científica; de origem recente, a agroecologia passa por um processo de afirmação perante as outras ciências. Ciências<sup>50</sup> como a Geografia e Sociologia com origens respectivamente nos séculos XIX e XX, passaram por processos de afirmação científica, em certa medida, similares.

- Contestação institucional; no IFES os NEA's buscam "*cavar seus espaços de existência*" (Entrevistado n° 5), operando com pouco recursos humanos e financeiros.

Na rede de ensino IFES os professores incluem sua participação no NEA em seus planos de trabalho. Sabidamente, o IFES possui em sua estrutura organizacional com diversos núcleos de estudos, enquanto órgãos de natureza consultiva e executiva, de composição multidisciplinar, instituído em cada *campus* por meio de portaria da direção geral. Assim, os NEA's constam formalmente nos Planos Individuais de Trabalho (PIT) do servidor, desde que seja professor, de tal maneira que outra tensão captada na pesquisa foi que quando temos um técnico administrativo, do setor pedagógico, envolvido com o NEA, há dificuldade para incluir as ações atreladas o núcleo em sua rotina de trabalho.

b. Como a agroecologia está relacionada ao seu cotidiano profissional e pessoal?

Para Moscovici (1979), o peso dessas pressões sobre a inferência na troca intelectual se deve ao fato de que, na vida cotidiana, somos receptores "interessados" e nos concebemos como emissores que têm um fluxo contínuo de troca de informações e valores com nossos familiares, amigos, colegas e correligionários. Nossa questão busca compreender melhor a aderência, a incorporação do fenômeno representado em meio as ações no cotidiano.

Cientes de que as práticas cotidianas servem para responder a questões habituais, as cinco (5) falas a seguir representam o pensamento do grupo de sujeitos pesquisados quando questionados:

*Meu arroz orgânico da agricultura familiar está aqui, ó! Eu incluí isso na minha vida e a gente tenta passar para os estudantes e os colegas. Algumas pessoas já despertaram para isso, mas é uma mudança lenta, estamos fazendo trabalho de formiguinha [...]. (ENTREVISTADO n° 3, 2022).*

*As associações que mantemos contato sempre têm interesse em desenvolver atividades. Para isso precisamos gente no NEA, carga horária, recursos para manter bolsistas, fazer deslocamentos [...]. (ENTREVISTADO n° 2, 2022).*

---

<sup>50</sup> A citação de Raffestin "quanto mais jovens as ciências do homem, mais tentadas elas são a estabelecer sua genealogia" (p. 11, 1993), a nosso ver, ilustra bem essa questão de um processo de afirmação/institucionalização das novas ciências, inclusive perante aos seus pares. Outra ilustração para nosso ponto é o clássico livro *Por uma geografia nova* (1978), de Milton Santos, que especificava a crise da Geografia tradicional.

*O NEA foi uma forma de institucionalizar as ações que já viam ocorrendo no campus sem ser penalizado pela burocracia [...] ah, como vamos disputar esse Edital? Abri um NEA, porque com o NEA você consegue fazer aquilo que você já estava fazendo!* (Entrevistado n° 5, 2022).

*Vivemos no dia-a-dia um embate entre o grupo do agro é tech e o grupo que acredita que outras formas de produzir é possível [...] são vivências diferentes [...].* (ENTREVISTADO n° 6, 2022).

*A gente defende uma bandeira, levanta, mostra possibilidades [...].* (ENTREVISTADO n° 4, 2022).

As falas revelam que existe uma tendência de incorporação da agroecologia pelos sujeitos do grupo pesquisado em muitos setores da vida privada e da vida social. Que a agroecologia foi reconhecida como útil e se materializa em ações. Este reconhecimento da capacidade instrumental da agroecologia transformou a relação do sujeito com o fenômeno pesquisado, deslocando-se, em alguns casos, para uma abordagem ética.

Tratando dos caminhos de formação pessoal e profissional do educador ambiental, e a partir de uma abordagem hermenêutica, Carvalho (2006) coloca que:

[...] no horizonte da modernidade, tornou-se impossível assegurar uma ideia única de bem viver, portanto o ideal ético busca legitimar-se no âmbito discursivo, sobre bens particulares. Assim, a EA poderia ser pensada como portadora de um ideal ético – que entende o ambiente como um bem – expresso numa visão de bem viver ecologicamente orientado (p. 32).

As EN apontaram que os sujeitos investigados possuem essa noção de vida cuja a dimensão/ética ambiental é uma identidade psicossocial fulcral. Contudo, há que se ponderar que para avançar no caminho da legitimação social de determinada representação, os processos e ações desenvolvidos devem apresentar materialidades aceitáveis.

*c. Você já encontrou alguma dificuldade no desenvolvimento de ações relacionadas à agroecologia, caso tenha encontrado, quais foram as estratégias para superá-las?*

A questão está focada nas estratégias para seguir desenvolvendo ações relacionadas à agroecologia e como os sujeitos atuam em seu cotidiano frente as dificuldades encontradas. As falas a seguir representam o pensamento do grupo de sujeitos pesquisados quando questionados sobre esse aspecto:

*A gente vinha numa sequência muito boa, com muito bolsistas e projetos, e tínhamos um apoio do governo muito bom, estavam apoiando muitos os Nea's em muitas instituições. E a gente aqui só em um crescimento de ações e de repente tivemos uma quebra. Aí tirou todo apoio dos Nea's, e a gente teve que aprender a viver sem recursos, só com voluntários e diminuindo as ações ao mínimo, dentro do que a gente era capaz de fazer e é o que a gente vem*



*fazendo até hoje. [...] Vamos mudar de NEA núcleo de estudos em agroecologia e agricultura orgânica para NEAA núcleo de estudo em EA e agroecologia, vamos tentar atrair pela EA e trazer mais gente para o nosso lado. EA, agroecologia, Sustentabilidade são temáticas que se interseccionam... Agregar conceitos, como estudos ambientais é uma estratégia para fortalecer o NEA [...]. (Grifos nossos, ENTREVISTADO n° 3, 2022).*

*A estratégia de agroecologia que eu acho mais eficaz é ir dentro daquilo que é possível [...] as vezes só de reduzir o uso de agrotóxico já seja um ganho imenso [...]. (Grifos nossos, ENTREVISTADO n° 4, 2022).*

*Não que a agroecologia não faça negócios, um dos principais desafios do NEA é na profissionalização mesmo, na comercialização dos produtos, aqui na região norte do ES, entendeu? Ajudar a conquistar espaço no mercado, a gente tem esse papel [...] O NEA capitaneia mais projetos de extensão, mas enquanto NEA nossa maior dificuldade é fazer que a agroecologia chegue aos jovens [...] fizemos um projeto com recursos do Banco do Nordeste, via Edital, e em parcerias com o campus Colatina. Procuramos eles porque não temos cursos ligados a informática, então deu muito certo e finalmente conseguimos trabalhar em rede... Interinstitucional [...] O software já está pronto [...] tem a loja física com os produtos, planos de manejo [...] isso é muito importante para nós e para os agricultores, também explicando sobre OCS [...]. (Grifos nossos, ENTREVISTADO n° 5, 2022).*

No capítulo 3 deste trabalho, ao observarmos os materiais produzidos pelos NEA's da rede, constatamos as territorialidades e a institucionalização da agroecologia no IFES a partir de duplo sentido no espaço e no tempo:

*a.* estratégias de estruturação e convergência (internas), como hortas orgânicas, reuniões semanais e cursos de formação para o público interno, por exemplo;

*b.* estratégias de estruturação e dispersão (externas), como as feiras de produtos orgânicos, compras institucionais e cursos de formação para o público externo, por exemplo.

As entrevistas revelaram uma camada inferior que desponta maior tensão nas territorialidades concernentes às estratégias representadas por *a*. Esse grupo de estratégias está mais presente no cotidiano, por isso demanda respostas contínuas, são as práticas comuns perante os pares.

#### 4.2.4 AS PRÁXIS AGROECOLÓGICAS DOS NEA'S DO IFES

O substantivo *práxis* não é senão um dos termos gregos para dizer a ação: em virtude, além de denso trabalho de conceptualização empreendido sobretudo na Ética. No pensamento aristotélico seu uso esteve intimamente associado às finalidades mesmas da existência humana. (VALLE, 2014). Tratando do conceito de práxis a partir do viés marxista/materialista histórico,

Gramsci apontou para uma filosofia da *práxis* dialógica com o desenvolvimento dialético das contradições entre o ser humano e a matéria (natureza e força de produção).

Na economia, o centro unitário é o valor, ou seja, a relação entre o trabalhador e as forças industriais de produção (...). Na filosofia é a *práxis*, isto é, a relação entre a vontade humana (superestrutura) e a estrutura econômica. Na política é a relação entre o Estado e a sociedade civil, isto é, intervenção do Estado (vontade centralizada) para educar o educador, o ambiente social em geral. (1999, p. 237).

As *práxis* são por nós compreendidas enquanto a parte do conhecimento (re)produzido que está voltado para as ações práticas e relações sociais no cotidiano, compõem as formas do pensar, do fazer e do falar. Para Certeau (1998), o cotidiano é uma criação particular, e se trata da maneira como os indivíduos incorporam aspectos do seu contexto socioespacial, e os transforma em seu *modus operandi*.

Portanto apontamos para um uso da *práxis* que coaduna com o entendimento “médio” dos sujeitos envolvidos na pesquisa, que demonstraram compreendê-lo como algo que se dá e/ou resulta da teoria e a prática. Assim, foi fundamental dar essa ênfase no pensar/fazer questionando as *práxis* articuladas com/pelos sujeitos da pesquisa, por isso perguntamos:

a. *Quais as principais práxis articuladas pelo NEA do seu campus?*

Embora exista grande diversidade de *práxis* envolvidas e dialógicas com o perfil dos coordenadores e de cada *campus*, foi possível captar diversos elementos em comum. Também, ao investigar as *práxis* foi possível captar, secundariamente, as percepções que os coordenadores possuem acerca dos NEA's, dos estudantes que ali circulam e seus parceiros. As falas a seguir representam bem as diferentes *práxis* desenvolvidas na rede IFES, atreladas as ações dos NEA's:

*É importante inserir os participantes em todo o processo desde o planejamento, porque aí eles se sentem parte do processo, acho que a práxis está bem nisso. Acho que essa visão, eles serão a comunidade de agentes dessa mudança e não o NEA. O NEA vai ser o articulador, o promotor dessa transformação, mas essa comunidade escolar será o agente multiplicador [...] Hoje eu tenho trabalhado com os agricultores (com a participação de estudantes) no sentido de fazer um diagnóstico das suas propriedades e ajudar a avaliar o índice de sustentabilidade e propor alternativas". (Grifos nossos, termo em negrito entre parênteses foi por nós incluído, ENTREVISTADO n° 2, 2022).*

*Hoje o NEA aqui ele faz... a primeira coisa aqui que a gente sentiu foi que os alunos não viam alternativas... a primeira coisa que os alunos perguntam é "se eu não posso isso, o q eu faço então? [...] se eu não posso usar agrotóxicos o que eu faço? [...] se eu não posso usar adubo químico, o que eu faço?" E a gente dá essa resposta. Então, a primeira coisa que a gente focou foi a*

*produção de insumos alternativos, tanto para fertilização do solo quanto para substituição de agrotóxicos. Fazer caldas ... essas coisas assim... e agente continua, a gente trabalha com a produção de composto, vermicompostagem, biofertilizantes, adubação verde, sementes de adubação verde, trabalhamos com EM, trabalhamos com caldas, extratos de plantas, né? Então nós trabalhamos com essas coisas assim para eles terem conhecimento de que existem outras alternativas que ajudam em uma substituição, porque para fazer o processo de transição agroecológica, você precisa **passar por um processo de substituição**.... foi no que a gente focou principalmente [...]* (Grifos nossos, ENTREVISTADO n° 5, 2022).

***Repetir o currículo datado; a semana do meio ambiente, o dia da árvore... alguns vão dizer que isso é um absurdo “nossa isso não EA, não é processual, é perfumaria...” mas eu vejo que isso é pragmático. – palestras, oficinas, cineclube, visitas [...]** precisamos agora avançar nos estudos, em pesquisas.....tem muita coisa e nós precisamos dar visibilidade para isso [...]* Tem esse trabalho interno e tem também muito trabalho com a comunidade externa oferecendo palestras, minicursos, cursos de formação [...]. (Grifos nossos, ENTREVISTADO n° 3, 2022).

*Temos uma área de reflorestamento e nessa área queremos fazer um SAF... tentar inserir uma coisa diferente [...] agora vamos dar manutenção na área e talvez inserir uma crotalaria, um feijão guandu [...] **a gente vai conversando, vivenciando os conteúdos, tentamos inserir isso dessa teoria e materializando um pouco através dessas práticas** [...]* (Grifos nossos, ENTREVISTADO n° 1, 2022).

*A ideia das UD's é ter dois modelos diferentes, testar, os dois modelos, olericultura (hortas orgânicas “aqui é olericultura”) e SAF. **A ideia é o estudante passar por esse espaço e falar caramba dá para fazer assim**[...] que seja uma sementinha plantada a gente já cumpre nosso papel [...]*. (Grifos nossos, ENTREVISTADO n° 4, 2022).

*É tudo muito novo, tem gente que é da comunidade interna que nem sabe que o NEA existe [...] temos que **apresentar para a comunidade sempre**, sabe? Tem tanta coisa dentro do campus, que as vezes a própria comunidade interna desconhece [...] tentamos cuidar do ambiente; da ecologia externa, do social, e da ecologia interna, do psicológico [...]*. (Grifos nossos, ENTREVISTADO n° 6, 2022).

A investigação das *práxis* revela dois tipos de aspectos, aqueles que são gerais (comuns) – desenvolvidos nos *campi*, e aqueles particulares – desenvolvidos no *campus*.

Dentre as principais *práxis* agroecológicas gerais desenvolvidas na rede IFES, está: o planejamento participativo, a indissociabilidade entre o E-P-E, vivenciar práticas sustentáveis e uma ideia de transição contínua – como repetir calendários, repetir atividades. Fazendo uma alusão à metodologia agroecológica denominada “campesino a campesino”, onde um produtor(a) rural se desloca de seu agroecossistema para outro, percebemos como a prática pedagógica nos NEA's da rede IFES a metodologia educador(a)-campesino(a). A metodologia educador(a)-campesino(a) ocorre por meio de deslocamentos espaciais que podem ocorrer tanto

da/o(s) produtora/o(s) até a escola, quanto em sentido contrário, e este processo favorece o ensino-aprendizagem dos estudantes envolvidos.

Dentre as principais *práxis* agroecológicas particulares do *campus* estão estratégias pensadas pelo grupo gestor do NEA dialógicas com o conteúdo, principalmente da sua rede local, seus tipos de parceiros e parcerias articuladas.

Ainda na busca das *práxis*, lançamos mão de mais uma pergunta, mirando a abordagem mais profunda da *práxis* que envolve a transformação-reconstrução

*b. Quais as principais mudanças sociais na comunidade escolar podem ser atreladas a existência do NEA?*

A questão não versa acerca de uma suposta ideia flogística<sup>51</sup>, onde o NEA seria uma substância cuja presença isolada provocaria alteração em algo ou alguém. Por óbvio o NEA está envolto em diversas camadas da vida, e assim as possíveis alterações detectadas estão relacionadas a uma rede de fenômenos, processos e fluxos.

Mesmo assim, nos pareceu válido questionar qual a percepção dos coordenadores de NEA's acerca de que tipo de mudança social no *campus* pode ser atrelada a existência do núcleo. As respostas procederam entre aqueles que percebem algum tipo de alteração na rotina da escola, atrelada ao NEA, e aqueles que não percebem alterações que podem ser atribuídas a existência do núcleo no *campus*.

No grupo que percebe que houve mudança social atribuída à existência do NEA, a seguinte fala representa os entrevistados:

*O uso de agrotóxicos era feito aqui dentro na cara dos alunos... os alunos circulando aqui dentro e eles pulverizando agrotóxicos aqui dentro, envolta, na estrada, né? Sem nenhuma sinalização, sem nada, como se fosse a coisa mais natural do mundo. Isso nós conseguimos vencer, a escola não faz mais isso, quer dizer ela faz mas em momento reservados, fora, longe de aluno, até para não transparecer para o aluno que isso é uma coisa banal, então são algumas coisas [...]. (Grifos nossos, ENTREVISTADO n° 3, 2022).*

Observando o aspecto das mudanças de comportamento a partir de uma abordagem neoinstitucional, vem à tona nas falas aspectos apontados por March e Olsen (2008), quando dão eloquência aos valores dentro de uma perspectiva cultural.

*As mudanças que percebo, não sei se é minha bolha, não sei se o NEA é uma bolha.... mas quando a gente se envolve em alguma coisa, mexe com alguma coisa; um grupo sai daqui e vai lá plantar, um grupo sai daqui e descarregou um caminhão de mudas...esse movimento já causa mudança, pessoas olham e*

<sup>51</sup> Teoria que acreditava na existência de um elemento básico componentes dos demais elementos, em suas experimentações dialogava com os princípios da combustão.

*perguntam; o que é? E isso já provoca mudança. Os alunos falam para os outros para os professores, professores que não foram querem conhecer [...] esse movimento é extremamente importante porque, pode parecer que não, mas ele causa pequenas “marteladas” pequenas inserções na subjetividade alheia [...] **ai você vê pessoas já com outros olhares [...]** Isso provoca, não é na velocidade que a gente quer, **tem os bolsistas que trabalham com a gente e para onde vão levam muita coisa**. Esses encontros e desencontros são muito importantes para o processo [...] lentamente, mas provoca mudança [...] essa pesquisa mesmo, isso tudo forma uma onda [...]. (Grifos nossos, ENTREVISTADO n° 1, 2022).*

As *práxis* transformadoras brotaram naqueles *campi* em que os processos dos NEA's foram contínuos desde sua inauguração e que a política pública foi delineada por sujeitos que têm uma RS sobre a agroecologia dentro daquilo que denominamos VI da agroecologia. Para tanto, percebemos que urge o fortalecimento institucional da agroecologia por meio de investimentos em recursos humanos bem como melhoria nas condições de trabalho daqueles que já trabalham diretamente com a ciência.

Dentro do grupo que percebe que não houve mudança social atribuída à existência do NEA, a seguinte fala representa os entrevistados:

*Eu não consigo ver, sinceramente não consigo perceber alteração na comunidade escolar em função da existência do NEA, sinceramente não consigo ver grandes impactos [...]. (ENTREVISTADO n° 5, 2022).*

Com potencial apresentado para subsidiar mudança social no cotidiano dos *campi* da rede Ifes, o movimento articulado pelos NEA's mexe em uma estrutura institucional estabelecida no tempo, causando por vezes tensões. Moscovici (1979) discute o papel das minorias ativas nos processos de mudança social e a ação autônoma dos grupos. Tal discussão dialoga diretamente com a abordagem neoinstitucional, ou institucionalismo da escolha racional, que estuda as características gerais e/ou específicas das estruturas institucionais.

Para Souza-Santos (1988), é necessário descrever, ainda que sucintamente, os principais traços do novo paradigma científico. Cientes de que o que o separa do saber aristotélico e medieval ainda dominante não é apenas nem tanto uma melhor observação dos fatos como sobretudo uma nova visão do mundo e da vida, por que os protagonistas do novo paradigma conduzem uma luta apaixonada contra algumas formas de “dogmatismo”.

Avaliamos que há na rede IFES, em sua estrutura organizacional, uma setorização institucional pré-existente aos NEA's, e que a agroecologia foi absorvida pela instituição dentro deste molde. E, embora a agroecologia tenha caráter científico interdisciplinar, nas unidades da rede ela está setorizada, e em alguns casos sob a responsabilidade de um único servidor.

#### 4.2.5 CONTEÚDOS E ESTRUTURA DAS RS SOBRE A AGROECOLOGIA E OS NEA'S

Supostamente, o sujeito organiza sua vida dentro de uma lógica que orienta a sua conduta de ações e, sabidamente, tal lógica dialoga com um contexto socioespacial. Todavia, em cada sujeito reside um conjunto histórico de subjetividades, e por isso a função das RS é contribuir para percebermos e compreendermos as ações, as justificativas e identidades de um determinado grupo, além de saber o senso comum sobre determinado fenômeno.

Para avançar na investigação das RS é fundamental analisar seu conteúdo e estrutura, essas são as partes que orientam as funções das RS dos sujeitos. Na tabela 4, a seguir, intentou-se apresentar de maneira condensada a estrutura das RS da agroecologia livremente evocadas pelos coordenadores da rede IFES por meio de uma análise de conteúdo (BARDIN, 2016).

**Tabela 4** – Estrutura da Representação Social da agroecologia dos coordenadores de NEA's da rede IFES

Representação Social	Agroecologia	Indicadores
Estrutura	Política Pública; legislações, planos...	<i>A carta convite veio do ministério, né? Na verdade, foi assim; o diretor me chamou e falou "olha chegou essa carta convite aqui" quando eu vi, aqui já tinha um setor de agroecologia, mas precisava estruturar ele, tinha a disciplina de agroecologia. Aí eu falei agora é a hora, conseguimos estruturar tinha recursos, dinheiro para bolsa para os alunos, foi a carta convite que deu o start, foi graças a ela [...].</i>
	Institucional; instituições, NEA's...	<i>O NEA está vinculado a Diretoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão [...] Durante os Editais do MDA, né? Tinham bolsistas, mas eles se formaram e foram embora, nós tínhamos as metas estabelecidas pelos projetos, nós planejávamos a ação, nós executávamos a ação e depois fazíamos uma avaliação das ações e tinha a avaliação das pessoas que estavam participando [...].</i>
	Mercado; feiras, CSA, lojas físicas, CSA, compras institucionais, circuitos curtos...	<i>Ajudar a conquistar espaço no mercado, a gente tem esse papel [...] entender os circuitos curtos de comercialização, comprar ali dos produtores locais, da importância de comprar esses produtos, para ajudar esse tipo de agricultura [...].</i>
	Científica; associações, periódicos, congressos, critérios, códigos estabelecidos...	<i>Tive a oportunidade de criar o NEA e fui só me aprofundando mais, sempre participando de congressos, publicando [...] trabalhamos a produção de insumos de minhoca produzido pelos próprios usuários da Pestalozzi, foi um trabalho lindo que foge um pouco da questão agropecuária, é social, e isso virou um artigo científico [...].</i>

Fonte: Falas de coordenadores de NEA's da rede IFES. Org.: Carvalho, F. C.

As quatro (4) estruturas apresentadas estão organizadas em rede, a agroecologia está estruturada por meio de redes, de tal maneira que os NEA's tem essa função articuladora na visão dos sujeitos entrevistados, como pode ser percebido nas falas. Segundo Castells (2002), a organização em rede é o traço mais importante das estruturas sociais contemporâneas. Para ele “uma rede, é um conjunto de nós interconectados. Um nó é um ponto de intersecção de uma curva por ela mesma. O que define um nó, concretamente falando, é o tipo concreto de rede ao qual ele pertence” (CASTELLS, 1999, p. 470).

Os conteúdos estão, via de regra, em processo de expansão e são constantemente ancoradas em uma estrutura pré-existente. E, de fato, toda estrutura para receber os conteúdos da agroecologia são pretéritas enquanto ocorrências. O conteúdo geral é composto dos temas informações conceitos ou nós, esses conteúdos são organizados de maneira que constroem uma estrutura interna que por sua vez tece uma configuração em devir.

Essa atribuição mental que dá lógica aos novos conteúdos está, portanto, vinculado às crenças, valores, pré-existentes, assim essa organização mental das representações sociais está carregada de componentes que imprimem identidade a um grupo que estrutura os conteúdos evocados.

Na tabela 5, a seguir, intentou-se apresentar de maneira condensada os conteúdos das RS da agroecologia livremente evocadas pelos coordenadores da rede IFES durante as entrevistas narrativas (JOVELOVICH, 2002) a partir de uma análise de conteúdo (BARDIN, 2016).

<b>Tabela 5 – Conteúdos das Representações Sociais da agroecologia dos coordenadores de NEA's da rede IFES</b>		
Representação Social	Agroecologia	Indicadores
Conteúdos	<p>Científico; bases, princípios, conceitos e metodologias.</p> <p>Prático; conjunto de técnicas sustentáveis para (re)produção de alimentos orgânicos.</p>	<p><i>A agroecologia tem essa dimensão, ela é um campo da ciência, ela é um arcabouço científico [...] A agroecologia não é só uma temática, ela é um campo [...] Eu vejo a agroecologia como uma ciência, que adota práticas agrícolas para produzir alimentos saudáveis e de maneira sustentável para o agricultor e para o meio ambiente [...].</i></p> <p><i>A agroecologia trabalha práticas de produção, práticas de manejo [...] As práticas que o agricultor utiliza no seu dia-a-dia já são tradicionais para ele, e quando a gente chega com uma proposta diferente do que ele faz ele tem uma resistência pelo novo, uma nova técnica, uma nova prática ele tem receio porque não sabe o que vai acontecer [...] Eu vejo a</i></p>

	<p>Movimento; participação e/ou organização de comissões, associações, capacitações, mercados e eventos, dentre outras ações em rede em prol do desenvolvimento da agroecologia.</p> <p>Subjetivos; Formação, origem, percurso de vida.</p>	<p><i>agroecologia como uma mudança cultural, não apenas de um arranjo produtivo, é para além disso [...].</i></p> <p><i>A agroecologia é movimento social também, que foi onde eu conheci a agroecologia [...] Aí fui entrando nessa área da agroecologia e do próprio movimento discente que estavam fazendo agronomia e interessadíssimos nesse campo, aí eu entro nessa onda com eles [...] Vamos oferecer um curso técnico em agroecologia que foi demandado pelo MST, na pedagogia da alternância, será um novo desafio e uma oportunidade [...] As feiras da agricultura familiar com produtos orgânicos, aqui em C. estão lotadas, os produtores vendem tudo.</i></p> <p><i>Eu me encantei pela agroecologia, dentro da perspectiva política eu percebi que era coerente eu entender esse outro modo, esse outro modo de se produzir e lhe dar com a vida, né? [...] Eu fui conhecendo agroecologia desde suas bases e aí aquilo bateu, parece que entrou na veia e me empolgou de um jeito que eu me encantei [...] A agroecologia é uma outra forma, outra forma de enxergar outra epistemologia [...] Eu venho de uma origem rural, eu cresci no campo, sempre tive esse interesse [...].</i></p>
--	---	--

Fonte: Falas de coordenadores de NEA's da rede IFES. Org.: Carvalho, F. C.

Os conteúdos da agroecologia listados dão sustentação subjetiva a um conjunto variável de práticas psicossociais que se (re)produzem pelos territórios. De tal modo que se percebe uma tendência à estruturação em rede da agroecologia associada aos sujeitos que ao assimilarem esses conteúdos se empoderam de um novo saber e assim contribuem para a sua propagação.

Constatou-se na investigação que as RS da agroecologia dos entrevistados estão entre: ciência; ciência, prática e movimento; Visão Integrada (VI) da agroecologia, do ponto de vista da vida particular e social. A VI da agroecologia é composta pelo conjunto dos aspectos científico, prático e de movimento social. A compreensão do Entrevistado 1, a seguir, destaca essa VI da agroecologia:

*É a produção de um modo ecológico de vida, a agroecologia é um modo de vida, é uma dimensão produtiva que engloba além da produção, que engloba uma subjetividade, um modo de pensar a relação produtiva com o espaço, é um modo integrado, sensível de pensar a produção, não é apenas o lado agrônomo, é um pouco o que Guattari fala “uma nova lógica”, vai além de um modo produtivo, é um modo de vida porque envolve uma nova lógica de lidar com o eco, com a casa, com o espaço. (ENTREVISTADO n° 1, 2022)*



Na tabela 6, a seguir, intentou-se apresentar de maneira condensada os conteúdos e estrutura das RS dos NEA's livremente evocadas pelos coordenadores da rede IFES, por meio de uma análise de conteúdo (BARDIN, 2016). A tabela 6 também pode ser vista como uma extensão das tabelas 4 e 5, anteriormente apresentadas, uma espécie de aprofundamento, uma vez que tem aspectos mais específicos dos cotidianos dos sujeitos investigados nessa seção.

<b>Tabela 6– Conteúdo e Estrutura da Representação Social dos NEA da rede IFES</b>		
Representação Social	NEA	Indicadores
Conteúdos	Científico; Alimentação; Agrotóxico; Político; Social.	<i>O nosso núcleo é estudos, então, quando é possível a gente dá uma lida, busca autores, esse ano fizemos pouco, a gente promove eventos de formação [...] O NEA provoca, até na alimentação do nosso refeitório, a galera prova e fala, “esse tomate não tem agrotóxico não, né? [...] A sociedade deseja comida saudável, o NEA participa disso! [...] Foram embates, nós representamos o NEA na câmara de vereadores, com relação ao uso de agrotóxicos na cidade, né? [...] A ideia é o estudante passar por esse espaço e falar caramba dá para fazer assim” “que seja uma sementinha plantada a gente já cumpre nosso papel [...] O NEA aqui, hoje, ele é mais extensionista do que pesquisador [...].</i>
Estrutura	Coordenação; Organização/Rede; Infraestrutura; Institucionalização.	<i>O NEA fica muito nas costas de quem coordena [...] o NEA é institucional, não pode cair no CPF [...] O NEA foi uma forma de institucionalizar as ações que já viam ocorrendo no campus sem ser penalizado pela burocracia” [...] Ter uma sala é uma forma de institucionalizar, é um território [...] Então o NEA tem que cavar um espaço de existência muito grande, dentro do fluxo de trabalho, dentro da organização [...] Recebemos uma abertura muito grande na CPOrg-ES, fomos abraçados, a CPOrg abraçou o Nea. A SEAG também deu muito apoio para a gente. Fizemos parceria com a ACA e também foi excelente para levar a gente nas áreas de produção orgânica no norte do estado, então foi uma abertura muito grande. Externo, o maior obstáculo que a gente teve foi a interrupção dos recursos [...] A ideia das UD's é ter dois modelos diferentes, testar, os dois modelos, olericultura e SAF [...] anualmente temos o encontro da R-NEA. Quem faz esse encontro? Os servidores que compõem a rede, mas não temos rubrica para isso ... e se não tiver EA na identificação for só agroecologia, não é núcleo? Não faz EA no campus do mesmo jeito? Então têm umas questões de marcos legais, vai caminhar, estamos avançando para isso [...].</i>

Fonte: Falas de coordenadores de NEA's da rede IFES. Org.: Carvalho, F. C.

Após análise do corpus (BARDIN, 2016) observou-se que os entrevistados entendem os NEA's enquanto um espaço. Espaço foi a palavra mais utilizada para definir o NEA, e “é nesse espaço” foi usado como termo para substituir NEA. Podemos citar “acho que o NEA é um espaço de debate, de conversa, de (re)pensar coisas, não de impor, mas de refletir” [...] “acredito que o NEA seja um espaço para mostrar possibilidades para os estudantes” [...] “há uma tensão, porque é um espaço de teste” [...] “um espaço de pesquisa, de divulgação para os estudantes; no sentido de olha aqui ó, vocês falam que não é possível, olha os produtos aqui, olha que fartura que tem e sem agrotóxicos, produzido com insumos orgânicos” [...] “o NEA é esse espaço de reflexão”, por exemplo.

Embora os NEA's nas falas estejam representados enquanto espaço, seu conteúdo político e subjetivo muito mais nos remete ao conceito de território, sendo ao mesmo tempo funcional e simbólico, como apontado por Haesbaert (2004).

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Segundo Haesbaert (2004), o território é sempre múltiplo, diverso e complexo, admite multiplicidade de sobreposição de jurisdições e/ou de territorialidades.

Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, "desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou 'cultural-simbólica' (HAESBAERT, 2004, p. 21).

Assim, os NEA's podem ser compreendidos enquanto territórios da agroecologia nos *campi* da rede IFES, e consequentemente um espaço (re)produtor das territorialidades agroecológicas. As territorialidades desenvolvidas dialogam com os conteúdos da agroecologia e sua estrutura em rede, em maior ou menor intensidade, a partir do contexto socioespacial de cada *campus*.

### 4.3 EM BUSCA DA ALTERIDADE

Essa seção foi desenvolvida no intento de captar a percepção dos servidores sobre as ações desenvolvidas pelos NEA's na rede IFES. Para Moscovici (1979) a abordagem para a compreensão da formação da RS ocorre a partir da triangulação “sujeito-outro-objeto”, o que exige do pesquisador uma percepção atenta a essas três (3) partes constituintes, embora a

maioria dos estudos da área enfocarem exclusivamente, ou quase que exclusivamente, na análise do sujeito/grupo investigado. Assim, optou-se nesse estudo por questionar ao “outro” qual sua percepção dos trabalhos desenvolvidos pelos NEA’s, em busca da alteridade.

#### 4.3.1 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das questões abertas dos questionários estruturados permitiu ter uma noção da alteridade e dos desafios que os NEA’s têm. Na questão 1, a seguir, “Você é servidor(a) deste *campus* desde qual ano?” descobrimos que os servidores, em sua maioria, estão nos *campi* a tempo suficiente para avaliarem os núcleos, os respondentes estão com tempo de instituição entre 2 e 27 anos. Com a questão 2, a seguir, “No seu *campus* tem algum NEA? ( ) sim - não ( )”, descobrimos o tamanho do reconhecimento dos NEA’s na rede e detalhado por *campi*, havendo significativa discrepância. Com a questão 3, a seguir, “Você já fez parte de algum NEA? ( ) sim - não ( )”, conseguimos diferenciar os participantes em grupos - a.1 e a.2 - de modo que foi possível focar no grupo a.2, em busca da alteridade.

Com as questões abertas, a seguir “Qual sua opinião sobre o NEA do seu *campus*?” e “Você poderia comentar brevemente alguma(s) ação(ões) desenvolvida(s) pelo NEA do seu *campus*?”, coletamos as percepções dos demais servidores da rede acerca dos núcleos. Na tabela 7, a seguir, é possível ler os resultados dos questionários estruturados.

<b>Tabela 7 – Visão institucional geral dos NEA’s</b>				
Nº de Questionários validados	Média de tempo de serviço entre os servidores pesquisados		Servidores que conhecem o NEA do <i>campus</i> (grupo a.)	Servidores que não conhecem o NEA do <i>campus</i> (grupo b.)
61	7,5 anos		67%	33%
Detalhamento (grupo a.)	Nº de servidores que participaram do NEA; 12% (grupo a.1)		Nº de servidores que não participaram do NEA; 88% (grupo a.2)	
Percepção	Positiva	Negativa	Positiva	Negativa
Indicador Quantitativo	100%	0%	75%	25%
Indicadores Qualitativos	<i>a. busca construir um ambiente sustentável;</i> <i>b. muito ativo;</i>		<i>a. muito importante à formação do conhecimento;</i> <i>b. importante para formação dos estudantes;</i>	<i>a. no tempo que estou no campus (2 anos) não consigo relatar nada;</i> <i>b. ouvi falar pouco do NEA.</i>

	<i>c. se empenham nas ações.</i>		<i>c. organiza ações voltadas para questão ambiental. d. espaço alternativo na busca da sustentabilidade.</i>	<i>c. as atividades deveriam ser mais bem divulgadas;</i>	
--	----------------------------------	--	---	---	--

Org.: Carvalho, F. C.

O primeiro aspecto observado é que a cada 3 servidores de *campus* com NEA's, dois reconhecem sua existência e um desconhece, em média. Dentre os que sabem da existência dos NEA's, aqueles que foram parceiros são unânimes em suas avaliações positivas acerca dos núcleos, e dentre aqueles que nunca foram parceiros do NEA predomina em mais de 3/4 dos servidores uma visão positiva das ações dos núcleos.

Consideramos percepção positiva do grupo a.2 expressões que destacassem seu papel/importância como para um/a servidor/a, por exemplo: *“é importante, faz um trabalho interessante com a associação de agricultores orgânicos da nossa região”*, e/ou que apresentassem alguma conceituação, como para outro/a servidor/a, por exemplo, *“o núcleo é composto de docentes, TAE's e discentes, na medida do possível, é muito atuantes”*.

Foram consideradas percepção negativa do grupo a.2 expressões que destacassem pouca participação/ação/divulgação como para um/a servidor/a, por exemplo, *“sei que existe, mas confesso que não sei relatar nada sobre o referido núcleo”*. Perceber que a percepção negativa está em sua totalidade formada por servidores com uma percepção muito parecida com o/a última/o servidor(a) citada(o), ou seja, está pouco consciente das ações do NEA.

Aplicar questionários de maneira aleatória em um grupo nos pareceu mais adequado para captar as percepções dos servidores acerca dos NEA's. Os questionários revelaram diversos aspectos interessantes, por exemplo, para um/a servidor/a *“é indiscutível sua importância, pois acaba por ser, também, um espaço alternativo na busca da sustentabilidade”*, enquanto para outro/a, de outro *campus*, *“é um núcleo novo, não sei falar nada sobre ele, deve ser melhor divulgado”*, assim confirmamos haver considerável discrepância entre os níveis de institucionalização dos diferentes NEA's da rede IFES.

Da análise de conteúdo (BARDIN, 2016) dos questionários, por meio de contagem simples de palavras, captamos que a percepção dos servidores sobre os NEA's está mais na Ecologia e menos no Agro, uma vez que as respostas e comentários tiveram foco na sustentabilidade ambiental, com destaque para os termos “meio ambiente” e “sustentabilidade”, como pode ser observado na tabela 8, a seguir.

<b>Tabela 8 – Percepção dos servidores dos NEA's: termos mais utilizados</b>	
Quantidade de menções	Palavra
8	Meio Ambiente
7	Sustentabilidade
6	Alunos, Comunidade, Educação Ambiental
5	Espaço, Instituição, Pesquisa
4	Agricultores, Conscientização, Técnicas/Tecnologia
3	Associação, Conhecimento, Extensão, Inovação

Org.: Carvalho, F. C.

A tabela 8 foi produzida a partir das respostas da primeira questão aberta do questionário estruturado: “qual sua opinião sobre o NEA do seu *campus*?”. Percebemos que os servidores entendem que os NEA's são, de maneira geral, espaços para se debater/discutir/estudar/conscientizar/pesquisar a sustentabilidade e/ou o meio ambiente. Outro aspecto é que os servidores relacionam os NEA's a área da extensão, por meio dos termos “comunidade”, “agricultores”, “associação” e “extensão”, isso pôde ser percebido.

Na tabela 9, a seguir, – produzida a partir das respostas da segunda questão aberta do questionário estruturado: “você poderia comentar brevemente alguma(s) ação(ões) desenvolvida(s) pelo NEA do seu *campus*?” – notamos que os servidores percebem as ações dos NEA's associadas a capacitações/formações e a extensão, com destaque para o termo “eventos”.

<b>Tabela 9 – Percepção dos servidores das ações articuladas pelos NEA's</b>	
Quantidade de menções	Palavra
11	Eventos
8	Agricultores, Cursos/Minicursos, Reflorestamento/Plantio
7	Feira, Debate/Discussão,
5	Alimento, Alunos, Palestras
4	Aulas de campo, Extensão

Org.: Carvalho, F. C.

Quando analisadas em conjunto, as tabelas 8 e 9 apontam que os termos “alunos” e “agricultores” foram os mais citados nas questões abertas que investigaram os NEA's da rede

IFES. Assim, deduzimos que os estudantes e os agricultores possuem papel central na percepção dos servidores do que seja um NEA, e também de suas participações nas ações desenvolvidas pelos núcleos.

Na tabela 10, a seguir, mostramos as discrepâncias internas no que diz respeito ao conhecimento dos servidores da existência, ou não, de um NEA no *campus* em que ele trabalha.

<b>Tabela 10 – Conhecimento dos servidores da existência do NEA no <i>campus</i></b>		
<i>Campus</i>	Percentual de servidores que conhecem o NEA	
Ibatiba	58%	
Itapina	85%	
Nova Venécia	55%	
Santa Maria de Jetibá	17%	
Santa Teresa	100 %	

Org.: Carvalho, F. C.

A tabela 10 aponta significativa discrepância entre os percentuais de servidores que sabem da existência de um NEA nos seus próprios *campus*. A dependência dos NEA's de um servidor pode ser observada nos *campi* com menor e maior reconhecimento da existência. No caso do campus SMJ o afastamento para capacitação da(o) servidor(a) coordenador, causou uma temporária redução no reconhecimento na comunidade. No caso de St. Teresa, além de infraestrutura com diversas UD's, sala de reuniões e disciplina, a coordenação do setor está representada por uma VI da agroecologia. A tabela 10 mostra claramente o impacto da interrupção, por qualquer motivo, no processo de institucionalização de um elemento.

#### 4.3.2 UMA ANÁLISE INTEGRADA A PARTIR DE UM ENFOQUE NEOINSTITUCIONAL

A análise a seguir foi construída principalmente a partir dos dados coletados e discutidos neste capítulo. Para finalizar a seção realizamos uma análise integrada a partir de um enfoque neoinstitucional uma vez que os NEA's da rede IFES surgiram por meio de uma política pública, e ademais compartilhamos com March e Olsen a ideia de que o neoinstitucionalismo “é simplesmente o argumento de que a organização da vida política faz alguma diferença” (2008, p. 137).

Há muito que as instituições do Estado são alvo do interesse investigativo de diversas ciências, a partir de diversas abordagens para suas análises. Instituição de natureza autárquica, o IFES goza da autonomia necessária para uma abordagem neoinstitucional. Para March e

Olsen (2008) essa reivindicação de autonomia é necessária para estabelecer que as instituições políticas são mais do que simples espelhos de forças sociais.

Segundo March e Olsen (2008), a abordagem neoinstitucional pode ser apresentada e discutida enquanto perspectiva epistemológica, com um conjunto de ideias relativamente técnicas de primordial interesse para os estudiosos profissionais da vida política.

Essas ideias minimizam a dependência do Estado politicamente organizado com relação à sociedade em favor de uma interdependência entre instituições sociais e políticas relativamente autônomas; elas minimizam a simples primazia de micro processos e histórias eficientes em favor de processos relativamente complexos e da ineficiência histórica; elas minimizam as metáforas da escolha e os resultados alocativos em favor de outras lógicas de ação e da centralidade do significado e da ação simbólica. (MARCH; OLSEN, 2008, p. 126)

Essa centralidade do significado e da ação simbólica na abordagem neoinstitucional, a nosso ver, harmoniza tanto com a TRS de Moscovici (1979) quanto com a perspectiva territorial, portanto contribui e complementa nossa análise dos NEA's da rede IFES.

Para Martins (2016), na abordagem neoinstitucional, os indivíduos/atores fazem cálculos para ver se vale a pena – para eles – continuar com as regras atuais ou se irão ganhar mais com a mudança.

Os neoinstitucionalistas [...] procuram compreender de que modo as instituições determinam resultados sociais e políticos por meio de sua influência sobre o comportamento dos atores, por meio de uma perspectiva calculadora e cultural (MARTINS, 2016, p, 10).

Para March e Olsen (2008) os resultados de uma política pública podem ser compreendidos a partir de uma função de três fatores primordiais: a distribuição de preferências (interesses) entre atores políticos, a distribuição de recursos (poderes) e os constrangimentos impostos pelas regras do jogo (constituições). Neste sentido pôde-se perceber que durante a janela de oportunidade (2002 a 2016) política para a agroecologia, o fluxo de capitais voltados às ações do eixo conhecimento encontrou sujeitos engajados, termo construído por Ribeiro (2013), interessados em alocar recursos em favor de territorialidades agroecológicas nos *campi* da rede IFES.

Segundo March e Olsen (2008) o neoinstitucionalismo se atenta ao modo como as instituições determinam resultados sociais e/ou políticos por meio de sua influência sobre o comportamento do sujeito. Neste tocante percebemos que as RS dos entrevistados sobre a agroecologia estão em movimento de ciência para paradigma, e esse deslocamento ocorre principalmente em razão de suas RS sobre a agroecologia, dos respectivos contextos e da pressão à inferência.

Na rede IFES, notadamente nos *campi* que captaram mais recursos e mantiveram um fluxo contínuo de atividades, a RS da agroecologia está mais estabilizada entre os servidores. A simbologia dos NEA's da rede IFES gira entorno da questão ambiental, a partir dos termos “sustentabilidade” e “meio ambiente”, complementa a compreensão que as atividades articuladas permitem aos estudantes desenvolverem habilidades relacionadas com esses termos por meio de práticas, e “na medida do possível” é extensionista com agricultores familiares orgânicos do território.

Neste sentido, observou-se que os servidores do IFES podem encontrar nos NEA's esse espaço articulador e (re)produtor de ações pensadas integradas a questão ambiental. A pesquisa revelou também que essas ações são potencialmente criadoras de contextos geradores de mudança cultural na instituição.

Nas manifestações desse grupo pôde-se perceber que os sujeitos avaliam a relação entre o modelo de ensino da instituição e a complexa condição da sociedade-natureza no presente, fazem cálculos para agir levando em consideração seus conhecimentos, valores e redes humanas tecidas. Na fala de um servidor/a: *“a gente tem uma cultura institucional que é para a agricultura convencional, que é difícil de contornar [...] deveria ter um compromisso maior com a sustentabilidade dos territórios [...]”*, nota-se esse aspecto com a compreensão da existência de um limite interno para as ações do NEA devido às relações que a instituição construiu em sua história, com diversos setores da sociedade, embora haja também a percepção de que há a premissa que a agroecologia seja um caminho sustentável para (des)envolver os territórios.

Observamos nos *campi* investigados a agroecologia em um processo de setorização na rede IFES, em nível funcional, sendo um segmento componente com representatividade variável por unidade. Visto que a opção política institucional segue orientada para um modelo cuja a agroecologia desponta como alternativa.

#### **4.4 A DIMENSÃO POLÍTICA NOS NEA'S DA REDE DE ENSINO IFES**

Desde sua compreensão enquanto ciência, movimento e prática, a agroecologia está assumidamente politizada, se posicionando junto aos agricultores familiares e aos povos tradicionais<sup>52</sup> para produzir alimentos saudáveis em parceria com a natureza, a partir de um enfoque sustentável. Portanto, se coloca antagônica e alternativa ao sistema agroalimentar convencional.

---

<sup>52</sup> Povos indígenas, comunidades de pescadores, ribeirinhos e quilombolas.



Sabidamente o atual sistema agroalimentar está dominado por grupos de agentes multinacionais envolvidos não só com o setor alimentar como também o financeiro, energético e farmacêutico, dentre outros, que controlam os territórios por meio de modernas tecnologias. Porém este sistema tem produzido diversos impactos socioambientais, já apresentados neste trabalho, de tal maneira que segundo a FAO<sup>53</sup> (2022) a agroecologia se coloca como alternativa viável para a produção sustentável de alimentos saudáveis.

Ciência comprometida com a mudança social, a agroecologia intenta resgatar e (re)produzir saberes locais para produção de alimentos e o bem estar socioambiental, elevando os aportes em soberania alimentar e nutricional dos territórios, o que lhe conferi caráter notadamente político. E, além de um conteúdo social, a agroecologia carrega também um conteúdo ambiental de tal maneira que enquanto política pública dialoga com diversos setores da sociedade, o que lhe confere caráter agregador junto a esses setores.

Em seu caminho enquanto movimento social a agroecologia brasileira esteve ligada a partidos do espectro progressista. Assim, a agroecologia tornou-se política pública no século XXI, todavia sua exclusão da agenda do governo federal (2019-2022) indica que agroecologia no Brasil foi compreendida enquanto política de governo, não de estado.

A fala sobre a agroecologia, a seguir, de um(a) servidor(a) destaca o aspecto da compreensão da agroecologia enquanto política de governo no Brasil;

*[...] ela virou política pública e teve um esvaziamento muito grande das políticas públicas voltadas a agroecologia no atual governo. Mas em governos anteriores a agroecologia era foco de política pública ainda que o agronegócio também fosse, esse era o jogo, né? Você tinha o MDA e você tinha o MAPA. (ENTREVISTADO N° 6, 2022).*

Percebemos a emergência da dimensão política enquanto conteúdo da RS do sujeito sobre agroecologia na fala supracitada, e que essa compreensão é potencialmente orientadora para um determinado espectro político partidário. Captamos na pesquisa que mudanças de governo causaram impactos negativos para o desenvolvimento da agroecologia no Espírito Santo, pois interrompeu projetos e programas, o que acarretou, dentre outras consequências, na

---

<sup>53</sup> A FAO considera uma lista com quatro (4) prioridades visando a sustentabilidade socioambiental do planeta terra, e a agroecologia tem destaque em uma delas, a saber; *Gestão Sustentável dos Recursos Naturais, Alterações Climáticas e Desertificação: Introdução de uma matriz de produção agroecológica para a sustentabilidade social e ambiental*. Atenta a agenda da mudança do clima e ao combate à desertificação concretiza-se estratégias produtivas para a adaptação aos efeitos das mudanças do clima e a novos mecanismos de gestão produtiva, nesse contexto se insere a agroecologia enquanto uma alternativa produtiva sustentável. A promoção da agricultura de baixo carbono, a adoção de uma matriz de produção agroecológica para a agricultura familiar, o uso sustentável das florestas e de outros recursos naturais como a pesca (combinada com a aquicultura), etc. estão entre os temas identificados como relevantes. (FAO, 2022).

redução da oferta de mão-de-obra qualificada para o setor da agricultura orgânica regional e consequentemente no arrefecimento de sua competitividade no mercado.

Observamos na fala do(a) servidor(a), a seguir, sua compreensão de que há uma complexa estrutura política e econômica que resiste e obstaculiza a expansão da agroecologia no Brasil:

*A sociedade deseja comida saudável. Os governos, meios de comunicação, grandes empresas talvez sejam os limites para essa expansão da agroecologia... a bancada do agro! Nossos políticos ainda são muito fechados... pensando que para avançar tem que desmatar, que isso (**agroecologia**) é coisa de bicho grilo.... Mas é uma tendência mundial, não só brasileira.... Acho que o grande limite é o conservadorismo político. (O termo em negrito foi por nós incluído, ENTREVISTADO N° 1, 2022).*

A fala de outro(a) servidor(a), a seguir, destaca que, na escala local/institucional, as alterações sobre o sistema produtivo e econômico dão lugar àqueles próprios do sistema de ensino, evidenciando as interconexões existentes entre esses sistemas. Ele(a) aponta que, embora exista uma tradição institucional no IFES, a agroecologia adentrou no território.

*Acredito que o modelo de agricultura da agroecologia seja plenamente viável, não só viável como necessário. A gente tem uma cultura institucional que é para a agricultura convencional, que é difícil de contornar. Agente deveria ter um compromisso maior com a sustentabilidade dos territórios... A gente esbarra na falta de políticas públicas... A gente acaba servindo a dois senhores. (ENTREVISTADO N° 4, 2022).*

A expressão “dois senhores” surge para fazer referência ao tradicional modelo de ensino institucional que atende às demandas e expectativas do setor da agricultura convencional, e concomitante a isso, desde a década de 2010, entrou a opção de uma aprendizagem que também contempla o setor da agroecologia e da agricultura orgânica. Neste contexto, os NEA’s despontaram enquanto um território institucional que possibilitou o acesso de servidores, estudantes e comunidade externa aos saberes próprios da ciência agroecológica.

A seguir, em fala de um(a) servidor(a), percebe-se a compreensão do NEA enquanto território de (re)produção dos conhecimentos agroecológicos dentro da rede de ensino IFES.

*Acho que essa é a visão... eles serão a comunidade de agentes dessa mudança e não o NEA. O NEA vai ser o articulador, o promotor dessa transformação, mas essa comunidade escolar será o agente multiplicador. (ENTREVISTADO N° 2, 2022).*

A entrada da agroecologia na rede de ensino IFES fez parte de um momento político que, por meio de política pública, permitiu fazer políticas socioambientais nos territórios. Todavia, notamos que mais de uma década depois a agroecologia permanece em busca de afirmação institucional e a fala de um(a) servidor(a) ilustra esse aspecto:

*Você não tem aqui um exemplo de produção animal agroecológica, você não tem, tudo é convencional, todos os sistemas de produção e manejo é convencional, então o aluno aqui só aprende convencional. Então o desafio é você mexer com a mentalidade, a cabeça, de algumas pessoas. Alunos do ensino técnico e superior com uma disciplina apenas, uma disciplina no superior e uma disciplina no técnico, com uma aula de 50 minutos por semana e no superior um semestre de 60 horas. [...] Tem o núcleo para poder criar esse diferencial, eu não tenho tempo para trabalhar tudo na sala de aula, mas tem o núcleo para aqueles que se sentirem atraídos pelo assunto conseguir complementar e continuar nessa área e isso aí já gerou bons frutos, nós temos vários alunos que foram fazer mestrado, doutorado nessas áreas mais alternativas em função de terem passado pelo nosso núcleo. No superior menos, não temos tantos adeptos, digamos assim. Por quê? Olha que diferença, né? No técnico a gente pega agroecologia no primeiro ano e no superior a gente pega no sétimo período. Então parece que eles já chegam meio formatados, então você conseguir fazer essa desformatação, lá no sétimo período é complicado, mas são alguns desafios, mas a gente não desiste. E o mais desafiante nosso núcleo nunca teve mais de 2 docentes participando, e sem TAE, então isso é muito pouco. (ENTREVISTADO N° 5, 2022).*

Observamos, tanto pela fala do Entrevistado n° 5, quanto pela reduzida participação da agroecologia nos PPC's dos cursos da rede, bem como do pequeno número de servidores para essa área, que o IFES segue sua tradição formando principalmente mão-de-obra para o setor da produção convencional; portanto a agroecologia aparece como um complemento acadêmico, uma insígnia a mais no portfólio institucional suficiente e capaz de construir uma representatividade social atrelada à questão ambiental no Espírito Santo.

A análise das EN nos permitiu constatar que a própria instituição se apresenta como um fator limitante em virtude das condições de afazeres, sendo destacado pelos entrevistados os aspectos da carga horária de trabalho em sala de aula e a conseqüente limitação de tempo para as atividades interrelacionadas com os núcleos. Por isso consideramos que os promotores políticos deveriam considerar melhor a contra-partida institucional, com por exemplo, garantindo recursos humanos e carga horária para as atividades dos NEA's e/ou contratar temporariamente sujeitos do território para intensificar a participação social e a indissociabilidade E-P-E.

Mesmo com as limitações já apontadas, a instituição logra essa representatividade junto a mais setores produtivos e sociais espírito-santenses por meio dos NEA's. De maneira que aparenta haver um cálculo institucional no qual vale a pena manter projetos e programas interrelacionadas à agroecologia, porém não vale a pena adotar o modelo agroecológico como referência. Assim, percebemos na pesquisa que as identidades dos IFES, com destaque para os *campi* agrotécnicos, seguem orientadas por modelos tradicionais. Portanto, o que observamos

na instituição foi principalmente um empenho de alguns sujeitos interessados pela questão ambiental.

Como apontado no capítulo 2 deste trabalho, embora a Cnapo tenha, através da ST Conhecimento, assentado os estudantes como foco da política pública interrelacionada aos NEA's nas IF's e UF's, foram os coordenadores dos núcleos os responsáveis pela reverberação da agroecologia nos territórios. O legado de cada NEA depende proeminentemente dos contornos efetivos desses sujeitos interessados. Assim, apontamos esses coordenadores como irradiadores da política pública na ponta, cabendo aos planejadores de políticas públicas permanecerem atentos a esses sujeitos e suas trajetórias, visto que são os verdadeiros delineadores das propostas, responsáveis por encaminharem os núcleos nos territórios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*El que cree, crea;  
El que crea, hace;  
El que hace se transforma así mismo.*

(SABEDORIA POPULAR DA CULTURA MAYA)

Esta pesquisa teve como pano de fundo as territorialidades e identidades relacionadas as RS da agroecologia (re)produzidas pelos sujeitos pesquisados dentro da rede de ensino IFES. Ali, inicialmente por meio de políticas públicas, a agroecologia encontrou possibilidades para sua (re)produção dentro da instituição, a partir das *práxis* promovidas pelos NEA's.

Constatamos que os NEA's são espaços institucionais capazes de (re)produzirem políticas sociais em comunidades por meio de suas territorialidades. Articulações dos NEA's da rede IFES que contribuíram: à formação de associações de produtores orgânicos, compras institucionais, à construção de espaços promotores dos circuitos curtos de comércio justo de alimentos orgânicos, e à construção coletiva dos saberes agroecológicos junto as comunidades do território, são exemplos de ações (des)envolvidas que corroboram isso.

A pesquisa revelou que as trajetórias pessoais e profissionais dos sujeitos entrevistados, formadoras das identidades psicossociais; os territórios onde os *campi* estão inseridos; a tessitura de redes; a oferta e a captação de recursos para o desenvolvimento de atividades, são fatores preponderantes para o perfil de cada núcleo. E, que as RS dos sujeitos acerca da agroecologia estão em movimento entre: ciência (visão científica da agroecologia); ciência, prática e movimento (visão ampliada da agroecologia); e paradigma emergente (VI da agroecologia).

Percebemos que essas trajetórias de vida de formação pessoal e profissional, dos sujeitos entrevistados, indicam processos constitutivos de uma identidade psicossocial centrada na figura do professor/educador ambiental/agroecológico. De tal maneira que entendemos que há a emergência de uma ética junto a esses sujeitos que envolve a questão ambiental, havendo pouco ou nenhuma distinção entre as ações da vida pessoal e profissional, em alguns casos.

Observamos que em seus cotidianos os servidores são confrontados por momentos – que denominamos de momentos de pressão à inferência – nos quais eles podem realizar escolhas que influenciam a instituição. Essas escolhas conscientes, portanto, enquanto ação política, desencadeiam pressões dentro da instituição e tendem a gerar materialidades que contribuem para uma mudança, processual, na cultura institucional.

As contribuições que a Teoria das Representações Sociais ofereceu nesse estudo são de suporte para analisar os pensamentos sociais e sua integração com as práticas sociais desses educadores e, conseqüentemente, compreender como são constituídas suas RS. A TRS subsidia a interpretação da realidade social dos sujeitos, por isso ela torna a realidade desses sujeitos mais interrogante, ajudando na iluminação do problema de pesquisa.

A pesquisa mostrou que a construção de espaços de formações como os NEA's tem sido uma territorialidade necessária à transformação da realidade acadêmica a partir de um enfoque no ensino da agroecologia, dentro da rede de ensino IFES. E que o ensino de agroecologia potencializou a indissociabilidade entre o E-P-E nos *campi*, por meio de uma pedagogia educador(a)-campeño(a), um tipo de "alternância" na realidade do ensino institucional.

A pesquisa revelou que há tensões entorno da agroecologia: a primeira diz respeito à eficácia científica; a segunda está relacionada ao moderno sistema agroalimentar, representado principalmente pelo uso dos agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e no meio ambiente. Notamos que à medida que os NEA's avançaram em seus *campi*, seja por meio recursos humanos, seja por meio de estruturas próprias na instituição, essas tensões tendem a aumentar.

Outra característica observada no processo de institucionalização dos NEA's na rede de ensino IFES é que, devido a sua opção metodológica, há necessidade de um fluxo contínuo de ações demandantes de recursos humanos e financeiros para execução das suas ações planejadas. Isso pôde ser constatado através da análise da alteridade, havendo no hodierno significativa discrepância entre os estágios de institucionalização da agroecologia entre os *campi* que as ações foram interrompidas e aqueles que as ações foram contínuas.

Mostramos que quando os Planapos foram lançados, o objetivo pretendido era "dar escala" às iniciativas agroecológicas já existentes pelo Brasil e (re)produzi-las pelos territórios. Desde a abertura da janela de oportunidades à agroecologia no governo federal (2002-2016), diversas análises das ações ligadas à agroecologia foram feitas; em algumas áreas como a educação/conhecimento, neste mesmo período e movimento, as iniciativas propostas foram avaliadas, havendo desempenho satisfatório, como apontou Sambuichi *et al.* (2017), considerando à desenvoltura e importância atingidas "recomenda-se mais investimento em iniciativas inovadoras, como [...] os NEA's (p. 18)"; já em outras áreas como o financiamento da produção houve baixo desempenho, pois os valores totais financiados pelo PRONAF Verde da safra 2010-2011 corresponderam a menos de 1% dos recursos aplicados e do número de contratos firmados pelo PRONAF Geral, como apontou Aquino *et al.* (2021).

Na investigação das intencionalidades dos grupos membros da Cnapo junto aos NEA's, além dos processos de legitimação e expansão da agroecologia, estava a tessitura de redes e

territórios-rede, como pôde ser observado em manifestação da representante da ABA na sexta reunião da comissão. Neste sentido, percebemos que os NEA's da rede IFES que permaneceram ativos durante o período desta pesquisa lograram êxito em diversos âmbitos, com destaque para os aspectos metodológicos e de institucionalização na escala local. Todavia, quando analisamos os aspectos atinentes às redes, percebemos um déficit significativo, com pouco fluxo de informações entre os NEA's da própria rede IFES e uma rarefação, quase que total, entre os NEA's da rede IFES e as redes nacionais de agroecologia.

Na rede de ensino IFES os NEA's se mostraram capazes de tecerem redes institucionais como a R-NEA's e de articularem territórios-rede, na escala local, junto a grupos de agricultores familiares das redondezas das unidades escolares, dialogando com ensino, pesquisa e extensão. Capra e Luisi (2014), nos provocam a refletirmos os resultados gerados a partir dessas conexões: “tendo identificado a organização dos sistemas sociais como redes autogeradoras de comunicações, precisamos agora voltar nossa atenção para as estruturas que são produzidas por essas redes e para a natureza das relações que são engendradas por elas” (CAPRA; LUISI, 2014, p. 381). Em algumas unidades da rede de ensino IFES, essas conexões geraram estruturas, internas e externas aos *campi*, úteis para um ensino-aprendizagem crítico e eco-lógico; bem como o próprio NEA que surge enquanto estrutura material fruto do planejamento de um determinado sistema social.

Nossa investigação sobre as experiências de transição agroecológica em alguns *campi* da rede IFES aponta para um processo de territorialização agroecológica que culmina em unidades de ensino-aprendizagem cada vez mais multiterrórias ou múltiplas territorialidades, como assinala Haesbaert (2011). Direta ou indiretamente, o que se propaga sobre território diz respeito a um duplo sentido: o território como materialidade e o território como imaterialidade, desenvolvendo um caráter simbólico (HAESBAERT, 2011). No caso do NEA's da rede IFES sua territorialização está mais avançada nos aspectos simbólicos, embora seja fatídica a estruturação de elementos concretos no espaço, como as UD's.

A presença e territorialidades dos NEA's na rede IFES ao mesmo tempo que demonstra potencial à promoção de um modelo de ensino-aprendizagem para o presente e futuro, e que envolve a dimensão ambiental junto à emergente noção de cidadania fluída pelo território nacional, resiste à marginalização do conjunto de saberes locais que se deu com a imposição da racionalidade moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES, 2013).

Após um período de falta de apoio do governo federal (2019-2022), ao conjunto de políticas interrelacionadas a agroecologia, se avizinha um período que pode ser uma nova janela de oportunidade política (2023-2026) à agroecologia brasileira. Por meio desta pesquisa,

constatamos que a rede de ensino IFES tem recursos humanos, com sujeitos engajados e suas expertises adquiridas, bem como estrutura para receber aportes voltados ao processo ensino-aprendizagem articulado junto ao paradigma agroecológico.

Constatamos que dentro do ambiente institucional a agroecologia não está marginalizada, mas segue periférica. E que os movimentos de emergência de novos NEA's na rede de ensino IFES dialógicos com a agroecologia, como nos *campi* VNI, BSF, apontam para uma tendência que pode ser percebida na própria existência dos sujeitos engajados na agroecologia dentro dessas unidades escolares. Nesse sentido, avaliamos que cabe tanto à reitoria quanto às direções de unidades de ensino envolverem mais a agroecologia na cultura institucional do IFES.

Avaliamos ainda que as *práxis* (des)envolvidas pelos NEA's da rede IFES, por meio de suas metodologias, armazenam significativo potencial à transformação, todavia esse enfoque revolucionário não foi a tônica observada por nossa pesquisa. Parte disso se deu em função da compreensão pragmática da *práxis*, pelos sujeitos, enquanto Teoria-Prática, e consideramos que parte foi em função da falta de interesse institucional em alterar significativamente as estruturas estabelecidas.

Sobre a Pnapo e sua estrutura de gestão, concluímos que faltou à Cnapo maior atenção ao sujeito/coordenador e sua equipe executora dos NEA's, esses sujeitos foram a política pública na ponta, os responsáveis por seu delineamento final, uma vez que foram eles os intermediadores da proposta junto a sociedade, com destaque para os estudantes e os agricultores familiares. Havia que se considerar ademais de suas trajetórias, a contrapartida institucional que se firmasse melhores condições de trabalho à equipe executora.

A escrita das últimas linhas deste trabalho nos suscita vários sentimentos, dentre eles o contentamento do dever cumprido em relação aos objetivos traçados, ao mesmo tempo nos coloca diante de dilemas que permitem construir uma consciência crítica entre vida e realidade que nem sempre é conformadora, mas, sim, problematizadora da realidade social. Nossa trajetória permitiu percebermos que heterodoxias frente a um *status quo* são tratadas com estranhamento e resistência de início, todavia à medida que se resiste e avança na régua do tempo novas ideias são gradualmente absorvidas e assimiladas pela sociedade. A adaptação é um traço da nossa espécie.

Em “O quark e o jaguar: aventuras no simples e no complexo”, Murray Gell-Man (1996) apresentou os seres humanos, plantas, animais e suas respectivas coletividades, enquanto sistemas adaptativos complexos, cuja característica comum é a de adquirir informação sobre seu meio ambiente e sobre sua própria interação com este meio ambiente, identificando



regularidades naquela informação, condensando estas regularidades em um tipo de “esquema” ou modelo, e atuando no mundo real com base neste esquema. (GELL-MANN, 1996).

Murray Gell-Man (1996) apontou que diante de um vasto espaço de possibilidades, com aberturas para níveis mais altos de complexidade e para a geração de novos tipos de sistemas adaptativos complexos, os seres vivos, quando identificam uma situação de risco/desconforto/tensão buscam alternativas para aquela situação. E, inspirados nessa teoria nossa tese apresentou que os desafios socioambientais do presente dialogam com os modelos de ensino-aprendizagem (re)produzidos nas instituições de ensino e que alguns profissionais da educação, enquanto sistemas adaptativos complexos, buscam alternativas conscientes frente aos seus respectivos contextos.

Na história de Murray Gell-Man, quase que autobiográfica, seu encontro com um jaguarundi, durante uma caminhada no norte da Guatemala, próximo da antiga cidade-estado Maya de Tikal, marcada pelo grande Templo do Jaguar, desencadeou uma importante inovação científica. Na cultura Maya o Jaguar é um ser sagrado, conectado ao inframundo (mundo dos mortos), a vida e a fertilidade, e ele transita pelo mundo terreno e o supramundo (mundo dos deuses), ou seja, ele está ligado ao nascer/nascente e ao morrer/poente. Envolvido nessa cultura, o físico conjecturou que deveria haver algo capaz de transitar entre os prótons e os nêutrons, no núcleo do átomo, avançando em suas pesquisas até a descoberta dos quarks, fato que lhe levou a ganhar o prêmio Nobel de Física, em 1969. Os quarks são os constituintes básicos de toda a matéria conhecida, e não há dúvidas que sua descoberta foi uma das mais importantes do século XX, e, ela é um fruto da interculturalidade<sup>54</sup>, através do encontro da física quântica com a cultura do povo Maya.

Captamos na pesquisa que a interculturalidade e a geração de novos conhecimentos foram objetivos planejados para as ações dos NEA's, e que na rede IFES esse processo está em estágio incipiente. Notamos que embora nos NEA's mais (des)envolvidos ocorram alguns momentos de indissociabilidade E-P-E, prevalece o modelo de ensino-aprendizagem centrado no saber acadêmico e suas tradicionais metodologias.

Ao mesmo tempo, percebemos que os NEA's despertam subjetividades ligadas à natureza, que eles são promotores de uma consciência e ética ambiental, e que através de suas experiências e vivências acabam por vezes se tornando pontos de inflexão na vida de seus membros. Para Murray Gell-Mann (1996) “a capacidade de aprender a partir da experiência,

---

<sup>54</sup> Para Walsh (2019), a Interculturalidade demanda uma reflexão “outra”, que não tenha a instituição acadêmica ou os centros geopolíticos de produção do conhecimento (o norte global) como ponto de partida, mas que vise a uma construção conjunta de saberes, práticas e teorias.

seja nos promécios, nos cachorros ou nas pessoas, é em si mesma um produto da evolução biológica” (p. 25).

Tanto na história de Gell-Mann (1996) quanto no processo de institucionalização dos NEA's da rede IFES, chama atenção à importância das trajetórias na formação humana. Notamos que as experiências dos NEA's despertaram o interesse dos sujeitos, e que embora os núcleos não tenham atingido todos os objetivos e metas traçados nos Planapos, a existência deles promoveu mudanças nas trajetórias de vida de seus membros, apontando para *práxis* agenciadoras de transformações sociais na escala local e principalmente identitária.

Concluimos que os NEA's são mais que úteis no ambiente escolar, são fundamentais, uma vez que provocam o pensamento crítico nos envolvidos, nas suas redes e nos seus territórios, levam os sujeitos a pensarem sobre suas escolhas e as respectivas cadeias, ou ciclos, de impactos subsequentes. Se mostram, por exemplo, capazes de provocar estudantes e servidores a refletirem no que eles “alimentam” quando se alimentam.

Os NEA's são a própria representação social da questão ambiental em cada *campus* e atendem, em determinada medida e por meio de distintas estratégias, as expectativas e demandas tanto de servidores quanto de estudantes mais conectados com a temática ambiental. Suas ações, além de promoverem a conscientização para uma relação sustentável entre sociedade-natureza, agenciam a integração entre as disciplinas escolares e os próprios membros da comunidade escolar, assim como capacitam e conferem protagonismo aos estudantes envolvidos.

Esperamos que esse trabalho possa contribuir com os processos de ensino, pesquisa e extensão da rede IFES e as demais instituições de ensino do país, assim como para futuros estudos sobre o objeto analisado. Por fim, esta foi mais uma pesquisa que atravessou o sistema educacional da rede IFES, questionou suas práticas e suas tensões sobre os servidores envolvidos com a agroecologia, e dessa mesma forma colocamos esta ciência no centro das discussões para subsidiar a construção indissociável do ensino-pesquisa-extensão e de uma sociedade mais sustentável.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCANTARA, L. R. R.; CHIMALLI, T.; NETO, A. N.; COSTA, C. A. B.; SILVA R. R.; PIN, G. A. Análise e perspectivas dos coprodutores frente à Comunidade que Sustenta a Agricultura. **Cadernos de Agroecologia** - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, n. 2, 2020.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases para uma agricultura sustentável. 3ª edição. São Paulo - SP: Expressão Popular, 2012.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba-RS: Agropecuária, 2002.

ALVAREZ, C. R. da S.; CARVALHO, A. H. de O.; OLIVEIRA, V. M. de; SOUZA, F.; JAEGGI, M. E. P. da C.; LIMA, W. L. de. Experiências do núcleo de estudos em agroecologia e produção orgânica do Ifes, Campus Ibatiba. **Cadernos de Agroecologia** - Vol. 9, No. 4, 2014. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/20421/10786> Acessado em: 01/10/2020.

ALVAREZ, C. R. S. **Caracterização dos sistemas agroecológicos integrados PAIS no território do Caparaó entre os anos de 2006 e 2012**. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural - UFV. Viçosa-MG, 2014. 101p.

AQUINO, J. R. de; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Tentativas de inclusão da agricultura de base ecológica no Pronaf: do otimismo das linhas de crédito verde ao sonho frustrado do I Planapo. Universidade Comunitária da Região de Chapecó-SC. **Revista grifos**, vol. 30, núm. 51, pp. 163-189, 2021.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Plano da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica deve sair nos próximos dois meses**. Entrevista a Selvino Heck em 4 de junho de 2013. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2013/06/04/politica-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica-deve-sair-nos-proximos-dois-meses/> Acessado em 19/11/2021

ARRUDA, Â. **Representando a alteridade**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1999.

ARRUDA, Â. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**. Pesquisa, n. 117, p. 127-147, novembro/ 2002.

ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente** - Curitiba, v. 6, p. 67-80, 2002. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22129> Acessado em: 15/07/2020.

AUGUSTO, J. da S. **José Antônio Lutzenberger**: trajetória de vida, obra e contribuição para a causa ambiental no Brasil. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo - SP, 2010. 178 p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo – SP: Edições 70, 2016.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 2001.

BEHRING, E. R. Fundamentos da política social. **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. OPAS/ABEPSS, 2006. Disponível em: <http://www.geplage.ufscar.br/audiotextos-e-videos-1/audiotextos-1/fundamentos-de-politica-social.pdf>. Acesso em: 08/09/2021.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH – USP, 2017. 296 p. Disponível em: <https://conexaoagua.mpf.mp.br/arquivos/agrotoxicos/05-larissa-bombardi-atlas-agrotoxico-2017.pdf>. Acesso em: 23/08/2021.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Edições 70: Lisboa – Portugal, 2021.

BRASIL. Chamada MCTI/MAPA/CNPq N° 02/2016. Disponível em: [https://www.unifesspa.edu.br/images/editais/editais\\_2016/Chamada\\_02\\_2016.pdf](https://www.unifesspa.edu.br/images/editais/editais_2016/Chamada_02_2016.pdf) Acessado em 05/11/2021.

BRASIL. PNMA - **Política Nacional de Meio Ambiente**. **LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm) Acessado em: 27/10/2021.

BRASIL. PNEA - **Política Nacional de Educação Ambiental**. **LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm) Acessado em: 27/10/2021.

BRASIL. Pnapo - **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Decreto Lei nº 7794/2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm) Acesso em: 05 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. **Dispõe sobre a Agricultura Orgânica**. Brasília: Congresso Nacional, 2003. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.831.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.831.htm#art1). Acesso em: 05 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. Brasil Agroecológico. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2013-2015**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 2013. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/plano-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica-66.pdf>. Acesso em: 10/07/2020.

\_\_\_\_\_. Brasil Agroecológico. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2016-2019**. Brasília: MDA, 2016. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Planapo-2016-2019.pdf>. Acesso em: 10/07/2020.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do **Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**. Publicada no Diário Oficial da União em 16 de junho de 2009. Acesso em: 14 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Agrotóxicos na ótica do Sistema Único de**

**Saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases**. <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/BasesLegais.pdf> Acessado em: 05/11/2021.

BROWN, L. **Construindo uma sociedade sustentável**. Nova York - NY: Norton, 1981.

BROSE, M. **Metodologia participativa**: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre/RS: TOMO editorial. 2001. 312p.

BINSZTOK, J. Principais vertentes (escolas) da (des)ordem Ambiental. In: SANTOS, M. *et al.*, **Território, Territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª edição, Rio de Janeiro – RJ: Lamparina, 2011.

BLAVATSKY, H. **A Voz do Silêncio** e outros fragmentos escolhidos para o uso diário dos lanus (Discípulos). A tradução da Theosophy Company, Los Angeles - CA, EUA, 2016.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. MDA/SAF/DATER. Brasília – DF, 2007.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. **Análise multidimensional da sustentabilidade**: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*, v. 3, n. 3, 2002. p. 70-85.

CAPORAL, F. R. **O que não é Agroecologia**. Membro do Núcleo de Agroecologia e Campesinato – NAC/UFRPE. 25/11/2016. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5792347/mod\\_resource/content/0/O%20que%20n%C3%A3o%20%C3%A9%20Agroecologia-24-11-2016.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5792347/mod_resource/content/0/O%20que%20n%C3%A3o%20%C3%A9%20Agroecologia-24-11-2016.pdf) Acessado em: 18/07/2021.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In.: CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira (Orgs.). **Princípios e perspectivas da agroecologia**. Curitiba-PR: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação a distância, 2011. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/CAPORAL-Francisco-Roberto-AZEVEDO-Edisio-Oliveira-de-Princ%C3%ADpios-e-Perspectivas-da-Agroecologia.pdf> . Acesso em: 07 março. 2021.

CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. **Princípios e Perspectivas da Agroecologia**. Curitiba- PR: Editora Instituto Federal do Paraná, 2013.

CAPRA, F.; LUISI P. **A visão sistêmica da vida**: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas. São Paulo: Cultrix; 2014.

CAPUCHO, M. C.; JARDIM, A. P. Os pomeranos e a violência: a percepção de descendentes de imigrantes pomeranos sobre o alto índice de suicídio e homicídio na Comunidade de Santa Maria de Jetibá. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**. FAFICH-BH, jan - jun, 2013, p. 36-53.

CARDOSO, I. M. **Sobre a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Entrevista concedida para Frederico Castro de Carvalho. via google meet, em: 21/06/2021.

CARNEIRO, F. F.; AUGUSTO, L. G. S.; RIGOTTO, R. M.; FRIEDRICH, K.; BÚRIGO, A. C. **DOSSIÊ ABRASCO**: Um alerta sobre os impactos dos Agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro - RJ: EPSJV; São Paulo - SP: Expressão Popular, 2015

CARVALHO, I. C. de M. Invenção e auto invenção na construção psicossocial da identidade: a experiência constitutiva do educador ambiental. *In: Caminhos da educação ambiental: da formação à ação*. GUIMARÃES, M. Campinas-SP, Papirus Editora, 2006.

CARVALHO, F. C. de; CAETANO, R. da C. Panorama da Dimensão Política da Agroecologia Brasileira a partir do Levantamento de Teses e Dissertações no Catálogo da CAPES. **Revista Continentes**. UFRRJ, n. 18, p. 271-293, 2021. Disponível em: <<https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/321>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. — A era da informação: economia, sociedade e cultural v.1) São Paulo - SP: Paz e Terra,1999.

CASTRO, J. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro – RJ: Editora antares, 1984. Disponível em: <http://files.o-geografo.webnode.com.br/200000097-d07dcd177a/Jos%C3%BAe%20de%20Castro%20Geografia%20da%20Fome.pdf> Acessado em: 03/03/2021.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano I: as artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHALMERS, A. F. **O que é ciência afinal?** Tradução: Raul Filker, Editora Brasiliense, 1993.

COCA, E. L. de F.; SANTOS L.; SILVA, R. de P.; FREITAS, I. M. de. Agroecologia e territorialidades camponesas em Campo do Meio – MG. **Campo - território**: revista de geografia agrária, 14(2020). Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/50740> Acessado em: 04/04/2020.

COLATINA. In: **ENCICLOPÉDIA** dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 22, p. 59-66. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_22.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_22.pdf). Acessado em: 03/03/2022.

COSTA, M. B. B. **Agroecologia no Brasil**: história, princípios e práticas. 1. Ed. São Paulo – SP: Expressão Popular, 2017.

CRISTO, G.; BOSISIO, F.; FERNANDES FILHO, J. A.; AMÉRICO, M.; ASSIS, N. H. O mapa das experiências da Associação Veneciana de Agroecologia de Nova Venécia - Universo Orgânico, ou o “Caminho da Roça”. **Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia** – Porto Alegre/RS – 25 a 28/11/2013. Disponível em: <https://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/bitstream/item/402/1/14317-62649-1-PB.pdf> Acessado 15/11/2021.

DANTAS, A. Geografia e epistemologia do sul na obra de Milton Santos. **Mercator**, Fortaleza - CE, v. 13, n. 3, p. 49-61, set./dez. 2014.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs** capitalismo e esquizofrenia V.1: Ed. 34, Rio de Janeiro-RJ, 1995. Disponível em: <https://conexoesclinicas.com.br/wp-content/uploads/2016/04/deleuze-guattari-mil-platos-vol1.pdf> Acessado em: 09/03/2020.

DRAIBE, S.; RIESCO, M. Estados de Bem-Estar Social e estratégias de desenvolvimento na América Latina: um novo desenvolvimentismo em gestação? **Sociologias**, Porto Alegre - RS, ano 13, no 27, 2011, p. 220-254.

DURKHEIM, É. **Educação e Sociologia**. Editora Vozes, Petrópolis-RJ, 2011.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília - DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

FAZENDA, I. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 13. ed. Campinas - SP: Papyrus, 1994. Disponível em: [https://www.academia.edu/7797458/Ivani\\_Fazenda\\_DIDATICA\\_E\\_INTERDISCIPLINARIDADE](https://www.academia.edu/7797458/Ivani_Fazenda_DIDATICA_E_INTERDISCIPLINARIDADE) Acessado em:14/03/2021

FERRÃO, R. G.; FERRÃO, L. M. **Metodologia científica para iniciantes em pesquisa**. Vitória - ES: Incaper, 2012

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. Análises de Experiências Brasileiras e Latino-Americanas de Educação do Campo. **Educação e Sociologia**, Campinas, v. 38, n. 140, p.539-544, set. 2017.

FLEURY, Sonia. **Políticas sociales y ciudadanía**. Buenos Aires – Argentina. 1999. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/731/73120201.pdf> Acessado em: 15/12/2019.

FLEURY Sonia. **Políticas sociais e democratização do poder local**. Fundação Getúlio Vargas - FGV - Rio de Janeiro – RJ, 2014. Disponível em: [http://app.ebape.fgv.br/comum/arq/pp/peep/cap\\_liv/pol%C3%ADticas\\_sociais.pdf](http://app.ebape.fgv.br/comum/arq/pp/peep/cap_liv/pol%C3%ADticas_sociais.pdf) Acessado em: 15/12/2019.

FORMENTINI, E. A.; SOUZA, J. L. A Agricultura Agroecológica no Espírito Santo. In: DADALTO, Gilmar Gusmão; SILVA, Antônio Elias Souza; COSTA, Enio Bergoli; GALVÊAS, Pedro Arlindo Oliveira; LOSS, Wolmar Roque. (Orgs). **Transformações da agricultura capixaba: 50 anos**. Vitória: Cedagro, 2016. p.95-98.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade** – Editora Paz e Terra, 1. ed. - Rio de Janeiro - RJ, 2015.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro – RJ: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª Edição, São Paulo - SP: Paz e Terra, 1996.

FREY, K. **POLÍTICAS PÚBLICAS: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Trata-se de uma revisão e ampliação do segundo capítulo da tese de doutorado (Frey, 1997) sobre as políticas ambientais dos municípios de Santos e Curitiba. Para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, pela Universität Konstanz/Alemanha.

FRIZZERA Jr, J. L.; BONADIMAN, P. A.; SANTOS, M. M.; OZA, E. F.; PREZOTTI, L.; PREZOTTI, J. C. Feira agroecológica no IFES: uma parceria entre o NEA Arandu e Associação Santa Teresa de Agroecologia-Astral. **Cadernos de Agroecologia**, vol. 13, nº 1, jul, 2018.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 3ª edição, Rio de Janeiro - RJ: Editora Fundo de cultura, 1965.

GELL-MANN, M. **O quark e o jaguar: aventuras no simples e no complexo**. Rio de Janeiro - RJ: Rocco, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo - SP: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf> Acessado em: 11/11/2021.

GILL, R. Análise de discurso. In.: BAUER, Martin W., GASKELL, George (editores). **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático I**; tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis - RJ: Vozes, 2002.

GIRALDO, O. F.; ROSSET, P. M. Agroecology as a territory in dispute: between institutionality and social movements. **The Journal of Peasant Studies**, v. 45, n. 3, p. 545–564, 19 mar. 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03066150.2017.1353496> Acessado em: 11/08/2021

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre - RS: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

GOMIDE, A.; PIRES, R. Capacidades estatais para o desenvolvimento no século XXI. **Boletim de análise político-institucional**, Brasília - DF, n. 2, 2012.

GOUVEIA, K. **Na teia do alimento orgânico no Espírito Santo**. Dissertação PPGGeo. Repositório UFES, Vitória - ES, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/9337> Acessado em: 30/09/2021.

GOBERT, E.; MULLER, E. Políticas públicas. **Revista nova Atenas de educação e tecnologia**. Revista eletrônica do departamento. Acadêmico de ciência da saúde Educação física e esportes – Biologia – Segurança do trabalho. Vol. 10, nº. 01, jan./jun./2007, p. 47.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Volume 1. Tradução do italiano por Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.



GRAZIANO DA SILVA, J. **A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro - RJ: Zahar, 1982.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba - SP, Vol. 52, 2014, p.125-146.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S.; **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** Porto Alegre – RS: Boletim Gaúcho de Geografia, 29: 11–24, jan., 2003.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade,** Rio de Janeiro - RJ: Bertrand, Brasil 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate.** Niterói – RJ: GEOgraphia - Ano IX - No 17 – 2007.

HALL, P.; TAYLOR, R. **As três versões do neo-institucionalismo.** 2003, p. 194 - 223. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/Vpr4gJNNdjPfnMPr4fj75gb/?lang=pt> Acessado em: 16/11/2021.

HASS, J.; RAMBO A. G.; BOLTER, J. A. **Os Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) enquanto mecanismos de desenvolvimento regional: algumas considerações.** Colóquio (Taquara: revista das Faculdades de Taquara [recurso eletrônico]. Vol. 16, n. 2 (2019), p. 185-205. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/1222> Acessado em: 16/11/2021.

HECHT, S. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** Guaíba - RS: Agropecuária, 2002.

HECK, S. **Brasil agroecológico e consciência planetária.** Publicado 20, Oct, 2013,06:10. Disponível em: <https://www.jb.com.br/selvino-heck/noticias/2013/10/18/brasil-agroecologico-e-consciencia-planetaria.html> Acessado em 09/09/2021.

HERNÁNDEZ D. G.; ALMEIDA R. A. de. Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán. **Revista NERA**, Presidente Prudente – SP, Ano 18, nº. 27, 2015, pp. 280-295.

HOFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, 2001.

HOWARD, Albert. **Un testamento agrícola.** Santiago: Imprensa universitária, 1940. Disponível em: <https://silo.tips/download/un-testamento-agricola> Acessado em 28/10/2021.

HOLLIDAY, O. J. **Sistematização de experiências: aprender a dialogar com os processos.** Edição: CIDAC: Rio de Janeiro-RJ de 2007.

IBATIBA. In: **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, ano. v. 22, p. 124. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_22.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_22.pdf). Acesso em: 8 fev. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - IFES. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009-2013**. Vitória – ES, 2009. Acessado em: 1/10/2021. Disponível em: <https://ifes.edu.br/institucional/766-pdi-do-ifes>

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - IFES. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018**. Vitória – ES, 2014. Acessado em: 1/10/2021. Disponível em: <https://ifes.edu.br/institucional/766-pdi-do-ifes>

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - IFES. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2024**. Vitória – ES, 2019. Acessado em: 1/10/2021. Disponível em: <https://ifes.edu.br/institucional/766-pdi-do-ifes>

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - IFES - **Projeto pedagógico do curso Técnico em Agricultura Integrado ao Ensino Médio Santa Maria de Jetibá – ES**. Santa Maria de Jetibá – ES, 2018.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - IFES. **Ifes e Banco do Nordeste desenvolvem projeto de criação de software para comercialização de produtos orgânicos em Nova Venécia**. Colatina-ES. Setembro de 2020. Disponível em: <https://colatina.ifes.edu.br/noticiasdocampus/17167-ifes-e-banco-do-nordeste-desenvolvem-projeto-de-criacao-de-software-para-comercializacao-de-produtos-organicos-em-nova-venecia>. Acessado em: 03/03/2022

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – IFES. **O campus Centro-Serrano**. Disponível em: <https://centroserrano.ifes.edu.br/sobre-o-campus?start=1>. Acesso em: 16 fev. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – IFES. **O campus Colatina**. Disponível em: <https://colatina.ifes.edu.br/sobre-o-campus?start=1>. Acesso em: 18 fev. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – IFES. **O campus Ibatiba**. Disponível em: <https://ibatiba.ifes.edu.br/sobre-o-campus?start=1>. Acesso em: 8 fev. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – IFES. **O campus Itapina**. Disponível em: <https://itapina.ifes.edu.br/sobre-o-campus?start=1>. Acesso em: 12 fev. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – IFES. **O campus Nova Venécia**. Disponível em: <https://novavenecia.ifes.edu.br/sobre-o-campus?start=1>. Acesso em: 24 jan. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – IFES. **O campus Santa Teresa**. Disponível em: <https://santateresa.ifes.edu.br/sobre-o-campus?start=1>. Acesso em: 1 fev. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – IFES. **As Edificações De Uma História.** Colatina-ES, 2020. Disponível em:

[https://colatina.ifes.edu.br/images/cse2020/NaMidia/20200313\\_IfesAsEdificacoesDeUmaHistoriaColatinaEmAcao.pdf](https://colatina.ifes.edu.br/images/cse2020/NaMidia/20200313_IfesAsEdificacoesDeUmaHistoriaColatinaEmAcao.pdf) Acessado em: 03/03/2022

<https://colatina.ifes.edu.br/noticiasdocampus/17334-junho-verde-2021>

[https://colatina.ifes.edu.br/images/cse2021/BoletimDPPGE\\_2020.pdf](https://colatina.ifes.edu.br/images/cse2021/BoletimDPPGE_2020.pdf)

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – IFES. **Inauguração do novo espaço de comercialização do Universo Orgânico.** Nova Venécia. Maio de 2021 Disponível em:

[www.novavenecia.ifes.edu.br/noticias/16652-inauguracao-do-novo-espaco-de-comercializacao-do-universo-organico](http://www.novavenecia.ifes.edu.br/noticias/16652-inauguracao-do-novo-espaco-de-comercializacao-do-universo-organico) Acessado em: 03/03/2022.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – IFES. **Processo eleitoral para membros eletivos do Núcleo de Educação Ambiental e Agroecologia (NEAA) do Campus Nova Venécia.** Nova Venécia. Agosto de 2019. Disponível em:

<https://novavenecia.ifes.edu.br/editais-do-campus/16385-processo-eleitoral-para-membros-eletivos-do-nucleo-de-educacao-ambiental-e-agroecologia-neaa-do-campus-nova-venecia>

Acessado em: 03/03/2022.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – IFES. **Relatório de gestão CGAEX 2018.** Vitória – ES, 2009, março de 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – IFES. **Cadastro de programa de extensão orientação normativa CAEX 01-2020 – INSTITUCIONALIZAÇÃO DE AÇÕES DE EXTENSÃO.** Núcleo de Educação Ambiental, Agroecologia e Sustentabilidade. Campus Venda Nova do Imigrante, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – IFES. **Relatório parcial.** Manutenção do núcleo de estudos em agroecologia do Instituto Federal do Espírito Santo – *campus* Santa Teresa - ES Novembro/2014.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – IFES. **Relatório final das atividades do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Campus Ibatiba-2013/2016.** Implantação do núcleo de estudos em agroecologia e produção orgânica no IFES – *campus* Ibatiba. Ibatiba-ES 2016.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – IFES. **Relatório de ação de extensão. orientação normativa CAEX 01-2020** – Institucionalização de ações de extensão. Núcleo de Educação Ambiental e Agroecologia, campus Itapina, Colatina-ES, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – IFES. **Relatório de estudante bolsista de extensão.** Núcleo de Educação Ambiental e Agroecologia campus Itapina – NEAA, Edital PAEX 01/2019.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – IFES. **Projeto do curso Técnico em Agroecologia subsequente ao Ensino Médio.** SANTA TERESA – ES, 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - IFES. **Relatório Parcial.** Projeto manutenção do núcleo de estudos em agroecologia do Instituto Federal do Espírito Santo –

*campus* Santa Teresa. Santa Teresa - ES Novembro/2014.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - IFES. **Relatório final das atividades do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do *campus* Ibatiba-2013/2016.** Implantação do núcleo de estudos em agroecologia e produção orgânica no IFES – *campus* Ibatiba, Ibatiba-ES, 2016.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - IFES. **relatório final de execução** Chamada 21/2016: Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica - Grupo Puri  
Título do Projeto: Manutenção do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica - NEA - Grupo Puri, Ibatiba-ES, 2016.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - INCAPER. **Dia do Agricultor:** conheça mais sobre a atividade que move o Espírito Santo. Vitória – ES, 2020. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/Not%C3%ADcia/dia-do-agricultor-conheca-mais-sobre-a-atividade-que-move-o-espírito-santo> Acessado em 12/10/2021.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia.** Vitória – ES, 2014. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/agroecologia> Acessado em: 21/10/2021

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - INCAPER. **PROATER 2020-2023 – Colatina.** Vitória - ES. 2020.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - INCAPER. **PROATER 2020-2023 – Nova Venécia.** Vitória - ES. 2020.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - INCAPER. **PROATER 2020-2023 – Ibatiba.** Vitória - ES. 2020.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - INCAPER. **PROATER 2020-2023 – Santa Maria de Jetibá.** Vitória - ES. 2020.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - INCAPER. **PROATER 2020-2023 – Santa Teresa.** Vitória - ES. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS - IPEA. LIMA, Sandra Kitakawa; GALIZA, Marcelo; VALADARES, Alexandre; ALVES, Fabio. **Produção e Consumo de Produtos Orgânicos no Mundo e no Brasil.** Brasília – DF. 2020. Link: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35325](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35325) Acessado em: 05/08/2021.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE. **Desmatamento na Amazônia.** Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/map/deforestation?hl=pt-br> Acessado em:06/02/2023.

JACOBSON, L. S. V.; HACON, S.S.; ALVARENGA, L.; GOLDSTEIN, R.A.; GUMS, C.; BUSS, D.F.; LEDA, R.L. Comunidade pomerana e uso de agrotóxicos: uma realidade pouco conhecida. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 2239-2249, 2009.

JESUS, K. F. de. **Os cursos técnicos em agropecuária do IFES - campus Santa Teresa: a evolução frente à demanda por uma agricultura mais sustentável.** Instituto Federal do Espírito Santo, programa de pós-graduação em educação e contemporaneidade, Santa Teresa-ES, 2019.

JODELET, D. **Representações sociais e mundos de vida.** São Paulo - SP: Fundação Carlos Chagas; Curitiba - PR: PUCPRes, 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Denise-Jodelet-2/publication/326301048\\_Representacoes\\_sociais\\_e\\_mundos\\_de\\_vida/links/5b93844ca6fdccfd542626b0/Representacoes-sociais-e-mundos-de-vida.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Denise-Jodelet-2/publication/326301048_Representacoes_sociais_e_mundos_de_vida/links/5b93844ca6fdccfd542626b0/Representacoes-sociais-e-mundos-de-vida.pdf). Acessado em: 20/10/2021.

JODELET, D. **Loucura e Representações Sociais.** Tradução Lucy Magalhães, Editora Vozes, Petrópolis-RJ, 2005.

JODELET, D. **Representações sociais e mundos de vida** / Denise Jodelet; tradutora, Lilian Ulup. – Paris: Éditions des archives contemporaines; São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Curitiba: PUCPRes, 2017.

JODELET, D. Représentations sociales: un domaine en expansion. In D. Jodelet (Ed.) **Les représentations sociales.** Paris: PUF, 1989. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. UFRJ-Faculdade de Educação, dez. 1993.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. A entrevista narrativa. In.: BAUER, Martin W., GASKELL, George (editores). **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático I;** tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis - RJ: Vozes, 2002.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas.** 9. ed. São Paulo - SP: Perspectiva, 2006. Disponível em: [https://www2.unifap.br/rsmatos/files/2013/10/thomas\\_kuhn\\_estrutura\\_das\\_revolucoes\\_cientificas.pdf](https://www2.unifap.br/rsmatos/files/2013/10/thomas_kuhn_estrutura_das_revolucoes_cientificas.pdf) Acessado em 03/05/2022.

KUHN, T. **La estructura de las revoluciones científicas.** Fondo de cultura econômica, México, 1971 Disponível em: <https://materiainvestigacion.files.wordpress.com/2016/05/kuhn1971.pdf> Acessado em 3/5/2022.

LANE, S. T. M. **O que é psicologia social.** Editora Brasiliense: São Paulo-SP, 2006.

LEWER, R. F. **O campesinato no país do agronegócio:** Estratégias de reprodução do Movimento dos Pequenos Agricultores. Universidade Federal da Fronteira Sul, Ciências Sociais, Chapecó, SC. 2016. 95f

LIMA, I. B. **Agrobiodiversidade no Brasil - uma análise de como a agrobiodiversidade entra para a agenda das políticas públicas.** Mestrado em POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, Foz do Iguaçu – PR, Biblioteca Depositária: Biblioteca Latino-Americana (BIUNILA). 30/08/2019. 119 f.

LOUREIRO, M. R.; MACÁRIO, V.; GUERRA, P. **Democracia, arenas decisórias e políticas públicas**: o programa minha casa minha vida. texto para discussão 1886, IPEA. Rio de Janeiro - RJ, 2013.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores sociais. 2007. 182f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/tede/693> Acessado em: 10/03/2020

MACENTE, L. B.; SANTOS, E. G. dos; ZANDONADE, E. **Tentativas de suicídio e suicídio em município de cultura pomerana no interior do estado do Espírito Santo**. Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 2009. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0047-20852009000400004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852009000400004)

MARKOVÁ, I. A fabricação da teoria de Representações Sociais. **Cadernos de Pesquisa**. v.47, n.163, p.358-375, jan./mar. 2017. Tradução Beatriz Gama Rodrigues e João Kaio Barros. MAROIS, Thérèse. La pédagogie de l’alternance en maisons familiales rurales. Éduquer. 2008. Disponível em: <http://rechercheducations.revues.org/187>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2022.

MARCH, J. G.; OLSEN, Johan P. Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 31, p. 121-142, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/KsVGKb7bRbRSSHWt7GXRfjS/?lang=pt> Acessado em 21/06/2022.

MARSHALL, T. **Cidadania, classe social e status**. ZAHAR editores, Rio de Janeiro-RJ, 1967.

MARTINS, J. R. **O Estado e as Políticas Públicas**: um embate em torno de ideias e interesses. VI Seminário Nacional de Sociologia e Política, 20-22 de maio de 2016 Grupo de Trabalho 21 - Políticas Públicas– Universidade Federal do Paraná.

MIGNOLO, W. **Colonialidade** O lado mais escuro da modernidade. RBCS Vol. 32 n° 94, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=pdf>. Acessado em: 15/07/2021.

MIGNOLO, W. D. **La idea de américa latina**: la herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa (2005).

MOLINA, R. S.; SANFELICE, J. L. **Ditadura e educação agrícola**: a esalq/usp e a “gênese” do agronegócio brasileiro. Educ. Soc., Campinas - SP, v. 39, n°. 143, p.321-341, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/j8xVHFMTVm9xZjcWLPYSQJy/?lang=pt&format=pdf> Acessado 20/06/2021.

MOLINA, R. S. **Ditadura, agricultura e educação**: a ESALQ/USP e a modernização conservadora do campo brasileiro (1964 a 1985). Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/321628>. Acesso em: 20 set 2020.

MONTEIRO, D.; LONDRES, F. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. *In*: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. [et al.]. **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável – Brasília - DF: Ipea, 2017.

MOURA, I. **Agroecologia na agenda governamental brasileira**: trajetórias no período 2003-2014. 2016. 123f. Tese (Doutorado) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2016.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro – RJ: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Zahar Editores, Rio de Janeiro-RJ, 1978.

MOSCOVICI, S. **El psicanalises, su imagen y su público**. Editorial Huemuel, Buenos Aires – Arg., 1979.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: Investigações em Psicologia Social. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 6. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

NATIONAL AERONAUTICS AND SPACE ADMINISTRATION — NASA. **Temperatura global**: comparação das médias verificadas entre 2014 e 2018 e entre 1950 e 1980. Disponível em: <https://climate.nasa.gov/> Acessado em 06/02/2023.

NETO, A. N.; CHIMALLI, T.; ALCANTARA, L. R. da R.; COSTA, C. A. B. da; SILVA, R. R. da; ELESBON, A. A. A. Potencialidades e dificuldades de acesso ao PNAE entre agricultores e Institutos Federais do Espírito Santo. **Cadernos de Agroecologia** - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

NOVA VENÉCIA. *In*: **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, ano. v. 22, p. 124. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_22.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_22.pdf). Acesso em: 24 jan. 2022

ODUM, Eugene. **Fundamentos de Ecologia**. 6.a edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Brasil em Resumo**. 2014. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/brasil-em-resumo/pt/> Acessado em 07/06/2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **FAO no Brasil**. FAO, 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/programas-e-projetos/pt/>. Acessado em 13/12/2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Fao's work on agroecology A pathway to achieving the SDGs**. FAOLEX Database. Rome. 2018.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n7/v3n7a06.pdf> . Acesso em: 16/05/2020.

PÉREZ, D. G.; MONTORO, I. F.; ALÍS, J. C.; CACHAPUZ, A.; PRAIA, J. Para uma imagem não deformada do trabalho científico. **Ciência & Educação**, v.7, n.2, p.125-153, 2001.

PEREZ-CASSARINO, J. **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia**. 2012. 450f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, 2012.

PETRI, M.; FONSECA, A. B. Trajetórias institucionais da Agroecologia: o caso do Instituto Federal do Espírito Santo, campus Centro-Serrano. **Cadernos de Agroecologia - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia**, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, n° 2, 2020.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5ª edição, Rio de Janeiro - RJ: Editora civilização brasileira, 2013.

PORTO GONÇALVES, C. W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. pp. 217-256. *In: La guerra infinita: Hegemonía y terror mundial*. Ana Esther Ceceña y Emir Sader (comps). ISBN 950-9231-70-3. Buenos Aires: CLACSO, febrero de 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ (PMSMJ). **A História de Santa Maria de Jetibá**. Disponível em: <http://www.pmsmj.es.gov.br/portal/historia/> Acessado em: 13/09/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA. **Loja Universo Orgânico é inaugurada em Nova Venécia**. Disponível em: <https://www.novavenecia.es.gov.br/loja-universo-organico-e-inaugurada-em-nova-venecia/> Acessado em: 13/09/2021.

PREZOTTI, L. *et al.*, Núcleo de Desenvolvimento Agroecológico – NDA: experiência de construção do conhecimento agroecológico no ensino médio integrado em agropecuária do Ifes campus Santa Teresa – ES. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/12652/7109>> . Acesso em ago/2018.

PREZOTTI, L. *et al.*, NEA “ARANDU”: Empoderamento jovem integrando memória, sabedoria e construção do conhecimento agroecológico. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 13, n. 1, 2018.

PRIMAVESI, A. M. **Manual do solo vivo: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio**. 2 ed. rev. São Paulo - SP: Expressão Popular, 2016.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. Perú Indígena, vol. 13, no. 29, Lima, 1992. Acessado em: <https://www.uv.mx/jose-marti/files/2018/08/Anibal-Quijano-Colonialidad-del-poder.pdf>. 09/08/2021.

RAFFESTIN, Claude. As redes e o poder. *In: Por uma geografia do poder*. São Paulo - SP: Ática, 1993, p. 200-220.



RED POLÍTICAS PÚBLICAS EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (PP-AL) **Políticas Públicas a favor de la Agroecología en América Latina y el Caribe**. Brasília - DF, 2017. Disponível em: <https://agritrop.cirad.fr/586175/1/Sabourin%20Políticas%20de%20agroecologia%20CNAPO%202017.pdf> Acessado em: 12/09/2021.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. Companhia das Letras – Segunda edição: São Paulo – SP, 1995.

RIBEIRO, F. N. **Estudos culturais em educação ambiental**: os usos e consumos dos produtos culturais em espaços na/da biorregião do Caparaó capixaba / Flávia Nascimento Ribeiro. – 2013.

RODRIGUES, H. C. L. **Agroecologia no território norte do Espírito Santo: uma análise à luz do desenvolvimento territorial sustentável**. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis - SC, 2017.

ROSADO-MAY, F. J.; MARTÍNEZ, M V. K.; MOO, C. P.; DIOS, H. C. de; DZUL, S. A. Formación universitaria de agroécólogos mayas. un enfoque intercultural. **Agroecología 11** (1): 75-82, 2016.

ROSADO-MAY, F. **Sobre a agroecologia**. Entrevista concedida a Frederico Castro de Carvalho em José Maria Morelos, Quintana Roo, México no dia 17 de novembro de 2022.

SÁ, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro – RJ: EdUERJ, 1998.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo - SP: Vértice, 1986.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* . **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável – Brasília - DF: Ipea, 2017.

\_\_\_\_\_. **Análise da construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**. Brasília - DF: Ipea, 2017. p. 1-56. (Texto para Discussão, n. 2305). Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2305a.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2305a.pdf) Acessado em: 09/05/2020.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 3, 2012, p. 503-524. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/HZrSybsxDJ6Hf5hSNB9GGXk/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 27/10/2021.

SANTA MARIA DE JETIBÁ. In: **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 22, p. 59-66. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_22.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_22.pdf).

SANTA TERESA. In: **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, ano. v. 22, p. 124. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_22.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_22.pdf). Acesso em: 26 jan. 2020.

SANTOS Elinaldo, *et al.*, Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, Ano 2, n. 1, 2012.

SANTOS, B. R.; GREGÓRIO, S. R. Histórico da constituição das Efa's do Estado do Espírito. **Revista Brasileira de Educação do Campo**. Tocantinópolis – TO: v.4. 2019. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/7211/16087>. Acessado em: 04/10/2021.

SANTOS, M. **Técnica espaço tempo** – Globalização e meio técnico-científico-informacional. 1991. Disponível em: <http://geocrocetti.com/msantos/tecnica.pdf>. Acesso em: 08/09/2021.

SANTOS, M. **Por uma geografia**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6 ed. São Paulo – SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, 2, 46-71. 1988.

SANTOS, B. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SANTOS, M. Por uma epistemologia existencial, In: LEMOS, A; SILVEIRA, M.; ARROYO, M (orgs.) **Questões territoriais na América Latina**. São Paulo - SP: Clacso, 2006.

SALDANHA, J. C.; ANTONGIOVANNI, L.; SCARIM, P. C. Diálogos entre a multifuncionalidade da agricultura familiar e os projetos coletivos de educação do campo e da agroecologia no Norte do Espírito Santo. p 137-168. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF R. S. (organizadores) **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro - RJ: Mauad X, 2009. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Texto%209%20p.%2048-71.pdf#page=138>. Acessado em: 04/10/2021.

SARDINHA, M. P. R. **Caracterização da produção agroecológica e orgânica de Nova Venécia/ES**. Dissertação (mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Agroecologia, 2022.

SCARIM, P.; POUBEL, I.; LOSS, E.; VERVLOET, R. **Diagnósticos da agroecologia e a sua prática para o desenvolvimento sustentável no Espírito Santo – Brasil**. II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 2005.

SCHMITT, C. J.; GRISA, C. Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. In: NIERDELE, P. A.; ALMEIDA, L.; SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. **A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural**. **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 180-219, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2013/07/AGROECOLOGIA-praticas-mercados-e-politicas.pdf>. Acessado em: 28/10/2021.

SEVILLA-GUZMÁN, E. **La agroecología como estrategia metodológica de transformación social**. [s.l.]: [s.n.], 2006.

SEVILLA-GUZMÁN, E. Sobre as perspectivas teórico-metodológicas da Agroecologia. **Redes** - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, 2017 Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-SobreAsPerspectivasTeoricometodologicasDaAgroecolo-6354671.pdf> Acessado em: 17/11/2021.

SEVILLA-GUZMÁN, E.; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2. Ed. São Paulo – SP: Expressão Popular, 2013.

SHIVA, V. Sementes de vida. pp. 545-547. *In*: CAPRA, F.; LUISI P. **A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas**. São Paulo: Cultrix; 2014.

SIQUEIRA, L. **As representações sociais dos educadores dos centros familiares de formação em alternância sobre agroecologia**, Tese -- (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte - MG, 2020. 306 f.

SILVA, S. P. Participação social e políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise da percepção dos conselheiros do Condraf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 25, n. 3, 2017, p. 591-615.

SILVA, L. M S.; SOUSA, R. da P.; ASSIS, W. S. de. A educação superior e a perspectiva agroecológica: avanços e limites dos Núcleos de Agroecologia das IES no Brasil. **Redes** - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/9429-Texto%20do%20Artigo-43332-1-10-20170706%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/9429-Texto%20do%20Artigo-43332-1-10-20170706%20(1).pdf) Acessado em 16/11/2021.

SILVA L. M. S., SOUSA R. D. P., ASSIS W. S., A educação superior e a perspectiva agroecológica: avanços e limites dos Núcleos de Agroecologia das IES no Brasil. **Redes** - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, maio-agosto, 2017.

SILVA, R. R.; CHIMALLI, T.; ALCANTARA, L. R. da R.; COSTA, C. A. B. da; NETO, A. N.; PIN, G. A. Percepção do corpo discente sobre a disciplina de Noções Básicas de Agroecologia no curso de Licenciatura em Pedagogia. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

SOARES Jr, A. Q.; SANTOS, M. A. **A Territorialidade e o Território na Obra de Robert David Sack** Territoriality and Territory in the Work of Robert David Sack La Territorialidad y el Territorio en la Obra de Robert David Sack Geografia (Londrina) v. 27. n. 1. pp. 07 – 25, abril/2018.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas** A reafirmação do espaço na teoria social crítica. 2ª Ed. Rio de Janeiro-RJ: Editora Zahar, 1993.

SOUZA, C. A Introdução Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, R. Educação em Agroecologia: reflexões sobre a formação contra-hegemônica de camponeses no Brasil. **Ciência e Cultura**, vol. 69, nº 2, São Paulo, 2017.

SOUKI, L. G. **A atualidade de T. H. Marshall no estudo da cidadania no Brasil**. Porto Alegre – RS: Civitas, v. 6 n., 2006 p. 39-58.

SOUSA SANTOS, B. de. **Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna**. 2000.

SOUZA, N. A.; FERREIRA, T.; CARDOSO, I. M.; OLIVEIRA, E. C. L. de.; DORNELAS, R. S. Os núcleos de agroecologia: caminhos e desafios na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. *In*: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. [et al.]. **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável – Brasília - DF: Ipea, 2017. p. 403 – 432.

THOREAU, H. D. **Walden**, Antígona, 2009. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=11076](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=11076) Acessado em: 18/05/2021

TROVATTO, C. M. M. *et al.* **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável – Brasília - DF: Ipea, 2017. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=30805:a-politica-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica-no-brasil&catid=400:2017&directory=1](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30805:a-politica-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica-no-brasil&catid=400:2017&directory=1) Acessado em: 20/01/2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ. **Diálogo sobre Ecologia, ciência e política**/Editor César Benjamin. Rio de Janeiro - RJ: Nova Fronteira: Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, 1993.

VALLE, L. de A. B. do. Aristóteles e a práxis: uma filosofia do movimento. **Educação**. Porto Alegre [online]. 2014, vol.37, n.02, pp.263-277. ISSN 1981-2582.

VANDERLINDE, Tarcísio. Resenha. **O testamento agrícola de Sir Albert Howard: aporte para discussão sobre sustentabilidade no campo**. HOWARD, Albert Sir. Um testamento agrícola. São Paulo - SP: Expressão Popular, 2007. 360 p. Espaço Plural, Ano IX Nº 18, 1º Semestre 2008, ISSN 1518-4196. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/ep\\_editor,+Gerente+da+revista,+1645-5805-1-CE.pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/ep_editor,+Gerente+da+revista,+1645-5805-1-CE.pdf) . Acessado em: 28/10/2021.

VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba - PR: Kairós, 2013. p. 215-266.

VIANNA, M. L. T. W. **Em torno do conceito de política social**: notas introdutórias. Rio de Janeiro - RJ, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/nj7v4FJ9FcjvsHzzHFK9rD/abstract/?lang=pt> Acessado em: 28/10/2021.

XAVIER, G. P. **Relação entre educação ambiental produzida pela sala verde caparaó e as macrotendências pedagógicas**. Trabalho de conclusão de curso, Especialização em Educação Ambiental. Ibatiba-ES. (2020).

WALSH, C. **Interculturalidade e decolonialidade do poder**: um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. Revista eletrônica da Universidade Federal de Pelotas. V. 5, N. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/revistadireito/article/view/15002> Acessado em: 09/01/2023.

WEZEL, A., BELLON, S., DORÉ, T. *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice. **A review. Agron. Sustain. Dev.** 29, 503–515 (2009). Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1051/agro/2009004> Acessado em: 14/06/2021.

## Apêndices

Roteiros das entrevistas narrativas complementares:

Entrevista narrativa - prof. Irene Maria Cardoso. Tema: Cnapo.

1. Como foi processo de gestão dos Planapos I e II?
2. Quais as principais tensões você percebeu?
3. O que se pretendia para os NEA's?

Entrevista narrativa – prof. Wallace Luís de Lima. Tema: NEASES.

1. Por que o campus alegre encerrou as atividades do NEASES?
2. Quais os principais desafios encontrados durante a trajetória do NEASES?

Entrevista narrativa – prof. Francisco Rosado-May Tema: Agroecologia

1. No Brasil tivemos grande aceitação da compreensão da agroecologia enquanto ciência, movimento e prática. Qual sua opinião sobre esse conceito.
2. Que tipo de mudança social nas comunidades pode ser atribuídas a existência da UIMQRoo e ao curso de Eng. Agroecológica?
3. Como você vê a agroecologia na atualidade e o que pensa sobre seu futuro?
4. Vocês encontraram e/ou encontram qual tipo de dificuldade aqui na UIMQRoo e quais as estratégias adotadas para possíveis enfrentamentos?



### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Aos Servidores(as) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES)

Prezado(a) Servidor(a),

Eu, Frederico Castro de Carvalho, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), gostaria de convidá-lo(a) a participar desta pesquisa sobre os Núcleos de Estudos Agroecológicos nos *campi* da rede IFES, sob a orientação do Professor Doutor Rodrigo da Costa Caetano. Os Servidores(as) voluntário(a)s terão seus anonimatos garantidos. Caso gere algum desconforto ou possível constrangimento ao responder o questionário ou entrevista, o servidor poderá a qualquer momento encerrar sua participação. Para acompanhar a pesquisa e/ou acrescentar informações, pode-se fazê-lo pelos contatos via e-mail [frederico.castro@ifes.edu.br](mailto:frederico.castro@ifes.edu.br); e/ou telefone (27) 99510-4042.

---

## **PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS**

**Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

Av. Alberto Lamego, 2000 – Parque Califórnia – Campos dos Goytacazes – RJ – CEP: 28013-602

---

**Assinatura, local e data.**

## **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

### **Título da pesquisa**

**OS NÚCLEOS DE ESTUDOS AGROECOLÓGICOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ENTRE 2010 E 2020: ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E COMUNIDADES.**

**Nome do(s) responsável(is)**  
**Frederico Castro de Carvalho**

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

O participante poderá deixar de participar em qualquer etapa da pesquisa, bem como poderá receber esclarecimentos, também, em qualquer etapa da pesquisa, durante ou após participação, sem penalidades, perdas ou prejuízos para sua pessoa ou de qualquer equipamento ou benefício que possa ter adquirido.

### **Justificativa e objetivos:**

Intenta-se compreender os processos de (re)produção dos saberes agroecológicos dos NEA's enquanto política social, na relação dos agentes e sua participação na organização do território.

Os problemas promovidos pelo modelo convencional de agricultura têm gerado: problemas ambientais, diminuição acentuada do fluxo das águas dos córregos e rios; decréscimo contínuo da produtividade das lavouras; aumento dos custos de produção; benefícios líquidos aquém dos esperados; instabilidade social, culminando com o êxodo rural, entre outros problemas. Além disso, tais problemas são agravados pelo uso e manejo equivocados dos ecossistemas tropicais, padrão reproduzido pelo país.

### **Procedimentos:**

Realização de vivências; nos agroecossistemas das teias do Nea; nas salas verdes, reuniões e demais atividades atreladas, bem como acesso a relatórios e documentos públicos do respectivo núcleo.

### **Desconfortos e riscos:**

Qualquer desconforto e/ou risco admitido pelo pesquisado, durante as entrevistas, deve ser levado em consideração e seu simples pedido será suficiente para destruição do material em sua totalidade.

### **Benefícios:**



Avaliação da eficiência dos Nea's enquanto política social.

**Acompanhamento e assistência:**

Centro de Ciências do Homem, da UENF, Darcy Ribeiro. Prof. Orientador: Dsc. Rodrigo da Costa Caetano

**Sigilo e privacidade:**

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

As informações fornecidas para o pesquisador serão arquivadas digitalmente, em forma de registros escritos, gravações de áudio ou vídeo, armazenadas em mídias de posse do pesquisador, e não serão utilizadas em meu prejuízo ou de outras pessoas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e prejuízo econômico ou financeiro.

**Ressarcimento e Indenização:**

Você terá direito ao ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa e à indenização pelos danos resultantes desta, nos termos da Lei.

**Contato:**

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com os pesquisadores nome, endereço profissional, telefone, e-mail ou outra forma de contato com o(s) pesquisador(es). 28 3546-8600  
Rua Elizabeth Minete Perim, S/Nº – São Rafael  
29375-000 – Venda Nova do Imigrante – ES

**Consentimento livre e esclarecido:**

**Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar e declaro estar recebendo uma via original deste documento assinada pelo pesquisador e por mim, tendo todas as folhas por nós rubricadas:**

Nome \_\_\_\_\_ do(a) \_\_\_\_\_ participante:

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do participante)

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Responsabilidade do Pesquisador:**

**Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste**

**documento ao participante. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.**

**Nome** \_\_\_\_\_ **do(a)** \_\_\_\_\_ **pesquisador(a):**

\_\_\_\_\_  
[Assinatura do(a) pesquisador(a)]

**Data:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_